

A close-up, sepia-toned profile of Moshe Dayan, looking slightly to the right. He has a serious expression and is wearing a military uniform.

**MOSHE
DAYAN**

**A GUERRA DO
SINAI**



GENERAL MOSHE DAYAN

A GUERRA DO SINAI

Tradução de CAIO DE FREITAS

EDIÇÕES BLOCH

Primeira edição brasileira: agosto de 1967

Traduzida de

The Sinai Campaign

Schocken Books — Nova York

Copyright © 1965 by Moshe Dayan Copyright © 1966 by George
Weidenfeld and Nicolson Ltd., London

Capa de

NÉLIO BARBOSA HORTA (Foto Magnum)

Contratados todos os direitos de edição por

BLOCH EDITORES S. A.

Rua Frei Caneca, 511 — Rio de Janeiro — Brasil

Prefácio

Quando voltou à vida civil depois da vitória sobre os egípcios no Sinai em 1956, o General Moshe Dayan escreveu este livrinho. Ainda que o tenha preparado visando aos aspectos militares daquela operação que levou as tropas israelenses quase às margens de Suez, o livro transformou-se num sucesso em todo o mundo, logo traduzido em inglês e francês.

Por US\$ 1.95 qualquer um poderia saber os mistérios e segredos da blitz israelense. Todos o leram. Menos o Estado-Maior egípcio. E o resultado foi que, em 1967, as tropas israelenses, agora sob o comando do General Itzhak Rabin, inspiradas na mesma tática de 56, desfecharam a mesma blitz e, em 4 dias, estavam instaladas nas margens do Canal de Suez.

O importante deste livro, quê agora está sendo apresentado ao público brasileiro em tradução do escritor Caio de Freitas, não é apenas o seu aspecto de manual de estratégia. É o espírito que dele transcende ao descrever um exército verdadeiramente popular. A guerra-relâmpago de Israel, tanto em 1956 como em 1967, conforme se depreende destas observações de Dayan, não repousa apenas nos estratagemas dos generais ou na bravura dos soldados.

É a motivação de todo o povo israelense para a questão de sua sobrevivência que o leva a converter-se no campo de batalha em militares tão conscientes e eficientes. Mao Tse-tung talvez tenha sido o primeiro estrategista moderno que enunciou a necessidade de uma intrínseca ligação entre povo e soldados quando preconiza que os guerrilheiros se misturem com camponeses e operários como "os peixes na água". Isto sempre foi aceito na guerra clandestina, porém ninguém soube aplicar o preceito à guerra convencional, como o faz Dayan.

Moshe Dayan, que em 1956 foi o chefe do Estado-Maior do Exército e em 1967 o Ministro da Defesa, não é o herói de seu livro. Os seus personagens incógnitos são os primeiros colonizadores da então Palestina, organizados no Hashomer, que trabalhavam no campo de dia e o defendiam à noite. Dayan é um fruto da Haganá, onde ele serviu, construída nas concepções dos partidos socialistas e trabalhistas que a motivaram. Haganá significa defesa e o nome desta organização de resistência ao domínio britânico e às incursões árabes acabou sendo transferido para a designação oficial do Exército nacional: Exército de Defesa de Israel.

Um dos antecessores de Dayan, o General Ygal Yadin é hoje arqueólogo. Um dos seus auxiliares, o General Avraham Yaffe é, na vida civil, encarregado da preservação da natureza em Israel. A publicação deste livro em língua portuguesa não é o incensamento aos heróis nem aos feitos militares. É antes uma explicação humana ao fenómeno da sobrevivência de Israel.

Alberto Dines

Introdução

Este livro é baseado no Diário dos acontecimentos que tiveram lugar entre 1955 e 1957, e que se acha arquivado no gabinete da chefia do Estado-Maior. As anotações cobrem integralmente não apenas os itens militares, ali recebidos diariamente, mas também o contexto político, que lhes deu origem.

Este Diário não é apresentado, aqui, na íntegra, e nem sua redação reflete necessariamente o estilo do original estenografado. Algumas partes foram eliminadas, outras resumidas e algumas tiveram que ser ampliadas. Além disso, um grande acervo de informações foi, mais tarde, nele incluído, já que se tratava de material importante — relatórios escritos das unidades que participaram da campanha e informações verbais, a mim dadas, por diferentes comandantes.

No que diz respeito aos aspectos políticos deste relato, segui a orientação do Sr. Ben Gurjon, que era o primeiro-ministro e ministro da Defesa de Israel, quando os fatos, aqui descritos, tiveram lugar, e que então julgava que não havia chegado o momento ainda para uma publicação completa do que ocorreu antes da Campanha do Sinai. Entretanto, é exclusivamente minha a responsabilidade por tudo quanto aqui é revelado, tanto no que diz respeito aos fatos quanto às conclusões.

Cumprе ressaltar que este livro revela os acontecimentos, de acordo com meu ponto-de-vista pessoal. Não deve ser considerado, portanto, uma história oficial da Campanha do Sinai. Devo esclarecer que ele não cobre todos os fatos isolados, relacionados com a campanha, que tiveram lugar, seja nas linhas de frente, seja na retaguarda. Não relata, por exemplo, as atividades do comando regional e de várias de suas formações, nem,

principalmente, as do Estado-Maior, quer no planejamento, quer nas fases operacionais da campanha.

Se tivesse que agradecer nominalmente a todos os que cooperaram na elaboração deste livro, a relação seria verdadeiramente longa. Desejo, entretanto, fazer um agradecimento especial ao Tenente-Coronel — hoje, Coronel — M. Bar-on (Morele), que serviu como chefe do gabinete do Estado-Maior em 1956 e à Capitoa Neorah Matalon — hoje, Sra. Neorah Bar-Noah — que exercia, então, as funções de secretária do chefe do Estado-Maior. Graças à habilidade e à lucidez que revelaram, naquela ocasião, em selecionar o material existente, é que se tornou possível a elaboração deste livro. Devo agradecer, igualmente, ao Tenente-Coronel Avraham Ayalon, diretor do Departamento Histórico das Forças de Defesa de Israel e ao Tenente (Senhorita) Michal Botrimovit, que muito me ajudou enquanto estas páginas estavam sendo escritas. Aos demais, integrantes das Forças Armadas de Israel, aos quais muito devo, transmito meus agradecimentos mais calorosos, através do atual chefe do Estado-Maior, o Major-General Yitzhak Rabin.

MOSHE DAYAN

Zahala, Israel.

Setembro de 1965

1. Antecedentes

A Campanha do Sinai foi o resultado conjunto de duas situações: o agravamento do conflito, tanto político como de segurança, entre Israel e os Estados árabes, seus vizinhos; e a decisão anglo-francesa de estabelecer, pela força, o controle da Zona do Canal de Suez.

Se não tivesse havido a operação anglo-francesa, provavelmente Israel não teria desencadeado sua campanha; e, caso a houvesse levado a efeito, suas características, tanto militares como políticas, teriam sido completamente diferentes.

Por outro lado, se os Estados árabes, liderados pelo governante do Egito, não houvessem realizado uma política de crescente hostilidade em relação a Israel, nosso país não teria recorrido às armas, mesmo quando a crise de Suez, surgida entre o Egito, a França e a Inglaterra, já se convertera num choque militar.

Neste Diário examinamos a conexão existente entre a ação anglo-francesa em Suez — Operação-Mosqueteiro — e a campanha de Israel, no Sinai. Entretanto, algumas palavras devem ser ditas sobre os antecedentes que nos levaram a optar pela luta armada.

Logo depois do Armistício — assinado em 1949, entre Israel e os Estados árabes — surgiram declarações de líderes árabes, proclamando sua intenção de atacar Israel e de apagá-lo do mapa. Além disso, os Estados árabes não só se recusaram a converter o Acordo do Armistício num estatuto permanente de paz — como se comprometeram a fazê-lo — mas, imediatamente após o cessar-fogo, deram início a incursões e a agressões contra civis israelenses, ao longo das fronteiras.

No princípio, o governo de Israel interpretou essa atitude como manifestações de inconformismo, em face do resultado da guerra. Embora exigisse dos Estados árabes integral cumprimento das cláusulas do Armistício, Israel, entretanto, sempre se manteve numa posição de expectativa e de tolerância.

No segundo semestre de 1954, porém, o terrorismo contra Israel foi intensificado. Nos meses seguintes, tornara-se evidente, para o governo de Israel, que aquelas incursões não eram incidentes isolados, decorrentes de ações individuais, mas uma operação organizada, levada a efeito com conhecimento dos governos árabes, por iniciativa e sob a responsabilidade das autoridades do Cairo. Assim, a situação de Israel, no que dizia respeito à segurança, piorara sensivelmente e, nesse sentido, evoluíra até atingir, no período de 1955 a 1956, um ponto de gravidade, não verificado senão nos dias da guerra, em 1948.

As causas fundamentais dessa tensão eram as seguintes: preparativos egípcios para uma guerra total contra Israel; atos de terrorismo levados a efeito por grupos de guerrilheiros árabes; e o bloqueio do Golfo de Ácaba à navegação de Israel.

2

Entretanto, o que fez Israel compreender que um ataque do Egito não tardaria foi uma compra de armamento, concluída em setembro de 1955 entre a Tchecoslováquia e aquele país. Através dessa transação, o Egito recebeu enorme quantidade de armas modernas. O governo de Israel interpretou o fato como uma providência preparatória, para a consubstanciação das ambições do governante egípcio contra a segurança israelense. Concluiu, igualmente, que a própria posse, pelos árabes, de armamento superior em qualidade e em volume ao de que dispunha Israel, iria estimulá-los a explorar essa vantagem militar e apressar a agressão, que tinham em mente.

O armamento tcheco, recebido pelo Egito, incluía 530 veículos blindados — 230 tanques, 200 transportes e 100 canhões automáticos; cerca de 500 unidades de artilharia de vários tipos; quase 200 aviões de caça, de bombardeios e de transporte; e certo número de vasos de guerra — destroieres, lanchas-torpedeiras e submarinos.

Essa transação, levando-se em conta o padrão das aquisições de material bélico realizadas no Oriente Médio, fora a maior já levada a efeito em qualquer época, naquela parte do Mundo. Esse armamento, acrescentado às armas já em poder do Egito, logo quebrou o oscilante equilíbrio de potencial bélico que existia entre os Estados árabes e Israel. Até então, o Egito dispunha de 200 tanques e o mesmo acontecia com Israel. Depois dessa compra, só a força blindada egípcia — não se contando a dos outros Estados árabes — possuía uma superioridade, em relação a Israel, de aproximadamente quatro por um. O mesmo acontecia em relação ao poderio aéreo. Antes, o Egito tinha oitenta aviões a jato, enquanto Israel só possuía cinquenta. Depois, o número de aviões a jato e bombardeiros egípcios elevou-se para duzentos, ou seja numa proporção, em relação a Israel, de quatro por um. Em artilharia, em vasos de guerra e em armas de infantaria não era melhor a situação de Israel. A disparidade não era apenas quanto à quantidade, mas, também, no que dizia respeito à qualidade. Os Migs e os Ilyushin, que os egípcios receberam, estavam pelo menos dois estágios à frente dos Meteors e dos Ouragans, da nossa força aérea e os seus modernos tanques T-34, soviéticos, eram infinitamente melhores do que os nossos velhos Sherman Mark-3s.

Com o fortalecimento do seu poder militar, o prestígio do Coronel Gamai Abdel Nasser elevou-se entre os povos árabes, e ele se tomou o líder incontestado da Liga dos Estados Árabes. No dia 19 de outubro de 1955, foi instituído o Comando Militar Conjunto da Síria e do Egito e, em outubro de 1956, a Jordânia, como era esperado, integrou esse comando como seu terceiro membro. Nessas condições, o Estado de Israel viu-se ameaçado por três lados — sul, leste e norte — por exércitos árabes, subordinados a um único comando. O Governo israelense não poderia alimentar mais ilusões, tanto sobre os propósitos agressivos dessa organização militar unificada, como contra quem ela era dirigida.

3

A violação das fronteiras de Israel, levada a efeito por guerrilheiros treinados em assalto, sabotagem e assassinato, vinha sendo entusiasticamente aprovada pelos governos árabes vizinhos, desde 1948, quando o Estado de Israel fora estabelecido. Em abril de 1955, porém, o Estado-Maior egípcio resolveu lançar mão de atos de terror e de sabotagem como meio de luta e, nesse sentido, instituiu uma organização especial, integrada por fedayun. (Essa palavra árabe, em tradução literal, significa auto-sacrificadores, ou melhor, suicidas.) Os comandos fedayun estavam sob a direção da Divisão de Inteligência do Exército Egípcio, estacionado na faixa de Gaza, e foram distribuídos em três campos — os campos 9, 10 e 16 — situados nas proximidades da costa e a oeste da Cidade de Gaza. Ao ser organizada, essa entidade fora integrada por 700 indivíduos, mas havia um plano para ampliá-la, de forma que suas filiais operassem nos outros Estados árabes, ou seja, na Jordânia, na Síria e no Líbano.

Além de um salário regular de nove libras egípcias por mês, os integrantes desses “comandos” percebiam um bônus em dinheiro para cada penetração no solo israelense e um outro pagamento especial para cada ação “de êxito”, ou seja assassinato ou sabotagem. As atividades desses terroristas incluíam outros serviços, como pode ser constatado pela leitura da seguinte carta, enviada pelo chefe da Inteligência do Exército Egípcio, na faixa de Gaza, Coronel Mustafa Hafez, ao governador da mesma Faixa, intercedendo em favor de um certo Yunes Mabrak, que deveria ser julgado por crime de homicídio.

“Ao Governador-Geral Administrativo:

1— O acima mencionado — Yunes Mabrak — é representante do nosso gabinete, e digno da maior confiança. Trata-se de pessoa a quem podem ser

confiadas missões perigosas e de importância, pois tem sido um exemplo de heroísmo e de inigualável bravura em sua dedicação e disposição para se sacrificar em favor do Egito e de suas forças armadas.

2 — O acima mencionado inscreveu-se, como voluntário, nas forças fedayun da Palestina e, havendo-se infiltrado em Israel, realizou, com seus companheiros, atos de sabotagem, e de demolição e praticou assassinatos. Dou, em seguida, uma relação de seus atos, merecedores de registro:

A — No dia 29 de agosto de 1955, realizou as seguintes tarefas:

- a) matou três pessoas que trabalhavam num laranjal, em Bet Hanun;
- b) assassinou um mecânico na central elétrica, situada nas proximidades de Al Kabeida;
- c) fez voar pelos ares a principal torre da estação radiofônica da 'Voz de Israel para o Exterior';
- d) atacou o centro de colonização agrícola de Juala (M.R. 12781438), próximo a Zarnoga, nos arredores de Al Kabeida, e durante a operação uma pessoa foi morta, quatro ficaram feridas, um edifício foi destruído. Os depósitos da cooperativa da vila ficaram danificados;
- e) preparou uma emboscada contra um comboio de veículos em M.R. 12951486.

B — No dia 30 de agosto de 1955, realizou as seguintes tarefas:

- a) preparou uma emboscada contra um veículo, nas proximidades da Vila de Ajur e matou três pessoas. O veículo foi destruído;
- b) fez uma incursão contra a Vila de Tzumeil (M.R. 13001190) e fez ir pelos ares um dos edifícios;
- c) preparou uma emboscada contra um veículo na estrada Plugot-Bet Govrin;

d) no mesmo local, preparou outra emboscada contra três veículos militares.

3 — O acima mencionado é um dos acusados no processo n.º 26/55, referente a um crime de morte, e levando-se em conta seus admiráveis feitos, solicitamos que apreço e uma benevolente consideração lhe sejam proporcionados, em face do seu passado de sacrifícios, de forma que se possa descobrir um meio de ajudá-lo, tanto quanto for conveniente. Será possível, igualmente, sua utilização no futuro, se ele perceber que as autoridades ficaram satisfeitas com os resultados de suas corajosas ações.

Solicitamos, portanto, que trate o nosso representante com benevolência e que procure tudo fazer por ele.

Mustafa Hafez

Comandante da Inteligência na Palestina.”

Em fins de 1955 e durante 1956, os atos de terrorismo e de sabotagem praticados pelos fedayun aumentaram, perturbando o sistema de vida em Israel, particularmente nas novas vilas de imigrantes, situadas nas regiões das fronteiras. Pode-se ter uma idéia do que estava acontecendo, examinando-se a seguinte relação de incidentes, provocados pelos fedayun, na região meridional do país, em cinco dias do mês de abril de 1956:

7 de abril de 1956

Explodiu uma adutora de água entre Ashkelon e Yael Mordechai.

Um jipe civil foi alvejado em Ahuzam, ocasionando a morte de um israelense e ferimentos em outro.

Ataque contra um caminhão em Shuval, com um morto e um ferido.

Ataque contra um caminhão militar em Tel Kuneitra, com dois feridos.

Ataque contra um caminhão militar, nas proximidades de Ahuzam, com três feridos, sendo que o caminhão foi incendiado.

Ataque contra outro caminhão militar perto de Ahuzam, com dois feridos.

8 de abril de 1956

Granadas de mão atiradas contra uma casa e contra um veículo em Adhkclon, com um morto e três feridos.

Ataque contra dois veículos civis em Ahuzam, com um morto e dois feridos.

Granadas de mão atiradas contra uma casa em Shafir, sendo que outra residência foi dinamitada, havendo um ferido.

Granadas de mão atiradas e fogo de armas automáticas desfechado contra uma casa no Kibbutz Gal-on, com um ferido.

9 de abril de 1956

Um carro do comando militar chocou-se com uma mina em Beero- tayim e duas outras minas foram encontradas nas imediações.

Granadas de mão, atiradas; e armas automáticas, disparadas num acampamento de trabalhadores da companhia de água, em Ketziot, com dois mortos e três feridos.

Ataque contra um carro do comando militar no Kibbutz Bet Rayim, com um morto e um ferido.

(Nesse mesmo dia, entretanto, quatro grupos de fedayun caíram numa emboscada israelense e foram presos. Nas proximidades de Yad Mordechai, dois soldados fedayun foram mortos e um deixou-se capturar, ficando ferido um soldado israelense. Perto de Bet Govrin, quatro fedayun foram capturados e dois deles, feridos. Um outro grupo de fedayun caiu numa emboscada na mesma área e dois foram mortos. Nas proximidades das dunas de Nir Galim houve uma escaramuça entre uma patrulha de fronteira

israelense e um grupo de cinco fedayun, e todos os cinco foram mortos, sendo que um soldado israelense perdeu a vida.)

10 de abril de 1956

Um carro do comando militar fez explodir uma mina, em Magen, com três feridos.

Um carro do comando militar passou sobre uma mina, perto de Kisufim, com três feridos. (Nesse dia, também, outros fedayun foram derrotados; um grupo caiu numa emboscada israelense perto de Khirbet Likia, com um morto e dois capturados; um outro grupo foi vítima de uma emboscada, nas imediações de Bet Govrin, mas conseguiu escapar.)

11 de abril de 1956

Um carro do comando passou sobre uma mina, ao sul de Kerem Abu Iraq, com um ferido.

Um ônibus e um caminhão civis foram alvejados na estrada Tela-vive-Ramla, resultando seis pessoas feridas.

Tiros foram disparados dentro da sinagoga do internato agrícola, em Shafir: seis alunos foram mortos e dois ficaram feridos.

Granadas de mão foram atiradas contra duas casas na Vila de Ahi'ezer: três feridos.

Um carro de patrulha da fronteira foi alvejado nas proximidades do aeroporto internacional de Lod: um ferido.

Naturalmente, o governo de Israel não se poderia mostrar indiferente a essas ações terroristas e nem aceitá-las com complacência. Tornava-se evidente que esses atentados não cessariam enquanto os governos árabes, particularmente o egípcio, conseguissem prejudicar Israel, sem colocar em perigo seus países e suas forças armadas.

Em face disso, Israel adotou uma política de represálias. Ou, mais exatamente, de reação militar, já que, ao contrário do que faziam os fedayun, não era dirigida contra civis. Logo após uma incursão assassina dos fedayun, unidades das forças armadas israelenses cruzariam a fronteira e atacariam um objetivo militar — um acampamento do Exército ou uma estação policial — no mesmo território árabe, de onde havia partido o destacamento de terroristas. A finalidade dessa política era demonstrar aos árabes que, enquanto Israel não pudesse proteger a vida de todos os seus tratoristas que aravam a terra num campo próximo da fronteira, ou não conseguisse evitar que um escuso caminho que levava a uma vila de imigrantes fosse minado, o país, responsável pelos sabotadores, pagaria por essas ações criminosas. Quando uma força israelense operasse no interior de um território árabe, sem que o exército local conseguisse exterminá-la, a incompetência dessas unidades de defesa ficaria plenamente demonstrada aos olhos do próprio povo árabe. Nessas condições, ao invés de aumentar o prestígio dos regimes em vigor naqueles países, o resultado final das ações dos fedayun seria o de abalar a confiança popular, tanto nesses regimes, como nas forças armadas que os sustentam.

Esse sistema de ação e contra-ação fez com que os Estados árabes tivessem que enfrentar a opção: ou intensificar os ataques de seus fedayun contra Israel — e, assim, tentar remediar os danos causados ao seu prestígio aos olhos do seu povo — ou abandonar completamente essa linha de conduta e, dessa forma, evitar as incursões de represália, do Exército Israelense, que sempre deixavam, após sua passagem, uma esteira de destruição: acampamentos e estações policiais desmantelados e dezenas de mortos entre policiais e soldados regulares.

É possível que os governos árabes eventualmente adotassem a segunda hipótese e desistissem de sua política de terrorismo, mas durante o período de 1955/56, os acontecimentos se precipitaram. Tanto as operações dos

fedayun, como as ações do Exército de Israel, que elas provocavam, aumentaram em frequência e em escala. Ainda mais, como as represálias de Israel poderiam sempre ser esperadas, os Estados vizinhos — de cujos territórios os fedayun partiam, para atravessar a fronteira de Israel — sabiam o que os aguardava e, nessas condições, poderiam tomar providências apropriadas, concentrando forças adicionais nas bases do exército e da polícia, situadas perto das fronteiras, e conservando-as prontas para repelir os atacantes. Resultou daí que as primitivas pequenas escaramuças logo se transformaram em verdadeiras batalhas, cuja amplitude foi-se agravando até que, no fim, tanto artilharia como carros blindados eram utilizados.

A situação chegara a um verdadeiro impasse ao terminar o verão de 1955. Julgavam todos que o problema se tornara sem solução. A natureza explosiva do terrorismo árabe e a reação israelense agravaram a tensão entre os dois lados e deu origem a uma atmosfera de véspera de guerra. O governante egípcio, sensível à sua reputação, mostrava-se relutante em pôr um paradeiro nas ações dos fedayun, cuja fama já se havia espalhado por todo o mundo árabe, como “os vingadores da Palestina conquistada”, mas, ao mesmo tempo, a resposta militar de Israel servia como um ultimato endereçado aos árabes: preservem a paz ou enfrentem a guerra. No mês anterior à Campanha do Sinai, entre 12 de setembro e 10 de outubro de 1956, unidades do Exército de Israel, reagindo contra os assassinatos praticados pelos comandos terroristas, levaram a efeito quatro assaltos, durante os quais fizeram explodir as estações policiais de Rahawah, de Garandal, de Husan e de Kalkiliah. As baixas israelenses — mortos e feridos — durante essas ações, elevaram-se a mais de 100 e as dos árabes atingiram a cerca de 200. Não era ainda a guerra, mas certamente não era a paz.

Um dos itens fundamentais do conflito Israel-Egito era o referente ao livre trânsito de navios israelenses através do Mar Vermelho. Para atingir o Mar Vermelho, os navios que partissem do Porto de Haifa, no Mediterrâneo, necessitavam passar pelo Canal de Suez e os que deixassem Eilat, o porto israelense mais meridional, deviam atravessar o Estreito de Tirã. A política do Egito era bloquear essas vias à navegação israelense e, assim, impedir que Israel tivesse uma comunicação marítima com a África Oriental e com a Ásia.

O Estado de Israel não é rico em recursos naturais. Entre os poucos minerais de que dispõe, ocupam lugar de relevo a potassa e os fosfatos. Esses dois produtos, são exportados preferencialmente para os países do Extremo Oriente. O bloqueio de suas vias marítimas para esses distantes países constituía, pois, não somente uma questão política da maior relevância para Israel, mas, igualmente, uma perigosa ameaça à sua economia e um freio imposto ao seu desenvolvimento.

Desde que não existia qualquer dúvida de que o bloqueio era ilegal, e representava uma violação tanto da Convenção do Canal de Suez — assinada em Constantinopla, em 1888 — como do Direito Internacional, dos Acordos para o Armistício e, também, da Carta das Nações Unidas, Israel decidiu discutir o assunto na ONU. Com efeito, no dia 1 de setembro de 1951, o Conselho de Segurança examinou a queixa de Israel e adotou a resolução de fazer uma advertência ao Egito, no sentido de que levantasse o bloqueio. O Egito não apenas ignorou essa resolução, mas baixou, em fins de 1953, novos regulamentos restritivos proibindo a passagem de todas as mercadorias que fossem ou viessem de Israel — inclusive cargas de valor especificamente não militar, como gêneros alimentícios — mesmo quando transportadas por navios não israelenses.

Em face dessa nova proibição, Israel outra vez apresentou queixa ao Conselho de Segurança. O assunto deveria ser discutido no dia 29 de março de 1954, mas a União Soviética exerceu seu direito de veto e a questão foi retirada da agenda.

O Governo de Israel, entretanto, não desistiu da luta. No dia 28 de setembro de 1954, às 6 horas da manhã, o navio israelense Bat-Galim aproximou-se da embocadura meridional do Canal de Suez. Julgávamos que, se as

autoridades egípcias negassem passagem ao cargueiro, as Nações Unidas seriam compelidas a considerar o caso, e teriam que obrigar o Egito a respeitar o Direito Internacional, permitindo livre trânsito dos navios israelenses através do canal.

Essa presunção, entretanto, não se realizou. Os egípcios capturaram o Bat-Galim e encarceraram sua tripulação. Em dezembro de 1954, o problema outra vez subiu à consideração do Conselho de Segurança, e o mesmo aconteceu em janeiro de 1955, mas sem qualquer êxito. O que resultou dessa vã tentativa de fazer o Egito cumprir os compromissos internacionais foi que suas autoridades confiscaram o Bat-Galim, mas devolveram sua tripulação — por terra, através da faixa de Gaza — no dia 1 de janeiro de 1955, após três meses de encarceramento.

O fracasso de abrir o Canal de Suez à navegação israelense produziu um sentimento de desapontamento e de irritação em Israel. Ninguém julgou, entretanto, que o assunto pudesse ser resolvido de outra maneira, que não fosse por vias diplomáticas. Já não era do mesmo modo, porém, que Israel via o problema da passagem através do Estreito de Tirã.

Esse estreito liga o Mar Vermelho ao Golfo de Acaba, um golfo cujas costas são divididas entre quatro países — Egito, Israel, Jordânia e Arábia Saudita. As vias marítimas, limitadas por costas de mais de um país, de acordo com o Direito Internacional, são livres aos navios de todas as nações e nenhuma seção delas poderá ser reclamada como águas territoriais por qualquer dos países que participam da comunidade costeira. Não assiste a esses Estados qualquer direito de controle da navegação que, ali, é feita.

O Egito, porém, ignorou esse princípio do Direito Internacional e julgou que deveria interferir com os navios que faziam a rota entre o Mar Vermelho e o Porto de Eilat. Assim, em 1953, impôs um bloqueio contra os navios de Israel e estabeleceu uma base de unidades guarda-costas em Ras Natsrani. Essa unidade, apoiada por canhões de costa, passou a impedir e controlar a entrada de todos os navios no estreito, submetendo-os à fiscalização e à busca, para se assegurar de que não se tratava de navios israelenses.

Em princípios de setembro de 1955, o Governo do Cairo apertou ainda mais esse bloqueio, e ampliou-lhe a área de restrições. Nesse sentido, fez uma notificação a todas as companhias de navegação marítima e aérea de que a passagem através do golfo, por mar ou pelo ar, era uma passagem por território egípcio e que quem quer que desejasse utilizar-se daquela rota tinha que fazer uma comunicação prévia, de setenta e duas horas, às autoridades egípcias e aguardar a respectiva permissão. Em relação aos navios e aviões israelenses, a proibição era total — quer através do mar, quer sobre o estreito — já que, segundo declarava a notificação, o Egito se considerava em estado de guerra com Israel. Como consequência dessa notificação, ampliou-se o bloqueio, que até então era só da navegação, para os voos da empresa aérea israelense El Ap, de Telavive para a África do Sul, que nos últimos tempos vinham sendo realizados sobre o estreito.

Esse alargamento do escopo do bloqueio de Suez e de Tirã — com sua extensão ao nosso vínculo aéreo com a África do Sul — representou a gota que fez transbordar o copo.

No dia 22 de outubro de 1955, quando passava umas férias na França, recebi um telegrama do ajudante-de-ordens de Ben Gurion, pedindo meu regresso imediato a Israel. (Ben Gurion havia voltado a integrar o Gabinete, após sua voluntária vilegiatura em Sde Boker e era, outra vez, ministro da Defesa, mas ainda não — outra vez — primeiro-ministro.) O telegrama estava assim redigido: “O velho ergueu-se da sua cama de doente esta manhã (ele tinha estado doente pelo período de duas semanas). Seu primeiro pedido foi para vê-lo. Deseja que venha imediatamente. Telegrafe, avisando chegada.” No dia seguinte, avistei-me com Ben Gurion em seu apartamento no Hotel Presidente, em Jerusalém. Passamos em revista a posição de segurança do país e os problemas que tínhamos pela frente. No fim da entrevista, ele, como ministro da Defesa, deu-me instruções, além de outras, para estar preparado para capturar o Estreito de Tirã — Sharm e-Sheik Ras Natsrani e as Ilhas de Tirã e de Sanapir — a fim de assegurar o livre trânsito da nossa navegação através do Golfo de Acaba e do Mar Vermelho.

Dez dias mais tarde, no dia 2 de novembro de 1955, Ben Gurion retornou ao cargo de primeiro-ministro. Ao apresentar o novo Gabinete ao Knesset

— Parlamento — fez uma análise ampla da situação política e, quando abordou o problema da defesa, declarou:

“As escaramuças somente na faixa de Gaza custaram-nos 153 baixas, entre mortos e feridos, durante os primeiros nove meses de 1955. O delegado egípcio na ONU abertamente declarou que existe um estado de guerra entre o Egito e Israel. O Governo do Cairo violou princípios básicos do Direito Internacional, no que diz respeito à liberdade de navegação através do Canal de Suez, sobre o qual existe, igualmente, uma resolução específica do Conselho de Segurança. Assim, o Egito procura, agora, fechar a rota do Mar Vermelho aos navios de Israel, contrariando o princípio internacional da liberdade dos mares. Essa guerra de um lado só terá que cessar, pois não poderá permanecer unilateral para sempre.

O Governo de Israel mostra-se fielmente disposto a respeitar o Acordo para o Armistício, em todas as suas cláusulas e detalhes, preservando-o na letra e no espírito. Esse dever é estendido, igualmente, à outra parte. Um acordo que é violado pelo outro signatário não pode ser estendido até nós. Se o outro signatário abre as linhas do armistício a sabotadores e a assassinos, elas não poderão ficar fechadas para os nossos defensores. Se nossos direitos são ameaçados por atos de violência, em terra e no ar, devemos ter liberdade de ação para defender aqueles direitos, da maneira mais eficiente possível. Nós procuramos paz — mas não suicídio.” O primeiro-ministro não poderia ser mais claro, diante do Knesset, sobre sua intenção de dar ordem ao Exército para atravessar a fronteira, se persistisse aquela situação anárquica.

A segurança do Estado de Israel não mudou — de nenhuma maneira para melhor — e o bloqueio do Porto de Eilat continuou. Ben Gurion não tinha dúvida de que era um dever de Israel salvaguardar a liberdade de sua navegação e, para fazê-lo, teria que capturar o estreito. Assim, em princípios de novembro de 1955, submeteu o assunto a consideração do Gabinete. Apesar de seu apelo e das explicações que deu, o governo julgou

que o momento não era oportuno, mas ficara decidido que Israel devia agir “na hora e no lugar que julgasse apropriados”.

Essa decisão me foi transmitida e respondi com a seguinte carta, dirigida a Ben Gurion no dia 5 de dezembro de 1955:

“Ao ministro da Defesa:

Assunto: Relações Egito-Israel.

1 — Há seis semanas, a empresa aérea El Al suspendeu seus voos sobre o Estreito de Tirã, na sua rota de Israel para a África do Sul. Essa medida foi tomada depois que o Egito anunciou que faria fogo contra os aviões que passassem, sem permissão, sobre aquela região, que o governo daquele país alega ser território seu. O assunto relativo ao estreito é muito conhecido e não será recapitulado aqui. Considero, entretanto, que nossa atual política em relação a esse problema é incorreta e conduzirá, na realidade, à perda da nossa liberdade de trânsito, aéreo e marítimo, através do estreito. Eilat daqui em diante será, para nós, uma fita costeira ao longo de um lago fechado, e a saída dali estará condicionada à concordância do Egito.

Houve um processo idêntico, na época, em relação à liberdade de acesso ao Monte Scopus (em Jerusalém) e à utilização da Estrada Latrun (entre Jerusalém e Telavive). A garantia de ambos foi decidida, em princípio, no Acordo do Armistício, mas devido à recusa da Jordânia, por um lado, e o nosso fracasso em promover sua implantação pela força, por outro, eles nunca foram assegurados.

A questão do Estreito de Tirã é muito mais grave, pois,

- a) o Egito não tem nenhuma desculpa legal para impedir nossa livre passagem;
- b) a importância do tráfego através do estreito é muito maior do que a do tráfego pela Estrada Latrun e a do acesso ao Monte Scopus;

c) o bloqueio do estreito constitui parte de um plano global de captura do Neguev.

2 — Em face da notificação egípcia, suspendemos nossos voos naquela rota e, contudo, continuamos a participar, ao lado dos egípcios, da Comissão Mista de Armistício. Essa atitude dá a entender que não consideramos a ação, que praticaram, um cancelamento do Acordo para o Armistício. Sugere, ainda mais, que estamos praticamente conformados, com a "interpretação" deles, mas que continuamos a considerar o Acordo para o Armistício como a base das nossas relações com o Egito — mesmo quando ele nos impede a passagem através do estreito.

3 — A fórmula recomendada, de que devemos agir “no local e na hora” que julgarmos apropriados é realista, quando o lugar e a hora para tal ação estão, de fato, à vista. Na prática, qualquer ação levada a efeito em qualquer lugar, que não seja o estreito — com o objetivo de obter indiretamente o levantamento do bloqueio daquela via marítima teria que ser agressiva, prolongada e decisiva. Quanto à hora, não me parece que o momento para agir — captura do estreito — possa ser mais favorável daqui a alguns meses. Com o fortalecimento das forças egípcias, particularmente no setor aéreo, nossas perspectivas militares de obter êxito em uma operação dessa natureza estarão reduzidas. Pode acontecer, naturalmente, que uma situação seja criada, num destes dias, tornando possível uma ação militar, mas isto será fruto do acaso e não o esperado resultado de um adiamento da decisão para uma hora ou um local específicos.

4 — Julgo, portanto, nossa falta de ação neste momento e nosso continuado reconhecimento do Acordo do Armistício Israel—Egito, nestas circunstâncias, uma renúncia de fato à nossa liberdade de navegação e de voo através do Estreito de Tirã. Além disso, não pode ser ignorado que V. Exa. e seu antecessor, como primeiro-ministro, já divulgaram inequívocas declarações sobre este assunto e que V. Exa. fez saber ao primeiro-ministro do Egito, através do General Burns — trata-se do General E. L. M. Burns, canadense, e que era chefe da Organização de Supervisão da Trégua, das Nações Unidas — que a política do nosso governo é a de que Israel não concordará com uma adesão unilateral ao Acordo do Armistício. Nestas

condições, minha opinião é que deveremos levar a efeito, tão breve quanto possível (no período de um mês), a captura do Estreito de Tirã.

5 — Devo salientar que, como a Força Aérea Egípcia dispõe de Migs-15 e nós não possuímos aviões comparáveis em qualidade, nossa possibilidade de sucesso na captura do estreito era substancialmente reduzida. Trata-se de uma operação difícil e complexa, que dependerá, de forma decisiva, da liberdade de ação no ar.”

Embora minha carta fosse endereçada a Ben Gurion, não devia, na realidade, ser-lhe dirigida. Afinal de contas, era ele quem se mostrava ansioso para dar ordem ao exército de que rompesse o bloqueio, enquanto fora o governo que resolvera que a oportunidade para essa ação aluda não havia chegado.

O adiamento, porém, não solucionou o problema. Um ano depois, Israel ainda se encontrava em face da alternativa: renunciava à sua liberdade de movimentos no Mar Vermelho, ou a obteria, pela força, apoderando-se do estreito.

6

A alternativa — usar a força ou solucionar o problema através de negociações — não era proporcionada a Israel, já que os árabes se recusavam a discutir o assunto. Essa recusa não era accidental. Ela tivera origem na oposição dos árabes ao reconhecimento do Estado de Israel e ao estabelecimento de relações pacíficas com o novo Estado. Para os árabes, a questão não era encontrar uma solução para este ou aquele problema. Para eles, a questão, a ser decidida, era a própria existência de Israel. O objetivo, que tinham em mente, era aniquilar Israel e isso não poderia ser conseguido em torno de uma mesa de conferência.

A primeira guerra dos árabes contra o povo de Israel não lhes resultou vantajosa e, em 1948, a tentativa que fizeram para conquistar e destruir a comunidade judaica terminara em fracasso. O Exército do Iraque, que havia participado da agressão, depois de derrotado voltou para seu próprio território. O Egito, a Jordânia, o Líbano e a Síria, porém, foram obrigados a assinar o Acordo de Armistício com Israel, pois, de outra forma, o Exército Israelense provavelmente prosseguiria em seu avanço direto contra seus respectivos territórios. (Na realidade, as forças de Israel, no sul e no norte, haviam cruzado as fronteiras, perseguindo os egípcios no interior do Sinai e os libaneses até o Rio Litani.)

O Acordo de Armistício foi concluído, sob a presidência do representante das Nações Unidas, Dr. Ralph Bunche, e era baseado em decisões do Conselho de Segurança e na Carta das Nações Unidas. O preâmbulo do Acordo declara: “As partes do presente Acordo, atendendo à resolução do Conselho de Segurança de 16 de novembro de 1948, fazendo-lhes mais um apelo em favor de uma solução provisória, de acordo com o Art. 40 da Carta das Nações Unidas e a fim de facilitar a transformação da presente trégua em uma paz permanente na Palestina, no sentido de se negociar um Armistício; e havendo decidido entrar em negociações, sob a presidência das Nações Unidas, para a implementação das resoluções de 4 e 16 de novembro de 1948, do Conselho de Segurança; e tendo designado seus representantes credenciados para concluir um acordo de armistício. . . concordaram sobre as seguintes estipulações. . .”

Negociar, redigir e assinar o Acordo não foram, porém, as únicas atividades levadas a efeito sob a égide dos representantes da ONU. A supervisão da implementação desse acordo foi, igualmente, confiada às Nações Unidas e executada por uma delegação especial de observadores militares, instituída para essa finalidade.

Não é de se admirar, portanto, que os representantes da ONU, o secretário-geral e o chefe da Organização de Supervisão da Trégua da organização fossem os mediadores e os elementos de ligação entre Israel e os estados árabes, seus vizinhos, e que vivessem correndo de capital para capital, principalmente entre Jerusalém e o Cairo, tentando evitar Incidentes de fronteira e reduzir as tensões na área.

As atividades do chefe da Delegação de Supervisão — no período 1954-1955, fora o General Burns — eram, principalmente, de natureza técnica. Esse funcionário só participava de discussões políticas quando se achava acompanhado do secretário-geral, o qual, na época, era Dag Hammarskjöld. A UNTSO ocupava-se principalmente de investigações post-factum. Em consequência de uma queixa feita por uma das partes, ela realizava suas investigações e transmitia um relatório, contendo suas conclusões ao secretário-geral ou, se o incidente se apresentava suficientemente grave, ao Conselho de Segurança. Nenhum dos lados — nem árabes e nem israelenses — tinha muita fé na UNTSO. Ambos sabiam que ela não passava de uma caixa-postal, em condições de receber queixas, mas não dispendo de poder para solucioná-las. Em 1955, no auge da campanha terrorista árabe, o General Burns tentou fazer com que as autoridades egípcias a sustassem, mas não foi atendido. Em seu livro *Entre Árabes e Israelenses*, ele escreveu: “Nunca foi possível provar que as ordens, dadas aos fedayun ou a quaisquer outros salteadores, que entravam em Israel e cometiam atos de terrorismo, viessem do Cairo. As autoridades, quando interpeladas, em particular, por mim ou pelo secretário-geral, em relação a esse ponto, o máximo que se podia concluir era que essas incursões poderiam ser por elas suspensas, mas sem qualquer indicação sobre quem as tivesse desencadeado.”

As atividades do Secretário-Geral Dag Hammarskjöld eram restritas à esfera política. Suas conferências se realizavam no mais elevado nível, mas, mesmo assim, resultavam infrutíferas. Todos os seus esforços para persuadir Nasser a concordar ou, mesmo a prometer obedecer às decisões do Conselho de Segurança, em relação à passagem de navios israelenses através do Estreito de Tirã e à cessação das incursões dos fedayun, nunca obtiveram êxito.

Em fins de 1955 e começo de 1956, com o agravamento da tensão na região, as atividades dos representantes da ONU atingiram ao seu clímax. Em dezembro de 1955, o Primeiro-Ministro David Ben Gurion visitou o General Burns e disse-lhe que o governo de Israel dispunha de informações seguras de que as autoridades egípcias eram responsáveis pelas incursões dos terroristas. Ben Gurion pediu-lhe, então, que exigisse de Nasser integral observância do Acordo do Armistício e, particularmente, o cumprimento de

dois artigos: um, determinando um absoluto cessar-fogo e a prevenção de ataques contra civis de uma nação pela sua vizinha; e o outro (artigo 1), que continha quatro básicas estipulações: proibição do “recurso à força militar na solução da questão da Palestina”; obrigação de ambas as partes de “não levarem a efeito, planejar ou ameaçar. . . ação agressiva por forças armadas — terrestres, marítimas ou aéreas — contra o povo ou as forças armadas da outra”; o “direito que tem cada uma das partes à sua segurança e a viver livre do medo de um ataque pelas forças armadas de outra parte”; e o estabelecimento de um armistício entre as forças armadas das duas partes, como um passo indispensável no sentido da liquidação do conflito armado e da restauração da paz”.

O General Burns não conseguiu obter de Nasser o compromisso solicitado e o mesmo aconteceu a Dag Hammarskjöld, que visitou o Cairo e entrevistou-se com Nasser, algumas semanas mais tarde.

Dois meses se passaram. No dia 14 de março de 1956, Israel submeteu ao Conselho de Segurança uma enérgica reclamação contra violações da paz ao longo da fronteira da faixa de Gaza. Anexa à queixa, figurava uma relação de 180 atos de hostilidade do Egito — colocação de minas, tiroteios, assassinatos — que haviam sido levados a efeito durante os três meses anteriores, ou seja, de dezembro de 1955 a março de 1956. A situação firmemente se agravou. As incursões dos fedayun, provocando reações militares do Exército Israelense, tornaram-se cada vez mais frequentes e mais violentas. Em face disto, o secretário-geral resolveu retornar ao Oriente Médio, para tentar solucionar a crise. No dia 10 de abril, chegou ao Estado de Israel. Após conversações com o governo local, voou para o Cairo e, dali, de volta a Jerusalém. Em seguida, foi a Amã e, depois de ter retornado a Jerusalém, voltou outra vez ao Cairo. Fez todas essas viagens no curto período de sete dias. Naquela oportunidade, tudo levava a crer que seus esforços seriam coroados de sucesso.

No dia 17 de abril, Hammarskjöld recebeu a seguinte carta de Ben Gurion:

“Escrevo a V. Exa. para confirmar, em nome do Governo de Israel que, de acordo com o art. 2.º, parágrafo 2.º, do Acordo Geral do Armistício entre

Israel e o Egito, ordens outra vez foram dadas — e que entrarão em vigor a partir das 6 horas da manhã (tempo de Israel) do dia 18 de abril de 1956 — no sentido de rigoroso cumprimento das instruções, proibindo todas as unidades das Forças de Defesa de Israel de disparar suas armas através das linhas do Armistício e, bem assim, impedindo todos os cruzamentos da fronteira por forças militares ou paramilitares, inclusive não regulares, sob qualquer pretexto. Este compromisso é assumido, sob a condição de uma integral reciprocidade por parte do Egito.”

Dois dias mais tarde, no dia 19 de abril, Hammarskjold — que então se encontrava no Cairo — fez uma notificação a Ben Gurion de que o Governo egípcio havia assumido idêntico compromisso e que as ordens de cessar fogo haviam entrado em vigor às 6 horas da manhã do dia 19 de abril.

Hammarskjold acreditou que havia, realmente, conseguido apagar a fogueira e evitar uma explosão. No dia 29 de abril, porém, enquanto o secretário-geral ainda se encontrava no Oriente Médio, o destacado líder do Kibbutz Nahal Oz, Roi Rutenberg, foi morto por uma patrulha de fronteira do Egito, a qual o alvejou através da divisa da faixa de Gaza. No mesmo dia, um carro do comando militar chocou-se contra uma mina e foi pelos ares nas proximidades de Nir Yitzhak, na fronteira meridional da faixa. Israel não reagiu em face desses dois incidentes, julgando que haviam sido cometidos sem o conhecimento do governo egípcio. Poucos dias depois, porém, tornara-se patente a improcedência dessa conclusão. Os fedayun voltaram à atividade com pleno vigor, penetrando em Israel, tanto pela faixa de Gaza, como pela Jordânia, minando estradas, assassinando camponeses, atirando granadas de mão contra casas e disparando suas armas contra ônibus em suas viagens regulares. Essas ações logo se transformaram em rotina.

Hammarskjold, desta vez, não tomou a iniciativa de voltar ao Oriente Médio e nem o primeiro-ministro de Israel o convidou.

Na sessão do Knesset, realizada no dia 15 de outubro de 1956, Ben Gurion, fazendo uma análise da situação política, declarou:

"Em seu relatório ao Conselho de Segurança, no dia 9 de maio de 1956, o secretário-geral da ONU condenou essas 'ações de represália'. Mesmo que a Carta das Nações Unidas não garantisse, especificamente, o direito de autodefesa a qualquer nação, esse direito existe por si mesmo. O mecanismo da ONU demonstrou sua incapacidade — não digo má vontade — em prevenir o contínuo e sistemático assassinio de cidadãos israelenses. Tanto quanto sei, este é o único país onde a vida de seus habitantes permanentemente se acha ameaçada por hordas de assassinos, organizadas pelos governantes dos países seus vizinhos. Não acredito que exista qualquer nação que se conforme em ver seus cidadãos à mercê de assassinos armados por governos vizinhos. Os observadores da trégua das Nações Unidas e o secretário-geral da ONU sabem perfeitamente que essas hordas agem em nome de seus respectivos governos, e que o Egito é o principal e central fator em sua organização, sendo o responsável pelo equipamento e pelo treinamento desses criminosos e, bem assim, pelo planejamento de seus atos de terror. Elementos fedayun, por nós capturados, admitiram tudo isto por ocasião de seus julgamentos, e o ministro da Guerra egípcio, Hassan al Bakuri, declarou, no dia 11 de abril deste ano, num discurso pela Voz do Cairo que é subordinada ao ditador egípcio — o seguinte: "Não há razão para que os fedayun, que odeiam seus inimigos, não se infiltrem no território de Israel e transformem a vida dos seus habitantes num verdadeiro inferno vivo." O Governo de Israel não permitirá que seu país seja transformado num 'inferno vivo' e que os assassinos e seus mentores fiquem impunes."

Quatorze dias mais tarde — no dia 29 de outubro de 1956 — foi iniciada a Campanha do Sinai.

2. Prelúdio à Verdadeira Campanha

1 de setembro de 1956

Realizou-se, na manhã de hoje, uma grande reunião do Estado-Maior, com a presença do primeiro-ministro e ministro da Defesa, Ben Gurion, tendo por objetivo analisar-se a utilização de blindados pelas nossas tropas. Durante a discussão, chegou às minhas mãos, enviada pelo nosso adido militar em Paris, uma mensagem “urgentíssima” sobre o plano anglo-francês de captura do Canal de Suez. A mensagem esclarecia que a ação conjunta da França e da Inglaterra tinha como propósito a ocupação da Zona do Canal e a anulação do decreto de nacionalização daquela via marítima. (Nasser anunciara a nacionalização do Canal no dia 27 de julho de 1956.) Acrescentava, ainda, que a operação recebera o nome de Mosqueteiro e que seria comandada pelo general inglês Sir Charles Keightley, o qual teria, como seu substituto, o vice-almirante francês Pierre Barjot.

Nestes últimos poucos dias, temos recebido informações, procedentes de outras fontes, dando a entender que a situação política provavelmente iria agravar-se. No intervalo para o almoço, trocamos impressões sobre esses fatos e decidimos que, de qualquer forma, nos deveríamos preparar para a possibilidade de uma guerra em nossa área. Consequentemente, dei ordem aos meus ajudantes para que cancelassem as reuniões de gabinete, marcadas para o período das próximas duas semanas, e organizassem, para mim, uma série de visitas às nossas unidades operacionais.

Se, com efeito, a França e a Inglaterra se apossarem do Canal de Suez e restabelecerem seu status internacional pela força das armas, serão da maior importância, para nós, as implicações políticas desses fatos. Não somente o canal será aberto (eu esperava) à navegação de Israel, mas a Grã-Bretanha estará empenhada num conflito militar com o Egito, em relação a problemas que muito nos interessam. Lembro-me bem do que o Rei Abdula, da Jordânia, me disse não muito antes de ser assassinado. Declarou-me, naquela ocasião, que estava disposto a chegar a um acordo conosco, mas que o representante britânico Kirkbride (Sir Alexander Kirkbride, ministro de Sua Majestade Britânica em Amã) era contrário à idéia. Julgava ele que tal acordo iria prejudicar as relações amistosas que existiam entre a Grã-Bretanha e o Egito. Nessa época — em fins de 1940 — a Grã-Bretanha estava apoiando e estimulando o nacionalismo árabe e via em sua associação com o Egito a base de sustentação de sua situação no Oriente Médio. Seria interessante saber se o primeiro-ministro britânico, Anthony Eden, ainda julga que vale a pena impedir a paz entre a Jordânia e Israel somente para que seu país não pareça ser pró-Israel aos olhos do Egito (o Egito do Rei Farouk!).

A Rádio do Cairo anunciou, hoje à noite, que pesadas baixas haviam sido infligidas às patrulhas de Israel na faixa de Gaza. A verdade é que nem um só dos nossos soldados foi ferido ou está desaparecido. Desejava saber se o povo, em Gaza, acredita realmente no que a Rádio do Cairo transmite ou se já chegou a compreender que aquelas irradiações, no que diz respeito a Israel, contêm mais propaganda que informação.

7 de setembro de 1956

Ontem, visitei o quartel-general dos Corpos Blindados, acompanhado pelos chefes de vários setores do Estado-Maior, a fim de verificar o que poderá ser feito para acelerar o treinamento das tripulações que serão utilizadas nos novos tanques, que temos recebido.

Hoje, estive no Quartel-General da Força Aérea para rever sua situação e seu programa de treinamento, à luz do que poderemos aguardar em futuro

próximo. Ressaltei, ali, que as circunstâncias políticas em que nos encontrávamos impunham-nos o dever de estar em condições de entrar em ação e de operar todos os nossos aviões — inclusive os das novas aquisições — e de não sermos apanhados numa posição em que teríamos que aguardar oportunidades políticas favoráveis para atacar o Egito ou entrar na luta com aviões antiquados, por falta de quem pilotasse os novos.

Tenho certeza de que a Força Aérea está atenta às circunstâncias e que tudo fará para acelerar o processo de “fabricar pilotos”. Os instrutores planejam treinar tripulações de aviões a hélice já em aviões a jato, sem obrigá-las a se submeter ao habitual estágio intermediário. Esses pilotos passam dos Harvards diretamente para os Meteors, eliminando-se a fase de treinamento em Mustangs.

Como sempre, problemas crônicos foram apresentados — escassez de mão-de-obra e verbas escassas. Temos que catar, onde existirem, verbas extras para o orçamento operacional. Entre outras coisas que li hoje, está o cancelamento da partida de nove oficiais que haviam sido escalados para realizar cursos no exterior. É verdade que esse cancelamento importou numa economia de 70.000 dólares, mas duvido que tomaria essa atitude em circunstâncias diferentes.

Depois de amanhã, farei uma inspeção na brigada de infantaria Golani, a fim de verificar seu estado de prontidão no local. Farei uma Inspeção idêntica, no dia 19, na brigada de paraquedistas.

17 de setembro de 1956

Há uma semana, dei ordem aos setores do Estado-Maior de que examinassem os diferentes planos operacionais na frente egípcia, desde a captura de toda a Península do Sinai até as ações parciais, como, por exemplo, assegurar o controle do Estreito de Tirã (no extremo Sul do Golfo de Acaba) ou da faixa de Gaza. Completei esse exame durante uma reunião, realizada hoje, com o inteiro Setor de Operações do Estado-Maior, inclusive oficiais superiores da Força Aérea e da Marinha.

Esbocei os antecedentes políticos e estratégicos, mostrando, de acordo com a orientação do ministro da Defesa, a distinção entre os problemas internacionais e nossos próprios problemas. A operação que, segundo tudo faz crer, será desencadeada foi determinada pela ab-rogação do status internacional do Canal de Suez. Não se trata de um problema específico israelense, muito embora ele esteja estreitamente relacionado conosco. Não desejamos chegar ao Canal de Suez e, assim, tornarmo-nos parte dessa disputa. Já não são da mesma natureza, porém, os casos do Estreito de Tirã (a estreita passagem entre as Ilhas Elrfl, Sanapir e Sharm e-Sheik) e da faixa de Gaza. Um é utilizado pelo Egito para estabelecer um bloqueio da navegação para Eilat, e o outro serve de base para as incursões dos terroristas egípcios em território de Israel.

É possível que desencadeemos ações militares contra esses alvos, por nossa própria iniciativa, em associação com as forças que estão operando contra o Egito ou sem qualquer contato com elas, na época em que o Governo de Israel decidir que a situação o exigir.

24 de setembro de 1956

Ben Gurion convocou, hoje, uma reunião especial do Gabinete, a fim de que fosse aprovada uma ação de retaliação contra a Legião Árabe, da Jordânia. Apesar do nosso sincero desejo de não agravar o conflito entre os árabes e Israel — num momento em que o Ocidente está em disputa com eles por causa de Suez — e de não dar aos britânicos um pretexto de condenar Israel, para dissimular sua própria ineficiência no affair do canal, não podemos deixar de tomar enérgicas providências militares contra a Jordânia. O povo árabe encara o terrorismo contra Israel como parte obrigatória de uma guerra nacional. Isto o ajuda a satisfazer sua ambição de vingança e restaura em parte sua honra, manchada pela derrota de seus exércitos na guerra da nossa independência. Os líderes dos governos árabes, inclusive o Rei Hussein, da Jordânia, alegam — para uso externo — que não se sentem em condições de impedir os atos de terror que, segundo afirmam, são praticados por refugiados da Palestina. No seio do seu próprio povo, entretanto, aplaudem o terrorismo, que é levado a efeito por

indivíduos de uma unidade especial do exército, os fedayun, enviados de Gaza para operar na Jordânia, na Síria e no Líbano — onde recebem armas e lhes são pagos seus salários, através das embaixadas egípcias nesses países. Não pode haver dúvida de que, nas atuais circunstâncias, o único meio de que dispomos para sustar esses ataques em civis israelenses é uma severa ação militar contra objetivos militares árabes. Esperamos que esses atos de represália acabem convencendo aqueles governos que é do seu próprio interesse evitar as atividades dos fedayun, já que, no fim, a fraqueza dos seus exércitos tornar-se-á patente e eles aparecerão como incapazes de enfrentar as forças armadas de Israel em campo aberto. A consequência de tudo isso para os líderes árabes será uma perda de reputação e de prestígio.

Do ponto-de-vista político, não é de forma alguma fácil colocar forças armadas em ação, em período de paz, ordenando-lhes que ataquem alvos através da fronteira. Na semana passada, entretanto, verificou-se sensível aumento nas atividades terroristas, por parte da Jordânia, num grau além do que nos é possível evitar.

No dia 22 deste mês — há, portanto, dois dias —, das posições da Legião Árabe, ao norte de Belém, dispararam tiros de metralhadoras contra um grupo de arqueologistas nossos, que visitavam as escavações em Ramat Rachel, nos arredores meridionais de Jerusalém. O posto árabe fica próximo do mosteiro Mar Elias e os nossos arqueólogos achavam-se expostos à agressão, sem contarem com qualquer abrigo. No período de alguns minutos, quatro foram mortos e dezesseis ficaram feridos.

Verificaram-se, ainda, ontem, dois outros acidentes, sendo que um deles nas proximidades de Jerusalém, no novo acampamento de imigrantes camponeses de Aminaday, junto à fronteira da Jordânia. Duas mulheres mãe e filha — haviam saído para colher um pouco de lenha quando foram alvejadas por legionários árabes de Kafr Beitir, mesmo através da fronteira. Ambas ficaram feridas, mas a mais velha conseguiu ir até Aminaday, a fim de pedir socorro. Quando retornou, com diversos habitantes da vila, encontrou sua filha morta, a punhaladas. Os árabes haviam atravessado a divisa para o interior do território israelense, assassinaram-na, cortaram e levaram uma de suas mãos.

O segundo incidente ocorreu no Kibbutz Maoz Haim, situado no vale de Bet Shean. Nessa região, o Rio Jordão forma a divisa entre Israel e a Jordânia. Ali, soldados árabes atravessaram o rio, mataram a tiros um tratorista e jogaram seu cadáver no rio.

Em todos os três casos, os atacantes não poderiam ter qualquer dúvida de que suas vítimas eram civis, cuidando inocentemente de seus negócios e, igualmente, sem qualquer dúvida, que o faziam no lado israelense da fronteira.

25 de setembro de 1956

Hoje, às 8h 30m, estive com Ben Gurion no aeroporto militar de Ramla. Ele viajara num teco-teco de Sde Boker. Embora já não seja moço — fará sessenta e oito anos ainda em 1956 — insiste em fazer o percurso de Jerusalém ou de Telavive até sua cabana no Kibbutz Sde Boker, no Neguev, todas as sextas-feiras em automóvel, e retornando por teco-teco — um voo altamente desconfortável, na manhã de domingo. Para Ben Gurion, a colonização no Neguev representa a suprema expressão do renascimento de Israel — um Estado transformando o deserto numa fonte de vida, graças à dedicação dos seus imigrantes e de sua juventude, ali nascida: homens e mulheres que abriram mão da vida de conforto nas cidades para aderir a essa aventura de pioneirismo. Ele considera Telavive como a antítese daqueles núcleos de colonização e já o ouvi murmurar, enquanto caminhávamos pelas ruas superpopulosas da cidade: “Ninive!”

Shimon Peres — diretor-geral do Ministério da Defesa — encontrava-se, também, no aeroporto e nós três seguimos de automóvel para Jerusalém. Como uma resposta aos assassinatos, praticados nestes últimos poucos dias, sugeri a Ben Gurion que desencadeássemos uma ação contra qualquer um destes quatro alvos: Dahariah, no Monte Hebron; Jenin, em Samaria; Husan ou Tzurif, ambos nas colinas de Jerusalém. Existiam forças jordanianas estacionadas em todos eles e o objetivo era atacá-las, sem causar qualquer dano aos civis.

Ben Gurion mostrou-se disposto a autorizar uma ação limitada na área de Jerusalém, de forma a tornar evidente a ligação dessa operação com a região, de onde os ataques jordanianos haviam partido. Prosseguindo em nossa jornada, passamos em revista os resultados da visita de Peres à França, da qual ele acaba de chegar. Parece que Christian Pineau, ministro do Exterior do governo francês, deixou a Segunda Conferência de Londres — no dia 21 de setembro — profundamente desapontado. Essa reunião deveria ter sido uma conferência de defesa dos direitos de todos os usuários do Canal de Suez, sugerida por Foster Dulles, o secretário de Estado do Governo norte-americano, mas torna-se claro, para Pineau, que, na realidade, o que os norte-americanos tinham em vista era anular qualquer tentativa de tornar sem efeito a nacionalização do canal, decretada pelo Governo egípcio. Ele acredita, igualmente, que o governo inglês não iniciará qualquer ação contra Nasser. O primeiro-ministro britânico, Anthony Eden, é favorável a essa ação, mas tem encontrado forte oposição mesmo no seio do seu próprio partido. Por outro lado, o que se pensa nos círculos do Ministério da Defesa da França é que essa operação militar contra o Egito é indispensável e que a França a desencadeará — mesmo que tenha de agir sozinha. Se isso acontecer, acreditam aqueles círculos que a Grã-Bretanha acabará aderindo. Não acreditam, porém, que os Estados Unidos interferirão e, no que diz respeito à União Soviética, não fazem qualquer prognóstico.

26 de setembro de 1956

Ontem levamos a efeito uma ação de represália contra a posição da Legião Árabe na Fortaleza Tegart da polícia, em Husan. (Fortaleza Tegart é o nome dado aos postos policiais, fortemente construídos e colocados em pontos-chave, em toda a extensão do território, pela Administração Britânica do Mandato, em fins de 1930, por recomendação de Sir Charles Tegart, que para ali fora nomeado como conselheiro em assuntos de segurança.) Durante ações dessa natureza gosto de estar no posto de comando avançado da unidade de combate, pois lutar, mesmo em pequena escala, é, afinal de contas, a atividade básica do exército. Não sei se o comandante de uma unidade terá prazer em “encontrar-me” ao seu lado, mas prefiro, sempre que

é possível, assistir à luta e, se necessário, mesmo intervir em sua direção, perto da cena e enquanto ela se está desenvolvendo. Julgo isso melhor do que ler o que aconteceu num relatório no dia seguinte e saber tudo com atraso.

O quartel-general da retaguarda dessa unidade estava no núcleo de colonização de Mevuot-Betar. Deixei meu carro ali e fui a pé até o posto de comando da brigada, que se encontrava numa colina a umas poucas centenas de jardas da posição inimiga. Quando voltei, logo depois da madrugada, verifiquei que diversos soldados, que haviam permanecido no quartel-general da retaguarda, tinham ficado feridos, quando o núcleo sofrera um ataque de morteiros por parte da Legião Árabe. Entre eles, achava-se meu motorista, Noam. Seus ferimentos não eram graves e ele não havia perdido seu bom humor. “Estava pagando” — explicou — “por não haver prestado atenção à minha sugestão de que, durante um combate, deve-se ir para fora, em campo aberto, e não meter-se sob um abrigo, o qual sempre nos esconde da nossa estrela que está lá no alto. E como pode ela, então, manter um olhar protetor sobre nós?”

O objetivo foi alcançado. A fortaleza policial ficou completamente destruída e todas as posições árabes foram invadidas. Pagamos, porém, um elevado preço por isso: dez mortos e dezesseis feridos. As baixas inimigas, até agora conhecidas, foram: trinta e nove mortos e doze feridos. A Legião tentou enviar reforços para sua unidade sob ataque, mas nossos soldados lhes prepararam uma emboscada no caminho, impedindo-os de chegar ao local da luta.

A maioria das nossas baixas ocorreu, quando assaltamos as posições inimigas, entrincheiradas nas fraldas da colina. Os legionários árabes lutaram com determinação, talvez porque não dispusessem de qualquer meio de fazer uma retirada. Surgiu, então, um outro obstáculo: nossos veículos ficaram retidos num profundo fosso antitanque. Não havia outro remédio senão, destacar uma companhia de combate para enchê-la de pedras e de terra.

A maior dificuldade apresentada por noites de luta, dessa natureza, é originada pela limitação do tempo em que tudo deve ser feito. Nas poucas horas de maior escuridão, sobre um terreno marcado por íngremes

montanhas e coberto por blocos de argila e por arbustos espinhentos, nossos soldados tinham que capturar os postos entrincheirados inimigos, situados na fronteira, avançar para assaltar o forte policial, abrir um caminho através de mil obstáculos para que os veículos que traziam os explosivos pudessem ser levados até as edificações, fazê-las ir pelos ares e, então, retornar com todos os homens — inclusive mortos e feridos — antes que surgisse a primeira claridade do dia.

Nessas ações, nossos comandantes avançam com os soldados da linha de frente da unidade e, em qualquer batalha, alguns deles — às vezes os melhores — são incluídos na lista de baixas. Na nossa última ação, no princípio do mês, levada a efeito contra o forte policial jordaniano de Rahawah — na estrada Hebron-Beersheba — o melhor soldado dos nossos comandos foi atingido. Era o Capitão Meir Har-Zion, de 21 anos, cuja habilidade de luta e extraordinária coragem eram legendárias no Exército. Ficou gravemente ferido, pois uma bala atingira sua traqueia. Sua vida, porém, fora salva pelo oficial-médico da unidade, o qual, arrastando-se, sob o fogo, até o local onde ele se encontrava, ali mesmo fez-lhe uma traqueotomia, com seu canivete. Creio que não existe um só oficial veterano dos paraquedistas que não tenha sido ferido, pelo menos uma vez, em uma dessas incursões.

A unidade chegou, de volta, ao território de Israel antes da madrugada, trazendo suas baixas. As ambulâncias, que estavam estacionadas no ponto de reunião pré-combinado, logo transportaram todos os feridos para o hospital. Numa seção do refeitório em Mevuot-Betar, chá e sanduíches foram servidos aos soldados, enquanto em outra seção os camponeses madrugadores do kibbutz engoliam um apressado desjejum, antes de seguirem para seus campos.

Depois de ouvir detalhes da batalha, contados pelos oficiais — e, segundo eles, os erros do planejamento operacional —, retornei ao grande quartel-general. Viajou comigo no carro um oficial paraquedista, que estava ligeiramente ferido e que se recusara a ser levado para o hospital. O frio de antes do amanhecer e o sacolejar através da tortuosa estrada impediram-nos de dormir e, assim, viajamos conversando. Entre outras coisas, contou-me a história de dois jovens oficiais da sua unidade, que haviam sido mordidos

pelo vírus do espiritismo e que, nas noites em que não se achavam em ação, “conversavam” com seus camaradas mortos. A “conversa” desenvolvia-se através de perguntas feitas ao espírito do defunto e de respostas dadas, por intermédio de pancadas e de outros sinais. Quando o oficial mencionou o nome desses oficiais, não deixei de duvidar. Não posso conceber moços mais inteligentes e mais discretos do que eles e transmiti esta minha opinião ao meu interlocutor. Para meu espanto, porém, respondeu-me com a maior seriedade, que qualquer um que passe dois anos em ação, vendo amigos queridos caírem mortos ao seu lado, quase todas as semanas, não pode ser ajudado por inteligência e discrição, já que a linha divisória entre a vida e a morte inevitavelmente fica apagada. Tentei fazê-lo falar mais sobre o assunto, mas logo mudou de conversa.

27 de setembro de 1956

A maior parte da minha entrevista, de hoje, com Ben Gurion, foi tomada por uma análise da nossa situação política e de segurança. A questão de saber qual a atitude que tomarão os Estados Unidos e a Grã-Bretanha continua a perturbá-lo. Mostra-se apreensivo em relação à América e cheio de suspeitas no que se refere à Grã-Bretanha. Acha que a Inglaterra pode querer demonstrar sua amizade aos árabes, empregando suas forças contra nós, ao ajudar a Jordânia. Uma guerra completa poderia ocorrer entre nós e a Jordânia, em face de qualquer uma destas três circunstâncias:

- 1 — Se a Jordânia for em auxílio do Egito, na eventualidade de que o Egito esteja em guerra contra nós;
- 2 — Se a atividade terrorista, procedente da Jordânia, e nossa reação militar a essa atividade se transformarem em sérias batalhas;
- 3 — Se o Exército do Iraque entrar na Jordânia e, em particular, se ficar estacionado na fronteira de Israel.

As relações entre a Jordânia e o Iraque não se mostram muito claras, no momento. A Jordânia oscila entre uma política pró-Egito e uma pró-Iraque,

ou antes, entre a confiança no Egito ou no Iraque. No momento, entretanto, ela parece estar tentando fortalecer seus laços com o Iraque, dentro de uma estrutura patriarcal ashemita.

O chefe do Estado-Maior jordaniano, Ali Abu Nawar, visitou o Iraque em junho e o resultado de sua excursão foi o estabelecimento de um comitê conjunto, integrado pelos chefes do Estado-Maior e pelos ministros da Defesa de ambos os países. A finalidade desse comitê será determinar a maneira como o Iraque poderia socorrer a Jordânia. Decidiram seus membros que, em sua primeira fase, o Iraque estacionaria uma divisão reforçada na fronteira entre os dois países, pronta para ir em socorro da Jordânia, quando fosse chamada.

Mais recentemente, com o agravamento dos problemas entre a Jordânia e Israel, o Rei Hussein voou até o Iraque e se avistou com o Rei Feissal, no aeroporto de Habbaniyah. O assunto desse especial encontro foi a transferência da divisão do Iraque para “dentro” da Jordânia. Ben Gurion encara com muita apreensão o possível estacionamento de tropas do Iraque na fronteira de Israel e declara francamente que, se isso acontecer, Israel transferirá suas forças para a margem ocidental do Jordão. Não estou certo se ele está absolutamente decidido a tomar essa providência ou se espera que essa ameaça seja suficiente para desencorajar aquela atitude. De qualquer maneira, a situação entre Israel e a Jordânia, neste momento, está muito tensa. E as causas dessa tensão são: os incidentes de fronteira e a intenção do governo jordaniano de abrir as portas de seu país ao Exército do Iraque, por um lado; e, por outro, a questão do comportamento da Grã-Bretanha, caso uma guerra irrompa entre o nosso país e a Jordânia, o que não é hipotético.

28 de setembro de 1956

Às 10 horas, teve lugar uma reunião do Estado-Maior. Viajamos, esta noite, para Paris e precisamos completar a relação do equipamento militar que tentaremos obter da França. Um balanço dado em nosso material logístico fez com que ficássemos perfeitamente cientes da pobreza em que nos

encontramos. Não obstante isto, reduzimos a relação aos itens mais urgentes e mais essenciais. Por um lado, não desejamos exagerar ou mesmo dar a impressão de que estamos exagerando nossas exigências; e, por outro, não queremos sobrecarregar nosso exército com o problema de ter que absorver, no último momento, maior quantidade de equipamentos novos do que a que é absolutamente necessária. Nem pretendemos congestionar as estradas, relativamente reduzidas, que irão atender às linhas de frente.

Apesar disso, a relação ainda se revelou imensa. Inclui tanques, porta-tanques, caminhões de meia esteira, bazucas e aviões de transporte.

Levantamos voo às 10 horas da noite, num aeroporto militar, seguindo para Paris, via Bizerta. Deveríamos ter embarcado no aeroporto L, mas partimos do aeroporto D. Isto aconteceu tanto por uma falha de navegação, quanto por um correto julgamento, por parte da tripulação do avião francês, que chegara ao meio-dia, para nos apanhar. O plano de voo estabelecia a aterrissagem no aeroporto L, mas, por alguma razão, o piloto não pôde localizá-lo. Subitamente, descobrira um outro aeroporto, com aviões franceses pousados na pista. Eram Mystères e Ouragans. Aconteceu que era o aeroporto D. “Qualquer que seja este aeroporto, deve ser amigo, pois aqueles aviões são franceses” — declarou o piloto, e chamou a torre, pedindo licença para pousar. O comandante do aeroporto, E. W., não tivera qualquer aviso de que aquele avião era aguardado, mas, também, quando identificou sua fabricação, decidira que “qualquer que seja esse avião, é um dos nossos”, e dera permissão para a aterrissagem.

O voo até Bizerta levou sete horas e meia. A tripulação mostrou-se encantada por dividir sua comida conosco, en route. Cada um de nós recebeu uma enorme garrafa de vinho tinto, uma bisnaga de pão francês, queijo e quilos de salsicha. Não sei como esta viagem terminará, mas até aqui a cooperação gastronômica tem sido perfeita.

Quando chegamos a Bizerta, um major do Estado-Maior francês nos aguardava. Apresentou-nos ao comandante da base, um almirante, que nos convidou para jantar. Após umas poucas horas de sono, amanhã, dia 29, às 5 horas, levantaremos voo para Paris.

1 de outubro de 1956

Hoje, pela manhã, tivemos uma entrevista com o chefe do Estado-Maior francês, General Ely. O encontro foi realizado na residência do nosso amigo Louis Mangin, conselheiro político do ministro da Defesa da França, Maurice Bourges-Maunoury. Os integrantes da delegação de Israel, que participaram da reunião, foram: eu e alguns oficiais do Gabinete e nosso adido militar. Com o General Ely encontravam-se seu substituto para assuntos da Força Aérea, General Maurice Challe; o General Martin, segundo em comando em relação a Challe; o Coronel Simon, do Setor de Operações do Estado-Maior; um oficial da Marinha; e Louis Mangin.

O General Ely referiu-se a Israel com cordialidade e calor. Em estilo, maneiras e modo de falar, ele é bem diferente do seu antecessor, o General Guillaume, a quem conheci, e dos Generais Challe e Martin. É alto, delgado, possui cabelos brancos, e tem a aparência e fala de um intelectual. Uma de suas mãos não tem movimento.

O objetivo do nosso encontro era uma troca de informações e, bem assim, o esclarecimento de alguns assuntos técnicos. O General Ely iniciou as conversações, perguntando qual o poderio militar do Egito e nós respondemos, dizendo-lhe o que sabíamos. Nossa informação pareceu concordar com as do seu próprio serviço de Inteligência. Abordou, então, nossos problemas de segurança, perguntando-me como eu julgava os acontecimentos no Oriente Médio e de que maneira a França nos poderia ajudar.

Suas perguntas iniciais já refletiam sua atitude. O General Ely estava desejoso de nos ajudar, mas não se mostrava disposto a falar dos planos franceses para o Canal de Suez. Assim, resultaram inúteis meus esforços para levá-lo a discutir esses planos.

Quase no fim da reunião, o General Ely perguntou qual o equipamento que nós desejávamos da França. Entreguei-lhe a relação, que incluía 100 tanques (Super Shermans), 300 veículos de meia esteira, 50 porta-tanques, 300 caminhões com tração nas quatro rodas, 1 000 bazucas e um esquadrão de aviões de transporte. Ignoro se, antes da nossa conversa, ele havia sido

orientado, ou não, sobre o tamanho e o equipamento das Forças de Defesa de Israel, mas percebi sua surpresa quando lhe disse que a organização militar das nossas unidades é mais ou menos um quarto das suas correspondentes no Exército Francês; que nossas reservas de munições, peças sobressalentes e combustível só davam para 20 ou 30 dias de luta; que nós temos somente um esquadrão de aviões de transporte; e que nossos blindados consistem em tanques obsoletos — Sherman Mark 3s. Acrescentei, porém, que estava convencido de que, mesmo com o equipamento que temos — ou, antes, a despeito do equipamento que não tínhamos — se uma guerra irrompesse entre Israel e o Egito, poderíamos derrotar seu exército e capturar a Península do Sinai, em duas semanas. Se não conseguirmos tanques adicionais, usaremos bazucas, montadas em jipes e em carros de comando. Nosso principal problema é a obtenção de viaturas, que possam se movimentar através do deserto. Ignoro o grau de resistência que os blindados egípcios oferecerão, mas sei o duro obstáculo que constitui o deserto e, para vencê-lo e levar nossas tropas, munições e outros suprimentos até Sharm e-Sheik, necessitamos de adequados meios de transporte.

O general examinou a relação do equipamento e disse que tentaria atender nossa solicitação. Entretanto, ele enfrenta dificuldades: o exército que se acha na Argélia vive exigindo mais equipamento e ele próprio se mostra, também, relutante em reduzir as quantidades reservadas para suas unidades em Chipre, escaladas para as operações em Suez.

Incidentemente expliquei ao General Ely, durante a reunião, que o Exército de Israel era principalmente constituído de reservistas. Quando lhe disse que não existia equipamento suficiente para todos e que, assim, os soldados tinham de se utilizar de viaturas civis e usar seus próprios sobretudos no inverno, pude perceber que ele visualizava a imagem de um exército de paisanos do século dezoito, provavelmente capaz de erguer barricadas com suas bandeiras, mas não de conduzir uma campanha no deserto, com veículos blindados e arcando com a responsabilidade da manutenção de longas linhas de suprimento.

Hoje, à noite, voltaremos para Israel. Apesar da chuva insistente, decidimos passar as poucas horas que nos restam, antes da partida do avião,

caminhando a esmo pelas ruas de Paris. Em primeiro lugar, entramos no Con Hardi para uma boa refeição, tipicamente francesa. Para beber um excelente café, procuramos uma das casas do gênero em Champs Élysées. Ao sair, quando abríamos caminho por entre as mesas lotadas, ouvimos alguém dizer, em hebreu-sabra: “Ei, rapazes! Vocês viram quem acabou de passar por aqui? Moshe Dayan e Simon Peres. Deve haver qualquer coisa no ar, alguma coisa secreta, pois Moshe Dayan estava com óculos escuros, para não ser reconhecido.”

2 de outubro de 1956

Às 8 horas da noite, convoquei uma reunião do Estado-Maior para transmitir aos seus integrantes uma ordem de Primeira Advertência. Disse-lhes da probabilidade — embora o governo ainda não tenha tomado uma decisão — de uma campanha contra Nasser. A data calculada para o início das hostilidades é o dia 20 de outubro próximo, e minha opinião era de que a campanha durará cerca de três semanas. Expliquei que, em consequência das reações da França e da Grã-Bretanha à nacionalização do Canal de Suez, poderá criar-se uma situação, no desenvolvimento da qual Israel terá que agir militarmente contra o bloqueio egípcio do Golfo de Acaba. Para atingir esse objetivo, teremos que capturar a Península do Sinai. Devíamos estar preparados para a possibilidade de que outros Estados árabes entrassem na luta contra nós e teríamos de proteger, portanto, as frentes jordaniana e síria. Neste momento, não se faz ainda necessária a mobilização de nossas reservas, mas todos os preparativos para levá-la a efeito deviam ser iniciados. Para evitar que esses planos pudessem transpirar, os preparativos deviam ser explicados em termos de uma possível entrada de forças iraquianas na Jordânia — o que obrigaria o Exército de Israel a ocupar a margem ocidental do Rio Jordão.

Ordenei que todos os oficiais, que se encontram fazendo cursos no exterior, fossem imediatamente chamados. Sua participação na campanha poderia proporcionar-lhes uma experiência, que jamais adquiririam nos livros das melhores escolas militares. Além disso, eram nossos camaradas e nenhum deles nos perdoaria se, enquanto uma luta aqui estivesse em curso,

deixássemos que permanecessem sentados nas salas de aulas de colégios da França e da Inglaterra, prosseguindo em seus estudos. Não foi para isso que se alistaram, voluntariamente, no Exército de Israel.

Minha opinião, de que teríamos que nos preparar para a luta, eletrificou a reunião. Embora os presentes tentassem disfarçar sua excitação através de uma aparência exterior de calma, era fácil perceber-se a tensão que passara a prevalecer no ambiente. Era como se, para todos, a campanha já houvesse começado.

Em torno da mesa, assentavam-se os líderes das Forças de Defesa de Israel: os comandantes regionais e os chefes dos Corpos Blindados, da Força Aérea e da Marinha. A maioria deles não passava dos trinta anos de idade. Contudo não era apenas a mocidade deles que determinava aquela reação. O caráter, também, contava. Nos últimos dias, os oficiais escalados para comandar unidades de combate eram homens, cuja natural reação, em face de uma missão perigosa, nunca era “mas...” Esses jovens comandantes sabiam muito bem, em face de um largo acervo de experiência pessoal, o que era uma luta, pois haviam participado de combates, percorrendo a escala hierárquica, desde os postos de comandantes de setor e de pelotão até os de brigadas e de comando divisional. Entenderam a significação da minha ordem de Primeira Advertência. Mesmo assim, não se encolheram em face de suas implicações, mas, ao contrário, revelaram entusiasmo. A intensificação do terrorismo árabe no ano passado e nossa reação militar determinaram neles uma correspondente intensificação de tensões psicológicas. O que é desagradável em tudo isso é o sentimento de que, a despeito dessas ações que custam sangue aos nossos melhores soldados, o sempre presente problema ainda permanece sem solução.

Hoje à noite, eles foram advertidos sobre uma campanha, já decidida. Terá por objetivo varrer o Exército Egípcio de El Arish, no Norte, e de Sharm e-Sheik, no Sul. Trata-se de uma ação cujo sucesso assegurará a liberdade de navegação para Eilat e removerá as bases militares do Egito e as de seus terroristas da faixa de Gaza e da Península do Sinai.

Minha comunicação foi seguida de diversas perguntas — a maioria delas de natureza técnica — relativas à mobilização, às perspectivas de mão-de-obra e de peças sobressalentes adicionais e à distribuição de munições dos

depósitos de emergência do grande quartel-general para as unidades. Verificou-se, igualmente, uma pergunta de natureza não técnica. O General-Brigadeiro Y. indagou se havia alguma possibilidade de remessa de “voluntários” da Rússia e de outros países comunistas, para ajudar o Egito.

Trata-se de um assunto sobre o qual nós nos interrogamos com frequência, e que, até aqui, só tem sido discutido dentro da estrutura global dos nossos planos políticos e estratégicos. Hoje à noite, porém, ele mereceu uma especial consideração. Nosso Exército até agora tem lutado e planejado suas ações contra os árabes, e nossos comandantes estão confiantes que podem derrotar esse adversário, mesmo com grande desvantagem quanto ao número e ao equipamento, já que contam com a superioridade no que diz respeito à qualidade. Mas que acontecerá se tiverem de enfrentar poloneses, tchecos ou russos? Em resposta, declarei o seguinte:

- 1 — Quanto mais rápida for a campanha, maiores são as possibilidades de que “voluntários” não sejam enviados;
- 2 — se esses “voluntários”, afinal, vierem, provavelmente serão tchecos ou poloneses, e não russos;
- 3 — tais “voluntários” provavelmente não serão unidades de infantaria ou tripulações de tanques, mas pilotos e, nessas condições, iremos enfrentá-los somente no ar. Reconheço que isso será menos agradável do que lutar contra pilotos egípcios, mas, afinal de contas, poloneses e tchecos não são outra coisa senão poloneses e tchecos. . .

A reunião chegou ao fim. Durante o desenvolvimento dos trabalhos, cada um dos participantes dera ordem aos oficiais do seu estafe para que ficassem perto, mas, ao se encerrar a reunião, todos saíram correndo para seus respectivos quartéis-generais. As rodas estavam começando a girar.

Ainda faltavam dezessete dias para 20 de outubro, o que não era muito para todos os nossos preparativos, principalmente quando, a fim de preservar sigilo, não podemos mobilizar nossas reservas. Não o lamento, porém, pois não obstante as imperfeições e as deficiências inerentes às ações aceleradas, contaremos com uma vantagem de grande importância — surpresa. Se conseguirmos mascarar nossos planos, de forma que os egípcios ignorem

até o dia do início das hostilidades que nosso objetivo é a captura do Sinai, isso representará um tremendo dado militar a nosso favor. Conheço bem os riscos que estamos correndo, ao adiar a mobilização de nossas reservas até quatro ou cinco dias antes do Dia-D. Nessa ocasião, iremos tirar os reservistas de suas tarefas civis nos campos, nas lojas, nos escritórios e, quase sem treinamento, jogá-los no fogo das batalhas. Reconheço as dificuldades de entrar em ação dessa maneira, mas vale a pena fazê-lo.

3 de outubro de 1956

Reunião, em meu gabinete, do Estado-Maior secreto. A primeira parte das discussões foi dedicada aos problemas de “material” e, sobre isso, não se verificaram divergências de importância. Aparentemente iremos obter equipamentos para nossas unidades de infantaria e blindadas, embora não no volume solicitado. Uma mensagem chegou de Paris, comunicando que já havia sido autorizado o despacho de 200 caminhões de meia esteira, 100 supertanques Shermans, 20 porta-tanques e 300 caminhões 6/6.

A segunda parte da reunião foi dedicada ao lado operacional da campanha e, por isso, já não foi tão agradável. Começamos com o plano operacional da Força Aérea. É evidente que a Força Aérea está suportando uma carga muito pesada, utilizada até o limite de sua capacidade, e se não conseguirmos, logo de saída, surpreender os egípcios e destruir seus aviões enquanto ainda estiverem pousados, nosso plano fracassará.

Passamos a examinar, em seguida, os planos para nossas forças terrestres — infantaria, blindados e tropas paraquedistas — e ressalttei o ponto de que a velocidade representava o fator-chave. Devemos concluir a campanha no menor espaço de tempo possível. Quanto mais ela demorar, maiores serão as complicações políticas — pressão dos Estados Unidos, remessas de “voluntários” em auxílio do Egito e assim por diante. Não devemos lutar mais do que duas semanas, no máximo, e, nesse período, precisamos completar a conquista de toda a Península do Sinai.

Entretanto, não apenas considerações de ordem política impõem a necessidade de velocidade. Também do ponto-de-vista operacional, maior rapidez nos avanços é de suprema importância para nós, já que estaremos em condições de aproveitar ao máximo nossa vantagem básica sobre o Exército Egípcio. Não quero dizer a vantagem em qualidade de cada soldado, considerado individualmente — piloto por piloto, tripulação de tanque por tripulação de tanque —, mas o manejo e o comportamento do nosso inteiro Exército e suas formações operacionais — grupos de brigadas, brigadas e batalhões contra seus similares egípcios. Os egípcios são o que eu chamaria “esquemáticos” em suas operações e os quartéis-generais de seus comandos ficam na retaguarda, longe das linhas de frente. Qualquer mudança na disposição de suas unidades, assim como a formação de uma nova linha de defesa, alteração dos alvos de ataque e movimentação das forças, não de acordo com o plano oriental, leva tempo — tempo para pensar, tempo para receber informações através de todos os canais de comando, tempo para chegar a uma decisão após a devida consideração do supremo quartel-general, tempo, enfim, para as ordens seguirem da retaguarda até alcançarem as frentes de batalha,

Nós, por outro lado, estamos habituados a agir com maior flexibilidade e menor rotina militar. Podemos basear nossas operações em unidades, que não são interdependentes, e cujos comandantes, recebendo informações e dando as necessárias ordens, acham-se sempre no local da luta, ao lado dos soldados sob seu comando. Essa vantagem, se podemos explorá-la, dá-nos a possibilidade, após o inicial rompimento das linhas, de fazer pressão para frente, antes que o inimigo consiga ajustar-se às modificações surgidas no seu front. Estou certo de que podemos conduzir a campanha de tal maneira que o inimigo não terá tempo para se reorganizar depois do assalto, e já que não se verificará qualquer pausa do ritmo da luta. Essa estratégia é a base dos nossos planos. Organizaremos forças separadas para cada um dos objetivos militares principais e será tarefa de cada uma delas chegar àquele alvo através de uma luta contínua — combater e avançar, combater e avançar, num só longo fôlego — até que o objetivo seja conquistado.

Reconheço que esse sistema não é apropriado para todas as espécies de campanha, mas, segundo penso, é correto e exequível nas atuais circunstâncias — quando o objetivo é a Península do Sinai, e o inimigo é o

Exército Egípcio. Ele se ajusta, igualmente, ao caráter do nosso Exército e dos nossos oficiais. Posso abrir um mapa do Canal de Suez diante de um comandante de uma unidade israelense e dizer: “Aqui está o seu objetivo, e este é o seu eixo de avanço. Não me envie mensagens, durante a luta, pedindo mais homens, armas ou viaturas. Tudo que era possível conseguir, já está em seu poder, e não há mais nada. Comunique seus avanços. Suez deve ser atingido em quarenta e oito horas.” Posso dar uma ordem, nesses termos, aos comandantes das nossas unidades, porque sei que eles estão em condições de se incumbir de tarefas daquela natureza e têm capacidade para levá-las a efeito.

Esclareci que, segundo pensava, devíamos iniciar a campanha com uma descida de paraquedistas nas proximidades dos nossos objetivos finais, para fechar as entradas aos reforços egípcios e capturar dominantes posições de importância tática. Os paraquedistas teriam que defender seu terreno até que o corpo principal das nossas forças chegasse até eles, o que, segundo cálculo, ocorreria no período máximo de quarenta e oito horas.

Os presentes, que alimentavam reservas em relação aos meus pontos-de-vista, declararam que o problema não era a concepção do plano, mas a capacidade de executá-lo, e que tínhamos que examinar sua exequibilidade, particularmente no que diz respeito à logística. Julgavam que o plano era muito ambicioso e não levava em conta a eventualidade de que alguma coisa pudesse sair errada. A discussão se encerrou, deixando uma impressão de que nosso planejamento não está suficientemente maduro, para ser transmitido às unidades. Marcamos uma outra reunião para a próxima semana. Eu, também, não me sinto muito satisfeito com o plano, já que ele se apoia, de maneira excessivamente acentuada, no ataque frontal e no avanço gradual. O Setor de Operações já havia determinado as posições-chave no eixo setentrional da área, onde os paraquedistas iriam descer. Essa providência será alterada e, na Hora H, uma razoável tropa de paraquedistas deve descer perto do Canal de Suez.

7 de outubro de 1956

Reuni-me, hoje pela manhã, com os Corpos de Artilharia. O comandante aliviou-se de um montão de problemas técnicos que precisavam ser solucionados, antes que entremos em ação. (Onde? Oh! Onde estão os bons tempos das guerras simples, nas quais, assim que chegava o momento da batalha, o comandante montava em seu cavalo branco, alguém tocava uma corneta, e todos carregavam contra o inimigo?) Para manter nossos caminhões de meia esteira em funcionamento, durante toda a campanha, necessitamos no mínimo de 500 lagartas sobressalentes — em adição às 100 que chegaram do exterior e às 70 que preparamos aqui mesmo. Os veículos de lagarta são os únicos que podem atravessar o deserto e as dunas e, em muitas áreas, nossos movimentos dependerão deles exclusivamente. Muitos dos nossos jipes Willys e caminhões acham-se guardados em oficinas, com motores enguiçados ou necessitados de peças sobressalentes, que não possuímos. A fábrica local Kaiser-Fraser, que os monta, enfrenta certas dificuldades e aguarda a vinda de técnicos da empresa-matriz, estabelecida nos Estados Unidos.

Então, vêm os tanques. Para instalar a torre e o novo canhão nos Shermans, temos que agir como canibais, devorando alguns velhos Mark 3s, mas resulta dessa providência que se reduz o número de tanques de que dispomos para a linha de frente. Os tanques leves franceses — os AMXs — são equipados com filtro que não soluciona o problema de poeira e areia, que terá de ser enfrentado em Neguev, e, assim, terá que ser substituído por um filtro especial de óleo, que é mais adequado para as condições do deserto.

Temos problemas, igualmente, com os rifles. Nossos técnicos em artilharia, que foram à fábrica FN, na Bélgica, descobriram que os rifles que estavam fabricando para nós eram diferentes do que fora especificado na encomenda e recusaram aceitá-los. Esse cancelamento não preocupa a FN, pois ela recebeu uma encomenda de rifles daquele tipo, feita pela Síria.

O equipamento para os nossos paraquedistas é inadequado, sendo que algumas partes dele são inconvenientes — para as pesadas tarefas que lhe serão confiadas no Sinai. Precisamos melhorá-lo com mais fios, roldanas, armaduras de paraquedas e bolsas de queda.

Decidimos que, em relação aos rifles, o comandante da artilharia seguiria, de avião, para a Bélgica e entraria num acordo com a fábrica FN, já que tínhamos necessidade daquelas armas. Sobre as peças sobressalentes para os nossos tanques Sherman, Shimon Peres havia conseguido que fossem remetidas por via aérea. O frete aéreo é, na realidade, elevado, mas não podemos fazer outra coisa. No que diz respeito ao equipamento para as tropas paraquedistas, tentaremos obter alguma quantidade, por empréstimo, da França e, entretanto, empregaremos 30.000 libras israelenses do total de 250.000 solicitadas e fabricaremos, no país, os itens mais essenciais. Não dispomos do dinheiro que é necessário. Ordenei ao meu estafe, igualmente, que examinasse a possibilidade de alguns cinemas serem utilizados como campo militar de emergência, para depósito de artilharia. Não dispomos nem de tempo e nem de dinheiro para construir adicionais estruturas de armazenamento, necessárias para a campanha, e, assim, temos de lançar mão dos prédios existentes. Decidimos, por fim, que no Sul de Beersheba as munições ficariam depositadas ao ar livre.

Na reunião do Estado-Maior, realizada esta tarde, tratamos da mobilização dos reservistas. Em relação a esse problema estamos indecisos entre o desejo de adiar a convocação até o último momento, antes do início da campanha, e a necessidade de proporcionar algum tempo às unidades, para que elas se organizem, promovam a manutenção de seus tanques, realizem patrulhas avançadas e façam numerosos outros preparativos que são indispensáveis antes da luta. A sugestão que me foi apresentada recomendava o seguinte: as unidades incumbidas de enfrentar um possível ataque nas frentes síria e jordaniana serão mobilizadas no Dia-D e no Dia-D mais 1. A mesma ordem será válida para os reservistas do grande quartel-general. Essa sugestão é baseada na presunção de que, mesmo que a Jordânia e a Síria desejem ajudar o Egito e nos ataquem, não poderão fazê-lo sem uma prévia preparação, o que leva tempo. As unidades destinadas a capturar a faixa de Gaza serão convocadas até o Dia-D, menos 4; todos os Corpos Blindados, no Dia-D, menos 8; e as unidades que irão operar ao longo do eixo meridional de Sharm e-Sheik e Nakhal, no Dia-D, menos 7.

De forma alguma, poderia aceitar essa recomendação. Significaria uma mobilização geral em toda a extensão do país, duas semanas antes do início da campanha, o que iria anular nosso plano de surpreender o Egito.

Decidimos, finalmente, que somente os oficiais seriam convocados alguns poucos dias antes do Dia-D e que os Corpos Blindados seriam mobilizados no Dia-D, menos 3. Todas as outras unidades, no Dia-D, menos 2.

Ontem à noite, recebi uma carta do primeiro-ministro e ministro da Defesa. Nela, Ben Gurion esclarece que, segundo pensava, seria melhor, no momento, não se praticar qualquer ação de represália em consequência do incidente em S'dom, que fora uma provocação, e no qual alguns trabalhadores israelenses foram mortos. (No dia 4 de outubro, um caminhão que transportava operários para as salinas de uma fábrica de potassa, em S'dom, caiu numa emboscada e cinco foram mortos. Os assassinos fugiram através da fronteira para a Jordânia.) Ben Gurion considera que é de particular importância, neste momento, preservar nossa posição em face da opinião pública mundial, de acusadores e não de acusados, e que devemos tentar, tanto quanto possível, não dar a Anthony Eden e a Hammarskjold qualquer pretexto para agirem contra nós.

8 de outubro de 1956

Hoje, pela manhã, elaborei o conjunto de ordens sobre a Campanha do Sinai. Seu nome, em código, será Operação-Kadesh e a primeira delas foi designada como Kadesh-1. (Kadesh foi o local bíblico, onde os israelitas estacionaram durante longo tempo — organizando-se, provavelmente, antes de investir contra seus inimigos — durante seu êxodo através do deserto, em busca da Terra Prometida.) Após ler a ordem, respondi a perguntas e expliquei alguns dos pontos que requeriam maior atenção. Concluí por ressaltar os seguintes princípios, que constituirão nossa orientação durante a campanha:

Nossa tarefa é provocar, tão rapidamente quão possível, o colapso das forças inimigas e obter completo controle da Península do Sinai. Devemos tentar capturar o que pudermos em armas e equipamentos do inimigo, mas não temos interesse em matar um número excessivo de inimigos. Mesmo que o Egito sofra milhares de baixas, poderá preenchê-las com facilidade. O elemento humano não representa qualquer problema nem para Nasser e

nem para os demais líderes árabes e toda vantagem que obtivermos sobre seus exércitos não será assegurada em termos de superioridade numérica.

Nossas unidades devem ter em mente a “fixação do objetivo” e avançarão, sem cessar, até que ele seja atingido. Nessas condições, todas precisam ser autossuficientes, isto é, carregar consigo tudo aquilo de que necessitam para chegar ao alvo final. Não devem, portanto, depender de suprimentos de fora. Uma vez aberto o caminho, avançarão sempre e não se deterão para qualquer operação de limpeza em posições isoladas do inimigo. Não há razão para temer que as unidades egípcias, deixadas atrás, lancem um contra-ataque ou cortem nossas linhas de suprimento. Devemos evitar analogias entre o comportamento que terão as unidades egípcias e o que os exércitos europeus revelariam em idênticas circunstâncias.

Para tornar mais clara minha intenção, instituí a seguinte ordem de prioridades para as nossas operações:

1.º — Descida ou aterrissagem de tropas paraquedistas; 2.º — avanço, ultrapassando as posições inimigas; e 3.º — rompimento de linhas. O espírito dessa “ordem de prioridades” é que, se houver possibilidade, é preferível capturar os objetivos, situados profundamente no território inimigo, logo de saída, através do lançamento de paraquedistas, a atingi-los através de avanços frontais e graduais, após desfechar ataques contra todas as posições egípcias, começando pela fronteira de Israel e prosseguir desmantelando-as em toda a extensão até Suez. Pelo mesmo diapasão, nossa infantaria e forças blindadas deverão avançar, por onde puderem, contornando as concentrações inimigas e deixando-as para trás, mas investindo sempre para a frente. Deverão recorrer ao assalto e ao rompimento dos postos inimigos somente quando não existir outra maneira de ultrapassá-los ou, num estágio mais avançado da campanha, quando esses postos estejam isolados e sem comunicação com suas bases no Egito.

De acordo com essa estratégia, frisei que nossa primeira tarefa era capturar os montes inimigos, nas proximidades do Canal de Suez, o que constituía o nosso objetivo final, mais ocidental. Essa captura, entretanto, só poderá ser levada a efeito por tropas paraquedistas. Completada essa fase, devemos avançar para El Arish e, depois, para Abu Ageila e Sharm e-Sheik. Somente

no fim da campanha é que deveríamos cuidar de Gaza, situada ao lado da fronteira de Israel.

Segundo esse plano, nossos paraquedistas devem levar a efeito duas operações, num curtíssimo período de tempo: descer perto de Suez e capturar o objetivo que lhes fora determinado; e então, quando as colunas de infantaria os alcançarem, reorganizarem-se, para levar a efeito outra descida atrás das linhas inimigas, no caminho para Sharm e-Sheik, nosso alvo geograficamente mais distante e o mais importante da campanha. A captura de Sharm e-Sheik assinalará, de fato, nosso completo controle do Sinai.

Ressaltei, igualmente, a necessidade de que as operações de cada força fossem planejadas de uma maneira que nem uma delas dependesse das outras, pois, se uma unidade ficasse retida, nem assim estaria prejudicado o avanço das demais.

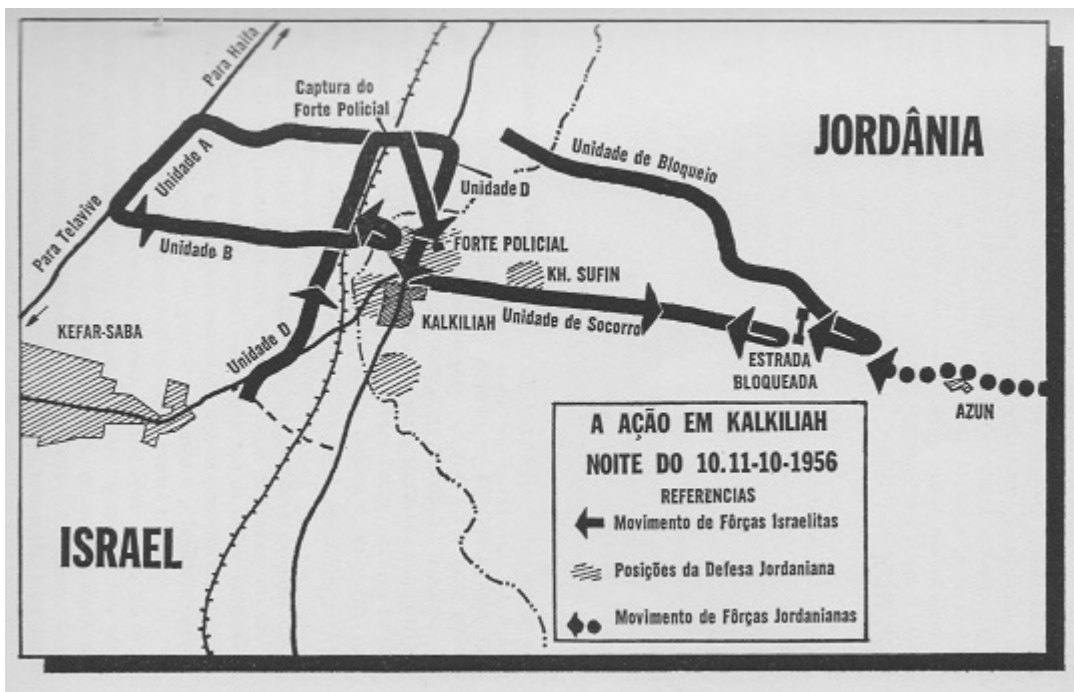
9 de outubro de 1956

Realizou-se hoje, pela manhã, uma reunião para designações de oficiais, em caso de emergência. Alguns dos nossos melhores comandantes combatentes atualmente ocupam postos no Estado-Maior e no Comando de Treinamento, ou estão afastados para realizar cursos. Julgo que devem ser destacados para as formações que irão tomar parte na campanha do Sinai e que alguns deles sejam, mesmo, nomeados comandantes, em substituição aos que nelas se encontram, nos casos em que a mudança se fizer necessária. Sei que não se trata de tarefa fácil. Por um lado, qualquer comandante de unidade ficará profundamente agastado se for substituído às vésperas da batalha e, por outro, essa movimentação do pessoal abrirá lacunas no Estado-Maior e no Comando de Treinamento. De qualquer maneira, porém, isso terá que ser feito. Seria diferente se tomássemos providências para uma guerra longa. Em face, porém, de uma campanha, que durará apenas algumas semanas, o justo seria que concentrássemos nossas atenções no setor de luta, com prejuízo das outras áreas, mesmo que estas, em decorrência dessa atitude, ficassem enfraquecidas durante o desenvolvimento das operações. Assim,

para contrabalançar o ressentimento pessoal dos comandantes removidos teríamos que colocar em prática um decisivo critério de êxito militar. O plano da Operação-Kadesh é baseado numa enorme independência, concedida aos comandantes em ação nas linhas de frente. Serão eles que tomarão, no local e de acordo com o desenvolvimento da batalha, decisões de importância vital. A atividade que desenvolverem e a capacidade de liderança que demonstrarem determinarão o êxito ou o fracasso da campanha.

Espero que essa decisão de designação, de emergência, seja compreendida e aceita, em seu próprio espírito, pelos oficiais que têm probabilidade de serem por ela adversamente afetados. De qualquer modo, depois de assinar as novas nomeações, senti que havia feito o que era possível para assegurar que a equipe, que enviaremos para o Sinai, será a melhor de Israel.

Ao meio-dia, recebi um ofício do Comando do Sul, solicitando autorização para enviar patrulhas à região do Rafah, para examinar a possibilidade da movimentação de tanques na área das dunas. Receio que patrulhas, dessa natureza, possam ser localizadas, despertando atenção e dando origem a suspeitas. Nessas condições, dei autorização apenas para uma patrulha e, mesmo essa única, após haver-me certificado de que ela seguiria ao longo do leito pedregoso de um rio seco e que apenas dois dos seus integrantes iriam, na realidade, à área das dunas. Como medida de precaução, porém, esses dois soldados usariam sandálias, feitas no Hebron, de forma que seus rastros na areia não seriam diferentes dos deixados pelos comuns contrabandistas árabes.



3. Kalkiliah

12 de outubro de 1956

Ontem à noite — 10/11 de outubro — levamos a efeito uma ação de represália contra os jordanianos. O alvo foi o forte policial situado na extremidade norte do vilarejo de Kalkiliah. A escala, em que se desenvolveu a ação, foi maior do que a registrada em anteriores operações de represália, pois sofremos pesadas baixas: dezoito mortos, dos quais oito oficiais, e mais de cinquenta feridos, e, entre eles, quatorze oficiais. As cifras, que conhecemos até agora, das perdas sofridas pelo inimigo, registram cerca de cem mortos.

Depois da onda de assassinatos do mês passado e da nossa reação ao invés de uma incursão contra o forte policial de Husan, no dia 25 de setembro, estávamos desejosos de evitar outras ações militares e esperávamos poder fazê-lo pelo menos até o encerramento das reuniões do Conselho de Segurança — quando a França e a Inglaterra devem tomar uma decisão final sobre suas operações contra o Egito.

Entretanto, a provocação, ocorrida há três dias — no dia 9 de outubro fora contundente em excesso para ser ignorada. Em plena luz do dia, dois camponeses foram assassinados, enquanto trabalhavam em um laranjal nas proximidades de Tel-Mond. As vítimas foram abatidas e suas orelhas, cortadas e levadas pelos terroristas, para servir de prova de que haviam executado a missão que lhes fora confiada.

Essa região — o Vale de Sharon — é a mais fácil de ser atingida para quem atravessa da Jordânia para Israel. A divisa não possui obstáculos naturais e a distância de Kalkiliah, que fica do lado de dentro da fronteira jordaniana, até a nossa ferrovia e a principal estrada-tronco, que liga Haifa a Telavive, é

de menos de dez quilômetros. Até os subúrbios de Telavive essa distância é de menos de vinte quilômetros. Nestas condições, não podemos impedir a infiltração de terroristas, através de processos técnicos ou reforçando nossos guardas, e, se as aldeias fronteiriças, na Jordânia Central, iriam converter-se, de fato, em bases para os reides “fere-e-corre” contra Israel, as hordas terroristas estariam em condições, então, de atacar nossa mais dinâmica e sensível região — a área de Telavive. Não é de se admirar que desta vez, quando os terroristas estavam sendo dirigidos contra o coração mesmo de Israel, passamos a nos preocupar com a situação.

A essa ação irritantemente provocadora, deve ser acrescentada a intolerável política levada a efeito pelo Rei Hussein. No passado, todas as vezes que exigíamos do governo jordaniano que impedisse a atividade dos terroristas, procedentes de seu território, a resposta sempre vinha através dos representantes diplomáticos da Grã-Bretanha, dos Estados Unidos e das Nações Unidas, e no sentido de que ele estava fazendo tudo ao seu alcance, mas que não dispunha de meios para controlar os infiltradores.

Embora sabendo que Governo da Jordânia não procurava tomar as providências exigidas, decidimos, após o assassinato, em Ein Ofarim, de três druzos, no dia 12 de setembro, transmitir ao rei Hussein as informações, que havíamos obtido, da identidade dos assassinos. Esperávamos que, pelo menos neste alto nível do regime não se verificasse qualquer ligação entre o assassinato e a necessidade de serem punidos os culpados. Nossa atitude, entretanto, teve um efeito contrário. Logo que recebeu nossa mensagem, o rei enviou um mensageiro especial com uma ordem de libertação do bando terrorista — o qual, nesse meio tempo, havia sido preso pela polícia jordaniana por crime de contrabando — e um dos integrantes logo se vangloriou de que o bando havia assassinado, não somente os três israelenses em Ein Ofarim, mas, também, cinco operários em Sclom, no dia 4 de outubro.

Esse comportamento de Hussein, emprestando apoio real ao terrorismo contra Israel, agravou ainda mais a situação. Era claro que nossa reserva era interpretada, por eles, como fraqueza e, se continuássemos a manter a mesma atitude, o terrorismo seria intensificado. Parecia não haver outra alternativa, senão uma firme reação da nossa parte. Só, assim, os

governantes da Jordânia poderiam compreender as graves consequências que, sobre eles, recairiam, se persistissem naquela política.

A ação militar foi acertada para depois do crepúsculo, no dia 10. Algumas horas antes, Ben Gurion entregou aos representantes da imprensa e ao General E. L. M. Burns a seguinte declaração:

“No dia 12 de setembro de 1956, como é sabido, três druzos israelenses foram assassinados em Ein Ofarim por um bando armado, procedente da Jordânia. Fomos informados, na ocasião, pelas autoridades jordanianas, que os assassinos haviam sido presos, em Kafr Dahel, pela polícia daquele país. Os detidos admitiram que tinham assassinado os druzos israelenses e, entre os objetos achados em poder dos mesmos, foram encontradas as armas, que haviam retirado das vítimas. Entretanto, há poucos dias, o Bei Hussein deu uma ordem pessoal para que os assassinos fossem postos em liberdade, sem julgamento e sem punição. É impossível interpretar essa ordem, dada pelo próprio rei, a não ser como um agente de direto estímulo à continuação dos assassinatos. Julgamos necessário ressaltar a gravidade desta situação, principalmente levando-se em conta que os assassínios, praticados por infiltradores armados, estão aumentando.”

O forte policial de Kalkilah fora escolhido como o alvo da nossa ação, porque ficava próximo de uma bem populosa pequena cidade — 20 000 habitantes — e sua destruição causaria, portanto, profundo impacto na opinião pública. Essa situação de proximidade, entretanto, criava limitações à execução da operação e dava origem a dificuldades especiais. A fim de evitar causar danos aos civis, a unidade, encarregada da tarefa, foi instruída a não entrar na cidade — nem mesmo atravessa-la para chegar ao seu objetivo. Além disso, temíamos que pudessem existir famílias de policiais morando no edifício, e nossos soldados receberam ordem para dar uma busca no forte e evacuar qualquer civil que pudesse ali se encontrar, antes de fazer o forte ir pelo ares.

O propósito dessa ação militar era político. E, para atender a esse aspecto, devíamos reagir tão próximo quanto possível do local e da data em que fora levado a efeito o ato de violência dos árabes. Somente dessa maneira os árabes, os israelenses e a opinião pública mundial poderiam identificar nossa operação como sendo uma resposta ao terrorismo. De outra maneira, mesmo que se verificasse um atraso de apenas uns poucos dias, nossa ação seria julgada não uma represália, mas como o desencadeamento, por Israel, de um ataque militar. Por esse motivo, logo que tivemos conhecimento do assassinato dos camponeses de Tel-Mond, ordenei ao Setor de Operações que preparasse, naquela mesma noite, um plano de ação contra o Forte de Kalkilah, para ser executado dentro de vinte e quatro horas. No dia seguinte, 10 de outubro, fui a Jerusalém e, às 10 horas, apresentei ao ministro da Defesa, para aprovação, o seguinte esboço de plano, que recebera do Setor de Operações:

“A — Alvo:

Captura e demolição do forte policial de Kalkilah, por uma brigada de paraquedistas.

B — Método:

- 1 — O alvo será iluminado por refletores (estacionados numa distância de duas milhas).
- 2 — O ataque será desfechado com o apoio de fogo de um destacamento de tanques.
- 3 — após o amaciamento levado a efeito por essa unidade de apoio, duas companhias assaltarão o edifício policial e o farão ir pelos ares.
- 4 — A entrada será bloqueada entre Khirbet Sufin e Nebi Elias, entre o forte policial e a cidade e o mesmo será feito na estrada que leva ao interior da cidade, vindo-se de sudeste.
- 5 — Um destacamento de artilharia tomará posição no lado oposto de Kalkilah para desfechar fogo contrabateria, caso nosso núcleo de colonização seja bombardeado.

6 — Armas de baixa trajetória abrirão fogo contra a cidade, se armas automáticas forem disparadas dali contra nossas forças.

7 — A Hora EI será entre 19 e 20 horas.

Ben Gurion interrogou-me sobre numerosos detalhes e insistiu comigo, particularmente, sobre as providências, que deveriam ser tomadas, para evitar que a ação contra o posto policial não ricocheteasse sobre a cidade de Kalkilah e causasse mortes entre a população civil. Depois de encerrada a entrevista, ele convocou uma reunião do Gabinete, para às 11 horas, quando o plano foi aprovado.

Em face da presunção de que a aprovação do plano viria logo, o comandante da Brigada de Paraquedistas fora chamado ao grande quartel-general à meia-noite do dia 9 de outubro e, ali, recebera instruções sobre a operação. Nas horas que se seguiram até o início da ação, a brigada tinha que reunir seus homens de todos os cantos do país. Duas companhias encontravam-se em algum lugar ao sul de Beersheba, e uma outra, de paraquedistas, estava no Norte, nas montanhas da Galileia. Os comandantes de unidades, escalados para a ação, foram reunidos, às 9 horas, num grupo de planejamento. Depois disso, tinham que estudar o terreno, onde iria ter lugar a ação, em mapas e em aerofotografias e examinar o forte policial, através do nosso próprio Kefar Saba, o qual é mais ou menos idêntico ao de Kalkilah. Ambos foram construídos pelos ingleses, durante o tempo do Mandato das Nações Unidas, e de acordo com o Plano Tegart.

O Grupo de Ordens foi convocado às 16h45m, quando lhe foram dadas as instruções finais, e a ação foi desfechada às 21 horas.

No Grande Quartel-General fui violentamente criticado pela rapidez com que agimos durante as vinte e quatro horas, entre os assassinatos e o início da nossa ação. Era tudo rápido demais para permitir uma preparação adequada e nem os oficiais e nem os soldados tiveram qualquer tempo de repouso, antes da batalha. Essa precipitação poderia custar-nos caro. Considerando um argumento objetivo, e sem dúvida sólido, concordei que não deixavam de ser essenciais uma escrupulosa preparação e profundo descanso de todos os soldados, antes de qualquer luta. Notei, entretanto, que meus críticos não prestavam suficiente atenção a outras considerações.

Devemos lembrar que uma ação militar não é um fim, em si mesma. É levada a efeito para realizar um determinado objetivo, e nós, do Exército, devemos ajustar-nos às condições que nos são prescritas pelas circunstâncias políticas. De outro modo, podemos colher vitórias militares que se transformam em derrotas políticas. Além disso, se não aprendemos a nos organizar, nesta velocidade, para uma batalha contra uma posição inimiga, situada perto da fronteira, como poderemos levar a efeito uma ação rápida numa campanha total e verdadeira, onde as dificuldades de organização serão infinitamente maiores e os fatores políticos certamente não se mostram menos limitados?

Às 21h 50m, quando a ponta-de-lança da unidade de assalto chegou a uns 200 metros da cerca do forte policial, os jordanianos abriram fogo contra os que a integravam. O edifício estava iluminado pelos nossos refletores e se achava submetido um fogo direto de artilharia, pelas nossas peças de .25. Apesar da certa pontaria dos nossos canhões, os jordanianos opuseram uma severa resistência no curso da luta que se seguiu, talvez porque a unidade de assalto havia solicitado, cedo demais, a cessação da barragem de artilharia, para investir contra o forte. No pátio dianteiro do edifício, bem preparado para a defesa, encontrava-se uma companhia de jordanianos, com cerca de 100 homens, e, ao lado dela, uma outra, que se entrincheirara nos contrafortes do posto. A batalha foi dura, com luta corpo-a-corpo, e oito dos nossos homens foram mortos, entre eles, o comandante da companhia e seu segundo em comando e vinte e nove ficaram feridos, sendo que a maioria ligeiramente. Às 23h 30m, depois de a área inteira haver sido batida e limpa, o edifício voou pelos ares.

A primeira parte da ação da nossa segunda unidade, o grupo de bloqueio das estradas, agiu sem contratempo. Penetrou cerca de nove quilômetros pelo território jordaniano e preparou uma emboscada aos lados da estrada que liga o acampamento da Legião Árabe a Kirbet Azum e a Kalkiliah. Essa providência logo surtiu efeito. Imediatamente após o início do ataque ao posto policial, duas companhias do 9.º Batalhão da Legião — o Batalhão Beduíno — seguiram na direção de Kalkiliah, em quinze caminhões. Nossa unidade de bloqueio abriu fogo e destruiu os primeiros quatro veículos do comboio. Os remanescentes pararam, fizeram volta e regressaram ao seu acampamento. Nossa unidade mudou sua posição, entrincheirando-se em

outra colina, da qual, igualmente, dominava a estrada. Uma hora mais tarde, reforços da Legião Árabe surgiram numa curva, dirigindo-se — ao que parecia — para Kalkilah e, também, caíram na emboscada. Duas de suas viaturas e certo número de soldados foram atingidos, e o comboio se retirou.

À meia-noite, nossa unidade de bloqueio recebeu ordem para regressar. Até então, ela não sofrera baixas. Logo, porém, que começou a avançar para a fronteira, foi pesadamente alvejada. Os soldados da Legião, que não haviam podido passar em caminhões, deixaram as viaturas e tomaram posição na retaguarda da nossa unidade. Assim, nossos homens, que tinham bloqueado a estrada para os jordanianos, encontraram-se, em sua marcha de regresso, também bloqueados pelo inimigo. Os jordanianos atacaram com rapidez e, num instante, de um total de cinquenta e quatro homens, onze ficaram feridos e um foi morto. Entre os primeiros a ser atingidos encontravam-se o comandante da unidade e seu substituto e, pouco depois, o ordenança-médico e dois dos três comandantes de pelotão foram feridos. Dessa forma, dos oficiais, somente dois restaram, sendo que um deles era um comandante de pelotão.

A unidade estava, de fato, em muito más condições e os soldados se mostravam tão cansados, que mal podiam mover-se. Naquela manhã mesma, eles haviam realizado uma exaustiva marcha nas montanhas da Galileia e, à noite, em completa escuridão, fizeram outros nove quilômetros, galgando aterros, e saltando pedras escorregadias, molhados do sereno da noite. Tentavam, então, descobrir um caminho de saída e escapar aos legionários que investiam contra eles, com metralhadoras e granadas de mão. Possuíam apenas três macas, de forma que tiveram de carregar nos ombros a maioria dos feridos.

O oficial mais graduado, que não fora ferido, um major, encontrava-se em estado de choque. A todas as nossas mensagens pelo rádio, apenas respondia: “sim, sim.” Sentia-se aturdido, e não podia perceber o que lhe estavam dizendo. O comandante da brigada, em consequência disto, colocou no receptor o outro oficial, não ferido, de vinte e um anos de idade, transferindo-lhe a responsabilidade pela unidade. Esse jovem comandante de pelotão reuniu seus homens e, disparando suas armas enquanto

caminhavam, a fim de conservar seus atacantes em xeque, e arrastando seus feridos e mortos, conseguiram atingir um ponto no alto de uma colina, onde se reorganizaram para se defender.

No nosso posto avançado de comando, estávamos a par da situação geral da unidade. As comunicações funcionavam bem. Era duvidoso que aquela unidade pudesse, por si mesma, romper as linhas da Legião e voltar para Israel. E seria positivamente impossível fazê-lo, trazendo de volta suas baixas. Três providências essenciais deveriam ser tomadas. A primeira, e a mais urgente, era fazer com que a unidade pudesse aguentar-se. Suas munições estavam diminuindo rapidamente, e os jordanianos já dispunham de uma evidente superioridade de fogo. A segunda era enviar uma força adicional, para tentar alcançar a unidade sitiada e ajudá-la a se desembaraçar dos que a cercavam, durante as horas de escuridão. A terceira seria aprontar um forte contingente capaz de abrir caminho através das linhas inimigas e chegar onde a unidade se achava, à luz do dia, se a ação noturna falhasse.

Durante os últimos dois anos, unidades de paraquedistas haviam atravessado a fronteira, em numerosas ocasiões, e somente uma vez um de seus feridos fora deixado em território inimigo. Tínhamos, agora, uma unidade inteira — mais de cinquenta homens — em desesperado apuro, com suas munições gastas, seus oficiais fora de ação, isolada e sitiada pelos soldados beduínos da Legião.

O único auxílio imediato que aquela unidade poderia ter era fogo de artilharia. A posição em que ela se encontrava na colina estava a uma distância de treze quilômetros de uma bateria de 155mm, que lhe poderia dar apoio. Além disso, entre os integrantes da unidade, existia um oficial artilheiro de ligação, em funções de reconhecimento. Foi com ele que oficial chefe de Artilharia do Exército, que não se afastara de sua bateria durante toda a noite, falou pelo rádio, explicando-lhe o que pretendia fazer. Iria usar seus canhões de campanha como metralhadoras e despejar uma intensa chuva de obuses nas encostas da colina e na estrada que estava sendo usada pelos Legionários. Horas passariam antes que reforços os alcançassem e, nesse meio tempo, o emprego da artilharia seria a única maneira de que dispunha o comando para ajudá-los. Os soldados sitiados

foram instruídos, então, a se meterem em trincheiras, de forma que o fogo dos canhões pudesse SER dirigido quase até as imediações das posições que ocupavam.

O oficial artilheiro de ligação, que se achava na unidade, não tinha necessidade de fazer muita coisa. Sabia que não se podiam mover e que estavam sem munição. Dentro de poucos minutos, a posição deles, na colina, estava sendo devastada por obuses, que explodiam a apenas 50m do local em que se entrincheiraram — embora o raio de explosão de um canhão de 155mm seja de 90m.

Esse auxílio da artilharia, porém, só poderia aliviar a situação. Não a solucionava. Sem a chegada da força adicional, a unidade não poderia ser salva. A primeira a correr em auxílio dos sitiados foi uma companhia de paraquedistas, com o comandante do batalhão na direção. Tratava-se de companhia que, naquela mesma manhã, cobrira o assalto da unidade ao forte policial e cujas baixas haviam sido leves. Era, então, uma hora da madrugada, e não deixavam de ser sombrias as perspectivas de que ela pudesse alcançar a unidade sitiada e regressar antes que amanhecesse. De qualquer forma, seu apoio iria permitir que nossos homens se pudessem aguentar até a chegada de novos reforços.

Esta companhia foi logo seguida de uma força adicional — duas companhias em caminhões. Em circunstâncias normais, de forma alguma havia permitido isso. Um comboio de viaturas daquela natureza, movimentando-se através da escuridão da noite numa estrada pavimentada é mais um alvo vulnerável do que uma força de rompimento de linha. Era pior, ainda, numa região montanhosa, onde não existia espaço para qualquer manobra. Se um veículo capotasse, todo o comboio ficaria retido. Na situação em que nos encontrávamos, porém, não havia alternativa. Não dispúnhamos de uma outra força móvel capaz de alcançar a unidade sitiada em pouco tempo e trazê-la de volta, com seus feridos. O comboio arrancou ao longo da estrada-tronco e, desenvolvendo grande velocidade e com todos os faróis acesos, atravessou as posições jordanianas em Kalkiliah e e em Khirbet Sufin. Embora fosse alvejado de Kalkiliah e principalmente de Sufin, conseguiu alcançar o local predeterminado, sem sofrer baixas. Chegou ali às 2h30m. Na realidade, somente metade do comboio fizera a

travessia — nove veículos. Os outros perderam-se no caminho, embrenhando-se nas alamedas de Kalkilah e retornaram à base.

Com a aproximação das viaturas, a pressão dos legionários sobre a unidade sitiada aliviou-se. Esse alívio foi apressado pela presença de dois Harvards e de dois Mustangs, que o comandante da Força Aérea mandara sobrevoar a área, dando impressão, ao inimigo, de que um grande ataque estava sendo levado a efeito por uma coluna móvel, com apoio aéreo.

Às 3 horas, a coluna começou a marchar de volta para Israel. Os feridos foram colocados no fundo das viaturas e os soldados assentaram-se nas bordas da carroçaria sem cobertura, ficando completamente expostos. Entretanto, as posições da Legião, em Khirbet Sufin, haviam sido reforçadas e, quando o comboio passava por ali, em sua viagem de regresso, sofreu pesado fogo de metralhadoras, de armas antitanques e de granadas, o que acarretou um aumento na nossa lista de baixas, com mais cinco mortos e cerca de vinte feridos.

Mas mesmo essa escaramuça não assinalou o fim da luta. Quando o comboio já havia ultrapassado a área de fogo e se reunira no pátio do posto policial demolido, descobriu-se que uma das viaturas ficara para trás. Havia sido posta fora de ação e permanecera preza numa trincheira, perto das posições da Legião, em Khirbet Sufin. Quatro caminhões voltaram, então, a fim de recuperá-la. Os soldados conseguiram amarrar um cabo no caminhão e o puxaram de dentro da trincheira. Tiveram de fazer tudo isto, porém, com os holofotes acesos e sob um mortífero fogo das tropas da Legião. Nesta operação, tivemos outros dois mortos.

A primeira claridade do dia, o tiroteio cessou. Os corpos dos dois soldados, vitimados enquanto tentavam recuperar o veículo em Sufin, foram deixados na retaguarda. As tropas, agora, se encontravam no nosso lado da fronteira e, então, pude cancelar as ordens, que havia dado durante a noite, para que se organizasse uma força, integrada por dois esquadrões de tanques, um batalhão de infantaria e aviões de caça, com a missão de, pela madrugada, abrir caminho até a unidade sitiada, caso essa tarefa não houvesse sido realizada antes.

Cedo, naquela noite, eu procurara o comandante da operação, em seu posto de comando, situado numa colina que dominava o posto policial de Kalkiliah. Quando, porém, as coisas começaram a se tornar-se sombrias, retornei ao grande quartel-general. As notícias sobre a sobre a desesperada posição em que se encontrava a unidade sitiada espalharam-se rapidamente e, quando cheguei ao meu gabinete, encontrei diversos comandantes do Exército e seus oficiais de operações. Aguardavam, ali, minha chegada, na expectativa de que eu pudesse necessitar deles, caso alguma ação de emergência tivesse que ser levada a efeito. Agora já podia retornar ao posto de comando a fim de me avistar com os soldados que regressavam da luta. Soube pelo comandante das tropas paraquedistas que os dois últimos homens mortos em Khirbet eram: o oficial de operações da brigada, que havia integrado a unidade de bloqueio, e o Tenente Yirmeyahu Burdanov, mais conhecido como Yirmi.

Yirmi havia sido desmobilizado antes, mas com frequência era chamado para participar de ações através das fronteiras. Tratava-se de um oficial com grande experiência. Era um excelente sapador e um soldado de “comando”, dotado de extraordinária coragem. Participara daquela operação, sem haver sido convocado. Logo depois do início da luta, quando os jordanianos abriram fogo contra o nosso posto avançado de comando, havíamos sido forçados a procurar abrigo numa trincheira, e nós dois — ele e eu —, na precipitação, esbarramos um no outro. Não esperava encontrá-lo ali, mas sua presença na luta não constituiu surpresa para mim. Sabia que muitos oficiais paraquedistas, mesmo já desligados do Exército, habitualmente se apresentavam onde quer que houvesse luta, para “dar uma mãozinha aos mais moços”. Quando a unidade de assalto começou a avançar na direção do forte policial, Yirmi escapuliu do posto de comando e uniu-se a ela. Quando chegaram as notícias da situação séria em que se encontrava a unidade de bloqueio, Yirmi subiu no primeiro veículo da força de socorro e seguiu na dianteira do comboio. Por ocasião da volta dos caminhões, quando se soube que um deles ficara retido em Sufin, Yirmi deu ordem ao motorista de sua viatura para que acionasse o motor e voltassem. E fora ele, ainda usando sua indumentária civil, quem atara o cabo de reboque no caminhão danificado. Sua camisa branca havia atraído a atenção dos atiradores da Legião e uma rajada de metralhadora o atingira no estômago.

15 de outubro de 1956

A ação contra Kalkilah criou uma comoção maior do que a provocada por qualquer outra operação de represália levada a efeito no front jordaniano e, acima de tudo, fez com que se tornassem muito mais tensas nossas relações com os ingleses. Aparentemente, não era remota a possibilidade de uma intervenção armada britânica, ao lado da Legião Árabe. O cônsul inglês em Jerusalém julgara “oportuno” entrar em contato com o nosso ministro do Exterior na mesma noite da batalha, a fim de lhe dar conhecimento de uma solicitação da Jordânia. Declarara que, durante a luta, o Rei Hussein se havia comunicado com o General Charles Keightley, comandante das Forças Britânicas no Oriente Médio, exigindo que ele fizesse entrar em vigor o Tratado de Defesa Anglo-Jordaniano. Hussein solicitava que a Real Força Aérea Britânica entrasse em ação, em apoio das tropas jordanianas.

A transmissão dessa informação ao nosso Governo, no meio da noite, constituía, sem qualquer dúvida, uma advertência a Israel sobre a disposição da Grã-Bretanha de atender ao pedido da Jordânia. No dia seguinte — dia 12 — o âmbito da disputa se havia ampliado. O encarregado de negócios da Grã-Bretanha em Telavive, Sr. Peter Westlake, solicitara uma audiência ao primeiro-ministro. Nessa entrevista, dissera a Ben Gurion que uma divisão do Iraque estava pronta para entrar na Jordânia e, se Israel reagisse militarmente, a Grã-Bretanha iria em auxílio do Rei Hussein. Ben Gurion respondeu que Israel fazia objeção à entrada da força do Iraque e desejava ter liberdade de ação se, apesar de sua oposição, aquele país persistisse em sua atitude.

Com efeito, há uma semana, logo depois do assassinato dos arqueólogos em Ramat Rachel e em seguida à nossa ação de represália contra o posto policial de Husan, o encarregado de negócios da Grã-Bretanha dissera ao General Burns, das Nações Unidas, que, se Israel levasse a efeito mais uma só ação de represália, o Tratado de Defesa Anglo-Jordaniano seria executado. Tivemos conhecimento dessa declaração, e ela poderá ser considerada como refletindo a disposição britânica no que diz respeito à atual crise.

Ignoro se a RAF atacaria, de fato, nossos aviões, se a luta em Kalkilah se tivesse prolongado até depois do amanhecer. A opinião generalizada em nossos círculos, porém, é que, desde que os jordanianos demitiram Glubb, a Grã-Bretanha está ansiosa por fazê-los compreender que aquela ação constituiu um erro e que ela (a Grã-Bretanha) representa o único apoio de que eles dispõem, para se defender contra Israel. De qualquer modo, duas vezes, em vinte e quatro horas, os representantes britânicos deram a conhecer ao Governo de Israel que seu país se havia oferecido para auxiliar a Jordânia, lançando mão de força militar. Essa gelidez tem sido, desde algum tempo, a característica das relações entre a Grã-Bretanha e o Estado de Israel, mas, agora, com o surgimento de um plano do Iraque, essa frieza chegou ao máximo.

Este plano foi apresentado, na semana passada, por Nuri Said, primeiro-ministro do Iraque, por ocasião de uma sua visita a Londres. Antes de deixar Bagdá, ele declarara, numa entrevista concedida ao correspondente de The Times, que a disputa entre Israel e os Estados árabes só poderia ser solucionada nos termos da Resolução de Partilha das Nações Unidas, de 1947, segundo os quais o Neguev e a Galileia deveriam caber aos árabes. No dia seguinte, um porta-voz do Foreign Office apressou-se em anunciar que o Governo inglês aprovava a declaração de Nuri Said e se mostrava disposto a servir de mediador entre as partes. O porta-voz recordara, na oportunidade, o discurso do primeiro-ministro britânico, pronunciado no Guildhall, a 9 de novembro de 1955, e no qual era sugerido que Israel atendesse às exigências territoriais dos Estados árabes e que as partes deveriam chegar a um entendimento sobre as fronteiras de Israel — entre as fronteiras existentes e aquelas instituídas na Resolução das Nações Unidas, de novembro de 1947.

O discurso de Anthony Eden, no Guildhall, fora considerado hostil às aspirações israelenses e causara profundo ressentimento em Israel. O Governo britânico sabe muito bem que não é terra o que falta aos árabes e que suas exigências territoriais não têm por finalidade a satisfação de suas necessidades, mas que visam tão-somente a sabotar a instituição do Estado de Israel, cuja área, mesmo agora, é mais do que restrita.

Assim, em face da ressurreição do discurso no Guildhall, promovida pelo porta-voz britânico, e da ligação das palavras de Eden às declarações de Nuri Said, operou-se um verdadeiro passe de mágica. O apoio da Grã-Bretanha às exigências territoriais dos árabes, com prejuízo para Israel, fora oficialmente declarado, sob a designação de o Plano do Iraque. Quando o cônsul e, em seguida, o encarregado de negócios britânicos transmitiram suas mensagens ao Governo de Israel, após Kalkilah, nossas autoridades as fixaram, naturalmente, no contexto das declarações de Nuri Said e do seu já famoso Plano. O ministro do Exterior de Israel, Golda Meir, reagiu violentamente. Divulgou um comunicado oficial, declarando que Israel encararia a entrada do Exército Iraquiano na Jordânia como parte do plano de Nuri Said, o qual procurava forçar Israel a aceitar um acordo que poria em perigo sua existência, e, nessas condições, o repelia. O primeiro-ministro, Ben Gurion, numa exposição feita, hoje, no Knesset, sobre a política de Defesa e do Exterior, declarou, igualmente, que Israel era contrário à entrada de força do Iraque na Jordânia — mesmo na Jordânia Oriental — e que “o Governo de Israel reservava sua liberdade de ação, se se verificasse qualquer violação do status quo e se uma força militar estrangeira fosse colocada no interior da Jordânia”.

As declarações, naturalmente, não são unilaterais, e The Times, de hoje, outra vez publica um editorial, explicando que a Grã-Bretanha irá em auxílio da Jordânia, se Israel continuar a realizar ações de represália no interior do seu território.

Independentemente das intenções da Grã-Bretanha, deve ser dito, para crédito da Jordânia, que seu governo não se tem limitado a promover negociações em favor das tropas iraquianas e a solicitar a intervenção da Grã-Bretanha. Tem tomado, igualmente, providências práticas, no sentido de impedir infiltrações no território de Israel. Destacou um batalhão para guardar a fronteira central — a região de Kalkilah — e o Primeiro-Ministro Ibrahim el Hashem, com a aprovação do Rei Hussein, ontem baixou um regulamento de defesa, concedendo aos comissários do distrito poderes especiais para punir os perturbadores da ordem, inclusive os infiltradores. O que é surpreendente é que esse regulamento foi baixado por sugestão do Zaitn (general) Fauzi Mirad, comandante da região de Kalkilah. Ele insistiu na necessidade de uma extensão das horas de recolher ao longo das

fronteiras e do alargamento para cinco milhas da faixa, pela qual ninguém pode transitar durante as horas de recolher. Ordens foram, também, dadas às unidades da Legião Árabe para realizar um intensivo patrulhamento ao longo da fronteira e fazer fogo em quem tentar cruzar a linha divisória, “já que é essencial impedir as infiltrações árabes, as quais servem de pretexto para que Israel desfeche cruéis ataques no interior do solo da Jordânia”.

Na manhã do dia 11, depois que as unidades encarregadas da ação em Kalkiliah haviam retomado a suas bases, segui para Jerusalém, a fim de apresentar meu relatório ao ministro da Defesa. Fui acompanhado pelo comandante da Brigada de Paraquedistas, que fora o executor da operação. Ben Gurion, como todos nós, estava acabrunhado e muito apreensivo em face das nossas pesadas baixas. Nem a mensagem do cônsul, sobre a solicitação da Jordânia por auxílio britânico, fê-lo sentir-se aliviado. Embora não fizesse qualquer crítica à ação, insistia em fazer perguntas sobre a mesma questão: nossas pesadas baixas foram absolutamente inevitáveis? Nem o comandante da brigada e nem eu pôde defender, sem reserva, a maneira como a operação fora conduzida. Cada um de nós — ou, pelo menos, eu — tinha suas dúvidas em relação ao problema. De modo geral, foi uma reunião acalorada de três pessoas, com a consciência pesada. Na manhã seguinte, dia 12, apresentei-me ao Ministério do Exterior e ao Comitê de Segurança do Knesset, e fui submetido — justificadamente — a uma vigorosa inquirição. Ontem — dia 14 — convoquei uma reunião no grande quartel-general para analisar a operação e tirar as conclusões, que servirão para o futuro.

Nesta reunião, as críticas eram dirigidas — principalmente por oficiais paraquedistas que haviam tomado parte na luta — contra o Estado-Maior, isto é, contra mim, por haver-lhes dado ordem — contrária à opinião que alimentavam — para que limitassem a escala da ação e evitassem capturar o bolsão inimigo de Khirbet Sufin. Mesmo agora, depois da batalha, penso que estavam errados. A captura de Sufin não era necessária para a execução da tarefa que lhes fora prescrita — fazer; ir pelos ares o forte policial —, mas apenas para o resgate da unidade de bloqueio. O erro, portanto, segundo meu modo de pensar, repousa na colocação dos blocos de obstrução. Isto foi feito muito no interior do território inimigo, o que tornou fácil, para a Legião, cortar a retirada da unidade em Khirbet Sufin, ou em

qualquer outro bolsão que dominasse a Estrada Azun-Kalkilah. Por outro lado, acho que a ação foi executada em moldes de rotina e que não se tirou muita vantagem do apoio especialmente pesado da artilharia, proporcionado na ocasião. Nas operações anteriores, nunca havia sido possível iluminar o alvo com holofotes e martelá-lo com fogo de tanques e de peças de campanhas à queima-roupa. Em Kalkilah, porém pudemos fazê-lo. A unidade assaltante, porém, fora de hábito, apressou-se em investir contra o objetivo, antes que as oportunidades daquele apoio tivessem sido integralmente exploradas.

Um comportamento dessa natureza é, naturalmente, determinado pelo melhor dos motivos. Os paraquedistas haviam desenvolvido um espírito de luta e uma técnica de guerra baseados no assalto sem qualquer hesitação, audacioso e veloz na ação. Constitui quase um reflexo automático dos comandantes de paraquedistas, quando sob fogo, carregar e capturar a posição atacante. O ímpeto de avançar sobre o inimigo não nasce só de um princípio militar bem concebido e de técnica de batalha. Aquela unidade tinha participado de numerosas ações nos últimos dois anos, e cada um dos seus homens havia visto muitos dos seus melhores amigos e comandantes abatidos. Quando um deles entra numa luta, julga ser seu dever não se mostrar inferior em coragem aos que viu morrer, mas atirar-se ao assalto sem qualquer hesitação.

A Brigada de Paraquedistas é integrada por voluntários, atraindo principalmente o que há de melhor e de mais idealista em nossa juventude. Sua rijeza em batalha — e em físico — é frequentemente ilusória, mascarando integridade e ilimitada dedicação — integridade na execução da tarefa de que foi encarregado e devoção aos seus camaradas. Daí a razão por que eles têm o maior cuidado, mesmo sob as mais penosas condições de luta, em trazer de volta seus mortos e feridos, não os deixando em território inimigo. Essa atitude torna-se, para eles, quase como um artigo de fé. Existem, sem dúvida, bases racionais para tal conduta, mas a verdadeira razão é a profundidade do sentimento que cada um alimenta por seus camaradas, enfrentando juntos o perigo, como o fazem, muitas vezes. Mas suas esplêndidas qualidades de luta e seu total desprezo do perigo não absolvem seus comandantes — de todas as graduações — da necessidade de procurar meios de atingir seus objetivos, com os menores riscos

possíveis. Em minhas conversas com oficiais superiores da brigada, expressei, portanto, meu ponto-de-vista de que o nosso fracasso em tirar a maior vantagem possível do apoio da artilharia, no ataque ao forte policial, não foi apenas um erro tático, mas, muito pior, constituiu uma prova de insuficiente esforço para explorar as circunstâncias especiais encontradas em cada tarefa militar.

Entretanto, a finalidade principal da reunião não era a de ventilar diferenças de opinião sobre este ou aquele detalhe, mas examinar o inteiro problema das ações de retaliação. Todos estavam de acordo que o atual sistema deve ser revisto. A gravidade do que ocorreu em Kalkilah não repousa tão-somente no que aconteceu, mas principalmente no que poderia ter acontecido — e que se verificou.

Quase fracassamos na missão de resgatar a unidade de bloqueio, durante as horas de escuridão. As munições dos homens sitiados estavam praticamente esgotadas — um fator que teria decidido o destino deles, mesmo antes de o dia amanhecer. E se tivéssemos sido compelidos a enviar uma força blindada de resgate, com apoio aéreo, durante o dia, haveria toda possibilidade de que entrássemos em choque com a RAF. E é esta possibilidade que tem causado grandes apreensões a Ben Gurion — sempre atento, e cheio de cautela, desde a instituição do Estado de Israel, para evitar que um choque dessa natureza ocorra.

A principal causa da situação que se configurou em Kalkilah, inteiramente diferente de anteriores missões, foi nosso prolongado recurso ao método de represália. No princípio, nossa experiência normal indicava que, nas ações contra os egípcios e os jordanianos, procurássemos colhê-los de surpresa e inteiramente despreparados. Agora, após qualquer assassinato cometido em Israel pelos fedayun, os árabes sabem que podem aguardar um ataque em uma de suas instalações militares, e, assim, quando nossas unidades investem contra um acampamento militar ou um forte policial, encontram o inimigo preparado e sempre organizado para a defesa.

Em todas as nossas discussões, durante esta semana, no Knesset, no Ministério do Exterior e no Comitê de Segurança, com o primeiro-ministro e o ministro da Defesa e, igualmente, no grande quartel-general, sempre ouvi a pergunta: “O que acontecerá agora?” Manifestei a opinião de que não

podemos continuar neste estado “nem de guerra e nem de paz”, e que devemos compelir nossos vizinhos a escolher entre acabar com o terrorismo ou nos ter pela frente numa guerra completa. Podemos fazê-lo de duas maneiras. Uma, é desfechar nossos golpes de represália à luz do dia, usando tanques e aviões. Esta providência não somente reduziria nossas baixas, mas os Estados árabes — principalmente o Egito, mas também a Jordânia e a Síria — não poderiam deixar de temer o abalo em seu prestígio. Nenhum Estado pode ignorar ações dessa natureza, e nos Estados sob regime militar o desafio seria particularmente grave. O segundo meio seria cruzar a fronteira, capturar as posições-chave que dominam o território inimigo e só concordarmos com a evacuação sob a condição de cessação do terrorismo. Esta providência se aplica à faixa de Gaza, onde o quartel-general dos fedayun está localizado. O Egito não está ligado a qualquer aliado europeu, que se veja compelido a ajudá-lo. Poderíamos capturar as posições na fronteira, ao longo da faixa de Gaza, e anunciar que, enquanto o Egito não conseguisse sustar as atividades de seus terroristas contra nós, continuaríamos a ocupar aquelas posições e, assim, impedir que as unidades fedayun penetrassem no território de Israel.

Em nenhuma parte — no grande quartel-general, no Comitê do Knesset, nas conversações com o primeiro-ministro — qualquer diretriz fora adotada, tendo em vista o que pudesse acontecer no futuro. Torna-se claro para todos nós, entretanto, que já chegamos ao fim da fase das ações de represália, realizadas sob a proteção da escuridão noturna.

4. Na Véspera

16 de outubro de 1956

Soube que, anteontem, dia 14 — há, portanto, menos de quarenta e oito horas —, unidades avançadas do Iraque penetraram na Jordânia. Se pretendemos reagir militarmente, devemos fazê-lo logo, antes que a presença dessa força em território jordaniano se transforme em fato consumado e reconhecido. Será muito difícil organizarmos as forças necessárias e talvez lutar simultaneamente em duas frentes: a jordaniana e a egípcia. Mas não descubro como evitá-lo. O que está acontecendo agora, além de cada uma destas fronteiras — oriental e ocidental —, irá determinar talvez nosso futuro e, com todos os sacrifícios que daí decorrerão, teremos que enfrentar essas duas ameaças.

Os ingleses, naturalmente, poderiam poupar-nos essa segunda frente. Acredito, entretanto, que estão satisfeitos com esta oportunidade que, provavelmente, criaram — de demonstrar aos árabes que, pelo fato de estarem conosco no mesmo lado de um front político, isto não foi motivado por seu amor a Israel e nem significa que os abandonarão na outra frente, isto é, na oriental.

Conquanto não saibamos se a campanha sobre o Suez será, de fato, desfechada, julgo que devemos fazer todos os preparativos necessários. Pela manhã, visitei o Comando do Sul, para uma revisão da Operação-Kadesh. O plano, elaborado por esse Comando, revela-se globalmente satisfatório. As principais alterações, que introduzi, são destinadas a ampliar a independência de cada força, de forma que uma não retarde as outras. Igualmente, ordenei uma redução no número dos veículos, escalados para a formação que irá operar ao longo do eixo meridional — através de Nakhl. Não é somente porque não temos viaturas em número suficiente —

particularmente as de tração dianteira —, mas, igualmente, porque muitos veículos embarçam o comboio e prejudicam a movimentação e, nestas condições, a preocupação de fatura acaba sendo um ônus.

21 de outubro de 1956

Pela manhã, o adido militar francês esteve em meu gabinete. Desejava obter esclarecimentos sobre alguns itens do equipamento que estamos adquirindo, para abastecimento de aviões. Antes de tratar do negócio, trocamos impressões sobre a entrada de tropas do Iraque no território da Jordânia. O adido disse-me que, quando estivera em Londres, os ingleses o haviam informado que nem a Jordânia estava interessada em ter o Exército do Iraque no interior de suas fronteiras e que nem mesmo o Primeiro-Ministro Nuri Said era favorável à providência, mas que toda a iniciativa fora da Grã-Bretanha. Os ingleses estavam convencidos de que a presença daquela tropa em território jordaniano, durante o período das eleições para o Parlamento, fortaleceria as forças anti-Nasser, ali existentes.

Devo confessar minha impressão de que, com exceção do Todo- Poderoso, somente os ingleses são capazes de complicar as coisas em tão elevado grau. No mesmo instante em que se preparavam para derrubar Nasser, que é um inimigo comum nosso e deles, insistem em colocar o Exército do Iraque no interior da Jordânia, mesmo que esta ação resulte numa guerra entre este último país e Israel — guerra na qual eles tomarão parte contra Israel. O resultado será que, ao invés de provocar a queda de Nasser e, em face disso, salvaguardar a posição de sua pátria no Oriente Médio, como uma potência que sustenta firmemente seus direitos sobre o Canal de Suez, eles deixarão Nasser engolir calmamente sua presa, enquanto se afastam para iniciar um novo conflito Israel-Grã-Bretanha-Jordânia. Duvido que alguém possa explicar por que a Grã-Bretanha não susta esse plano a respeito do Iraque, até que termine a campanha de Suez.

O lado mais irônico desse affair, entretanto, é que, enquanto o adido me estava explicando, com profunda seriedade, como os representantes franceses não conseguiam convencer os ingleses a abandonar seu projeto

em relação ao Iraque, eu já sabia que todo o esquema não era mais exequível. As eleições parlamentares jordanianas encerraram-se ontem, com espetacular vitória dos nasseristas, e o Governo jordaniano, tomando conhecimento do fato, apressou-se em cancelar seus acordos militares com o Iraque. Nasser, por seu lado, anunciara que estenderia sua ajuda militar à Jordânia. Além disso, parece que o Governo jordaniano já vem negociando, desde algum tempo, sua entrada para o comando militar conjunto Egito-Síria.

Não sei o que é melhor — ou, antes, o que é pior — para nós: o Exército do Iraque no interior da Jordânia ou uma associação mais estreita da Jordânia com o Egito. Para a Grã-Bretanha, porém, os resultados das eleições na Jordânia constituíram uma amarga derrota. A onda de nacionalismo, que assalta a Jordânia, começou a se avolumar já no início do ano. O britânico Glubb, comandante da Legião Árabe, desde o dia de sua organização, foi sumariamente demitido e recebeu ordem para deixar o país no período de quarenta e oito horas. Em seu lugar, foi nomeado Radi Eynab. Eynab, embora sendo um árabe jordaniano, não era suficientemente antibritânico em seu nacionalismo e, por isso, foi substituído por Ali Abu-Nawar. Entrementes, a teia se foi estendendo, cada vez mais ampla, e surgiu uma exigência, levantada no Parlamento, no sentido de que fosse anulado o Tratado Anglo-Jordaniano. O Governo se opôs à medida e sofreu um voto de censura, no dia 25 de junho passado. O Rei Hussein dissolveu, então, o Parlamento e convocou novas eleições para outubro, esperando que, nos três meses intervenientes, ser-lhe-ia possível organizar as coisas, de forma que a nova legislatura acusasse uma maioria, favorável ao tratado com a Grã-Bretanha. Agora, com as eleições já realizadas, a informação, que circula, é que a situação não se alterou e que, mesmo, o novo Parlamento assumirá uma posição contrária a uma aliança com Nuri Said, que é pró-britânico, exigindo uma aproximação mais estreita com Nasser.

No que diz respeito a Israel, já não há razão para se preocupar com o plano do Iraque. O nacionalismo jordaniano, alertado sobre a sua marca registrada — *Made in Britain* —, estabeleceu um preço para ele. Assim, surgiu um outro dos esquemas do Foreign Office para o Oriente Médio — e, com ele, uma pesada pedra foi colocada em nosso caminho.

25 de outubro de 1956

Depois de numerosas conferências internas e de contatos e esclarecimentos com autoridades no exterior, que tiveram início há dois meses, podemos resumir a situação, hoje, da seguinte maneira:

1 — O primeiro-ministro e ministro da Defesa, David Ben Gurion, deu sua aprovação, em princípio, à campanha e aos seus objetivos.

2 — Nossas forças entrarão em ação ao anoitecer do dia 29 de outubro de 1956 e deveremos completar a captura da Península do Sinai, entre sete e dez dias.

3 — A decisão sobre a campanha e seu planejamento é baseada na presunção de que forças francesas e britânicas estão próximas de agir contra o Egito.

4 — Conforme informação em nosso poder, as forças anglo-francesas pretendem desencadear suas operações no dia 31 de outubro de 1956. O objetivo, que têm em vista, é assegurar o controle da Zona do Canal de Suez e, para isso, terão que efetuar um desembarque por mar ou uma descida de paraquedistas, sem dúvida, com adequada cobertura aérea.

Às 13h 45m, reuni-me com oficiais superiores do Setor de Operações. Para essa reunião, preparei diretrizes para a ordem das operações (Apêndice 2), as quais substituem as da ordem anterior, Kadesh-1 (Apêndice 1) de 5 de outubro. Além do calendário, que estabelece o dia e a hora do início da ação, a ordem de hoje contém diversas alterações, em relação às anteriores. A primeira se verificou no parágrafo sobre objetivos. Agora, é ressaltada a criação de uma ameaça ao Canal de Suez, e somente depois disso, é que vêm os propósitos básicos da campanha — captura do Estreito de Tirã (Sharm e-Sheik e as Ilhas de Tirã e de Sanapir) e a derrota das forças egípcias.

Sobre a questão da derrota das forças do Egito, realizei diversas conferências com Ben Gurion. É claro que não temos interesse em “destruir as forças do inimigo”, o que é a habitual diretriz na elaboração dos alvos da guerra, mas é melhor que a menor quantidade possível de sangue seja derramada. Utilizo, portanto, a fórmula “confundir a organização das forças egípcias e causar seu colapso”. Em outras palavras, devemos ocupar os entroncamentos rodoviários e as posições-chave inimigas, que nos darão o controle da área e as forçará à rendição.

A segunda alteração na ordem operacional afeta as fases de nossa ação, e a terceira é relacionada com o emprego da Força Aérea.

Espero que estas sejam as mudanças finais, pois faltam somente quatro dias para o início da campanha.

Na abertura da reunião, transmiti o que sabia sobre as condições políticas dentro da estrutura, em cujo âmbito iríamos conduzir nossa campanha. Do ponto-de-vista operacional, tínhamos que distinguir entre o período até o início do desencadeamento da ação anglo-francesa e o período posterior. Podia-se presumir que, com o lançamento do ataque daquelas duas nações, a Força Aérea Egípcia sustaria sua atividade contra nós. As unidades do Exército Egípcio no Sinai certamente receberiam ordem para regressar para o interior do país, e as que permanecessem em suas posições estariam com o moral muito baixo. Nessas condições, o que era possível ser feito depois do assalto anglo-francês não deveria ser tentado antes.

Salientei que o ministro da Defesa estava preocupado com as pesadas baixas que poderemos sofrer na fase inicial da campanha, antes da ação anglo-francesa, a qual, segundo esperávamos, de fato iria ter lugar. Acredita ele que, tão logo comecemos nossa ofensiva, a Força Aérea Egípcia atacará Telavive e Haifa, com seus bombardeiros Ilyushin e causará enorme destruição entre a população civil. Não participo dessa apreensão. Naturalmente não nos será possível “atravessar entre os pingos da chuva” e sair completamente secos, mas julgo que, com precaução, não nos molharemos demais. Penso que, nas primeiras fases da campanha, poderemos emprestar à nossa operação o caráter de uma ação de represália e embora devamos ter uma força poderosa perto do Canal de Suez, provavelmente os egípcios não interpretarão essa providência como o início

de uma campanha de amplitude, e não se apressarão em bombardear alvos civis em Israel.

Expliquei que, em conformidade com essa intenção, é que havia introduzido alterações em nosso plano inicial. Nossa primeira ação, portanto, não seria mais a captura de objetivos no eixo setentrional, mas o lançamento de um batalhão de paraquedistas no Passo Mitla (Jebel Heitan). O plano anterior determinava o início da campanha com a captura de objetivos que dominavam a rota entre Israel e o Egito, lista rota estende-se através da borda norte do Sinai, seguindo ao longo da costa do Mediterrâneo, e é servida por estrada de ferro e estradas asfaltadas, por um aeroporto e por fontes de água doce. A área circunvizinha, naturalmente, detém concentrações das principais forças egípcias, destacadas para a frente de Israel.

O Passo Mitla, por outro lado, está próximo da embocadura sul do Canal de Suez, e seu vínculo geográfico com Israel é um trilho de chão, deserto, que divide ao meio o descampado do Sinai. Esse trilho é defendido por pequenas unidades do Exército Egípcio e o passo, em si mesmo, é perfeitamente desabitado. Espero, portanto, que o Estado-Maior egípcio interprete nosso lançamento de paraquedistas no Passo Mitla apenas como um reide. Não acredito na possibilidade de que lhe ocorra que uma campanha, para a conquista do Sinai, possa começar de outra maneira que não pela tentativa de assegurar o controle dos dois eixos setentrionais, ou seja, de El Arish e de Bir Gafgafa. Além do mais, presumo que, mesmo no dia seguinte, quando as forças da nossa brigada móvel houverem capturado Thamad e Nakhl, pontos de defesa do eixo Passo Mitla, o Alto Comando egípcio pensará que estamos agindo dessa maneira a fim de enviar reforços apressadamente para nossa unidade isolada naquele passo, e que nossa intenção é fazer com que ela se retire e volte para Israel.

A segunda alteração, que fiz, relativa ao emprego da Força Aérea, é que ela não abrirá a campanha, com um bombardeio dos aeroportos egípcios, mas se limitará, nos dois primeiros dias, a dar apoio aéreo às nossas forças terrestres e proteção aos céus de Israel. Essa alteração é destinada, igualmente, a fortalecer a impressão no grande quartel-general egípcio de

que estamos empenhados numa restrita ação de represália, e não em uma guerra em larga escala.

Naturalmente existe algum risco em tomar por base minhas presunções. Se elas se revelarem errôneas e a Força Aérea Egípcia reagir à nossa captura de Mitla, bombardeando cidades de Israel, teremos que pagar caro por haveremos deixado de lado a oportunidade da surpresa e de não termos destruído os aviões egípcios, enquanto pousados.

Creio, entretanto, que isso só poderia acontecer se os egípcios obtivessem informações dos nossos planos. No curso normal dos acontecimentos, duvido que o seu Estado-Maior, na primeira noite da nossa ação, tenha qualquer idéia precisa do que estiver acontecendo. É verdade que ele receberá informações, procedentes das unidades sob ataque na fronteira de Israel, mas essas unidades informam sobre a presença de batalhões e de brigadas de Israel mesmo quando estão em face de seções ou de pelotões e o grande quartel-general já está acostumado com falsos alarmas. Somente na manhã seguinte, quando os alarmas forem confirmados é que o Alto Comando irá examinar como reagir. Certamente, os egípcios não hesitarão em atirar todas as suas forças na luta contra as unidades israelenses que houverem penetrado em seu território, mas não acredito que se apressarão em enviar seus aviões para bombardear Telavive.

É quase certo que, no primeiro dia de luta, as batalhas serão limitadas ao eixo Nakhl-Mitla — a localização das nossas unidades, que terão irrompido no Sinai. Um dia depois, pela madrugada, segundo se espera, as forças anglo-francesas desfecharão sua campanha. Se isso realmente acontecer, estaremos em condições de desenvolver nossas operações em dois sentidos — continuar nosso avanço para o Sul, na direção de Sharm e-Sheik, e desfechar um ataque no Norte, sobre Rafah e El Arish. Se, entretanto, as coisas não correrem bem e por alguma razão tivermos de sustar nossa campanha, evacuaremos nossa unidade de Mitla, através do eixo Nakhl-Thamad, o qual, então, estará sob nosso controle, e alegaremos que tudo não passou de uma ação de represália e que, uma vez levada a efeito, nossas forças estavam regressando para Israel.

26 de outubro de 1956

Realizou-se, ontem à noite, uma reunião de todo o Estado-Maior. Se tudo correr segundo os planos, essa foi a nossa última sessão, antes do início da campanha.

As ordens já foram dadas a cada unidade pelo Setor de Operações, em reuniões individuais, e esse forum, mais amplo, foi convocado principalmente para um esclarecimento dos antecedentes políticos e suas implicações.

O assunto era, de alguma forma, complicado. Nem todas as informações que eu tinha poderiam ser transmitidas, e nem tudo o que transmiti poderia ser explicado. Entretanto, era excelente o espírito que prevaleceu durante a reunião, e todos se esforçaram por controlar sua excitação e suas apreensões.

Quando expus nossas relações com as forças anglo-francesas, disse que, se nossa participação fosse confirmada e elas, de fato, atacassem o Egito, teríamos que agir como um ciclista, que está pedalando ladeira acima, e, quando passa um caminhão na mesma direção, ele se agarra na traseira. Deveremos aceitar todo auxílio possível, pendurados no veículo e explorando, tanto quanto possível, seus movimentos, e, somente quando nossas estradas se bifurcarem, é que poderemos separar-nos e seguir, sozinhos, nossa estrada com nossa própria força.

Essa ilustração de conseguir uma “carona” no caminhão anglo-francês evocou o não inesperado comentário sobre a possibilidade de sermos esmagados sob suas rodas ou de sermos arrastados para um local onde não pretendíamos ir. É possível que não tenha escolhido a analogia mais apropriada, mas de qualquer maneira eles entenderam nossa situação.

Alguém perguntou se era intenção de Israel permanecer no Sinai, ou eventualmente retirar-se? Tudo que pude dizer foi que, em qualquer circunstância, nossa primeira tarefa era capturar a inteira Península do Sinai, de forma que “se tivéssemos que nos retirar, teríamos por onde fazer a retirada”.

No fim da reunião, aproveitei o bom humor geral para me referir às relações entre o grande quartel-general e as unidades de luta. Disse que deveríamos evitar dar a essas unidades a impressão de que o GQG as sobrecarregava com tarefas, além da capacidade de que dispunham, e através da insensibilidade de oficiais, que passavam o tempo vivendo uma boa vida em Telavive, não se preocupava em supri-las de tudo aquilo que lhes era necessário para a luta. Frisei que essas queixas, em sua maioria, refletiam o pensamento dos comandantes. No ano passado, o Exército havia atingido uma elevada disposição de luta. Minha experiência de queixas dos comandantes de unidades ao GQG havia sido, não que suas missões eram demasiadamente pesadas, mas se revelavam leves em excesso. Algumas unidades se sentiam vítimas de discriminação, não porque não haviam obtido veículos em volume suficiente ou reforços não lhes foram dados, mas porque não haviam sido convocadas para participar de alguma ação. Esse espírito representava um admirável fator positivo, que deveria ser alimentado e sempre fortalecido. Na Operação-Kadesh, as unidades serão encarregadas de duras missões, e há probabilidade de que se verifiquem alguns reveses. Em casos dessa natureza, sempre surgem oficiais que “naturalmente” tentam atirar a culpa no inevitável bode expiatório — o GQG. Se assim procedem, cometem um grande erro. Não há nada mais fácil do que “passar a bola”, mas o comandante que procede desse modo, destrói, com suas próprias mãos, sua capacidade de exigir e de obter dos seus comandados um supremo esforço para a realização do objetivo, de que todos foram encarregados.

Em minha exposição não apresentei casos concretos, embora todos nós soubéssemos que o problema não era teórico e, por isso, ninguém divergiu do meu ponto básico. Se tivéssemos que apresentar exemplos, para ilustrar a asserção, eles poderiam ser encontrados desde a guerra da independência até a ação em Kalkilah.

Temos que iniciar a Campanha do Sinai depois de numerosas ações de represália e, na efetivação destas, aperfeiçoamos uma característica, indispensável, num campo de batalha — a habilidade e a rapidez das unidades pequenas na realização de missões duras e audaciosas. No Sinai necessitaremos explorar essa conquista ao máximo, embora a maioria das ações de represália houvesse sido levada a efeito por um pequeno grupo de

oficiais escolhidos, quase sempre paraquedistas, ao passo que, agora, o Exército inteiro irá ser submetido a esse teste. A questão mais séria é saber se não estamos enganados em esperar que soldados regulares do Exército e reservistas atinjam o mesmo nível de capacidade de luta das nossas unidades escolhidas, para as operações de represália. Espero que eles possam atingi-lo, e a chave está nas mãos dos seus comandantes.

Hoje, pela manhã, avistei-me com o comandante da Força Aérea e, mais tarde, com o comandante da Marinha. No encerramento dessas reuniões, foram elaboradas as seguintes diretrizes:

Diretrizes, elaboradas pelo chefe do Estado-Maior, sobre o emprego da Força Aérea na Operação-Kadesh. 26 de outubro de 1956.

1 — Na primeira fase, a partir do Dia-D até e incluindo D mais 2, as tarefas da Força Aérea serão basicamente defensivas e sua ação será determinada por medidas tomadas pelo inimigo no ar. Durante esta fase, a intenção é limitar as atividades aéreas tanto quanto possível, embora impedindo as ações aéreas egípcias contra bases e a população civil em Israel. Assim, três funções talvez se tornem necessárias, na seguinte ordem de prioridades:

- a) Cobertura e apoio aéreos às forças terrestres no Sinai, na eventualidade de que o inimigo confine sua atividade aérea à zona da batalha.
- b) Prontidão para defender os céus de Israel e ativar o sistema de defesa antiaérea.
- c) Atacar a Força Aérea Egípcia e seus aeroportos, na eventualidade de que o inimigo amplie o âmbito das operações e atinja alvos em Israel.

2 — Na segunda fase, a partir do Dia-D mais 2 em diante, nossa Força Aérea será concentrada nas seguintes quatro funções:

- a) Apoio às forças terrestres.

- b) Interceptação.
- c) Proteção dos céus de Israel.
- d) Prontidão para agir contra outros Estados árabes, caso decidam participar da campanha.

3 — Durante todo o período da luta, da Hora H em diante, a Força Aérea desempenhará um relevante papel nos transportes, atirando ou desembarcando tropas, deixando cair suprimentos, em paraquedas, para unidades terrestres que estejam isoladas e realizando deveres gerais de suprimento e de evacuação.

Diretrizes, elaboradas pelo chefe do Estado-Maior, sobre emprego da Marinha na Operação-Kadesh. 26 de outubro de 1956.

1 — Serviços de suprimento e de apoio nas costas do Mar Vermelho (Golfo de Acaba).

2 — Planejamento e prontidão para se utilizar a Marinha na eventualidade de que a Síria e o Líbano entre na luta.

A Marinha mostrou-se desapontada porque suas tarefas não incluíam operações no Mediterrâneo. Presumimos, porém, que os vasos de guerra anglo-franceses imobilizarão a Marinha Egípcia e, em face disso, teremos de aplicar nossa força naval no Mar Vermelho. Além disso, qualquer atividade nossa no Mediterrâneo, sem coordenação com as forças anglo-francesas, provavelmente daria origem a contratempos.

Para que nossa Marinha possa operar no Golfo de Acaba, teremos que levar barcas de desembarque por terra até Eilat. Para isso ser feito, necessitamos de veículos especiais e a operação exigirá providências complexas, como, por exemplo, o alargamento de ângulo das apertadas curvas no Passo dos Escorpiões, na Estrada Baarsheba—Eilat, e o corte dos fios de telefone, sobre o percurso, nos locais onde se encontram excessivamente baixos.

À tarde, retirei da minha mesa todos os papéis que não tratavam exclusivamente do lado operacional da campanha. Deleguei, igualmente, poderes, que, em tempos normais, só a mim cabia exercê-los:

- 1 — Permissão para as unidades operarem além das fronteiras de Israel: delegada aos oficiais-generais, responsáveis pelos Comandos Regionais.
- 2 — Aerofotografia e patrulhamento através da fronteira: ao diretor de Inteligência Militar.
- 3 — Tudo relacionado com a Defesa Civil: ao chefe do respectivo Serviço.
- 4 — Homologação de sentenças de corte marcial: ao general-adjunto.
- 5 — Aprovação financeira (sem limite): ao conselheiro financeiro.

À noite, reuni-me com o Setor de Operações. O nome em código, da operação para a captura do Estreito de Tirã, será Yotvat.

O Setor de Inteligência está veiculando o rumor de que o Exército do Iraque já se acha no interior da Jordânia. Essa providência constitui parte de um plano que tem por objetivo dar a impressão de que nossa atividade é dirigida contra a Jordânia e contra o Iraque. (No Setor de Operações alega-se que essa medida teve tanto sucesso que, mesmo ali, muita gente começou a acreditar em seus próprios rumores.)

No que diz respeito à possibilidade de a Jordânia ir em auxílio do Egito e, assim, entrar na guerra, a opinião geral é que isso acontecerá. Não podemos conceber que o novo Governo nasserista do país, tendo Nabulsi como primeiro-ministro e Ali Abu Nawar, como chefe do Estado-Maior, e que acabava de aderir à aliança Egito-Síria, vá abandonar seu líder, na hora do perigo. De qualquer forma, estou agindo com base na presunção de que a Jordânia iniciará operações contra nós no Dia-D 2, ou 3, e, nesse sentido, nossos planos, para a frente jordaniana, já estão preparados.

Fiz uma rápida inspeção nas salas vizinhas ao meu gabinete, antes de sair, à meia-noite. Numa delas, soldados estavam ocupados, preparando ordens

para dormitórios ferroviários que serão postos a funcionar entre Telavive e Gaza, se, e quando, capturarmos a cidade. Em outra sala, redigiam proclamações em árabe, para os habitantes do Sinai. Mesmo com trabalhos, que eu nunca imaginara que pudessem existir, pode-se conservar um inteiro exército plenamente ocupado.

27 de outubro de 1956

O carregamento de 200 caminhões, 6/6, de tração dianteira, chegou hoje, e salvou a situação. Cem caminhões haviam sido destacados para a Brigada de Paraquedistas (202), que deveria capturar o eixo Nakhl e seguir ao longo dessa estrada no deserto para se juntar aos soldados que já teriam sido atirados em Mitla. Outra centena dessas viaturas fora enviada para a Nona Brigada, cuja missão era atingir Sliarm e-Sheik, através do leito seco do rio e ao longo da costa ocidental do Golfo de Acaba. Em face da pequena frota de veículos israelenses, requisitada aos seus proprietários civis, não sei o que poderíamos ter feito, se esses caminhões franceses não houvessem chegado.

Decidimos que, na primeira noite — na noite de 29 de outubro de 1956 —, assaltaríamos os postos egípcios, situados na fronteira, de forma a franquear, ao Exército, suas principais rotas de movimento. Essas posições inimigas encontravam-se em Nitzana, em Kuntilla e em Mas en-Nakeb. Consequentemente, aprovei (depois de haver obtido a concordância do ministro da Defesa) a evacuação dos observadores da ONU, que se encontravam em Nitzana. Seria melhor que se queixassem de deixar o local sob pressão, do que permitir-lhes enviar relatórios, denunciando concentração de forças nossas, que se preparavam para ação.

O chefe da Defesa Civil sugeriu que decretássemos um black-out em nossas principais cidades, na noite do Dia-D. Não concordei com a idéia. Essa medida apenas iria provocar suspeita e tensão desnecessárias. Sustentei o ponto-de-vista de que os egípcios não nos atacariam nos primeiros poucos dias, aceitando nossa versão de que aquela movimentação de tropa tinha por finalidade uma ação de represália, de alguma sorte bem mais violenta.

Igualmente não concordei com a solicitação da Defesa Civil, para que fossem isentos de convocação os civis que exerciam — segundo a expressão usada — “atividades essenciais”. A campanha iria ser tão rápida que não existia perigo de paralisação da economia, não se justificando o recurso a providências dessa ordem, só cabíveis numa guerra prolongada. É claro que a mobilização total não se aplicaria a serviços de natureza urgente, como os de eletricidade de abastecimento de água, pois o problema de coordenação desse pessoal já estava a cargo de vários comitês, os quais haviam sido autorizados a conceder as isenções indispensáveis.

Faltam apenas dois dias para o início das hostilidades. Amanhã, farei uma visita aos Corpos Blindados, aos quais competirá o principal papel na tarefa de se derrotar o Egito.

28 de outubro de 1956

Tive uma entrevista, hoje pela manhã, com o general-ajudante do Setor de Operações, para examinar o andamento da mobilização dos reservistas.

Nos dois primeiros dias da mobilização, evitamos o sistema de convocação de emergência, a fim de não provocar excitação pública. Mas, como resultado, o comparecimento foi inferior ao que se esperava. Em face de algumas falhas técnicas — endereços errados e mudanças de residência não comunicadas — muitos reservistas deixaram de receber a ordem de convocação. Isso ocorreu, principalmente, entre os integrantes dos Corpos Blindados. No princípio, na 27.ª Brigada, por exemplo, somente 50% dos convocados compareceram. Um largo número de reservistas dessa brigada era originário da Europa Oriental. Alguns haviam deixado seus cartões na Hungria e na Romênia e outros ainda os possuíam, mas preenchidos de tal maneira que os mensageiros do Exército, encarregados de encher as ordens de convocação, não conseguiram decifrá-los. Anteontem foi decidido, então, recorrer-se ao sistema de convocação, em caso de emergência, e a situação, na realidade, melhorou. A alteração foi devida não somente às vantagens técnicas deste método, mas, igualmente — talvez principalmente —, ao seu impacto psicológico. Enquanto não existia um aviso de

emergência, os reservistas pensavam que se tratava de um teste de rotina do sistema de mobilização. Quando, porém, compreenderam que a convocação era para a luta, apresentaram-se em massa em suas unidades, mesmo aqueles que, por qualquer motivo, não haviam recebido o aviso. Bastava que alguns em cada unidade recebessem a ordem de convocação, para que a notícia logo circulasse, fazendo com que todos, de imediato, se apresentassem.

Verificamos, agora, que de um total de mais de 100 000 homens, que tínhamos em mente convocar, noventa por cento compareceram. A verdade é que não esperávamos tão admirável receptividade. Esta elevada percentagem reflete o espírito de que se achavam possuídos os voluntários, o que é ainda mais importante do que o próprio comparecimento numérico.

Por outro lado, já não me sinto muito satisfeito com o espírito “voluntário” demonstrado pelos oficiais-generais encarregados dos Comandos Regionais. A despeito das instruções, eles se permitiram convocar maior número do que o que lhes fora determinado. O Comando do Norte excedeu sua quota em 2 000 homens; o Comando Central, em 1 500 e o Comando do Sul, em 1 000.

O principal problema da mobilização, entretanto, situa-se no setor de veículos. Enviamos requisições para 13 013 veículos. (O funcionário, que se encarregou desta tarefa, era sem qualquer dúvida, singularmente isento de superstição, que não temeu colocar dois treze no total.) Aparentemente, somente sessenta por cento dos carros apareceram. Pensou-se, a princípio, que os proprietários se mostravam relutantes em entregar suas viaturas ao Exército, deixando de cumprir a ordem. A situação, entretanto, permaneceu inalterada, mesmo depois que policiais civis e militares saíram para apreendê-los. A principal razão dessa “queda” era outra: a variedade e a lamentável condição do nosso transporte civil. Não sei se algum exército, em qualquer parte e em qualquer tempo, já entrou em ação, provido de tais veículos. O que pudemos recolher era de causar surpresa, dada a farta variedade de tipos, cores, modelos e tamanho. Nathan Alterman — um dos mais brilhantes poetas de Israel, que possui uma coluna semanal num jornal — poderia escrever uma magnífica Coluna Sete sobre caminhões de lavandaria e camionetas para entrega de margarina chegando a Suez (se

algum dia ali chegarem!). Podemos não dar importância à falta de uma caixa de ferramentas ou a um pneu gasto, mas quando temos um caminhão com o cabeçote de transmissão rachado ou com um defeituoso sistema de mudança, já não se trata de caso de mobilização. Receio que, em relação ao assunto, nossas estimativas foram exageradas e que, na prática, possuímos muito menos transporte do que planejamos poder requisitar.

Aos reservistas foi dito, como explicação para a convocação, que era possível haver um choque com a Jordânia, em face da entrada do Exército do Iraque em seu território e por causa de sua adesão ao Comando Unificado Egito-Síria. Essa explicação coincide com as notícias e os artigos que, nestes últimos dias, vêm aparecendo na imprensa e, por todos esses motivos, é possível que consigamos camuflar, para efeito externo, o verdadeiro propósito da nossa mobilização.

Apesar das falhas e contratempos verificados, não resta dúvida que, se conseguirmos mobilizar, no período de uma semana, o inteiro acervo militar destacado para entrar em ação no Sinai, teremos realizado uma tarefa da mais alta importância, e, segundo as últimas informações em meu poder, é evidente que isso será obtido. Na Força Aérea, por exemplo, a mobilização dos reservistas foi concluída em quarenta e oito horas.

Ao se encerrar a entrevista com o general-ajudante do Setor, solicitei-lhe que me enviasse relatórios diários sobre o andamento da mobilização, nas seguintes categorias: infantaria, blindados, marinha e unidades de serviço. A razão desse pedido é que, apesar do esforço feito, ainda não consegui orientar-me através dos relatórios-padrão, elaborados pelos setores competentes, com suas abreviações, iniciais, siglas e intermináveis cifras em infindáveis páginas.

29 de outubro de 1956

Ontem, às 10 horas, Ben Gurion submeteu ao Gabinete, para consideração e decisão, o assunto da Campanha do Sinai. O Governo aprovou o plano. Ben Gurion convocou, então, uma reunião dos representantes dos partidos de

oposição e lhes deu conhecimento da decisão governamental. Em seguida, foi divulgado um comunicado oficial, explicando a necessidade da mobilização dos reservistas.

O comunicado declara que, em consequência das atividades militares dos árabes e de seus desígnios agressivos, certo número de batalhões da reserva havia sido mobilizado, a fim de que “não tenhamos de enfrentar ataques de surpresa, procedentes do Norte, do Sul e do Leste, com uma defesa inadequada”. O comunicado conclui com a arcaica e patética advertência dos primitivos colonizadores (tirada do Salmo 121, 4): “Observe, aquele que guarda Israel não deverá repousar e nem dormir.”

Este comunicado era dirigido, em primeiro lugar, ao povo de Israel, e o que é importante ressaltar não é somente o que ele declarava, mas o que omitia. Não dava qualquer garantia de que a mobilização fosse por um curto período e nada existia, em seu texto, destinado a reduzir a tensão e o sentimento de véspera de guerra que avassalam o país. No que diz respeito ao seu aspecto relativo aos negócios exteriores, o comunicado explicava e condenava as intenções agressivas dos Estados árabes e a consequente necessidade da mobilização de unidades adicionais do Exército. Disfarçava o verdadeiro propósito da mobilização e, lançando mão de outros meios, procurava chamar a atenção para a fronteira com a Jordânia, como sendo uma fonte de tensão e a provável cena de um conflito militar.

Entrementes, chegara uma outra mensagem telegráfica do presidente dos Estados Unidos. Nela, como na anterior (do dia 27 de outubro), Eisenhower manifestava sua apreensão em relação à nossa mobilização. Em ambas, vinculava nossa convocação de reservistas à entrada do Exército do Iraque na Jordânia e esclarecia que, na realidade, de acordo com sua informação, nenhuma unidade do Iraque havia cruzado a fronteira jordaniana. Ben Gurion, em sua resposta, ressaltou os objetivos agressivos do Egito e não prometeu atender à solicitação do presidente, no sentido de que fosse sustada a mobilização dos reservistas. Quando Ben Gurion fora avisado de que um segundo telegrama havia chegado, mostrou-se muito preocupado sobre seu conteúdo. Depois que o recebeu, e o examinou com o maior cuidado, sentira-se aliviado. As duas mensagens estavam redigidas em termos gerais e poderiam ser “engolidas”. Na segunda, existia uma

reiteração, em tom mais veemente, da advertência contida na primeira, insistindo em que “não existe iniciativa de força da parte de seu Governo que possa pôr em perigo a paz e crescente amizade entre nossos países”.

Em adição a essas mensagens, o embaixador dos Estados Unidos anunciou que havia recebido instruções do seu Governo para evacuar imediatamente todos os cidadãos norte-americanos que existiam em Israel (cerca de 1800 pessoas). Prometemos ao embaixador o auxílio israelense. Acrescentou ele que instruções idênticas haviam sido transmitidas aos cidadãos dos Estados Unidos residentes no Egito, na Jordânia e na Síria.

Um dos itens político-militares que requer atenção é uma declaração por um porta-voz do Exército. É evidente que, hoje à noite, imediatamente após a descida de paraquedistas em Mitla, deve ser divulgado um comunicado oficial. Esse documento precisa ser redigido numa linguagem forte e ameaçadora, mas sem nada revelar sobre nossas verdadeiras intenções. Após longa elaboração, levamos a Ben Gurion, para aprovação, o seguinte esboço de comunicado: “O porta-voz do Exército anuncia que as Forças de Defesa de Israel penetraram e combateram unidades de fedayun em Ras en-Nakeb e em Kuntilla, e apoderaram-se de posições a oeste do entroncamento rodoviário de Nakhl, nas proximidades do Canal de Suez. Esta ação foi determinada em face de ataques militares egípcios contra transportes israelenses, em terra e no mar, com o propósito de causar destruição e impedir aos cidadãos de Israel o gozo de uma vida pacífica.”

Encontramos Ben Gurion doente, de cama, com elevada temperatura. Aparentemente, estava atacado de gripe. O cansaço e a tensão das últimas semanas, igualmente, haviam deixado suas marcas. Mesmo assim, prosseguia em seu trabalho e, quando me despedi, apressando-me em voltar ao posto de comando, ainda ali se encontravam funcionários do Ministério do Exterior, para consultá-lo.

A situação em relação aos Estados Unidos revela-se complexa, e de nenhuma forma agradável. Israel, querendo e necessitando manter estreitos laços de amizade com os Estados Unidos, encontra-se na difícil posição de ocultar ao Governo de Washington — ou mesmo de se mostrar evasivo — suas verdadeiras intenções. A alternativa, entretanto, seria renunciar à ação militar e suportar os atos de hostilidade dos árabes — bloqueio do Golfo de

Acaba, terrorismo dos fedayun e preparativos militares para um ataque a Israel. Os Estados Unidos se mostram determinadamente contrários a qualquer ação militar por parte de Israel, muito embora nada façam para impedir os atos anti-israelenses praticados pelos árabes. Além do mais, os Estados Unidos reiteradamente se recusam a conceder ou a nos vender armas, e, nessas condições, expondo-nos à agressão pelos árabes, que obtiveram acesso às fontes de fornecimento de armamento do bloco soviético.

A incongruência da atitude dos Estados Unidos em relação aos atuais acontecimentos no Oriente Médio é devida, igualmente, ao isolamento em que se encontram em relação às suas aliadas, França e Inglaterra, que lhes ocultaram suas intenções de atacar o Egito. Em sua segunda mensagem a Ben Gurion, o Presidente Eisenhower declarou que, com base na responsabilidade conjunta de signatários da Declaração Tripartite, de 25 de maio de 1950 — declaração dos Estados Unidos, França e Inglaterra garantindo a integridade territorial dos Estados do Oriente Médio —, seu país discutiria o problema da segurança de Israel com a Grã-Bretanha e a França. De acordo com os termos de suas duas mensagens, torna-se aparente que o Governo norte-americano julga que há possibilidade de um conflito imediato entre Israel e a Jordânia, e que a França e a Inglaterra cooperarão com êle, para impedir que isso aconteça. Como os Estados Unidos estão informados sobre a situação! Em todos os seus aspectos, a realidade é justamente o contrário das presunções norte-americanas. A cena da guerra não é a Jordânia, mas o Egito, e a França e a Inglaterra estarão, com toda probabilidade, na mesma linha de frente com Israel, contra a oposição dos Estados Unidos, e não com os Estados Unidos contra Israel.

Acredito, porém, que não se trata apenas de uma questão de ignorância dos fatos. A primeira razão para o resultado negativo dos entendimentos entre os dois países foi devida ao fato de que o Governo de Washington não dispõe de qualquer solução específica para os problemas que, tão agudamente, nos afetam. Ignoro se isso deriva do seu desinteresse político ou de qualquer outra coisa. Senti-me, entretanto, chocado pela vacuidade das palavras do presidente em ambos os telegramas, de que “somente um entendimento moderado e pacífico melhoraria, de forma efetiva, a situação” e, também, por sua advertência, que presumivelmente tivesse por objetivo

aliviar a tensão em Israel, de que “igualmente, dei instruções no sentido de que minha preocupação seja comunicada aos demais países do Oriente Médio, solicitando-lhes urgentemente que se abstenham de qualquer ação que possa levar às hostilidades”. Que conteúdo de realidade existe em tais frases batidas e qual o impacto direto delas sobre os atos de terrorismo dos fedayun ou sobre o bloqueio da navegação de Israel através de Suez e do Golfo de Acaba, ou, mesmo, sobre o pacto militar Egito-Síria-Jordânia?

Estou cada vez mais convencido de que a principal força dos Estados Unidos, quando eles tentam influir nos acontecimentos no Oriente Médio — fora, naturalmente, da utilização de seu poderio militar —, repousa em sua pressão sobre nós, mas não no sentido de se obter uma solução para os nossos problema com os vizinhos Estados árabes.

De volta ao posto de comando, encontrei ali uma atmosfera de grande excitação. Ela não se manifestava através de gritos ou de frases ditas em voz alta. Pelo contrário, todos conversavam a meia voz e se movimentavam como se carregassem pilhas de copos de vidro, da altura de sete andares. Suas fisionomias, entretanto, revelavam o que estavam pensando: daqui a pouco, iniciaremos a campanha!

Tanto quanto posso julgar, acredito que a nação inteira é favorável a esta campanha, muito embora nada possa estar mais longe dela, ou seja mais estranho ao seu espírito, do que qualquer ambição militarista. Os rapazes, que se apresentaram em suas unidades sem ser convocados, são os verdadeiros idealistas que saíram para fundar moshavim e kibbutzim, com o propósito de construir uma sociedade justa, baseada na vida simples do trabalho manual. Para todos os que irão tomar parte nesta campanha, os fatores de motivação que os compelem são os mesmos que inspiraram os grandes esforços das últimas três gerações, no sentido de que a nacionalidade judaica fosse restaurada em Israel. O público percebe que esta Operação-Kadesh — embora o nome ainda não tenha sido divulgado — está diretamente vinculada a episódios como, por exemplo, a “ilegal” operação imigratória para romper a proibição de Bevin e a iniciativa de estabelecer kibbutzim em Neguev, em desafio às restrições do Livro Branco, durante o período de vigência do Mandato das Nações Unidas.

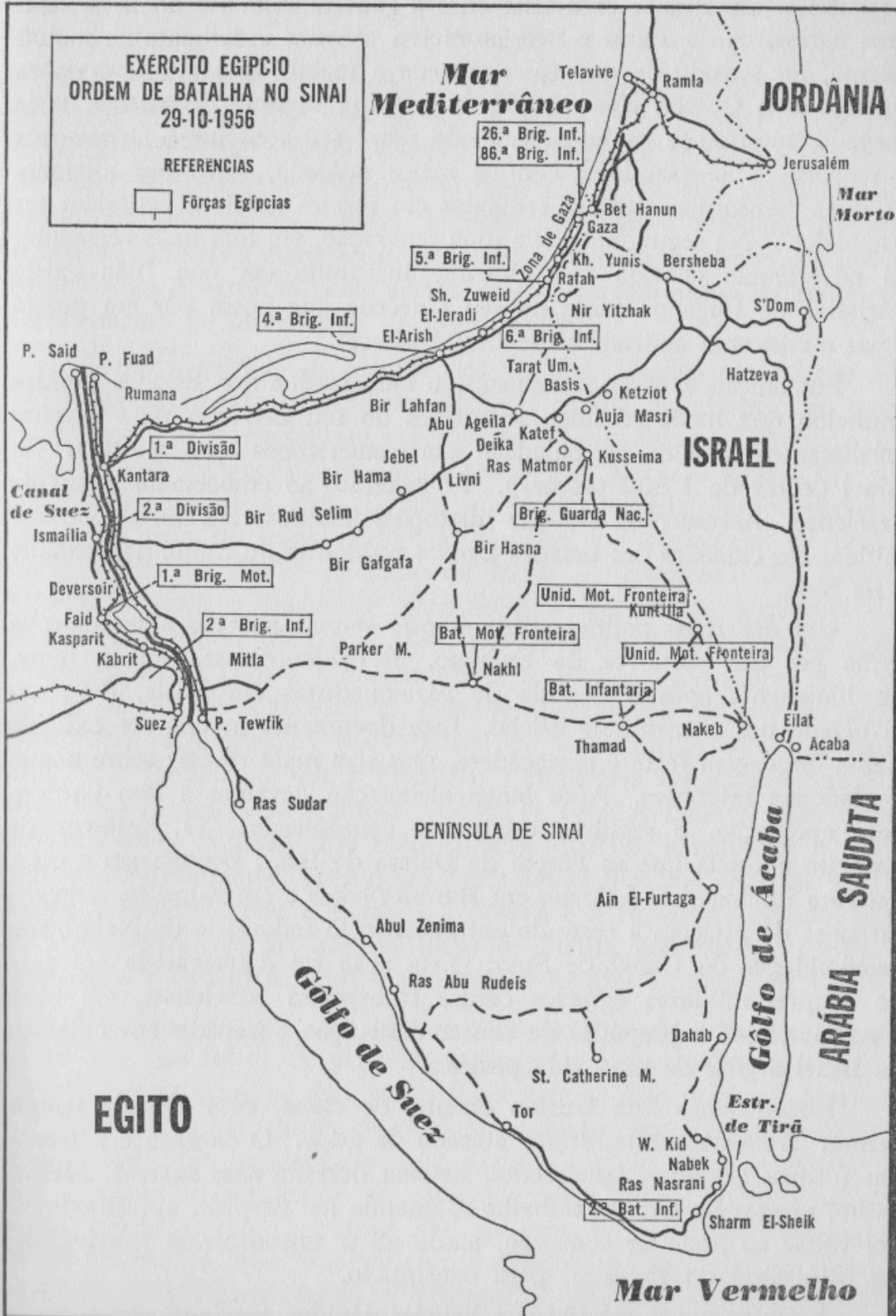
Entre os oficiais superiores do Exército, que se encontram aqui, existe um sentimento adicional de que estamos em face de uma oportunidade para “acertar contas” e que “o dia pelo qual estávamos esperando” finalmente chegou. Assim, haverá para todos a libertação, desde muito aguardada, da amargura refreada em que, por oito anos, se abrigaram, desde o estabelecimento do Estado de Israel — oito anos de ameaças árabes de destruir Israel, reforçadas por contínuo terrorismo e por outros atos de hostilidade. Nas últimas semanas, em consequência de ordens de advertência, temos realizado patrulhamentos e reconhecimento aéreos e, também, intenso planejamento, numa verdadeira fúria de atividade organizacional. Mesmo assim, a maioria de nossos oficiais continuava não acreditando que, realmente, iríamos desencadear a campanha. Todos nós passamos pela apreensão de que, no último momento, como sempre, chegaria uma ordem de cima, comunicando que a operação havia sido cancelada ou, segundo a expressão habitual, que havia sido “adiada sine die”.

Devo confessar que não participava integralmente desse sentimento e, com frequência, senti-me como alguém que se encontra, entre celebrantes bem vestidos, em sua roupa de trabalho. Isto era devido não somente ao meu caráter realista. A verdade é que o momento decisivo, para mim, já havia passado. Foi o momento em que soube que todas as dúvidas haviam sido dissipadas e que havia sido tomada a decisão para o desencadeamento da campanha. Contudo, mesmo agora, não me sinto seguro se não teremos que sustar a ação, antes que ela seja completada. Sei em que complexas circunstâncias políticas Israel se entrega à Operação-Kadesh e não ignoro ser possível que o ministro da Defesa me chame, a qualquer minuto, para comunicar que, em face de um problema surgido, torna-se necessário o cancelamento da luta.

**EXÉRCITO EGÍPCIO
ORDEM DE BATALHA NO SINAI
29-10-1956**

REFERÊNCIAS

 **Fôrças Egípcias**



5. Inicia-se a Campanha

30 de outubro de 1956

Quatro ações foram organizadas para o início da campanha, na noite de 29 para 30 de outubro de 1956: Mitla, Ras en-Nakeb, Kunlilla e Kusseima. A primeira, a captura de Mitla, começou às 17 horas - às 16h59m, para ser preciso — com a descida de 395 paraquedistas no Passo Mitla.

Independentemente de sua direta parte operacional na campanha controle dos entroncamentos rodoviários Nakhel-Suez e Ismaília — esta ação constituiu, igualmente, um teste do nosso plano para iludir e surpreender o Estado-Maior egípcio.

A descida dos paraquedistas foi levada a efeito quase sem incidente — treze soldados feridos ligeiramente. A unidade levantou voo às 15h20m, em dezesseis transportes voadores Dakota, integrando quatro formações e cada uma delas levava uma companhia de paraquedistas.

Nossa grande preocupação era que esses aviões pudessem ser vistos pelos egípcios e fossem atacados pelos seus caças. Os lentos Dakotas, cada um deles carregado com vinte e cinco homens de infantaria com seu equipamento pessoal, representariam excelentes alvos para os Migs: Além disso, a área de descida estava situada mesmo no nariz do inimigo — somente acerca de quarenta e cinco milhas do seu aeroporto, em Kabrit — e a centenas de milhas das nossas bases. A fim de evitar o radar dos egípcios, os Dakotas voaram perto do chão, mantendo-se numa altitude de 150 metros, e somente quando se aproximaram da área de descida é que se elevaram para 450 metros. Dez Meteors escoltaram, de perto, os aviões de transporte, enquanto doze Mysteres patrulhavam a Zona do Canal de Suez,

a fim de enfrentar qualquer avião inimigo que levantasse voo para atacar nossas aeronaves.

Os Dakotas alcançaram Mitla e lançaram o batalhão, sem encontrar qualquer avião egípcio. Quando, porém, nossos Mystères surgiram sobre o aeroporto de Kabrit, foram naturalmente avistados, contudo a única reação dos egípcios foi dispersar seus aviões que se encontravam no solo. Com nossos Dakotas salvos, e já de volta às nossas bases, pudemos respirar aliviados. Nenhum de nós poderia estar absolutamente certo de que os egípcios não houvessem recebido alguma informação ou de que não suspeitassem sobre nossas verdadeiras intenções. Assim, cada um imaginou o terrível espetáculo da nossa frota de transporte debatendo-se, desajeitadamente, no meio de um enxame de caças procedentes de aeroportos, situados perto de Mitla, e se convertendo, sob o fogo inimigo, num montão de ferragens.

Ficamos sabendo, mais tarde, que os pilotos haviam errado em relação ao objetivo e atiraram nossas tropas acerca de cinco quilômetros a leste do local estipulado, mas que os paraquedistas retificaram o desvio, através de duas horas de marcha. Às 19h30m, a unidade já se encontrava em posição no local designado, o Monumento Parker — uma coluna erguida em memória do Coronel A. C. Parker, governador britânico do Sinai, de 1910 a 1923. Às 21 horas suprimentos adicionais foram atirados, em paraquedas, para os soldados, como o planejado: oito jipes, quatro canhões de 106mm, dois morteiros de 120mm, munições e equipamento pessoal.

Um pouco antes, alguns guardas, em ronda, haviam encontrado dois veículos militares egípcios. Um foi destruído, mas o outro conseguiu escapar e voltou na direção de Nakhl.

Não se sabe bem se o bolsão, onde os paraquedistas estão entrincheirados, é o mais adequado. Nosso primeiro plano era atirá-los na saída ocidental do Passo Mitla, mas algumas aerofotografias, tiradas no dia 6 de outubro, revelaram que esse local estava ocupado por dezesseis barracas. Outras fotografias de reconhecimento, feitas no dia 28, às vésperas da descida, mostraram que existiam, então, ali, vinte e três tendas e diversos veículos. Embora não pudéssemos saber o que aquilo representava, resolvemos transferir o objetivo e, em vez daquele local, foi escolhido o bolsão no

Monumento Parker, situado na saída oriental do Passo Mitla. Por casualidade, e por alguma razão inexplicável, os resultados da aerofotografia, do dia 6, não foram transmitidos à brigada, e somente na noite de 28 para 29, após a segunda missão fotográfica, foi que seu comandante soube a respeito das tendas e dos veículos. Ficou decidido, então — justamente na última noite —, que se alterasse o local de aterrissagem.

A unidade agora está entrincheirada e fortificada nas imediações do Monumento Parker. Hoje, à noite, enviei-lhe outra mensagem, ordenando que não se movimentasse na direção norte. Neste estágio da luta, não temos interesse em provocar ainda mais os egípcios e ampliar o âmbito de nossas atividades militares. Devemos tentar, tanto quanto possível, atravessar as próximas vinte e quatro horas sem batalhas adicionais.

* * *

A chave da nossa situação, nas próximas vinte e quatro horas, está no equilíbrio da força aérea. Não é fácil fazer-se um levantamento comparativo dessas forças. De um lado, os tipos de aviões que possuímos são diferentes dos que os egípcios usam, e cada tipo tem suas vantagens e suas desvantagens, em determinadas condições. Por outro lado, a distância entre o aeroporto e o campo de batalha é de crucial importância, e essa distância é muito mais curta para os egípcios. Mitla dista de dois a cinco minutos de voo dos aeroportos egípcios e fica a vinte e um minutos da nossa base aérea mais próxima. Isto quer dizer que nossos aviões podem permanecer no ar, sobre essa zona, apenas por dez minutos, findos os quais estarão sem combustível.

A essas considerações devem ser acrescentados outros fatores, como, por exemplo, habilidade dos pilotos, cobertura de radar, manutenção do aparelho, nível técnico da tripulação terrestre e equipamento de terra, bem como muitas outras peculiaridades que contribuem, em não pequena escala, para a qualidade da ação de uma força aérea.

A Força Aérea Egípcia é integrada exclusivamente de aviões a jato, enquanto a nossa é baseada quase inteiramente em aparelhos de motor a pistão. Tanto quanto sabemos, o Egito recebeu da Rússia cerca de 200 Mig-15, de caça, e mais ou menos 50 bombardeiros Ilyushin-28. A questão agora é saber quantos desses aparelhos estão organizados em esquadrões operacionais, com pilotos treinados e tripulação terrestre. Observando seus voos, até agora já identificamos oito esquadrões de caças a jato, quatro de Mig-15 e quatro de Meteor e Vampire, cada esquadrão compreendendo de quinze a vinte e quatro aviões.

Contra esses oito esquadrões de jatos, podemos colocar em ação, no Sinai cinco esquadrões de caças a jato, totalizando setenta e nove aparelhos — trinta e sete Mystères e quarenta e dois Meteors e Ouragens. Em relação a bombardeiros, possuímos dois aviões de motor a pistão B-17 contra dois esquadrões egípcios — de trinta a sessenta aviões — de Ilyushin-28.

Sei que em todos os Exércitos europeus, os aviões a pistão já estão escalados para os depósitos de ferro velho, mas usaremos os nossos. Possuímos sessenta e quatro deles — vinte e oito Mustangs, treze Mosquitos, vinte e um Harvards e os dois B-17. Todos juntos, contando “coelhos e camelos”, temos à nossa disposição 143 aviões, contra cerca de 150 a 250 aviões egípcios — todos a jato.

O comandante da nossa Força Aérea argumenta que mesmo essas cifras comparativas são otimistas e não refletem a verdadeira situação. De acordo com ele, dos nossos trinta e sete Mystères, somente quatorze são utilizáveis e, mesmo estes, estão armados apenas com canhões de 30mm, já que não recebemos ainda os foguetes e as bombas, com que serão equipados. Além disso, a maioria dos nossos pilotos é de noviços. Eles ainda não estiveram em ação e nem mesmo conseguiram completar seu treinamento. Quanto aos nossos melhores aviões — os Mystères — começamos a recebê-los em abril deste ano e a maioria só chegou em agosto — exatamente há dois meses. Estou absolutamente certo de que essas cifras, sua descrição e suas estimativas são rigorosas, mas quando se visita uma base aérea e se conversa com os pilotos, não se encontra semelhança entre o desalentador retrato que emerge da análise estatística e o que se nos antolha em face do elevado moral e da autoconfiança, demonstrados por aqueles homens. De

qualquer forma, o poderio relativo das duas forças será testado no ar, e não em comparações de listas e de cifras na mesa de um gabinete. Em combate, os fatores determinantes serão o espírito de dedicação e o padrão de eficiência profissional.

* * *

Hoje à noite, às 22h30m, o primeiro batalhão da coluna móvel da Brigada de Paraquedistas 202 alcançou o Monumento Parker e estabeleceu contato com o batalhão, que havia sido lançado em paraquedas. O resto das unidades da brigada chegará ali nas próximas poucas horas. Irromper através dessa rota-eixo, que se estende por 190 milhas — 125 só no território egípcio —, custou às nossas tropas apenas vinte e oito horas. Nosso plano sugeria que o trajeto fosse feito no período de vinte e quatro a trinta e seis horas.

Trata-se do eixo Nakhl, e os egípcios o protegiam com três localidades, onde existiam guarnições: Kuntilla, na fronteira com Israel; Thamad; e Nakhl. Kuntilla foi encontrada deserta, pois seus defensores, representados por um pelotão, se haviam retirado para Thamad, tão logo perceberam a aproximação dos nossos soldados. (O relatório, que recebi, assim informava: "Quando as tropas egípcias de Kuntilla viram nossas colunas avançando contra elas, imediatamente despacharam uma mensagem e eles próprios se despacharam para trás".) Luta, de fato, só teve lugar em Thamad, pois em Nakhl, também, o inimigo fugiu ao ouvir os nossos primeiros tiros. Parece que de todas as dificuldades, encontradas pela brigada em seu avanço, capturando posições de defesa egípcias, esta foi provavelmente a que menos preocupação deu.

Os problemas organizacional e técnico eram importantes, porém o mais relevante deles era o da escassez de viaturas, apropriadas para movimentação através do deserto. A brigada havia tido uma promessa de que lhe seriam dados 153 caminhões 6/6. Um dia antes da Hora H, ela foi notificada de que iria receber apenas noventa. Quando entrou em ação, só

dispunha, mesmo, de quarenta e seis. Em relação ao equipamento auxiliar, sua situação não era melhor. Ao invés de cinco ambulâncias, que esperava, só recebera uma; de quatro caminhões-reboque, apenas um lhe fora dado. Seus mecânicos não dispunham de redes e nem de correntes para os trechos difíceis da estrada e, na coluna inteira, não existia uma simples chave-inglesa para apertar um parafuso, de forma que qualquer caminhão que tivesse um pneu furado tinha que ser abandonado.

A fim de não revelar nossas intenções, a brigada teve como seu ponto de concentração Ein-Hussub, à margem do Jordão. Foi dali que partiu, após quatro horas de demora, embora se revelasse muito longe de estar completamente organizada. Mas a Hora H estava-se aproximando e ela não podia dar-se ao luxo de atrasar ainda mais. A distância de mais de noventa quilômetros através do Neguev, da fronteira oriental para a ocidental de Israel, foi coberta em nove horas, e a brigada alcançou o ponto de desembarque na fronteira do Egito quase na hora combinada. (O atraso foi somente de meia hora.) Esta seção da rota, entretanto, cobrou seu pedágio em veículos: alguns ficaram enterrados na areia, outros quebraram e muitos tiveram que ser abandonados, principalmente os que não dispunham de tração dianteira. No que diz respeito aos tanques, dos treze que partiram de Ein-Hussub, somente sete haviam chegado a Kuntilla.

De qualquer forma, o comando da brigada não permitira que nenhuma dessas dificuldades e inesperados contratempos desviassem a coluna do seu alvo. Com ou sem veículos, a brigada realizara sua trajetória. Quando seus homens encontraram Kuntilla, livre de inimigos apressaram-se em seguir na direção de Thamad. Esta cidade estava guarnecida por mais de duas companhias, e sua topografia — um rochoso dominando a região circunvizinha — proporcionava-lhe uma defesa natural. Desfechamos nosso assalto contra ela às seis horas. Sob a cobertura do fogo direto de dois tanques, nossos paraquedistas, entrincheirados no interior de caminhões de meia esteira, penetraram no interior da defesa inimiga. (Uma ilustração típica das dificuldades de movimento sobre os rudes caminhos é proporcionada pelo fato de que dos treze tanques de que dispunha a brigada — dos quais sete haviam atingido Kuntilla — somente três chegaram a tempo de participar do assalto ao principal reduto inimigo, situado ao longo

da rota; e, desses três, um capotou, de forma que somente dois conseguiram tomar parte na batalha.)

O Sol veio em auxílio dos nossos soldados. Estava atrás deles e seus raios ofuscavam os olhos dos defensores egípcios, cuja visibilidade era prejudicada, ainda, pela fumaça e pela poeira dos nossos caminhões e tanques que envolveram e esconderam nossa coluna. Após quarenta minutos de luta, a batalha terminou, com a posição inimiga em nosso poder. Vale a pena assinalar que as defesas de Thamad estavam bem preparadas, dispondo de fossos e de campos de minas, e haviam sido equipadas com metralhadoras pesadas e canhões sem recuo. As baixas sofridas pelos nossos paraquedistas foram quatro mortos e seis feridos, enquanto os egípcios tiveram mais de cinquenta mortos.

O ataque a Nakhl começou às 17 horas. A força, escalada para tomar essa posição, ultrapassara Thamad mesmo antes desta ser capturada e prosseguira até seu alvo predeterminado. Era composta de duas companhias de infantaria, apoiadas por dois corpos de artilharia e por dois tanques, que haviam conseguido apanhá-los. A luta se prolongou por vinte minutos. Às 17h20m, as duas companhias, que defendiam a posição, fugiram, abandonando, no local, alguns feridos e cinquenta e seis mortos.

Um relatório posterior transmitiu a informação de que, durante a manhã, quatro Migs egípcios atacaram, por duas vezes, Thamad, após sua captura, e que três soldados nossos foram feridos.

Não sabemos ainda o exato número de soldados reunidos em Mitla, e dos que, durante a noite, irão reunir-se à unidade que ali se encontra. A brigada completa é integrada por 2 500 homens, mas parte dessa força permanecerá, por enquanto, na retaguarda a fim de proteger o eixo e defender Kuntilla, Thamad e Nakhl. A situação, em relação aos veículos, igualmente, não é clara. No momento, cerca de dois terços dos caminhões da brigada estão enterrados ao longo da rota, mas espero que a maioria deles seja rebocada e tornada utilizável rapidamente.

A verdadeira força das unidades de paraquedistas não repousa em seus tanques, em sua artilharia ou em seus veículos, mas nos seus próprios homens e, até agora, só poucos deles foram vitimados em combates. Além

disso, as fileiras dessas unidades estão sempre se expandindo, com novas chegadas — e, sem dúvida, de estranha maneira — de reservistas, que não receberam em tempo suas ordens de convocação e também, de homens, que se encontravam em hospitais ou em cursos no exterior, e que conseguiram escapular, para se juntar aos seus camaradas combatentes. A despeito de todos os contratempos, erros e dificuldades que teve de enfrentar — alguns inevitáveis e outros desnecessários — o fato básico é que a coluna móvel da força principal irrompeu através da rota-eixo e conseguiu juntar-se à unidade de paraquedistas. E tudo foi realizado dentro de um determinado limite de tempo, e com leves baixas.

A posição na fronteira sul, Ras en-Nakeb, foi, igualmente, capturada na noite passada. De acordo com informações em meu poder, esse posto era defendido por duas seções móveis egípcias, apoiadas por patrulhas de um batalhão de fronteira motorizado. A captura de Ras en-Nakeb foi confiada ao comando da área de Eilat, à qual estavam adidas três companhias da Nona Brigada. Ontem, ao anoitecer, uma companhia de reconhecimento saiu de Eilat, entrou no Sinai por uma rota sinuosa, através da Subida dos Escoteiros e o Vale da Lua, e se apoderou dos entroncamentos rodoviários de Ras en-Nakeb, Thamad, Kuntilla-Sharm e-Sheik.

Às 21 horas, os sapadores limparam uma passagem através dos campos de minas e abriram um caminho de Ein-Netafim à posição egípcia. Quando nossa companhia aproximava-se do posto inimigo, foi ouvido um único tiro. Quando, porém, os soldados assaltaram o forte policial, encontraram-no vazio.

Antes da madrugada, três jipes egípcios foram localizados, seguindo na direção do entroncamento rodoviário e nossa unidade de reconhecimento abriu fogo. Um dos jipes ficou avariado e foi abandonado, mas os outros dois conseguiram fugir.

Presumo que, quando o comandante da ação nessa área informou que “era fantástico”, desejava referir-se, não ao comportamento dos egípcios, mas ao cenário. Em todo o Deserto de Neguev não há região que ostente tão majestosos panoramas, como a área em torno do Golfo de Eilat. O sonho mais imaginoso não criaria tão deslumbrante combinação de mar, de

planície desértica e de promontórios de granito — indo salpicado de maravilhosas cores chagallianas.

Às primeiras horas da manhã de hoje, Kusseima, também, foi ocupada pela Quarta Brigada. Nossas baixas foram quatro mortos e trinta e seis feridos, e as dos egípcios, quarenta e cinco mortos e trezentos e setenta capturados, entre eles, numerosos feridos.

A localidade fortificada de Kusseima era defendida por dois batalhões da Guarda Nacional e por uma companhia de reconhecimento (provavelmente pertencente à formação motorizada da fronteira). Em adição, uma companhia do 17.º Batalhão egípcio defendia o saliente de Ras-Matmor, que faz parte do sistema defensivo de Kusseima.

Nossa Quarta Brigada é composta de reservistas, e eles experimentaram todas as dificuldades inerentes à precipitada remessa a um campo de batalha de uma unidade, mobilizada às pressas. A ordem de convocação desses soldados ficara retida por algum motivo e só chegara à brigada muito tarde. Assim, eles só tiveram quarenta e oito horas para a mobilização, ao invés das setenta e duas habituais. O número de mensageiros que apareceram para distribuir as ordens de mobilização era inferior ao necessário, de forma que nem todas as ordens chegaram a seus destinatários a tempo. E, mesmo aquelas que foram entregues, com frequência chegaram ao endereço em horas inadequadas, quando muitos reservistas não se encontravam em casa. No fim, entre oitenta e noventa por cento dos convocados se apresentaram, porém muitos o fizeram com atraso.

Os oficiais não dispuseram de tempo suficiente para estudar as tarefas de que haviam sido encarregados. O segundo em comando da brigada fora nomeado para o posto no dia da mobilização, e os comandantes de batalhão só tomaram conhecimento dos objetivos, que teriam de conquistar, vinte e quatro horas antes do ataque.

O principal problema, como sempre, era o dos transportes. A área de concentração, que fora designada para a brigada, era em Bir Elafir, situada quarenta e três milhas ao sul de Beersheba e cerca de doze milhas de Kusseima. O Comando do Sul notificou a brigada que aquela cidade poderia ser alcançada, mesmo lançando-se mãos de veículos comuns. Em

tempos normais, é possível que assim fosse. Depois, porém, que tanques e outras viaturas pesadas passaram a trafegar ali, no rumo de Bir Hafir, a estrada logo perdera sua camada superior, que fora convertida num espesso lençol de areia poeirenta, com uma profundidade de dez centímetros. Apenas veículos de tração dianteira podiam vencer aquela superfície fofa e movediça. Assim, os caminhões de laticínios, os de gelo e os ônibus, que haviam sido requisitados para transportar tropas, logo ficaram presos na areia. O comandante da brigada, premido pelas circunstâncias, não teve outra solução senão transferir seus homens, com suas armas leves, para os veículos de tração dianteira e deixar, ao lado da estrada, seu equipamento auxiliar, suas munições, minas, arame farpado e tudo mais, na esperança de que pudessem ser mais tarde recolhidos.

Esta não foi a única desgraça sofrida pela brigada. Em Beersheba ocorreu uma colisão entre dois ônibus, que transportavam soldados, e treze pessoas ficaram feridas. O tráfego ficou bloqueado e a coluna teve que contornar a cidade, fazendo o desvio através de outra estrada em péssimas condições. Os guias do comboio não conheciam a região e meteram-se no leito seco de um rio, na raiz de uma sinistra colina, definitivamente “não de acordo com os planos”, e um tempo precioso foi perdido.

A Hora H, que havia sido fixada para as 11 da noite, teve que ser cancelada, sendo transferida para as 3h30m da manhã. Somente uma unidade — uma companhia de infantaria, cujo objetivo era o bolsão de Sabha — operou durante a noite. (Em face de um defeito no sistema de comunicações, essa unidade não fora avisada do adiamento da Hora H.) Ela, porém, passara por contratempos. Seguiu por uma estrada errada e desfechou um ataque contra o local denominado Pequeno Sabha, ao invés do Grande Sabha. O posto estava deserto. Soube-se mais tarde que o ponto que, segundo os planos, deveria ser atacado estava, igualmente, vazio de tropas inimigas. Assim, o erro cometido não fez qualquer diferença.

Às 4 horas, finalmente, o assalto de Israel foi desfechado contra a própria Kusseima e então verificou-se que tudo quanto havíamos feito errado acabara saindo certo, por decisão dos egípcios. Eles simplesmente haviam fugido. Somente num grupo de postos de defesa — os bolsões ocidentais — verificou-se séria resistência, mas a unidade de reconhecimento da brigada

e, que por sinal, era uma excelente unidade, juntando-se aos que já estavam combatendo, decidiu a sorte da luta. Às 7 horas, Kusseima caiu em poder da brigada. Ao mesmo tempo, a Sétima Brigada Blindada também entrou em Kusseima. Havia sido enviada pelo Comando do Sul, o qual, verificando que a batalha seria prolongada, temeu que o resultado pudesse ser adverso.

A captura de Kusseima completa a fase inicial dos nossos planos. Os quatro objetivos designados para a primeira noite da campanha — Mitla, Ras en-Nakeb, Kuntilla e Kusseima — já estavam em nossas mãos. O mesmo acontecia com o eixo Nakhl-Thamad, e os paraquedistas, que haviam saltado em Mitla, já não se encontravam isolados.

31 de outubro de 1956

Em terra, as reações do Exército Egípcio, durante esta primeira fase, corresponderam às nossas expectativas. A maioria das suas posições avançadas — Ras en-Nakeb, Kuntilla e o Sabha — foi entregue sem luta, à aproximação das nossas forças. Nas localidades guarnecidas, e que deveriam resistir aos ataques israelenses — Kusseima, Thamad e Nakhl —, houve uma reação inicial, mas quando perceberam que nossas forças continuavam a avançar e que suas posições provavelmente seriam contornadas, preferiram fugir a permanecer em seus postos. Além disso, na maioria dos casos, verificou-se a rendição tão logo nossos soldados puseram o pé no interior de seus redutos. Os egípcios nunca lançaram mão do extremo recurso da luta corpo a corpo. No que diz respeito ao comparativamente elevado número de inimigos mortos e às reduzidas cifras de prisioneiros, nas batalhas ao longo do eixo Kuntilla-Mitla, o que se pode dizer é que isso foi devido à maneira como nossos paraquedistas lutam, e não à dureza da resistência dos que guarneciam aquela linha.

No ar, igualmente, nossas previsões sobre as reações egípcias revelaram-se corretas, na fase inicial da campanha. Se nós não atacássemos seus aeroportos, eles não estenderiam sua atividade além das fronteiras do Sinai. O primeiro ataque, levado a efeito pela Força Aérea Egípcia, teve lugar na manhã do dia 30, entre 7 e 9h30m. Quatro Vampires fizeram um voo de

reconhecimento sobre nossas tropas em Mitla e sobre nossa coluna que avançava de Kuntilla para Nakhl. Estavam acompanhados de dois pares de Mig-15, os quais dispararam contra as unidades em Mitla e em Thamad, atingindo na primeira localidade, quatro soldados e um teco-teco que se achava estacionado, e ferindo três soldados, na segunda.

Na última parte do dia, as operações aéreas revelaram-se mais favoráveis para nós. Nossos planos sugeriam que aviões sobrevoassem Mitla, durante todas as horas do dia, a fim de proporcionar cobertura aos soldados, não só nesta localidade, mas, igualmente, às colunas que se movimentavam ao longo do eixo Nakhl. Por algum motivo, porém, justamente durante o ataque egípcio, nem um só dos nossos aparelhos apareceu. Mais tarde, entretanto, patrulhas passaram a ficar no ar, quase sem interrupção, e, das 10h 30m da manhã em diante, depois do ataque dos egípcios, nossa Força Aérea teve permissão para investir contra alvos terrestres do inimigo e, também, bombardear seus aviões, que tentassem levantar voo de suas bases, nas proximidades de Mitla. E, de fato, durante a tarde, uma batalha aérea teve lugar sobre o aeroporto de Kabrit, entre doze Migs egípcios e oito dos nossos Mystères. Dois Migs foram derrubados e dois outros “provavelmente” tiveram a mesma sorte, enquanto um dos nossos Mystères foi atingido, mas conseguiu retornar à base e aterrissar sem dificuldade.

Embora nossa atividade estivesse limitada a proporcionar apoio à 202.a Brigada, estacionada em Mitla, nossos aviões atacaram muitos alvos terrestres do Egito, principalmente comboios de veículos e unidades de artilharia que estavam sendo levados da Zona do Canal para a região de Mitla. Certamente não poderia ser sem intenção que — apesar desta ação aérea e muito embora ela tivesse tido lugar nas proximidades dos aeroportos egípcios — os aviões inimigos, em sua maioria, não se apressavam em defender suas unidades terrestres. Ao contrário, evitavam encontrar nossos aparelhos, não desejando empenhar-se, com eles, em batalhas aéreas. Afinal de contas não são os aviões, mas os pilotos que têm de lutar. Sobre esse ponto, a diferença entre os pilotos egípcios e os nossos pode ser avaliada através de uma operação que realizamos, há dois dias, tendo por objetivo cortar as linhas de telefone do inimigo.

No Dia-D, cerca de duas horas antes da descida dos paraquedistas em Mitla, dois pares de nossos Mustangs levantaram voo, para cortar os fios, que estavam a descoberto, ao longo das rotas Thamad-Mitla e Kusseima-Nakhl. Os aviões estavam equipados com ganchos pendurados, de forma que, quando passassem por cima das linhas, os ganchos se prenderiam nos fios e os arrebantariam. O processo, entretanto, não funcionou. Se os pilotos houvessem retornado à base e comunicassem o fracasso do plano o assunto teria morrido. Entretanto, o que aconteceu foi surpreendente. Após uma rápida consulta entre eles, pelo rádio, os quatro pilotos decidiram arriscar-se, cortando os fios com as hélices e as asas dos aparelhos. Constituiu quase um milagre que o houvessem conseguido, sem sacrificar seus aviões, pois os fios estavam a apenas quase quatro metros do chão.

Em comparação com esse comportamento, o piloto egípcio que fora enviado num Ilyushin-28 para bombardear um dos nossos aeroportos preferiu fazê-lo da forma mais segura possível, despejando suas bombas numa desabitada colina perto de Jerusalém. Foi somente por acaso que um agricultor da aldeia Ramat Rachel assistiu ao “bombardeio” e, comunicando o fato à polícia, quando esta ali chegou, encontrou, de fato, fragmentos de bombas soviéticas do tipo 100/11.

* * *

Ignoramos qual será a reação do Governo egípcio em face do ultimato, que lhe foi entregue, ontem, às 18 horas, pelos representantes da França e da Grã-Bretanha. É possível que, em face da ameaça militar que ele contém, os egípcios alterem as instruções que deram ao seu Exército. Entrementes, podemos resumir, para nosso próprio uso, a reação dos árabes em face das nossas operações, muito embora a informação de que dispomos seja incompleta e parte dela ainda não foi apurada.

A primeira pergunta é relativa ao que os árabes farão. Irão em auxílio do Egito, e, se o forem, de que maneira?

Tornava-se claro que o nosso plano de despistamento deu resultado. Até o último momento, isto é, até a descida dos paraquedistas em Mitla, os Estados-Maiores de todos os Exércitos Árabes acreditavam que nossa intenção era marchar contra a Jordânia. E este país, em consequência, reforçara suas defesas ao longo da fronteira com Israel, e toda localidade guarnecida, que ultimamente vinha sendo defendida por uma companhia, passou a dispor de um batalhão. O Iraque, igualmente, aumentou as forças que escalou, para ir em auxílio da Jordânia, transferindo uma brigada adicional para Habbaniyah. Agora, possui uma divisão completa na fronteira com a Jordânia e pronta para se unir ao Exército Jordânico.

Do ponto-de-vista operacional, essa atitude da Jordânia é de caráter claramente defensivo. Se ela estivesse planejando um assalto, estaria concentrando suas forças, e não as dispersando — batalhões após batalhões — ao longo da fronteira. Os reforços do Iraque, igualmente, não vêm seguindo uma orientação diferente das linhas tradicionais do plano Iraque-Jordânia, quer em escala, quer em relação à localização dos seus pontos de concentração.

Ontem à noite, porém, depois que chegaram ao GQG egípcio as notícias da descida dos nossos paraquedistas em Mitla, dos ataques a Kusseima e a Ras en-Nakeb e do avanço da nossa coluna móvel ao longo do eixo Kuntilla-Nakhl, na direção de Suez, o Governo do Cairo começou a reconhecer a verdadeira significação das nossas ações. Não sabemos ainda se o Estado-Maior egípcio enviou ordens militares aos seus aliados, mas o Governo do Cairo fez um apelo franco (talvez para mobilizar a opinião pública desses países para que fizessem pressão sobre os respectivos governos) a todos os Estados Árabes, próximos e afastados, exigindo que eles declarassem guerra a Israel.

Num exercício militar, em um mapa, numa mesa coberta de areia ou em manobras, nada parece mais fácil. Simplesmente os jordanianos têm que atravessar menos de dezessete km — tanto quanto voa um corvo — os sírios quarenta e cinco e então. . . Israel era dividido em três pedaços! De fato, nenhum apelo podia ser menos realista. Não existe a menor perspectiva de que a Síria e a Jordânia tentem, mesmo, fazê-lo. Esses dois países podem desencadear ações ruins contra nós, para aumentar nossas

dificuldades e nos obrigar a deslocar algumas das nossas forças para guarnecer aquelas fronteiras. É possível, igualmente, que disparem tiros contra nossos núcleos de colonização e contra nossas cidades e cheguem a interferir em nossas vias de comunicação. Poderão praticar diversos atos de hostilidade. Mas presumir que, no período de vinte e quatro horas, eles declarem uma guerra total ao Estado de Israel é penetrar no reino da fantasia, vivendo-se um misto de histeria e quixotismo.

Nenhum indício surgiu, até agora, de que a Síria e a Jordânia cogitem em tomar tal atitude. Devo confessar que, segundo tudo indica, cometi um erro ao admitir que eles pudessem ir em socorro do Egito. Mas, de qualquer forma, o que quer que aconteça não importa.

O próprio Exército Egípcio foi colhido inteiramente de surpresa. Apesar das notícias publicadas, desde vários dias, na imprensa mundial, sobre a nossa mobilização de reservistas e dos preparativos bélicos em que estávamos empenhados, os responsáveis pela segurança do país nunca desconfiaram que todas essas providências eram dirigidas contra o Egito. O chefe do Estado-Maior, Abd-el-Hakin Amer, demonstrando absoluta tranquilidade, há cinco dias deixou o Cairo, com um grupo de oficiais superiores do Exército, para fazer uma visita, de cortesia, à Síria e à Jordânia, e só regressou ontem, como havia sido anunciado. Se suspeitasse de que alguma coisa pudesse acontecer nas fronteiras, teria reduzido o tempo da visita, apressando-se em voltar para a pátria.

Alguns prisioneiros, capturados pela nossa brigada de paraquedistas, revelaram que as primeiras notícias do que estava acontecendo foram retransmitidas ao Estado-Maior egípcio por um destacamento da Segunda Unidade Motorizada da Fronteira, baseada em Thamad. Os soldados do destacamento viram os Dàkotas lançando os paraquedistas e, mais tarde, observaram a coluna móvel que avançava na direção de Suez, e notificaram seu comandante.

Ignoro se os egípcios compreenderam a integral importância dos nossos movimentos, mas deve ser dito que não perderam tempo em tomar suas providências de reação. Ordenaram um estado de emergência no Exército, na Marinha e na Força Aérea. As tripulações dos bombardeiros Ilyushin receberam instruções para ficar de sobreaviso para missões de ataque a

alvos em Israel. A Primeira Brigada teve ordem para seguir para El Arish e a Segunda deveria marchar imediatamente, para enfrentar nossas forças que haviam sido lançadas em Mitla. Todas as outras unidades na Frente Oriental — o front limitado por Israel, que inclui a Península do Sinai, a faixa de Gaza e a zona do Canal — foram orientadas para concentrar suas forças, apurar sua vigilância e conservaram-se prontas para repelir um ataque de Israel.

Ontem tive um sério aborrecimento com o COG do Comando do Sul, o qual, ao contrário das ordens do GQG, colocou em ação a Sétima Brigada Blindada, antes da hora predeterminada.

Apesar das ordens específicas de que as forças blindadas não seriam empregadas antes do dia 31 e que estavam acompanhadas das razões esclarecedoras dessa medida, o comandante do Comando do Sul julgou que nenhum momento deveria ser perdido e que, imediatamente após o início das operações, iniciativa e surpresa deveriam ser exploradas, para se avançar e capturar o que fosse possível. Em consequência, resolveu colocar em ação, já no Dia-D, todas as forças sob o seu comando. Em relação às instruções do Estado-Maior e às considerações político-militares que exigiam um tratamento diferente, ele, o responsável pelo COG do Comando do Sul, não estava disposto a confiar na possibilidade de que “alguém mais” — isto é, as forças anglo-francesas — entrasse em ação e, portanto, não vira justificativa para sustar nosso principal ataque por quarenta e oito horas. Julgara que as ordens do GQG, em relação a esse assunto, constituíam um erro político e militar, pelo qual iríamos pagar muito caro.

Em face de assuntos urgentes que surgiram, não me foi possível deixar o posto de comando nas primeiras horas da manhã, como tinha esperado. Assim, quando consegui sair, o trajeto de automóvel para o Sul, através de estreitas estradas, atravancadas de veículos militares e de unidades de artilharia, prolongou-se por um tempo maior do que era esperado.

Em Beersheba, estivemos no quartel-general do Comando do Sul, mas não encontramos ali qualquer oficial. Fui descobrir o comandante em Beerotayim e, juntos, seguimos imediatamente para Kusseima.

A aldeia de Kusseima está situada num vale, e a batalha, que tivera lugar algumas horas antes da nossa chegada, fora travada nas colinas vizinhas, onde os egípcios haviam estabelecido suas defesas. Mesmo assim, a aldeia sofrera as consequências da luta. Uma miserável loja havia sido arrombada, suas prateleiras estavam vazias e fragmentos de um cântaro de azeite estavam espalhados pelo chão. Num dos lados da aldeia jaziam as carcaças dos camelos que, desnecessariamente, haviam sido mortos. Entre as moitas de mato, soldados caçavam algumas galinhas — que se mostravam ariscas e não se deixavam pegar. Todo o cenário era lúgubre e humilhante e, para mim, ainda parecia mais sombrio, talvez, por causa da cólera de que estava possuído, provocada pela atitude do comandante do Sul.

Encontramos a frente da Sétima Brigada Blindada no centro da cadeia de colinas de Ras Matmor, doze milhas a oeste de Kusseima. Via-se, a distância, a nuvem de poeira levantada pelos veículos blindados, afastando-se na direção ocidental. A brigada já havia penetrado cerca de vinte e cinco milhas no interior do Sinai, quando, de acordo com os planos, devia ainda estar a vinte e cinco milhas no interior de Israel, na área de concentração de Nahal Ruth, silenciosa, quieta, não criando problemas.

Recordei, por um momento, meus dias de meninice, quando um rebanho de vacas, enfurecidas pelas picadas dos mosquitos, disparou e, fugindo ao meu controle, desapareceu nos campos distantes, deixando-me presa de um sentimento de vergonha e de desamparo. Ainda me lembro da última visão daquele espetáculo de humilhação: as vacas, disparadas campo afora, com as caudas erguidas, como num derradeiro ato de desafio.

Durante a viagem, o comandante do Sul já me havia explicado por que se pusera em movimento, em desobediência às ordens superiores, e procurei dizer-lhe o que pensava do seu comportamento, antes que encontrássemos o comandante da brigada. Chegara, finalmente, a hora das instruções.

Não tinha dúvidas em minha mente sobre a natureza dessas instruções, e já podia imaginar o que seria o espetáculo de ver os tanques dando meia volta e retornando, sobre suas próprias marcas no chão, na direção de Nahal Ruth. Do ponto-de-vista da disciplina e da boa ordem das operações, não havia dúvida de que esta era a solução correta, mas seria ela igualmente correta, em termos de terreno conquistado e de vitórias obtidas?

Já oito horas haviam passado desde que a brigada penetrara no Sinai. O comandante do Sul dissera que suas instruções haviam sido no sentido de que ela avançasse através de Kusseima, na direção das localidades guarnecidas de Um Katef e de Um Shihan, mas que parasse diante delas e não as atacasse. Mas, como acontece sempre em tais casos, “as comunicações falharam” e um batalhão blindado abriu fogo contra Um Katef.

Um Katef, entretanto, não caiu. O ataque encontrou violenta resistência e um certo fogo antitanque dos bem entrincheirados Archers. Um tanque e um caminhão de meia esteira foram atingidos. O comandante de uma companhia e três soldados ficaram feridos e o oficial de ligação da artilharia perdeu a vida, ao deixar seu veículo de meia esteira para regular sua bússola. Entrementes, o comandante da brigada chegara ao local e decidiu que o batalhão, sozinho, não tinha possibilidade de capturar a posição egípcia. Consequentemente, a unidade retirara-se e o comandante da brigada passara a reunir mais forças, para voltar ao ataque.

O que havia sido feito estava feito. Se o avanço dessa brigada blindada pelo interior do Sinai provocasse maior atividade bélica por parte do inimigo, particularmente no ar, antes da hora assinalada em nossos planos iniciais, já nada se poderia fazer, então, para evitá-lo. O melhor seria, portanto, explorar ao máximo a vantagem de a brigada já haver entrado na luta. Ordenei, pois, que a Sétima Brigada Blindada comesse a executar imediatamente a tarefa que lhe competia na Operação-Kadesh — romper, capturar e defender a posse do eixo central Jebel Livni-Ismaíia.

O comandante da brigada reiterou que lhe era impossível assaltar Um Katef com a força de que dispunha, sem pesadas baixas. Disse-lhe, então, para abandonar a empresa por enquanto e, contornando a localidade pelo sul, avançar no rumo oeste, ao longo dos eixos paralelos Bir Hassna e Jebel Livni, na direção de Suez. Não era provável que todas as posições egípcias oferecessem tão encarniçada resistência.

Deveriam existir pontos fracos e, quando a inteira frente estivesse rompida e os postos inimigos mais resistentes se vissem cercados e isolados, tornar-se-ia menos difícil subjugar-los. De qualquer forma, amanhã, pela madrugada, as forças anglo-francesas começarão a bombardear os

aeroportos do Egito e, presumivelmente, depois disso, poderemos conquistar nossos objetivos com muito maior facilidade.

A antecipação da entrada em ação da brigada blindada significa, naturalmente, que devemos antecipar, também, as outras operações planejadas para este front. Ordenei, portanto, que a 10.a Brigada adiantasse seu calendário em vinte e quatro horas e, já hoje à noite, entre 30 e 31 de outubro, procurasse capturar as mais avançadas posições egípcias na região de Nitzana — Auja Masri e Tarat Um Basis.

Regressamos a Kusseima e, tão logo penetramos no posto de comando da Quarta Brigada, recebemos a notícia de que o grupo de reconhecimento da Sétima Brigada capturara o Desfiladeiro de Deika. Deika é uma estreita passagem, de cerca de dezenove km de extensão, situada a mais ou menos vinte e quatro km a oeste de Kusseima. Este passo liga o eixo Abu Ageila-Ismaília ao eixo paralelo Kusseima-Bir Hassna-Suez. Na entrada meridional do desfiladeiro, há uma ponte e, quando nossa unidade de reconhecimento se aproximou, ela voou pelo ares. Três cameleros foram vistos, pouco depois, fugindo para o ocidente. Com a ponte destruída, nossa unidade a ladeou, atravessou o leito seco do rio e prosseguiu ao longo do desfiladeiro até alcançar o eixo setentrional, onde se organizou, preparando suas defesas. Será possível, agora, à brigada atacar Abu Ageila pela retaguarda, ou seja, pelo oeste. Quaisquer que sejam os problemas que ela terá que enfrentar amanhã, entre eles não se encontram os de escassez de alvos para atacar, de rotas para avanços e de espaço em que se espalhar.

O comandante da Quarta Brigada estabeleceu seu posto de comando numa colina a leste da aldeia, suficientemente distante para “não entrar em contato” com as moscas, que infestam a vegetação circunvizinha. Enviou-me detalhes da captura de Kusseima e dei-lhe a conhecer as alterações que haviam sido introduzidas em nossos planos. Decidimos que, embora seus homens estivessem exaustos, a unidade de reconhecimento da brigada fosse enviada para abrir a rota para Nakhl e, logo em seguida, que um batalhão de infantaria seguisse para substituir os paraquedistas que até então defendiam Nakhl, já que eles seriam necessários para outras missões. A unidade de reconhecimento da Quarta Brigada é uma força escolhida, que dispõe de equipamento apropriado para atravessar as dunas, mas quanto ao batalhão

de infantaria, que virá depois dela, não se sabe quem carregará quem: se os ônibus levarão os soldados ou se os soldados é que carregarão os ônibus. De qualquer forma, não podemos esperar. Devemos preservar o élan da arrancada e, acima de tudo, abrir novas rotas para operações. Espero que a rota Kusseima-Nakhl ofereça melhores condições de tráfego do que a de Kusseima-Puntilla, que é realmente penosa. O problema de abastecimento dentro em breve, tornar-se-á muito agudo. As unidades, que avançam, já se encontram sem os gêneros alimentícios, as munições e os combustíveis que levavam. Assim, devemos estabelecer, com urgência, linhas de comunicação para um contínuo fluxo de suprimento e de equipamentos.

Deixei Kusseima com um souvenir — uma ponta de flecha de pederneira. As lagartas dos tanques abriram profundos sulcos não longe de um poço e descobriram montes de pedaços de pedra, de lâminas e de outros artefatos. Provavelmente ali existira, entre 8 mil e 6 mil anos atrás, uma oficina que fabricava ferramentas de pederneira. Viam-se, em torno, restos de lâminas quebradas, pontas de flecha em formato triangular com uma base mais estreita e, igualmente, blocos de pederneira dos quais aqueles objetos haviam sido tirados. Que tribo selvagem teria sido essa que assaltando, de surpresa, a comunidade ali existente, espalhara tanto terror a ponto de os moradores abandonarem suas casas e deixarem onde se encontravam seus instrumentos de trabalho? Vieram, em seguida, as tempestades do deserto e cobriram aquelas ruínas com camadas de areia, preservando-as através de milênios até hoje, quando um tanque Sherman, fazendo uma volta apertada, as trouxeram de novo para a luz do dia.

Ao retornar ao meu gabinete no comando no GQG, ontem à noite, enviei de novo ordens às diversas brigadas, para o dia seguinte, 31 de outubro:

Nona Brigada: Prosseguir em seus preparativos para a marcha contra Sharm e-Sheik, mas não iniciar o movimento por enquanto. (Esta brigada seria uma das mais vulneráveis a ataques aéreos e, de forma alguma, deveria movimentar-se até que houvéssemos estabelecido nossa supremacia sobre a Força Aérea Egípcia.)

202.º Brigada: Reorganizar-se em sua atual localização e não avançar na direção oeste, para capturar o Passo Mitla.

Sétima Brigada Blindada: Capturar as localidades guarnecidas de Abu Ageila, Bir Hassna e Jebel Livni, e continuar avançando para Bir Ilama e Bir Gafgafa.

10:a Brigada: Capturar os postos de Auja Masri e Tarat Um Basis na noite de 30/31 e, na noite seguinte, dia 31, atacar Um Katef e Um Shihan.

77.º Formação: Capturar as localidades guarnecidas de Rafah, na noite de 31/1.

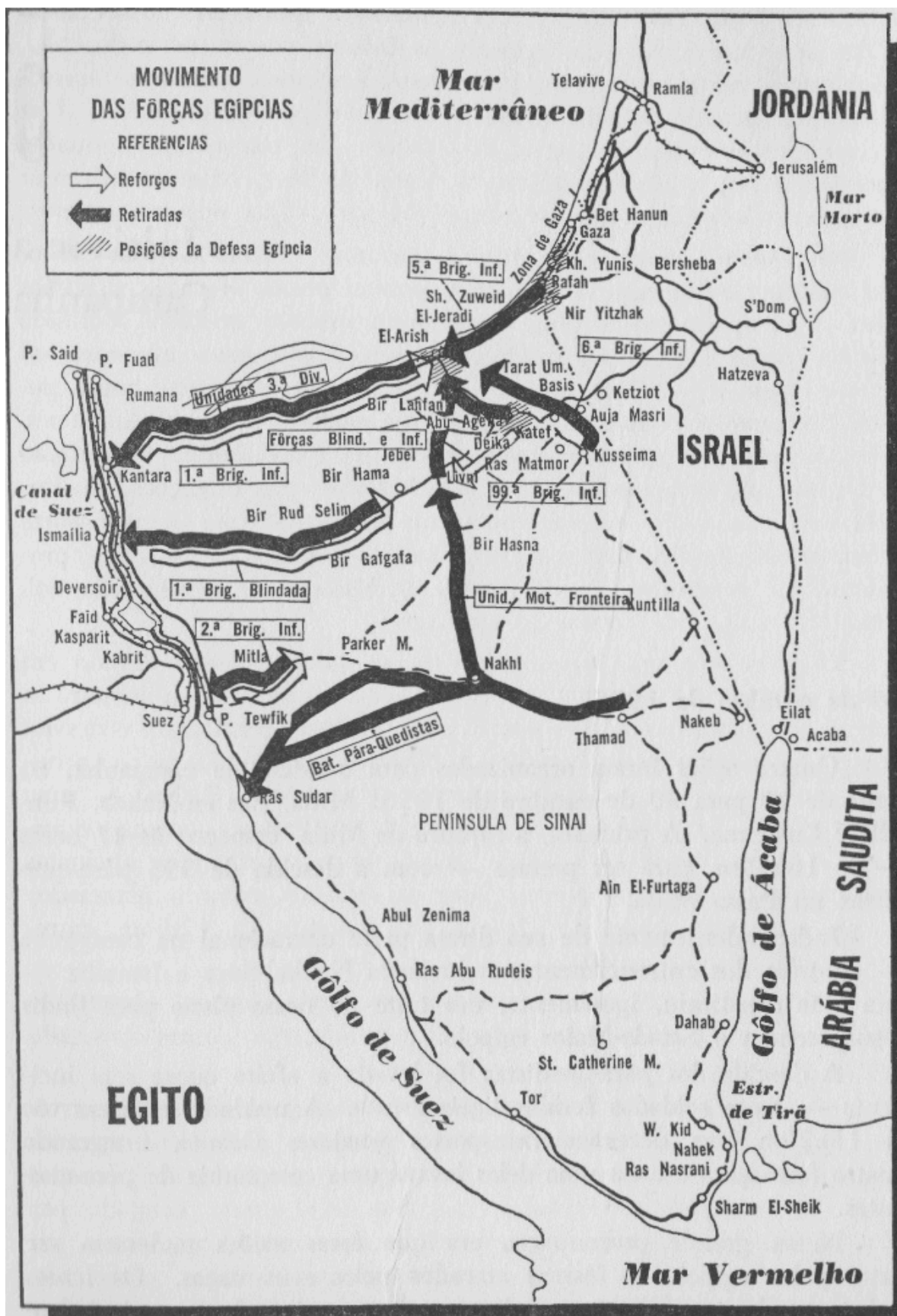
27.º Brigada Blindada: Depois da queda de Rafah, avançar para El Arish e capturá-la rapidamente.

Se tudo correr de acordo com os planos, estes dois dias — 31 de outubro e 1 de novembro — registrarão as principais batalhas no setor setentrional, onde se acham concentradas as mais importantes forças egípcias.

Ontem, à noite, fiz uma visita a Ben Gurion, que ainda se acha de cama, atacado de gripe. Soubemos que as forças anglo-francesas haviam adiado seu ataque e não começariam seu bombardeio, como haviam planejado, na madrugada do dia seguinte, isto é, dia 31. Em face dessa notícia, Ben Gurion mostrava-se muito preocupado com a situação dos nossos soldados em Mitla e desejava que eles retomassem, ontem mesmo, para Israel. O drama de Kalkiliah ficara profundamente gravado em seu espírito e ele se mostrava, agora, apreensivo com a desesperada situação em que se encontravam nossos paraquedistas, isolados bem no coração do território inimigo. Eu também não havia esquecido a tragédia daquela noite, mas julgava que não devíamos trazer, de volta, a unidade que se encontrava em Mitla. Mesmo que a invasão anglo-francesa fosse cancelada, tinha confiança que poderíamos prosseguir em nossa campanha, e Mitla era de considerável importância, também, como ponto de passagem para se alcançar Sharm e-Sheik, via Tor. Argumentei, portanto, que, ao invés de tirar nossas tropas dali, o que deveríamos fazer era reforçá-las, e, segundo

esperava, estávamos em condições de fazê-lo. Com grande relutância, Ben Gurion desistiu da sua idéia de evacuação, mas pude perceber que a lógica militar pouco contribuíra para aliviar sua preocupação em relação às vidas daqueles paraquedistas.

Depois desse contratempo, não me senti com coragem para falar-lhe das alterações introduzidas na frente de Kusseima e da entrada em luta da Sétima Brigada Blindada, em desobediência ao plano. Na realidade, apesar de minhas queixas, tanto pela quebra da disciplina como pela própria ação, que foi prematura e canhestramente planejada, não pude evitar um sentimento de simpatia em relação à impaciência da brigada por entrar em ação, mesmo antes de haver recebido as respectivas ordens. Sempre é bem mais agradável refrear um feroso garanhão a estimular com picadas de esporas uma mula relutante!



**CAPTURA DO EIXO SUL
E POSIÇÕES NA FRONTEIRA
29.31-10-1956**

REFERÊNCIAS

 Movimento das Tropas Israelitas

 Posições da Defesa Egípcia



CAPTURA DO EIXO SUL E POSIÇÕES NA FRONTEIRA 29.31-10-1956

REFERÊNCIAS

← Movimento das Tropas Israelitas

/// Posições da Defesa Egípcia

Mar Mediterrâneo

JORDÂNIA

Jerusalém

Mar Morto

Telavive

Ramla

Bet Hanun

Gaza

Kh. Yunis

Bersheba

S'Dom

Rafah

Nir Yitzhak

Sh. Zuweid

El-Jeradi

El-Arish

Tarat Um.

Basis

4.ª Brig. Inf.

Ketziot

Hatzeva

Auja/Masri

ISRAEL

202.ª Brig. Para.

Russeima

Katuf

Deika

Ras Matmor

Livni

Jebel

Bir Hama

Bir Rud Selim

Bir Gafgafa

Bat. Para-Quedistas

Parker M.

Nakhl

Kuntilla

Thamad

Nakeb

Eilat

Acaba

EGITO

Península de Sinai

Golfo de Suez

Golfo de Ácaba

ARÁBIA SAUDITA

Mar Vermelho

Estr. de Tirá

Sharm El-Sheik

Ras Nasrani

W. Kid

Nabek

St. Catherine M.

Tor

Ras Abu Rudeis

Abul Zenima

Ain El-Furtaga

Ras Sudar

P. Tewfik

Suez

Kabrit

Kasparit

Faid

Deversoir

Ismailia

Kantara

Rumana

P. Fuad

P. Said

6. Ruptura das Linhas Inimigas

31 de outubro de 1956

Ontem à noite, às 18 horas (hora de Israel) os Governos da Grã- Bretanha e da França entregaram um ultimato a Israel e ao Egito. O documento continha as seguintes exigências:

- 1 — cessação, daqui por diante, de todas as ações bélicas em terra, no mar e no ar;
- 2 — retirada de todas as forças armadas para uma distância de dez milhas do Canal de Suez;
- 3 — concordância do Governo egípcio, “a fim de garantir o livre trânsito, através do canal, dos navios de todas as nações e tendo em vista separar os beligerantes, em aceitar a ocupação temporária, por forças anglo-francesas, de posições-chave em Porto Said, na Ismaília e em Suez”.

Uma resposta era solicitada para “dentro de doze horas. Se, ao expirar este prazo, um ou ambos os Governos não se tiverem comprometido a cumprir o acima exigido, as forças do Reino Unido e da França intervirão, com o poderio que se fizer necessário, para assegurar a sua execução”.

Este ultimato não causou preocupação ao Estado de Israel. Nós não estávamos a menos de dez milhas do canal e não tínhamos interesse e nem alimentávamos intenção de ficar mais próximos daquela via marítima. Era evidente que o propósito do documento era dar à França e à Inglaterra um pretexto para capturar, pela força, a Zona do Canal. Sem qualquer dúvida, os egípcios não concordariam, de boa vontade, com as condições do

ultimato e, muito menos, com a ocupação anglo-francesa de posições-chave na Zona do Canal.

Simultaneamente, os Estados Unidos também se mostraram ativos — mas com propósito contrário. Em adição às duas mensagens anteriores, Ben Gurion recebeu, hoje, outro telegrama do Presidente Eisenhower, sugerindo que Israel retirasse suas forças do Sinai, já que seus objetivos — destruição das bases dos fedayun — haviam sido alcançados. Se Israel atendesse à sugestão, prosseguia a mensagem, o presidente dos Estados Unidos imediatamente manifestaria seu profundo reconhecimento ao Governo de Telavive.

Quando o Governo de Washington não recebeu a desejada resposta de Israel, o representante norte-americano nas Nações Unidas, Henry Cabot Lodge, oficiou ao presidente do Conselho de Segurança — que aconteceu ser, naquele mês, o delegado da França —, exigindo uma reunião urgente daquele órgão, para estudar “medidas para a imediata cessação da ação militar de Israel no Egito”. Ontem, às 18 horas (hora de Israel), precisamente quando a França e a Grã-Bretanha faziam seu ultimato, o Conselho de Segurança concordou em realizar uma sessão especial. O delegado norte-americano apresentou uma resolução, “fazendo um apelo a Israel para que retirasse imediatamente suas forças armadas para trás das linhas estabelecidas pelo armistício” e insistindo “com todos os membros, no sentido de que se abstenham do uso da força ou de ameaça de força na região de maneira inconsistente com os propósitos das Nações Unidas. . . e que evitem proporcionar qualquer auxílio econômico e militar a Israel, enquanto esta nação não cumprir esta resolução. . .”

Por solicitação da França, da Grã-Bretanha e de Israel, a sessão foi suspensa por cinco horas (até às 23 horas, hora de Israel), e quando o Conselho de Segurança reabriu a reunião, já havia ali chegado a notícia do ultimato anglo-francês. O Presidente dos Estados Unidos considerou o que ocorrera um ato de fraude e de traição a ele próprio, praticado por seus aliados e, conseqüentemente, deu instruções ao delegado norte-americano a utilizar todo o prestígio dos Estados Unidos contra a consumação do plano anglo-francês.

O direito de veto foi exercido pela França e pela Grã-Bretanha, evitando a adoção de resoluções que lhes fossem desfavoráveis e, às 4 horas, o Conselho de Segurança se dissolveu.

Entrementes, à meia-noite (30 de outubro de 1956), o ministro do Exterior de Israel transmitiu a resposta do seu Governo, nos seguintes termos:

“O Governo de Israel recebeu a comunicação, dirigida conjuntamente pelos Governos da França e do Reino Unido aos Governos de Israel e do Egito, para a cessação de hostilidades e a retirada de suas forças para uma distância de dez milhas do Canal de Suez.

“Em resposta a esta comunicação, o Governo de Israel tem a honra de declarar que aceita as condições, tanto em relação ao tempo, como à área, e manifesta sua disposição de tomar as necessárias medidas práticas, neste sentido.

“Ao assumir este compromisso, o Governo de Israel espera que uma resposta positiva seja dada, igualmente, pelo Governo do Egito.”

O Egito respondeu, como era esperado, que não estava disposto a aceitar os termos do ultimato. Se era isto o que os ingleses e os franceses tinham em mente, obtiveram o que desejavam. Poderiam, agora, agir contra o Egito, que se recusara a atender às suas exigências.

1 de novembro de 1956

As 19 horas (hora de Israel), do dia 31 de outubro de 1956, as forças anglo-francesas começaram a bombardear os aeroportos egípcios na Zona do Canal.

Esta ação não teve início doze horas após a entrega do ultimato — o prazo estipulado —, mas vinte e cinco horas depois. O calendário dos acontecimentos pode, assim, ser resumido: às 17 horas de 29 de outubro, paraquedistas de Israel foram lançados em Mitla; vinte e cinco horas depois, às 18 horas de 30 de outubro, o ultimato anglo- francês foi enviado a Israel e ao Egito; e vinte e cinco horas, depois do ultimato, às 19 horas de 31 de outubro, as forças anglo-francesas iniciaram ações militares contra o Egito, tendo por objetivo a captura da Zona do Canal de Suez.

Até este momento — isto é, não somente depois do ultimato, mas também após o bombardeio anglo-francês — o Alto Comando egípcio não modificou suas ordens anteriores e nem instruiu suas unidades no Sinai, no sentido de que se retirassem para o outro lado do canal. Ontem, a infantaria egípcia — a Primeira e a Segunda Brigadas — e forças blindadas — a Primeira Brigada Blindada — prosseguiram sua marcha da Zona do Canal, onde estavam estacionadas como reservas do GQG, e uniram-se às suas unidades no Sinai. O Comando Naval egípcio, igualmente, ordenou que três lanchas-torpedeiras, de fabricação soviética, e o destróier Ibrahim el Awal entrassem em ação contra Israel, e que a fragata Domiat transportasse reforços para as unidades que se encontram em Sharm e-Sheik.

Apesar disto, acredito que seja uma questão de tempo, provavelmente não de muitas horas, a decisão do Estado-Maior inimigo, no sentido de ordenar que suas unidades — pelo menos às que estiverem em condições de fazê-lo — que se retirem para a Zona do Canal. As batalhas, hoje, com exceção dos combates aéreos, tiveram lugar na região de Abu Ageila, onde nossas unidades blindadas estiveram ativas, e em Mitla, na qual a 202.ª Brigada de Pára-Quedistas se viu envolvida.

A batalha em Mitla — o nome oficial do desfiladeiro conhecido como Passo Mitla é Jebel Heitan — começou às 12h30m de ontem, dia 31 de outubro. Já bem antes, nas primeiras horas da manhã, imediatamente após a principal força da brigada de paraquedistas, seguindo através do eixo Nakhl, se haver juntado à unidade lançada no Monumento Parker, o comandante tinha querido avançar e apoderar-se do Passo. Havia, entretanto, uma ordem específica do GQG, proibindo essa ação. Ele, então, solicitou e obteve permissão para fazer sair uma patrulha, o que aconteceu

por volta do meio-dia. Esta unidade de patrulha era, na realidade, uma equipe completa de combate, perfeitamente capaz de capturar o passo. Era integrada por duas companhias de infantaria em veículos de meia esteira, um destacamento de três tanques, a unidade de reconhecimento da brigada em caminhões e por uma companhia de morteiros pesados, em apoio. Fora designado responsável pela unidade um comandante de batalhão, mas o substituto do comandante da brigada seguira também.

Logo que o comboio penetrou no desfiladeiro, cerrado fogo descera das eminências que o dominavam dos dois lados. A permissão para a saída da patrulha fora dada sob a condição de que evitasse envolver-se em combates sérios. Assim, ela marchou através do desfiladeiro, julgando que a posição era defendida somente por forças ligeiras. À medida que a cabeça-de-ponte do comboio penetrava mais profundamente na estreita passagem, aumentava de intensidade o fogo, e os veículos de meia esteira e os soldados que se encontravam no interior deles logo foram atingidos. O comandante da unidade avançou, correndo, a fim de socorrê-los, mas ele, também, logo se viu encurralado, incapaz de avançar ou recuar. Não obstante, a parte dianteira do comboio, perfazendo mais de uma companhia, a despeito da mortífera resistência, que se expressava através de uma chuva de obuses que explodiam no interior do desfiladeiro, conseguiu romper os obstáculos e chegar à saída ocidental do passo. O resto da força, entretanto, permaneceu colado ao chão, e suas baixas foram aumentando sob o contínuo e pesado fogo, que descia das eminências.

Durante sete horas — das 13 às 20 horas — os paraquedistas israelenses se empenharam numa batalha extremamente dura e cruel, até que dominaram a resistência e capturaram o passo. Foi uma luta que nem mesmo as unidades veteranas e mais endurecidas nos azares da guerra jamais haviam experimentado. As baixas de Israel foram — como era de se esperar — sem precedente: trinta e oito mortos e cento e vinte feridos.

As tropas egípcias entrincheiraram-se então, em cavidades naturais e artificiais nas encostas, em ambos os lados do desfiladeiro. Desta forma, tinham sob a mira de suas armas automáticas e de seus canhões antitanques o estreito trilho pedregoso que torcicolava lá embaixo. Na manhã de 30 de outubro, bem cedo, a Segunda Brigada egípcia enviou seu Quinto Batalhão,

reforçado por uma companhia do Sexto Batalhão, para ocupar o passo. As cinco companhias de infantaria estavam armadas com quatorze metralhadoras médias, doze canhões antitanques de 57mm e cerca de quarenta canhões tchecos, sem retrocesso. Dispunha, ainda, do apoio aéreo de quatro Meteors, os quais logo foram reforçados por seis Migs, vindos do aeroporto de Kabrit. Os aviões egípcios operaram sem qualquer interferência. Seis dos nossos Ouragans encontravam-se perto de Mitla mas, em face de um defeito no sistema de comunicações, não puderam ser avisados.

Logo no início da batalha o caminhão de combustível da unidade de paraquedistas incendiou-se e o mesmo aconteceu, em seguida, com o de munições e com outros três veículos. O comandante da companhia, que descera de sua viatura de meia esteira, fora morto. Nossos morteiros pesados, de 120mm, que deveriam dar apoio à unidade, foram postos fora de ação. E ficaram igualmente, imobilizadas quatro viaturas de meia esteira, um tanque, um jipe e uma ambulância.

A única coisa que os paraquedistas poderiam fazer, naquela situação, seria escalar as encostas e enfrentar o inimigo numa luta corpo a corpo no interior das cavidades, em que se entrincheirara. Era a única saída, não somente para que pudessem concluir a batalha como vencedores, mas, também, para que lhes fosse possível retirar os montes de feridos e de mortos que jaziam nos lados da passagem, entre veículos incendiados.

E foi isto, precisamente, o que eles fizeram. Duvido que haja outra unidade em nosso Exército que pudesse obter êxito em tão desesperada situação e, ainda, tirar o máximo do inimigo. Os paraquedistas conseguiram romper a armadilha, em que se encontravam, e juntamente com duas companhias que chegaram para ajudá-los, contornaram os postos egípcios, subiram até o cume das encostas e, então, precipitaram-se, morro abaixo, até o interior das cavidades em que se encontrava o inimigo. Quando a luta terminou, existiam 150 egípcios mortos e os restantes — ilesos e feridos — desapareceram na escuridão, fugindo na direção do canal.

Essa sangrenta captura do Desfiladeiro de Heitan, em Mitla, seria justificada se o objetivo da brigada fosse alcançar Suez e houvesse sido impedida em sua marcha por forças egípcias, entrincheiradas no percurso.

Nas atuais circunstâncias, porém, quando nosso alvo é avançar na direção sul, para capturar Sharm e-Sheik, não havia necessidade vital de se atacar a unidade inimiga, que defendia as imediações do canal. O valor, o espírito de luta e a bravura dos comandantes dos paraquedistas são qualidades que devem ser louvadas e estimuladas, mas a verdade é que essa luta constituiu uma ação inútil. Além disso, depois da captura do passo, os paraquedistas voltaram a ter sua base nas imediações do Monumento Parker. Assim, o desfiladeiro foi atacado, capturado e ... abandonado.

Diversos oficiais do Estado-Maior advertiram-me, com desaprovação, de que minha atitude, em relação aos paraquedistas, fora de benevolência, quando a verdade é que haviam assaltado o desfiladeiro contra minhas ordens e que a ação tivera sangrentas consequências. Não é necessário dizer o quanto deploro suas pesadas baixas. Minha queixa porém, contra o comando dos paraquedistas — uma séria queixa — não é sobre a batalha propriamente dita, mas contra o recurso de classificar a batalha como uma “operação de patrulhamento”, só para “satisfazer” o Estado-Maior. Lamento que o comando da unidade usasse esse artifício, o que me leva à conclusão de que não obtive êxito em estabelecer relações de mútua confiança entre nós, de forma que, se ele desejasse agir em desobediência às minhas ordens, deveria fazê-lo, mas direta e francamente.

Analisando-se a ação em Mitla, devemos distinguir entre as falhas e os erros e a quebra de disciplina. Fiquei irritado pela decisão que o comandante tomou de fazer o ataque, em desrespeito às minhas ordens, mas compreendo suas razões. Somente oito anos se passaram desde a nossa guerra pela independência. Naquela ocasião, eu estava encarregado do comando de um batalhão. Posso compreender, pois, uma situação, na qual tive que decidir entre capturar uma posição táctica, que assegurava uma sólida base para a minha unidade, e ficar adstrito às ordens do GQG. Acredito que um comandante pode assim se comportar, levado pela convicção de que os oficiais do Estado-Maior, que não se encontram na região, não conhecem as condições e nem as posições inimigas e que somente ele — que se encontra no local — será capaz de avaliar a situação e tomar uma decisão adequada.

O principal erro dos paraquedistas, em seu assalto ao passo, foi de natureza tática. O comando da unidade calculou que não existia um forte contingente inimigo em Mitla e que, portanto, não havia mal em prosseguir ao longo de uma estrada topograficamente fácil, através do leito seco do rio, com seus soldados apertados no interior dos veículos em formação de coluna. Julgou que, mesmo que encontrasse qualquer força inimiga, estaria em condições de dispersar seus soldados e organizá-los em tempo, para fazer frente a um ataque.

Aqueles paraquedistas sempre revelaram grande autoconfiança e aperfeiçoaram um sistema de combate, baseado numa organização rápida e arrojo na ação. As características topográficas especiais do Passo de Mitla, entretanto, não se ajustaram a esse sistema.

Em outras circunstâncias, o comando dos paraquedistas indubitavelmente teria feito o reconhecimento da área, quer no terreno, quer do ar, antes de entrar em ação. Nas atuais condições, porém, com a brigada a centenas de quilômetros no interior do território inimigo, isolada do resto das nossas forças e somente à pequena distância das bases egípcias de tanques e de aviões, não é de se admirar que ele se mostrasse ansioso por consolidar rapidamente sua posição.

Por causa desse julgamento errado e desses erros táticos, a unidade de paraquedistas pagou um elevado preço em sangue. No que diz respeito à desobediência das minhas ordens e à minha atitude complacente, a verdade é que só julgo o problema grave, quando a unidade fracassa no cumprimento de sua missão, e não quando ultrapassa os limites do dever e faz mais do que lhe foi solicitado.

O dia de ontem, no âmbito das forças terrestres, foi assinalado pelas atividades da Sétima Brigada Blindada. Suas unidades capturaram Abu Ageila, a Represa de Ruafa, Bir Hassna, Jebel Livni e Bir Hama. Elas, igualmente, tiveram seus contratempos. Durante o dia, foram atacadas diversas vezes por nossos próprios aviões, os quais, como sempre acontece, não erraram o alvo. Uma viatura de meia esteira de uma unidade foi metralhada e, em Jebel Livni, quatro dos nossos Ouragans atacaram um destacamento de tanques, ferindo sete soldados e danificando alguns veículos. Tudo isso foi devido principalmente à falta de contato entre a

Sétima Brigada e a Força Aérea. O sistema de comunicação das nossas forças com as unidades aéreas deixara de funcionar logo que a brigada penetrara em Kusseima e, pelo período de dois dias — 30 e 31 de outubro — não pudera ser consertado. Assim, a brigada ficara impossibilitada de pedir cobertura ou de manter qualquer outro contato com a Força Aérea.

Na noite anterior — 30 de outubro — após a captura de Deika, equipes do batalhão blindado atravessaram o desfiladeiro, de modo que, pela madrugada, estivessem em condições de atacar seus objetivos logo ao norte dessa passagem. A operação, através Passo Deika, com sua ponte destruída, era difícil e excitante. Prolongou-se pela noite inteira e deixou os homens exaustos. Apesar de todos os esforços, não apenas as viaturas comuns, mas mesmo os caminhões 6/6 não conseguiam mover-se através do trilho obstruído, e somente os veículos de combate — meia esteira e tanques — puderam avançar, chegando, pela madrugada, ao outro lado do desfiladeiro.

Às 5h 30m da tarde, um grupo blindado saiu para atacar Abu Ageila. A guarnição egípcia ouviu e viu as unidades que se aproximavam e, durante a noite, preparou uma bem planejada recepção para os importunos visitantes. Quando nossas tropas se encontravam ainda a uns três quilômetros de distância, os egípcios começaram a atirar. As granadas sustaram a infantaria, mas os tanques e os veículos de meia esteira continuaram avançando. Quando os primeiros tanques chegaram a umas 300 jardas da posição inimiga, foram recebidos por intenso fogo de canhões antitanques e de metralhadoras. Alguns tanques tentaram contornar a posição pela esquerda, mas foram detidos por um profundo sulco, que era o leito seco de um rio. Dali, porém, dispunham de um excelente campo de fogo e, com este apoio, as unidades de meia esteira puderam avançar ao longo da estrada e penetraram nas defesas egípcias.

Entrementes, nosso flanco direito ficara exposto e o comandante inimigo, percebendo aquele ponto vulnerável, enviou uma companhia de infantaria para ali, a fim de que nos atacasse daquela posição. A companhia conseguiu avançar sob a cobertura do fogo de sua base mas ao ser localizada, foi atacada por um pelotão, que se encontrava na retaguarda da nossa coluna blindada, o qual, procurando envolvê-la obrigou-a a retornar aos seus postos de defesa. A batalha foi decidida quando nossos tanques alcançaram

aqueles postos, embora alguns defensores continuassem a revelar grande coragem, disparando suas bazucas, abertamente, em frente dos tanques. Por volta das 6h30m — uma hora após o início do combate — o fogo cessou. Nossas baixas foram leves. Ignoramos, porém, o volume das que sofreram os egípcios. Defendiam a posição uma companhia de infantaria e algumas unidades de apoio, assim como as forças egípcias que, no dia anterior, se haviam retirado de Kusseima. Um grupo de soldados, chefiados por um oficial, dirigiu-se à vanguarda das nossas tropas para se render. O comandante, porém, recusou-se a tomá-los como prisioneiros. Ao contrário, de acordo com ordens do comandante do batalhão, mandou que se juntassem a seus camaradas que haviam fugido através do mar de areia, e ninguém se preocupara em contá-los.

Logo depois de sua captura, Abu Ageila foi pesadamente bombardeada pela artilharia egípcia, estacionada em Um Shihan, e, ao mesmo tempo, unidades mistas inimigas, compreendendo infantaria motorizada, canhões antitanques e diversos tanques, começaram a convergir sobre a localidade, vindo na direção de El Arish. Por duas vezes, essas unidades tentaram avançar diretamente contra as posições capturadas e, por duas vezes, foram repelidas pelo fogo dos tanques, retirando-se numa nuvem de poeira. Na terceira tentativa que fizeram, nossas forças contaram com a cobertura de alguns aviões, que haviam surgido no local, e as unidades desapareceram, por fim, deixando, pelo caminho, veículos em chamas e densas colunas de fumaça preta.

Entretanto, a mais dura luta em que se empenhou a brigada blindada, nesse dia, foi a que teve lugar na Represa de Ruafa, e a unidade que arcou com o ônus da batalha foi o mesmo grupo do batalhão blindado que, durante a manhã, havia capturado Abu Ageila.

Os soldados dessa unidade já vinham lutando pelo período de três dias, sem descanso, e se encontravam quase no fim de seus recursos. O comandante, porém, não deixava de pressioná-los, insistindo em que explorassem ao máximo as vantagens já conseguidas com o rompimento das linhas inimigas. Ontem, os sapadores apenas tiveram três horas de sono, e qualquer falta de acuidade na limpeza dos campos de minas poderá ter conseqüências imprevisíveis.

O comandante do batalhão anunciou simplesmente que o objetivo era a localidade guarnecida de Ruafa e escalou um setor para cada companhia. O assalto foi conduzido, vindo do sudoeste, e aguardando nossos soldados, nesse setor, encontravam-se os postos de defesa do inimigo, integrados por mais de vinte abrigos antitanques, inclusive dez Archers, sete canhões de 57mm, assim como seis peças de 25, localizadas para pontaria direta.

O ataque teve início depois do pôr do Sol. À meia luz do crepúsculo, os olhos cansados das tripulações dos tanques mal podiam ver o que se encontrava a poucos metros de distância. Os egípcios receberam nossos soldados com um nutrido fogo centralizado, disparado por todas as peças de que dispunham. Imediatamente, atingiram um veículo de meia esteira, vitimando os que se encontravam no seu interior. Esse impacto fez com que os demais veículos, do mesmo tipo, sustassem o avanço. A pausa durou pouco, pois logo se recuperaram dos efeitos do bombardeio e prosseguiram na arrancada. Depois que anoiteceu, a escuridão passara a ser iluminada pelos riscos luminosos dos obuses, que se cruzavam no ar, e pelas chamas do depósito de munições do inimigo, que havíamos feito explodir. Todos os tanques da nossa unidade de assalto foram atingidos pelas baterias antitanques, mas a maioria deles, apesar de danificados, não cessou a ofensiva. Na fase final da batalha, quando muitos tanques já não dispunham de munição, suas tripulações lutaram com granadas de mão e submetralhadoras.

Após haver silenciado todos os focos de resistência dos egípcios, nossos soldados passaram a cuidar dos feridos, fazendo-lhes os curativos à luz dos holofotes de jipes. Se, naquele momento, os egípcios houvessem contra-atacado, nossos soldados, sem dúvida, não teriam podido contê-los. É que mesmo os poucos tanques, que não estavam danificados, já não dispunham de munição e nem de combustível. Por sorte, as tropas inimigas necessitavam, igualmente, de algumas horas para desencadear um contra-ataque. De fato, quando ele veio, logo depois das 21 horas, nossos tanques já haviam sido reabastecidos, tanto de munições como de combustível, e achavam-se em forma para o novo embate.

O ataque egípcio fora apoiado pela artilharia dos seus postos em Um Katef e em Um Shiha e pelo fogo dos Archers móveis. A operação, entretanto,

fracassou. Os egípcios se retiraram para El Arish, abandonando quatro Archers e trinta e sete mortos. Nossas baixas elevaram-se a dez mortos e trinta feridos.

Não recebemos ainda cifras detalhadas da quantidade e dos tipos das armas, munições e equipamentos apreendidos nas posições egípcias ou nos campos abandonados, mas, segundo já me informaram, o volume é considerável. No que diz respeito aos prisioneiros, tanto aqui, como em Abu Ageila, ninguém se preocupou em reuni-los, para contá-los. Nossas tropas blindadas não dispõem de meios técnicos e nem de tempo para fazê-lo. Logo depois da captura de uma posição inimiga, os oficiais se ocupam em reorganizar suas forças e em prosseguir na arrancada e, por isso, não se mostram dispostos a despendar tempo e nem a desviar homens para cuidar das áreas dominadas e de seus problemas. Além disso, as tripulações têm que zelar pelos seus tanques. Depois do ataque a Ruafa, por exemplo, quando quase todos os tanques foram atingidos, as tripulações e as equipes de mecânicos trabalharam a noite inteira, procurando repará-los. Pela manhã, com exceção de três, todas as unidades já se encontravam prontas para ação.

Encontramo-nos, agora, em situação bem animadora. Já controlamos virtualmente as três rotas meridionais: Nakhl-Mitla; Jebel Livni; e Bir Hasna. Esta última foi capturada hoje, pela manhã, sem qualquer dificuldade, por uma equipe blindada. Simultaneamente, uma segunda equipe blindada avançou ao longo de uma rota paralela, mas situada um pouco mais ao norte, na direção do entroncamento rodoviário de Jebel Livni, o qual foi capturado ao meio-dia. Prosseguindo no rumo ocidental, ela atingiu Bir Hama às 16 horas, que foi, igualmente, tomada, sem resistência de maior vulto. Somente as localidades guarnecidas de Um Katef e de Um Shiha continuam em poder dos egípcios, mas se encontram praticamente sitiadas. Nossas forças ocupam três dos seus lados, e a única via de comunicação de que dispõem com sua base é através de El Arish.

A força blindada é que tem constituído, para nós, a grande surpresa desta campanha. De acordo com informações de que dispomos, os egípcios têm duas unidades blindadas no Sinai. Uma, é o Terceiro Batalhão Blindado, que está sob o comando da Terceira Divisão, cujo quartel-general está

sediado em El Arish. A outra, é a Primeira Brigada Blindada, pertencente às reservas do GQG, na Zona do Canal. Esta força foi enviada para o Sinai no dia 30 de outubro, para participar da luta contra nós e compreende dois batalhões de tanques T-34; uma bateria de artilharia integrada por canhões automáticos SU-100; e um batalhão de infantaria, equipado de transportes blindados — todo esse equipamento de fabricação soviética. A nossa Sétima Brigada Blindada saiu, ontem, em busca da sua similar egípcia, mas não conseguiu encontrá-la. Nossos aviões informaram que, de vez em quando, têm atacado essa força, a qual está sempre se movimentando, de um lado para outro, ao longo da rota entre Bir Gafgafa e Jebel Livni e que, igualmente, enviou um destacamento na direção de Mitla, através de Bir Hassna. De qualquer forma, nossas unidades blindadas não conseguiram, até agora, enfrentá-la. É verdade que, após a captura da Represa de Ruafa, nossos aviões atacaram diversos tanques, que haviam atirado de longe contra nossas forças, que, ali, se encontravam, mas estes, com toda possibilidade, pertenciam ao batalhão de Shermans, baseado em El Arish. Qualquer que possa ser a explicação, o fato é que as nossas forças terrestres até agora não se viram frente a frente com os tanques egípcios. A resistência aos nossos assaltos contra suas posições sempre tem sido oferecida principalmente por armas estáticas antitanques das localidades guarnecidas. Essas armas — canhões de 57mm, Archers, bazucas e, igualmente, peças de vinte e cinco, para pontaria direta — são eficientes. Em outras palavras, o sistema defensivo do Egito, baseado em armas estáticas, com alcance preestabelecido, mais ou menos vem desempenhando suas funções, mas as unidades operacionais — — tanques e infantaria móvel — até agora nada fizeram e nem tomaram parte na luta. Não tem sido outro o comportamento do Segundo Batalhão Motorizado da Fronteira, no eixo Nakhl, e, igualmente, os da Primeira Brigada de Infantaria e do grupo da Primeira Brigada Blindada enviada para o Sinai, como reforço, pelo GQG. Esses reforços aparentemente estão correndo de um lado para outro na retaguarda, sem conseguir — se realmente seus comandantes desejam consegui-lo — entrar efetivamente na luta.

* * *

O bombardeio anglo-francês dos aeroportos egípcios, que teve início ontem à noite, neutralizou a capacidade da Força Aérea do país de agir contra nós. Mesmo antes disso, durante toda a primeira noite da campanha — 29 de outubro — e nos dois dias de luta que precederam a ação anglo-francesa — 30 e 31 de outubro — a atividade aérea egípcia não ultrapassou os limites do Sinai. Os Estados árabes vizinhos, a Síria e a Jordânia, que foram solicitados a atacar Israel pelo ar e que haviam prometido fazê-lo, não cumpriram a promessa. Na realidade, só em duas ocasiões, nas noites de 30 e 31, é que a Força Aérea Egípcia enviou bombardeiros Ilyushin-28 contra nós — um avião em cada missão — mas as bombas foram atiradas em campo aberto, muito distante de qualquer cidade ou aldeia, sem discriminação e sem causar dano.

Não se contando esses Ilyushins, os egípcios puseram em ação Vampires, Meteors e Migs-15. Os Vampires e os Meteors habitualmente voavam sob a proteção de uma escolta de Migs e suas missões eram de patrulhamento e de ataque a alvos terrestres em Israel, principalmente em Mitla e ao longo do eixo Nakhl. Os Migs, além dos seus deveres de escolta, deram apoio ao grupo da Primeira Brigada Blindada e procuraram impedir que ela sofresse algum ataque aéreo da nossa parte.

Apesar da proximidade em que o campo de batalha se encontrava das bases aéreas do Egito, os pilotos inimigos nunca se revelaram muito ativos. No primeiro dia — dia 30 — fizeram cerca de quarenta saídas (menos de uma para cada avião) e no dia seguinte setenta.

Deve ser dito que, em geral, os pilotos dos Migs-15 não evitavam lutar e, às vezes, até preparavam emboscadas para os nossos aviões, quando estes estavam retornando de voos, com o combustível quase no fim e suas munições esgotadas. Mas tinham o cuidado de aparecer em formações comparativamente grandes, de quatro a oito aparelhos, e sempre procuravam terminar a luta rapidamente, evitando os perigos dos combates prolongados. Nossos aviões, que voavam a baixa altitude a fim de atingir, com maior segurança, os alvos terrestres, eram ocasionalmente atingidos por disparos antiaéreos, mas nas batalhas aéreas (quatorze) nem um só deles

foi derrubado. Por outro lado, nossos pilotos destruíram, no ar, pelo menos quatro Migs e quatro Vampires.

Os ataques aéreos egípcios contra alvos terrestres em Israel só se revelaram realmente sérios numa ocasião: durante a batalha no Desfiladeiro de Heitan, em Mitla. É difícil calcular exatamente quantas baixas os aviões causaram entre os nossos soldados, e quantas foram provocadas pelas forças terrestres. Segundo se presume, a força aérea foi responsável por cerca de dez dos nossos mortos e vinte dos nossos feridos e, igualmente, pela destruição de nossos morteiros pesados, caminhões de munição e três outros veículos. Em todas as outras ocasiões, em que os aviões egípcios atacaram nossas unidades — em Thamad, no Monumento Parker e quando nossa coluna marchava de Eilat para Nakhl —, as baixas em homens e em veículos foram insignificantes e não chegaram a afetar o curso da luta.

Embora não possamos calcular qual tenha sido a porcentagem dos danos causados pela nossa Força Aérea ao inimigo, não há dúvida de que, nestes poucos dias, representaram um verdadeiro impacto no desenvolvimento das operações. Não será exagero dizer — segundo penso — que nossos aviões são responsáveis, no mínimo, pela metade das baixas sofridas pelo inimigo, em homens e em equipamento.

As principais tarefas da nossa Força Aérea têm sido as de atacar alvos terrestres — embasamentos inimigos, a ferrovia do Egito para Gaza, comboios e colunas blindadas. Na defesa desses objetivos, a aviação inimiga tem sido um verdadeiro fracasso. Quase nem um só dos nossos assaltos foi frustrado pela intervenção de pilotos inimigos. É provável que a 1.ª Brigada Blindada egípcia não tenha saído, ainda, de Bir Gafgafa, no rumo ocidental, por causa da vigilância de que tem sido alvo por parte da nossa Força Aérea e que o 3.º Batalhão Blindado não haja tomado parte efetiva na defesa de Abu Ageila e de Ruafa, igualmente, para evitar o poder de fogo dos nossos aparelhos. O fato importante a assinalar é que, nestes primeiros dias de luta, somente a nossa Força Aérea tem enfrentado as unidades de tanques do Egito, e que o tem feito com admirável êxito.

* * *

Ontem pela madrugada, verificou-se um ataque naval egípcio contra Haifa. As consequências não poderiam ser mais dramáticas. No período de algumas horas, o vaso atacante — o destróier Ibrahim el-Awal — foi atingido pelas nossas forças, rendeu-se e foi levado, juntamente com sua tripulação, para o porto da cidade.

Segundo se diz, no dia anterior ao ataque, quando o Ibrahim el-Awal ancora em Porto Said, seu comandante, Hassan Rushdi Tamzan, recebera uma ordem telefônica do chefe do Estado-Maior da Marinha, Almirante Sliman Azat, determinando-lhe que estivesse preparado para uma operação, que teria lugar no dia seguinte. O exato objetivo lhe seria comunicado depois que houvesse deixado o porto.

A tripulação passara o dia pondo o navio em condições, reforçando suas reservas de combustível, de munição e de gêneros alimentícios; e depois que a noite descera, o destróier, sem qualquer ruído, deixara o ancoradouro e se fizera ao largo.

De acordo com diário de Gordon, o comandante recebera, às 19h30m, a Ordem Operacional, em código. Era-lhe determinado que, pela madrugada, fizesse um ataque contra o porto de Haifa, bombardeando os navios que ali se encontrassem, petroleiros e bases militares.

O comandante, porém, decidira não esperar a madrugada, mas desfechar o ataque durante a noite, de forma que, quando o dia surgisse, já poderia estar longe da zona de ação.

Às 3h30m (manhã do dia 31) o Ibrahim el-Awal aproximou-se acerca de sei milhas do porto de Haifa e, desenvolvendo uma velocidade de doze a quatorze nós, despejou granadas de 220 polegadas sobre o porto. Alguns dos tiros revelaram-se certos e atingiram o cais, os estaleiros e a área do ancoradouro, mas não causaram baixas e nem provocaram grandes danos.

O nosso radar localizou o navio e comunicou sua aproximação, mas não o identificou como sendo um vaso inimigo. Nossos próprios navios de guerra, em serviço de patrulhamento da costa, não o detectaram e somente depois

que o bombardeio começara é que o sistema de defesa do porto fora alertado. O destróier francês Crescent que, na ocasião, se encontrava nas proximidades de Haifa, foi o primeiro a localizar o navio egípcio e, às 3h38m, abriu fogo contra ele, descarregando sessenta e quatro projéteis. A belonave francesa, porém, não perseguiu o Ibrahim el-Awal, mas seu comandante, verificando que já havia sido localizado, acelerou as máquinas e procurou retirar-se na direção de Porto Said.

O Estado-Maior da Marinha de Israel telegrafou ao seu esquadrão de destróieres, que naquele instante se encontrava cerca de 57 km de Haifa, para interceptar e entrar em luta com o navio inimigo. Os dois destróieres Jaffa e Eilat dirigiram-se ao seu encontro e, uma hora e meia depois, às 5h27m avistou, identificou e abriu fogo contra o Ibrahim el-Awal, de uma distância de sete km. A troca de tiros prolongou-se por algum tempo e, então, o destróier egípcio tentou escapar ao canhoneio israelense. Quando seu comandante percebeu que a rota para o Egito estava impedida, tentou fugir na direção do norte, para o porto libanês de Beirute. Mas não se pôde desvencilhar do esquadrão israelense. O Jaffa disparou 242 tiros e o Eilat 194, e algumas granadas explodiram tão próximo do Ibrahim el-Awal a ponto de causar avarias.

Antes da primeira claridade do dia, o Quartel-General da Marinha solicitara apoio aéreo. O primeiro a levantar voo foi um Dakota, o qual depois de identificar o navio egípcio, juntou-se a dois Ouragans. O Dakota dirigiu os jatos até o Ibrahim el-Awal, que se encontrava então acerca de 65 km da costa de Israel. Nenhum avião inimigo era visto na área. Os Ouragans mergulharam sobre o destróier egípcio sem nem ao menos esperar que nossos navios suspendessem o fogo e despejaram seus foguetes (cada avião carrega dezesseis) e metralharam o tombadilho com seus canhões. Os foguetes causaram sérias avarias na proa do destróier. Quando o comandante egípcio percebeu que o mecanismo do leme tinha sido inutilizado, que o sistema elétrico estava paralisado e que os elevadores de munição haviam entrado em colapso, hasteou uma bandeira branca, rendendo-se. Quando isso aconteceu, eram 7h10m da manhã.

O Jaffa e o Eilat aproximaram-se do Ibrahim el-Awal, e logo verificaram que um escalor havia sido arriado. Este, porém, capotara. Cinquenta e três

membros da tripulação tiveram que ser “pescados”, encontrando-se, entre eles, dois feridos. No tombadilho, existiam outros seis feridos e dois mortos, e toda a tripulação, composta de 153 homens, ali estava reunida. O destróier foi amarrado ao Eilat e rebocado para o porto de Haifa.

Os engenheiros de bordo haviam tentado afundar o navio, abrindo as válvulas, mas estas estavam enferrujadas e não cederam à pressão dos instrumentos. O livro de bordo registrou a última troca de mensagens com o Quartel-General da Marinha, em Alexandria:

Alexandria: 6h31m — Navio dispõe de cobertura aérea, em adição a bombardeiros que estão seguindo, às pressas, da Síria, para ajudá-lo.

Ibrahim el-Awal: 6h41m — Neste momento, estamos em luta com três aviões e dois navios inimigos. O auxílio ainda não chegou.

Ibrahim el-Awal: 6h50m — O navio está paralisado.

Alexandria: 6h55m — Auxílio está seguindo de Beirut. Mantenha seus canhões atirando.

Ibrahim el-Awal: 6h56m — O navio está fora de ação.

Ibrahim el-Awal: 7h00m — Munição esgotada.

Alexandria: 7h01m — Abandonem navio.

Alexandria: 7h03m — Abandone navio, após destruir todos documentos, livros e instrumentos, e assegure seu afundamento.

Ibrahim el-Awal: 7h25m — Nossa Operação-Haifa teve êxito. Impossível determinar baixas inimigas. Temos alguns feridos. Providenciando afundamento navio.

Ibrahim. el-Awal: 7h32m — Estamos abandonando navio. Vamos render-nos.

Alexandria: 7h37m — Todos cumpriram seu dever e devem estar orgulhosos. Nós e a pátria teremos orgulho de todos. Zelaremos pelo bem-estar suas famílias. Que Deus os proteja.

Ibrahim el-Awal: 7h50m — Abrimos válvulas para afundar navio. Estamos entre dois destroieres de Israel, Jaffa à esquerda e Eilat à direita.

* * *

Logo após o início da nossa ação no Sinai, quando as notícias foram divulgadas por todo o mundo, verificou-se um clamor de condenação da nossa atitude, principalmente depois da entrada da França e da Inglaterra no conflito — primeiro, com o último; e depois, com o bombardeio aéreo dos aeroportos egípcios.

À frente da campanha contra as Operações-Sinai-Suez encontram-se os Estados Unidos, e a União Soviética assumiu uma atitude similar, verberando também o ataque militar contra o Egito. Esses dois “solistas” dispõem do acompanhamento de um variado coro de entusiastas da “paz a qualquer preço”, principalmente quando o preço não deve ser por eles pago.

Já que o Conselho de Segurança fora dissolvido sem haver chegado a qualquer decisão, em face do veto anglo-francês, o delegado da Iugoslávia propôs, com caloroso apoio do Secretário-Geral Dag Hammarskjöld, que a Assembléia-Geral das Nações Unidas fosse imediatamente convocada. A França e a Grã-Bretanha se opuseram à medida, e a Austrália e a Bélgica se abstiveram. Os sete outros membros do Conselho de Segurança, porém, votaram favoravelmente. Assim, foi decidido que uma reunião de emergência da Assembléia-Geral da ONU seja realizada, hoje, às 17 horas (tempo de Israel).

Verificaram-se reações, ainda mais sérias, contra a operação anglo-francesa no Parlamento e em largos círculos da Grã-Bretanha. As críticas são dirigidas especialmente contra o primeiro-ministro. Não há dúvida de que o

povo e mesmo a maioria do Gabinete não apoiam a ação de Anthony Eden na zona do canal. E nem sua tarefa vem sendo tornada mais fácil pelos comandantes do Exército Britânico. Convencidos de que as forças egípcias são poderosas, esses comandantes planejaram consequentemente uma complicada operação militar e estabeleceram uma data mais tarde para o desembarque de suas unidades terrestres.

Do ponto-de-vista político, não resta dúvida que o tempo trabalha contra nós e que a pressão contra a França e a Grã-Bretanha — e certamente contra nós — no sentido de que a ação seja sustada, tornar-se-á cada vez mais aguda. Quem poderá dizer quantos dias de campanha ainda teremos? A verdade é que iniciamos a luta somente anteontem, mas devemos procurar concluí-la o mais rapidamente possível. De outra maneira talvez sejamos obrigados a suspender a ação, antes que nossos objetivos tenham sido alcançados. E se assim acontecer, teremos perdido militar e politicamente.

Ontem pela manhã, visitei o setor da 10.a Brigada, que está adido ao COG do Comando do Sul. Inspecionamos Auja Masri e Tarat Um Basis, postos avançados egípcios que, na noite anterior, haviam sido capturados pela brigada. A despeito do que fora estabelecido no plano Kadesh, os comandantes do batalhão não fizeram os necessários preparativos para o ataque contra essas localidades guarnecidas. Os dois batalhões que deviam tomar parte na ação, até ontem não haviam sido retirados da sua área de concentração nas proximidades de Ketziot, e não avançaram, depois da captura de Auja Masri e de Tarat Um Basis, para as posições, das quais desfechariam os assaltos contra Um Katef e Um Shihan.

Disse ao comandante da brigada que Um Katef tinha que ser capturada o mais rapidamente possível. O tempo passava depressa, e era essencial a abertura de um eixo de movimentação para a 7.a Brigada Blindada e para a 202.a Brigada de Paraquedistas. Um Katef domina a única estrada asfaltada que serve nossas forças, que penetraram até Jebel Livni e Bir Hassna. O péssimo trilho, que atravessa Kusseima, está em tão lamentáveis condições, após sua pesada utilização pelos nossos veículos, que agora só é transitável por viaturas com tração nas quatro rodas. Representa um verdadeiro

estrangulamento nas nossas linhas de suprimento, e poderá prejudicar o nosso avanço.

O adiamento do ataque, que originalmente havia sido marcado para o dia 30 de outubro, foi determinado, segundo parece, por ordem do COG do Comando do Sul e, por solicitação sua, o Departamento de Operações do GQG autorizou a anexação da 37.a Brigada Blindada que, até agora, era conservada como reserva do GQG, ao Comando do Sul, a fim de que pudesse juntar-se à 10.a Brigada de Infantaria na captura de Um Katef e de Um Shihan. Prometeram-me que o ataque seria desfechado, definitivamente naquela noite (ontem), pela infantaria e seria concluído na manhã seguinte (hoje), com a ajuda de blindados.

Apesar de todos os preparativos, ordens e promessas, tive a impressão de que não obtive êxito em injetar, nos comandantes locais, uma compreensão da grande urgência de se fazer um esforço total para que aquelas duas posições egípcias fossem capturadas sem demora.

A reunião com esses oficiais foi dura e de nenhuma forma agradável. Quase todos os participantes acabaram por ficar profundamente irritados. Quanto a mim, essa irritação não foi só porque houvesse percebido que não obtivera êxito em fazê-los agir, mas, igualmente, por haver verificado que não encarávamos os problemas de maneira idêntica. Por um lado, eu insistia com o comandante da brigada que entrasse em ação, que avançasse e assaltasse Um Katef e, por outro lado, percebia que ele não estava disposto a fazê-lo. Disse-me que o Comando do Sul lhe havia comunicado que aquela missão seria confiada a outra unidade. Tanto o comandante, como seus colegas, apresentavam mil e uma razões, pelas quais não poderiam assaltar as posições egípcias naquela noite, com seus campos de minas e suas defesas bem construídas. A verdade, em toda sua crueza, porém, era que o único propósito de levá-los até ali fora para que capturassem aquelas posições; e era vital, para a campanha, que aquela ação fosse levada a efeito o mais cedo possível. Pode ser que tenha havido, da minha parte, um erro de interpretação. Tratei-os como se fizessem parte de uma unidade regular de paraquedistas ou dos corpos blindados, quando, na realidade, a 10.a Brigada era uma formação de reservistas. Era evidente que os oficiais não se sentiam seguros em relação à capacidade de seus homens, que eram bem

mais velhos do que a média dos soldados e não se encontravam suficientemente treinados para a luta. Ou talvez, mesmo, porque o Negev era uma região estranha para eles — um terreno de uma nova espécie, que não deixava de assustá-los.

Conheço este sentimento. Há alguns anos, quando fui designado para o COG do Comando do Sul, tive a impressão, que se prolongou por um bom espaço de tempo, de que me encontrava em um novo mundo. Meu critério de atuação no campo teve que ser abandonado. Cálculo de distâncias, orientação e identificação do terreno — tudo aqui era diferente. Tive que aprender tudo de novo, adaptando-me a espaços sem pontos de referência, quer de casas, quer de uma simples árvore, e às extensões planas de pedra preta, que me pareciam campos queimados.

Entretanto, mostrei-me impaciente com eles. Não podia ouvir as queixas, os problemas, as dificuldades apresentados pelo comando da brigada. Seus homens estavam cansados; os suprimentos não haviam chegado a tempo; as noites eram frias; os dias eram quentes; seus rifles empoeirados não atiravam; e seus veículos ficavam presos na areia! Sei que essas alegações são verdadeiras, mas não tinha soluções para problemas dessa natureza. Não posso alterar o Negev, mas o novo eixo deve ser aberto.

* * *

Nossos dois ataques contra Um Katef, ontem à noite e hoje pela manhã, levados a efeito pela 10.a Brigada de Infantaria e por uma unidade da 37.a Brigada Blindada, fracassaram. Que tenham fracassado é certo. Menos certo, entretanto, é se aquelas ações podem ser denominadas ataques.

A defesa da região Abu Ageila-Um Katef-Kusseima é baseada na 6.a Brigada de Infantaria egípcia. Esta é integrada por três batalhões de infantaria — o 12.º, o 17.º e o 18.º — e encontram-se sob seu comando, igualmente, dois batalhões de infantaria da Guarda Nacional. A localidade de Um Katef, propriamente dita — o reduto central dessa área de defesa,

em relação à qual as ordens do Estado-Maior inimigo eram no sentido de “lutar até o fim” — é guarnecida por dois batalhões de infantaria, por um grupo de canhões antitanques (seis Archers) e por uma formação de seis peças de vinte e cinco, de campanha, e, também, acha-se incluída no plano de apoio geral, proporcionado pelo regimento de artilharia divisional.

Embora na véspera do ataque tivéssemos capturado as posições de Abu Ageila e de Ruafa e, portanto, deixada exposto o flanco ocidental da localidade guarnecida, nem Um Katef nem Um Shihan foram evacuadas pelos egípcios. Continuaram a ocupar e a defender os dois redutos. É evidente que, mais cedo ou mais tarde, a 6.a Brigada terá que abandoná-los, retirando-se para El Arish — se este estiver em mãos egípcias — mas o fato é que, neste entretanto, ela se encontra aqui e está oferecendo uma encarniçada resistência.

Há dois dias (no dia 30 de outubro) nossa 10.a Brigada recebeu ordem para capturar, naquele dia, Auja Masri e Tarat Um Basis. A tarefa fora confiada à companhia de reconhecimento da brigada, reforçada por outra companhia de infantaria e por um destacamento de tanques. À 15h30m, Auja Masri já estava em nosso poder. Aparentemente, a localidade estava defendida apenas por uma seção reforçada de infantaria. Tão logo nossos tanques abriram fogo, o inimigo abandonou seus postos e nossos soldados simplesmente caminharam e os ocuparam. A unidade de reconhecimento continuou avançando e, às 17 horas, apoderou-se de Tarat Um Basis que, igualmente, havia sido evacuada, em face da aproximação das nossas tropas.

A primeira e quase displicente tentativa de atacar Um Katef se deu na manhã de ontem (31 de outubro), por ordem do COG do Comando do Sul. Outra vez, a unidade de reconhecimento fora escalada para a luta. Desta vez, porém, estava reforçada por dez caminhões de meia esteira, por diversas viaturas de comando e por uma companhia de infantaria. Quando esta força atingiu a vertente oposta ao reduto egípcio, foi recebida pelo fogo da artilharia inimiga. Nossos soldados se retiraram, e o comandante da unidade comunicara que lhe era impossível capturar Um Katef, durante o dia.

A brigada, conseqüentemente, preparou uma outra ação, para a noite. A força atacante era composta de dois batalhões de infantaria, que foram enviados para flanquear Um Katef pelo sul e pelo norte. O primeiro batalhão perdeu-se no caminho, não conseguindo descobrir a principal posição inimiga e perdeu contato com o resto da tropa. Desorientado na escuridão, ele vagueou de colina para colina, durante a noite inteira e, por fim, na manhã seguinte, às 10 horas, capturou um embasamento periférico subsidiário, situado acerca de 3 km de Um Katef.

O segundo batalhão, igualmente, teve dificuldade em descobrir seu objetivo. Só após uma árdua noite de subir e descer as resistentes dunas, foi que, às 4h40m, se aproximou da posição inimiga. Um pelotão atacou a guarnição do principal reduto e foi recebido por cerrado tiroteio, resultando da escaramuça um morto e um ferido. E, assim, se encerrou o ataque. O batalhão, em seguida, se retirou, abandonando suas duas baixas perto do muro. Anteriormente, durante sua movimentação noturna, a unidade havia sofrido cerca de trinta baixas, causadas pelo fogo da artilharia egípcia.

Nosso próximo ataque, levado a efeito pela 37.a Brigada Blindada, realizou-se às 4 horas da manhã de 1 de novembro. Se a principal causa do fracasso da 10.a Brigada fora sua incapacidade de realizar um verdadeiro assalto, já o da 37.a Brigada teve por motivo a superansiedade dos oficiais, que se precipitaram no assalto às posições inimigas.

De acordo com os planos, a unidade blindada deveria unir-se, durante o ataque, aos dois batalhões da 10.a Brigada e, enquanto eles assaltassem Um Katef pelos flancos, os blindados tentariam a ruptura da linha de defesa pelo centro. A composição desta unidade deveria ter sido um esquadrão de tanques — dois destacamentos de tanques médios (Sherman) e um de tanques leves (AMX) — duas companhias de infantaria em viaturas de meia esteira e um batalhão de infantaria motorizado. A brigada deixou sua área de concentração, perto de Rchovoth, à tarde, e suas primeiras unidades alcançaram Nitzana, depois de terem sido abastecidas de combustível em Beersheba, perto da meia-noite. Foi ali que os soldados fizeram seus preparativos finais para a ação e, às 2 horas da madrugada, as duas companhias em viaturas de meia esteira estavam prontas para o ataque. Entretanto, os tanques ainda não haviam chegado. O comandante da

brigada, com a aprovação do COG do Comando do Sul, decidiu aguardar, pelo período de uma hora, a chegada daqueles veículos e, depois disso, houvessem chegado ou não, entraria em ação. Às 3 horas, os tanques ainda não haviam aparecido — chegaram com uma hora de atraso — e o comandante avançou, com sua tropa, para assaltar Um Katef, com as duas companhias em veículos de meia esteira. Quando se aproximaram da posição egípcia, separaram-se e começaram a avançar em formação de batalha. Os egípcios, que haviam ouvido e visto os veículos que se aproximavam, desfecharam, contra eles, um terrível fogo antitanque, secundado por intensa barragem de artilharia. Os primeiros meia-esteira penetraram no campo de minas, que protegia o muro em torno do bolsão egípcio, e foram postos fora de ação. Assim, passaram a servir de excelentes alvos para os canhões inimigos. O meia-esteira do comando encontrava-se entre os primeiros a ser atingidos. O comandante da brigada foi morto e os oficiais, que se achavam em sua companhia, ficaram gravemente feridos.

Tornara-se impossível continuar o ataque. Na realidade, um pelotão em veículos de meia esteira conseguira romper as defesas egípcias e, durante algum tempo, aguentara-se em sua posição. Infelizmente não existia ninguém no comando da unidade — todos haviam sido vitimados — em situação de atender à sua mensagem, no sentido de que aquela brecha fosse explorada. O oficial de ligação, que se encontrava, igualmente, ferido, era o único de patente superior capaz, fisicamente, de tomar qualquer providência. Organizou um grupo de socorro, o qual, sob a cobertura do fogo da artilharia e com o apoio dos tanques que, nesse meio tempo, haviam chegado, retirou os mortos e os feridos, que se encontravam no campo de minas. Em seguida, a tropa se retirou para a sua base, levando consigo mais de oitenta feridos.

Não há dúvida de que fora incorreta e mal executada a ação de que se encarregara o comando da 37.a Brigada. Realizar um ataque motorizado à noite, em terreno desconhecido e minado; partir sem esperar pelos tanques que, deveriam chegar a qualquer momento; e reunir todos os oficiais do comando no interior de um única viatura — eis as atitudes tomadas, para as quais não existe justificativa militar. Entretanto, não foi apenas um julgamento errado que levou o comando a agir daquela maneira. Dois outros fatores, também, preponderaram. Um deles, foi a deficiência do

serviço de inteligência. Por alguma razão, a informação em poder do COG do Comando do Sul dava a entender que a guarnição egípcia, que se encontrava em Um Katef, se estava reduzindo, com seus homens em fuga, e bastaria, portanto, que nossa unidade se aproximasse e abrisse fogo, para que a praça se rendesse. O segundo fator foi a pressão do COG do Comando do Sul — em consequência da minha pressão sobre ele — no sentido de que fosse aberto, sem demora, o eixo Um Katef-Abu Ageila. O comandante do Sul dissera ao comandante da brigada que me havia prometido que o eixo seria aberto ao romper do dia. Minhas ordens foram, de fato, no sentido de que se apressasse a abertura — embora não especificamente naquela noite, mas até as doze horas do dia seguinte e, na realidade, exigi que tudo fosse feito, mesmo que importasse um ataque frontal, envolvendo pesadas baixas.

Dei ordem para que se atacasse Um Katef no momento mais cedo possível. A ordem, então, foi executada. Entretanto, Um Katef não fora capturada. O Comando do Sul dispunha das forças necessárias para realizar aquela operação, com todo êxito — infantaria, blindados, artilharia, e, assim, por diante. No entanto, a ação militar, que se impunha, não fora realizada. O ataque não obedecera a um sólido plano operacional, que daria integral sentido da batalha a toda a força, escalada para aquela operação.

* * *

Hoje, à noite, vamos atacar a localidade guarnecida de Rafah, e a intenção é, após capturada a posição, imediatamente investirmos contra El Arish. Esses dois lugares constituem a chave do eixo de Ismaília e, sendo capturados, todo o norte da Península do Sinai estará em nossas mãos.

Do ponto-de-vista militar, esta operação será a mais importante da campanha, pois decidirá a disputa entre as nossas forças e as do Egito.

Em dois campos de luta — ar e terra — as operações terminaram, para todos efeitos e propósitos. Com o início da ação, desencadeada pelas

unidades aéreas e navais anglo-francesas, não é provável que a Força Aérea e a Marinha do Egito possam continuar suas atividades. Deve ser dito, em favor das nossas tropas, particularmente da Força Aérea, que mesmo antes da intervenção anglo-francesa, elas desempenharam um papel de relevo, apesar das muitas limitações impostas às suas atividades, inclusive a proibição de bombardear os aeroportos egípcios. Sou de opinião que, se tivéssemos de continuar a lutar sozinhos, nossa Força Aérea teria neutralizado sua similar egípcia em poucos dias.

No que diz respeito à luta com tanques, o que se pode dizer é que ainda não nos empenhamos num sério confronto com os Corpos Blindados do inimigo, e que não existe qualquer probabilidade de o fazermos. Até agora, suas unidades se têm movimentado nas áreas da retaguarda e evitam um choque direto com nossa formação blindada, a 7.ª Brigada, muito embora esta unidade já se encontre além da metade do caminho para o canal. Os tanques egípcios estão mesmo fugindo da nossa brigada de paraquedistas em Mitla, embora essa localidade esteja apenas a trinta milhas de Suez, e os nossos soldados estejam isolados do resto das nossas tropas e concentrados em campo aberto, muito adequado para uma investida de carros blindados.

Entretanto, as principais forças egípcias que defendem o Sinai são as reforçadas divisões de infantaria: 3.ª Divisão, a 8.ª Divisão da Palestina e, igualmente, a 2.ª Divisão, que atua como reserva para o setor original. A proteção egípcia do Sinai repousa em quatro principais bases de defesa: El Arish, Rafah, Abu Ageila e Sharm e-Sheik. Uma delas — Sharm e-Sheik — é uma localidade guarnecida, independente e autossuficiente. As outras três, porém, estão submetidas a um sistema de defesa que se sobrepõe a elas e é entrelaçado, assegurado por uma única força, a 3.ª Divisão. A faixa de Gaza, estendendo-se ao norte de Rafah e defendida pela 8.ª Divisão da Palestina, está igualmente ligada ao sistema de defesa militar de El Arish. Se El Arish e Rafah caírem em nosso poder, a faixa de Gaza ficará isolada e impossibilitada de se aguentar.

Agora, quarenta e oito horas após o início da campanha, chegou a oportunidade para se atacar o núcleo central das forças egípcias no Sinai, em Rafah e em El Arish, e essa operação precisa ser conduzida com toda a força do nosso ímpeto. As fases preparatórias que estabelecemos para nós

mesmos, antes deste ataque, já foram concluídas. Os egípcios já sabem que nossa intenção não é realizar simplesmente uma ação de represália. Ao longo dos eixos Nakhl—Mitla e Kusseima — Jebel Livni, nossas unidades avançaram e atingiram seus objetivos. E as forças aéreas anglo-francesas começaram a bombardear os aeroportos egípcios, ontem, depois do anoitecer. É, igualmente certo que as mais fortes pressões políticas serão feitas agora, contra nós, no sentido de que suspendamos, imediatamente, nossas atividades militares. Em face de tudo isso, temos que nos esforçar para concluir o mais rapidamente possível nossa conquista.

É por essa razão, também, que decidi, contra o ponto-de-vista do Comando do Sul, que Rafah seria, assaltada pelo norte, e não pelo sul. A mudança da direção do ataque irá permitir-nos utilização, ao máximo, da nossa força blindada, logo no início da operação. Sei que isso importará um ataque frontal nos embasamentos de Rafah e precisamente no setor em que eles se revelam mais sólidos, para fazer frente a qualquer assalto. Receio, entretanto, que, se formos procurar rotas muito afastadas no rumo do sul, a fim de envolver o inimigo, poderemos ficar presos nas dunas, perder tanques e, o que temos de menos, tempo.

É minha intenção incorporar-me às unidades que irão atacar Rafah e ficar com elas até que a captura de El Arish seja completada. Pretendo entregar a execução dos atos normais da campanha a oficiais de confiança (Setor de Operações) que dispõem de habilidade e de capacidade no mais elevado grau. Não obstante, meu afastamento não está sendo encarado, de maneira prazenteira, pelo Estado-Maior. Passei os dois primeiros dias da campanha principalmente no campo da luta — o primeiro, com a 7.a e a 4.a Brigadas em Kusseima, e ontem com a 10.a Brigada, nas proximidades de Um Katef. É verdade que, todas as noites, retorno ao comando do GQG, mas, naturalmente, minha ausência durante o dia torna a solução de alguns problemas mais difícil e sempre desorganiza o ritmo ordenado do trabalho.

No campo, disponho de um radiotransmissor e me mantenho em constante contato com o GQG, mas os oficiais se queixam de que isso não é suficiente. É possível que tenham razão, mas não me é possível — e, também, não desejo — comportar-me de outro modo.

3 de novembro de 1956

Nossa capacidade de suportar reveses é sem limite. Ontem — 2 de novembro — ao meio-dia, um dos esquadrões de tanques da 7.a Brigada disparou, por engano, a uma distância de mil jardas, contra outro esquadrão, também de tanques, da 37.a Brigada e, em cinco minutos, atingiu seis deles e os colocou fora de ação. Não me foi possível, ainda, saber o número de baixas, mas parece que o comandante do esquadrão se encontra entre os mortos.

Os motivos básicos desses contratempos, que nos têm afligido, são a precipitação e a inadequada preparação com as quais entramos em combate. Em consequência, nunca existe suficiente coordenação entre as diferentes unidades. Além disso, de acordo com ordens minhas, as formações devem continuar a operar, mesmo quando se verifique um colapso nas comunicações e elas deixem de se comunicar umas com as outras, ou com a Força Aérea. Em tais casos, como é natural, sempre ocorrem desentendimentos, resultando, muitas vezes, que uma unidade faça fogo contra outra. Na realidade, não é fácil distinguir-se entre forças amigas e inimigas. Nossos tanques, por exemplo, não levam sinais distintivos e quando, além do mais, estão mergulhados numa nuvem de poeira, ainda mais difícil se torna determinar se são nossos ou egípcios. Em adição, quando nossas tropas capturam equipamentos, particularmente veículos que são utilizáveis, os soldados se apressam em usá-los, sem se preocupar em repintá-los e marcá-los com os emblemas do nosso Exército. É evidente que temos de tomar medidas, no sentido de que os comandantes se esforcem por estabelecer o reconhecimento e a identificação das outras unidades, que se encontram no campo da luta. Mas, mesmo após o grave contratempo de ontem, não me sinto disposto a introduzir modificações em ordens, que sejam passíveis de reduzir a velocidade dos nossos avanços ou de limitar a iniciativa dos nossos comandantes. Todas as nossas possibilidades de êxito nesta campanha dependem, sem dúvida, destes dois fatores: velocidade e iniciativa.

O que aconteceu ontem foi devido a um curioso, mas perfeitamente desnecessário, desentendimento. O oficial de Inteligência do Comando do Sul chegara bem cedo, na manhã, ao setor da 7.a Brigada e se avistara com

o comandante do batalhão blindado que, naquela hora, encontrava-se nas proximidades de Abu Ageila. Julgara o oficial da Inteligência que os prisioneiros não estavam sendo adequadamente interrogados. Julgou que não devia perder tempo e, ali mesmo, começou a fazer perguntas a um soldado egípcio sobre o que estava acontecendo no “bolsão” (Um Katef e Um Shihan, que não haviam sido capturados).

De acordo com as respostas do prisioneiro, aquele oficial, juntamente com o comandante do batalhão, decidiu enviar uma nota ao comandante das forças que guarneciam Um Katef, intimando-o a que se rendesse, e fixando-lhe o prazo até às 14 horas. A nota fora escrita em árabe e em inglês e despachada às 1 lh30m, através de dois prisioneiros egípcios que seguiram num jipe capturado, que levava uma bandeira branca.

Mais ou menos por esse tempo, nossos pilotos, que tinham estado atirando bombas em Um Katef, comunicaram que não viam qualquer movimento inimigo na área e que acreditavam que sua guarnição provavelmente havia evacuado suas posições durante a noite.

O comando da 37.a Brigada decidiu, em consequência, enviar um esquadrão de tanques de Kusseima, para investigar se, de fato, as posições já estavam evacuadas ou ainda em processo de sê-lo e, feito isso, avançar através da localidade e unir-se à 7.a Brigada, que se encontrava no outro lado do reduto egípcio.

Um Katef' e Um Shihan, na realidade, haviam sido abandonadas, durante a noite. Quando o esquadrão de tanques ali penetrou, os primeiros prisioneiros que se entregaram foram os dois “portadores da mensagem de rendição”, que haviam sido passageiros do jipe, com uma bandeira branca. Enviando a “intimação de rendição” e seus portadores para o Comando do Sul, o esquadrão prosseguiu na direção ocidental, a fim de se encontrar com a 7.a Brigada. E, quando começara a descer a encosta de Um Shihan, ele, de fato, encontrou. . . mas o fogo da 7.a Brigada. É que esta última acreditara que tinha pela frente uma unidade egípcia que, ao invés de se render e se portar de acordo com os termos do ultimato, decidira fugir, abrindo caminho com a força de seus blindados.

Os únicos que compreenderam imediatamente o que estava acontecendo foram os nossos pilotos: perceberam que ambas as colunas em choque eram israelenses. Mergulharam, voando baixo e fazendo sinais, até que conseguiram fazer com que o esquadrão cessasse fogo. O canhoneio cessara, mas somente um tanque — o último da coluna — conseguira abrigar-se atrás da encosta e, assim, evitara ser atingido.

No que diz respeito à saída das forças inimigas de Um Katef e de Um Shihan, o que se pode dizer é o seguinte: anteontem, dia 1 de novembro, de acordo com um plano geral de retirada do Sinai, a 6a Brigada inimiga recebera, às 16 horas, uma ordem, emitida pelo Estado-Maior, no sentido de que seguisse para El Arish. Segundo as mesmas instruções, os soldados deveriam seguir a pé, abandonando seu equipamento pesado. A retirada teve início, pois, ao anoitecer. Um grupo de retaguarda fora incumbido de manter, a intervalos, um fraco fogo de artilharia e, vez por outra, disparar outros tipos de armas, a fim de iludir as forças atacantes. Não fizeram ir pelos ares seus depósitos ou instalações, para que os atacantes não suspeitássemos de sua intenção de abandonar a praça.

A retirada, no início, processou-se ordenadamente. Uma companhia após a outra, as unidades egípcias partiram, tomando a direção do norte, através das dunas. Depois de algum tempo, porém estabeleceu-se a confusão no aglomerado egípcio. Os soldados perderam contato com seus comandantes e a retirada logo se transformou em fuga. Os integrantes do 18.º Batalhão, cortando caminho por Magdawa, conseguiram chegar a El Arish, durante a noite. Mas os restantes seguiram na direção de Bir Lahfan e, ali, caíram prisioneiros das nossas unidades.

As posições de Um Katef e de Um Shihan — ou, como os egípcios as denominam, as localidades guarnecidas de Abu Ageila — são os únicos setores, onde, até agora, o inimigo lutou encarniçadamente e as nossas forças não se portaram de forma a merecer elogios.

O erro básico da nossa luta aqui é que ela foi levada a efeito a trouxe-mouxe. No princípio, no dia 30 de outubro, uma unidade da 6a Brigada atacou Um Shihan e, em seguida, veio um ataque a Um Katef pelas 10.a e 37.a Brigadas. Em nenhuma das ações as forças se encontraram e puseram na arrancada todo o poderio de que dispunham. Esta crítica se aplica

naturalmente apenas à seção oriental da base defensiva de Abu Ageila, pois seus postos avançados ocidentais — Abu Ageila, propriamente dita, e a represa de Ruafa — foram capturados em dois assaltos levados a efeito no mesmo dia (31 de outubro) por um batalhão da 7.ª Brigada. Nosso erro teve por base o fato de não havermos reunido, para um ataque combinado e coordenado, todas as forças de que dispomos nesta frente. A culpa, entretanto, é mais dos que se acham nos elevados postos do que das unidades de combate. É do Comando do Sul, do GOG e do chefe do Estado-Maior (que sou eu).

As forças egípcias lutaram bem durante a fase estática do combate. Enquanto tiveram que usar as armas enterradas nas posições avançadas — canhões antitanques, canhões de campanha e baterias antiaéreas — agiram automaticamente, precisamente e eficientemente. Mas já não aconteceu o mesmo quando deixaram esses postos entrincheirados ou tiveram que fazer alterações em seus planos. Praticamente não realizaram contra-ataques e, quando os fizeram, sua ação foi deficiente. Além disso, os egípcios não puseram em ação os próprios tanques que haviam sido escalados para este setor — o 3.º Batalhão Blindado, estacionado em El Arish — nem suas unidades de infantaria de reserva. Também, o Quartel-General Divisional, em El Arish, nada fez para influenciar os acontecimentos no front. As forças, que se encontravam à sua disposição, não foram utilizadas, e nem ao menos saíram de suas bases.

Em relação ao valor tático da base de Abu Ageila, o próprio fato de que parte dela não foi capturada por nós confirma minhas suposições a respeito da luta nesta região. Não sei se a doutrina militar, adotada pelos egípcios, lhes foi ensinada por instrutores ingleses, alemães ou russos. De qualquer forma, de acordo com o raciocínio do Estado-Maior egípcio, Abu Ageila era considerada uma barreira contra todas as tentativas de ruptura de linhas na direção do Sinai, situadas no setor central, ou seja, no setor Kusseima-Nitzana. O sistema de defesa, que ali foi instalado, era baseado em seis postos principais — Kusseima, Um Katef, Um Shihan, Abu Ageila, a represa Ruafa e Ras Matmor — que eram guardados por uma brigada de infantaria reforçada e por várias unidades de apoio. O alvo, como foi determinado pelo Alto Comando, seria neutralizar qualquer ataque das forças de Israel, vindo de Leste, e aniquilar as unidades que, por acaso,

penetrassem na região, através de paraquedistas ou de outro modo. Este sistema de defesa do Sinai, elaborado pelos egípcios, não nos era desconhecido. Quando o estudei, logo descobri três erros básicos. Em primeiro lugar, verifiquei que os egípcios haviam exagerado o poder defensivo dessas posições. Localidades guarnecidas, com idênticas funções, e que foram construídas na Europa, na última grande guerra, eram cercadas por largas faixas de campos minados e dispunham de formidáveis fortificações de concreto. Além disso, haviam sido equipadas com enormes quantidades de armas antitanques, de artilharia pesada e de baterias antiaéreas. Os países do Oriente Médio, entretanto, não podem construir zonas fortificadas desse tipo. Não dispõem de mão-de-obra, nem de armas e nem dos largos recursos monetários que elas requerem.

Era ilusão, pois, esperar que uma posição como Abu Ageila pudesse fazer frente a qualquer ataque sério. Na realidade, os dois postos — o Abu Ageila, propriamente dito, e Ruafa — não resistiram ao assalto dos nossos blindados nem mesmo por uma hora. No entanto, a força que atiramos contra eles era constituída apenas de dois grupos de tanques e de uma companhia de infantaria, abrigada no interior de veículos de meia esteira.

O segundo erro, igualmente, teve origem numa falsa analogia com a Europa. Trata-se da presunção de que, ocupando-se bolsões-chave em determinadas regiões, seria possível bloquear ou impedir a penetração de forças militares, de razoável envergadura, no Sinai e no Egito. Esta hipótese talvez seja válida para muitas partes da Europa, onde existem numerosos rios, pântanos, florestas e montanhas. No continente europeu, as barreiras de defesa podem ser estabelecidas “de mar a mar”, construídas e fortificadas de forma, que se revelam quase inexpugnáveis.

Esse sistema, porém, não pode ser reproduzido no Oriente Médio, e certamente, não no Sinai. O terreno do Negev e da metade setentrional do Sinai é de tal natureza que se torna possível ultrapassar qualquer base, do gênero de Abu Ageila. Dunas não substituem linhas defensivas, poderosamente fortificadas, e o desfiladeiro de Deika não é o Rio Reno. As unidades blindadas da 7.ª Brigada puderam avançar, portanto, para o norte e para o oeste, mesmo depois que a ponte do Deika fora dinamitada. E, apesar das sérias dificuldades de abastecimento, determinadas pela

inexistência de uma estrada asfaltada, ela conseguiu ultrapassar Abu Ageila e prosseguir em sua marcha na direção de Suez, utilizando as rotas do deserto.

O terceiro erro, que é o mais importante de todos, tem origem na concepção dos egípcios sobre as atividades bélicas. Abu Ageila só poderia desempenhar um papel decisivo na defesa do Sinai se fosse uma sólida base de forças móveis, as quais poderiam sair e lutar contra qualquer inimigo que procurasse penetrar, na direção do canal. Em terreno desértico como o do Sinai, não há alternativa para blindados, aviões, paraquedistas e infantaria motorizada. A força defensiva deve estar em condições de fazer frente a ataques de qualquer gênero, utilizando suas próprias unidades móveis, adaptáveis a todas as circunstâncias. Os egípcios fizeram uma suposição fatal ao julgar que suas posições fortificadas de Abu Ageila, de Rafah e de El Arish poderiam impedir a nossa penetração no interior do Sinai e que, por outro lado, protegeriam o canal, sem exigir que suas forças aéreas e blindadas se juntassem para impedir nossa arrancada e sem que seus soldados tivessem que sair do perímetro dos seus postos, para lutar conosco.

Essas três suposições egípcias sobre o que deve ser uma posição defensiva — sua força e habilidade para resistir durante longo tempo; sua eficiência em bloquear rotas de penetração; e sua utilidade como um substituto para as atividades bélicas móveis — revelaram-se fora da realidade. A base de Abu Ageila, durante alguns dias, permaneceu em mãos egípcias. No entanto, enquanto isto aconteceu, não lhe foi possível deter o nosso avanço.

Existe um epílogo neste capítulo sobre a luta em torno de Abu Ageila. Depois da deficiente atuação da 10.a Brigada o COG do Comando do Sul resolvera substituir o comandante, nomeando outro para o cargo. Homologuei a mudança. Um comando militar não é um dever, que todos os cidadãos devem cumprir. E não pode ser considerado um privilégio para o gozo do qual todos se julgam com qualificação. A suprema função de um comandante de unidade é, entretanto, a de conduzi-la na luta. Se não é aprovado no teste não deve ser punido, mas substituído por alguém que revele melhores qualidades. Não estou em condições, e nem desejo entrar em maiores detalhes sobre a atuação da 10.a Brigada no ataque daquela noite. A falha dessa unidade não foi uma deficiente condução da batalha.

Nem qualquer falta de habilidade, perda de controle ou erros táticos foram responsáveis pelo desastre. O que aconteceu ali, do ponto-de-vista militar, foi mais grave — a unidade não fez o esforço, que devia, para se empenhar numa verdadeira luta.

* * *

Independentemente da importância que se dê às resoluções da Assembléia-Geral das Nações Unidas, o fato é que as exigências que essa organização internacional nos tem feito, qualquer que seja seu valor, continuam a nos apertar o pescoço.

A reunião de emergência da Assembléia inaugurou-se há dois dias — 1 de novembro, às 17 horas. Os delegados da França e da Grã-Bretanha alegaram a ilegalidade da convocação, baseados em pontos técnicos, mas a argumentação, que desenvolveram, não foi acolhida pelo plenário, e a reunião prosseguiu. A principal exigência dos diversos delegados é que se tome uma decisão, no sentido de um imediato cessar-fogo. Os representantes dos Estados árabes e os que os apoiam vão mais longe. Insistem em que a Assembléia deve condenar Israel, a França e a Grã-Bretanha e decidir sobre a imposição de sanções.

Os Estados Unidos estão representados por seu Secretário de Estado, John Foster Dulles. Após manifestações de profunda amizade à França e à Grã-Bretanha — e, de certo modo num nível inferior, a Israel — pôs suas cartas na mesa. Trata-se de um esboço de resolução, apresentado pelo governo norte-americano, e submetido à consideração da Assembléia. Eis o texto, na íntegra:

Assembléia-Geral:

Considerando as violações, em muitas ocasiões, por parte dos signatários dos Acordos do Armistício, de 1948, entre Israel e os Estados árabes, das cláusulas dos referidos acordos, e que forças armadas de Israel penetraram profundamente no território egípcio, em desrespeito ao Acordo Geral de Armistício, entre o Egito e Israel;

Considerando, ainda que forças armadas da França e do Reino Unido estão realizando operações militares contra o território egípcio;

Considerando que o tráfego, através do Canal de Suez, acha-se interrompido, com grande prejuízo para muitas nações; e,

Expressando sua profunda preocupação em face destes acontecimentos;

1 — Insiste, por se tratar de assunto que deve ter prioridade, em que todas as partes envolvidas em hostilidades na área concordem com um imediato cessar-fogo e que, daqui por diante, sustentem a movimentação de forças militares e de armamentos no interior da área;

2 — Insiste em que os signatários dos Acordos do Armistício retirem, prontamente, todas as forças para trás das linhas do Armistício, suspendam as incursões através das mesmas linhas com penetração nos territórios vizinhos e observem rigorosamente as cláusulas dos Acordos do Armistício;

3 — Recomenda que todos os Membros se abstenham de introduzir material bélico na área das hostilidades e façam o mesmo em relação a qualquer ato que possa retardar ou impedir a implementação desta Resolução;

4 — Insiste em que, para a efetivação da ordem de cessar fogo, providências sejam tomadas para a reabertura do Canal de Suez e para a preservação da liberdade de navegação;

5 — Solicita ao secretário-geral que faça cumprir e prontamente informe, sobre a observância desta Resolução, o Conselho de Segurança e a Assembléia-Geral, para que possam ser tomadas outras medidas que aqueles órgãos julgarem apropriadas, de acordo com a Carta;

6 — Decide ficar em sessão permanente, durante o período em que estiver sendo executada esta Resolução.

As provisões no esboço de resolução, apresentado pelos Estados Unidos, contêm duas exigências aos combatentes: um cessar-fogo imediato e retirada das forças para trás das linhas do Armistício. Apresentam, igualmente, duas recomendações: que os países-membros das Nações Unidas se abstenham de atos passíveis de dificultar a implementação do esboço de resolução; e que o bloqueado (pelos egípcios) Canal de Suez seja aberto, rapidamente, à livre navegação.

A exigência por um cessar-fogo imediato afetará principalmente as operações das forças anglo-francesas. De acordo com o calendário, estabelecido por essas nações, elas deverão continuar a bombardear os aeroportos e outras instalações militares na Zona do Canal e na área do Porto Said até 6 de novembro e somente então suas unidades desembarcarão em território egípcio.

Em relação a nós, se conseguirmos prolongar as negociações para um cessar-fogo por uns dois ou três dias, conseguiremos, nesse meio tempo, capturar Sharm e-Sheik e, já que isso assinalará a completa conquista do Sinai, poderemos concordar com as negociações.

Já não acontece o mesmo em relação à segunda exigência — retirada para trás das linhas do Armistício. Trata-se de uma medida elaborada diretamente contra nós e não podemos aceitá-la a menos que estejamos dispostos a abandonar completamente a campanha.

A reunião especial da Assembléia-Geral das Nações Unidas encerrou-se tarde e, como era esperado, a resolução norte-americana foi aprovada. Amanhã, 2 de novembro, o Secretário-Geral Dag Hammarskjold entregará o texto aprovado aos representantes da Grã-Bretanha, da França e de Israel e solicitará que seja informado, tão cedo quanto possível, sobre sua implementação.

O representante de Israel, Abba Eban, não respondeu diretamente à solicitação de Hammarskjöld, mas, para ganhar tempo, pediu esclarecimentos e apresentou sugestões.

Incidentalmente, o bloqueio do Canal, pelos egípcios, representou um outro golpe político-militar contra os ingleses. Eles souberam que a intenção do Egito era rebocar navios para o interior do canal e ali afundá-los. A Grã-Bretanha planejou, então, bombardear esses navios antes que fossem levados para o canal e afundá-los em seus ancoradouros em Porto Said, Porto de Suez e no Lago Bitter. Ignoro por que esse plano foi posto de lado. Se foi por terem os egípcios roubado a iniciativa aos ingleses, ao anteciparem a entrada de seus navios no Canal de Suez ou se foi por terem os ingleses errado o alvo.

Tudo que sei é que, ontem, o canal já estava bloqueado.

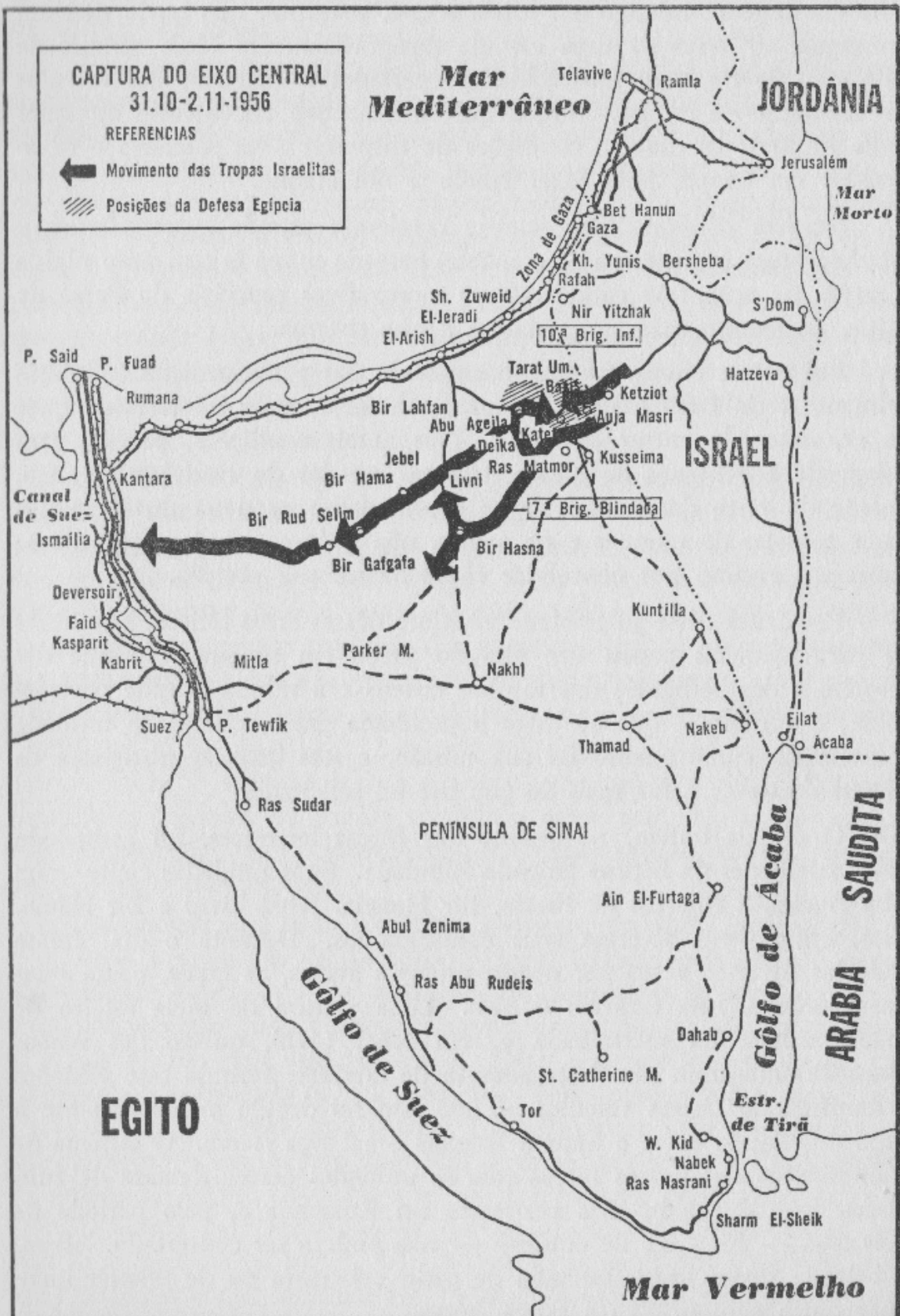
Os árabes conseguiram, igualmente, contra a expectativa dos ingleses, pôr em execução seu plano de sabotar o fornecimento de petróleo do Iraque (ao longo do oleoduto da Iraq Petroleum Company que atravessa, também, a Síria). Anteontem, 1 de novembro, unidades de engenheiros do Exército da Síria ocuparam as três principais estações de bombeamento do oleoduto da IPC e as explodiram. Aparentemente, nem os ingleses nem Nuri Said, primeiro-ministro do Iraque, dispõem de suficiente prestígio na Síria e, se o Exército Sírio não está em condições de se arriscar num ataque a Israel, pode, pelo menos, fazer ir pelos ares as instalações petrolíferas britânicas em seu território.

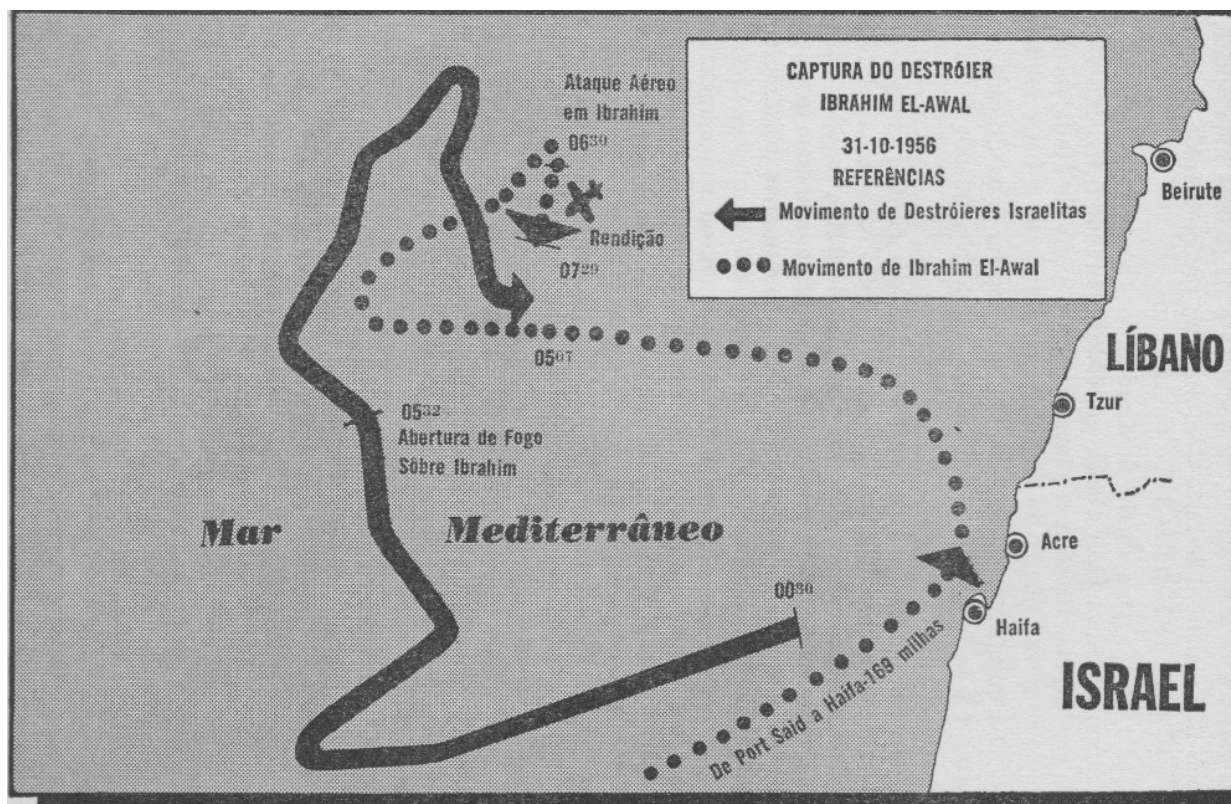
Essas duas ações — bloqueio do canal e paralisação do fluxo petrolífero do Iraque — dificilmente fortalecerão a posição de Eden na Grã-Bretanha ou aumentarão o apoio à sua política. Ignoro a real extensão da dependência da Grã-Bretanha em relação ao petróleo do Oriente Médio, mas de acordo com o que informa a imprensa, trata-se de um assunto de vida ou morte para a economia britânica.

CAPTURA DO EIXO CENTRAL
31.10-2.11-1956

REFERENCIAS

- ← Movimento das Tropas Israelitas
 // Posições da Defesa Egípcia





SEM NOVIDADE NO FRONT DO SINAI



1956 As tropas israelenses tomaram El Arish ao norte, dominaram as forças egípcias no Passo de Mitla e atingiram as próprias bases do poderio militar adversário.



1967 Usando uma tática semelhante, as tropas de Israel avançaram em três colunas em direção a Pôrto Said, Ismaília e Suez, cidades situadas à margem do Canal.

7. Decisão

3 de novembro de 1956

Diferentemente do Centro e do Sul, que são rochosos e cheios de montanhas, a parte setentrional da Península do Sinai, situada próxima do Mediterrâneo, é plana e arenosa. As defesas de Rafah, em face da ausência de características topográficas mais favoráveis, estão assentadas sobre um largo número de embasamentos, adaptados às ligeiras elevações do terreno, e cada um deles em condição de proporcionar ao seu vizinho uma cobertura de fogo, inclusive de tiros de trajetória plana.

Essas defesas estavam guarnecidas pela 5.a Brigada de Infantaria, pertencente à 3.a Divisão egípcia. A brigada compreendia, normalmente, quatro batalhões de infantaria. Após o início das nossas operações na península, porém, ela foi reforçada com dois outros batalhões — o 45.º e 46.º — da 87.a Brigada da Guarda Nacional da Palestina.

Para fazer frente ao nosso ataque, as forças egípcias de Rafah eram compostas de seis batalhões de infantaria, de duas companhias do Batalhão Motorizado da Fronteira, de um regimento de artilharia, de uma bateria antitanque (doze Archers) e de uma bateria antiaérea. O esquadrão de tanques, escalado para defender Rafah, estava em El Arish, no Quartel General Divisional, o qual decidiu empregar seu 3.º Batalhão Blindado (tanques Sherman) como uma reserva concentrada e não fragmentá-lo, em esquadrões, entre as brigadas de infantaria.

As funções de Rafah eram as de impedir a penetração das forças de Israel no interior da península, através do eixo de El Arish e as ordens do comando egípcio à guarnição foram no sentido de que “lutasse até a morte”. Apesar disso, algumas horas depois do início do nosso ataque, no dia 1 de

novembro, o comando divisional ordenou a algumas das unidades que se retirassem para El Arish. Essas unidades se encontravam na área de Magrontin — que fica na retaguarda — e, assim, conseguiram escapar antes que nossas forças chegassem à estrada- tronco El Arish-Rafah e a bloqueassem.

Sabíamos quais as forças egípcias que nos aguardavam em Rafah e considerávamos ser este um dos mais difíceis objetivos. Entregamos, portanto, a tarefa de capturar a posição e, após o assalto, de controlar todo o eixo Rafah-El Arish, a duas brigadas — a 1.a de Infantaria e 27.a Blindada.

A brigada blindada, na realidade, compreendia, em adição ao seu batalhão motorizado de infantaria, três formações, denominadas grupos de combate do batalhão blindado, os quais, de fato, eram constituídos apenas de quatro esquadrões de tanques — um, de tanques leves AMX; um, de Sherman-50 e dois de Super-Sherman.

A 1.a Brigada de Infantaria compreendia quatro batalhões — seus próprios três e um quarto retirado de uma outra brigada, mas que ficara sob o comando da 1.a Brigada apenas para esta ação. Igualmente, adido a ela encontrava-se um dos esquadrões de Super-Sherman, da 27.a Brigada.

A dificuldade em capturar Rafah não era devida somente à densa concentração de forças egípcias e as suas defesas cuidadosamente organizadas, mas, igualmente, às condições sob as quais nossos soldados teriam que lutar. Não poderíamos levar a vantagem da surpresa. Na realidade, os egípcios, não somente não seriam surpreendidos, mas, ao contrário, desde muito estavam aguardando aquele ataque e, conseqüentemente, haviam-se preparado para enfrentá-lo e até mesmo recebido reforços para esse objetivo. Além disso, era muito limitado o tempo de que dispunham nossas forças para realizar a tarefa. Vinte e quatro horas antes, estávamos retardando sua execução, mas agora teríamos que apressá-la. A tempestade desencadeada no plenário da Assembléia-Geral das Nações Unidas, e particularmente o inesperado vigor da posição hostil assumida pelos Estados Unidos, tornaram indispensável que precipitássemos a conclusão da campanha.

Igualmente se revelaram penosos os fatores operacionais. Nosso plano anterior previa a captura de Rafah para a noite, entre 31 de outubro e 1 de novembro, de forma que, quando o dia amanhecesse, os pontos-chave, que dominavam a estrada-tronco, estariam em nosso poder. Assim, poderíamos prosseguir em nosso avanço contra El Arish. No fim, porém, o tempo que restou daquela noite para a ação da nossa infantaria era inferior a duas horas e meia de trevas, das 3h5m às 5h30m. O período anterior foi cedido para o bombardeio aéreo e naval, a fim de que fossem “amaciadas” as defesas. Por diversas razões, a ação naval não teve início senão às 2 horas e prolongou-se por trinta minutos. O bombardeio aéreo, que se seguiu, estendeu-se das 2h30m às 3h5m.

Tornou-se evidente, depois do acontecido, que deixar de lado aquelas preciosas horas de escuridão, para que o bombardeio aéreo e naval fosse efetuado, resultara num péssimo negócio. O primeiro foi um completo fiasco, e o segundo, um desastre. Todos nós esperávamos que o bombardeio pelos destroieres seria levado a efeito nos padrões europeus, e tivemos em mente as cenas familiares, características dos filmes de guerra, de poderosas granadas explodindo nas costas na véspera do desembarque. Eu próprio desejei — e o disse aos oficiais encarregados da Operação-Rafah — que a atuação naval proporcionaria o colapso das defesas egípcias e que o subsequente assalto da nossa infantaria só encontraria uma fraquíssima oposição.

Mas a baleia-monstro se convertera num arenque. Ao todo, cerca de 150 obuses de 155mm foram disparados dos nossos vasos de guerra sobre o acampamento de Rafah — menos do que qualquer bateria de artilharia, que se respeite, teria despejado num ataque daquela natureza.

Em relação à Força Aérea, nossos pilotos lançaram seus paraquedas luminosos justamente sobre as nossas unidades, expondo-as, assim, e bombardeando-as em seguida. Imediatamente, enviamos mensagens para que sustassem o bombardeio e o “amaciamento pelo ar” foi suspenso, antes que causasse grandes baixas em nossas fileiras.

Mas o que havia sido feito não poderia ser tornado sem efeito. Somente lá pelas 3 horas da manhã de 1 de novembro é que nossas forças puderam entrar em ação. As duas brigadas — al.aea2.a — ordenaram a suas unidades

que atravessassem a linha de frente, e atacassem os postos de defesa de Rafah.

O ataque foi levado a efeito ao longo dos três eixos: o meridional e central pela 1.a Brigada — dois batalhões de infantaria para cada eixo — e o setentrional, pelo batalhão de infantaria motorizado da 27.a Brigada. O plano era capturar, não todos, mas somente os mais importantes redutos da base e, igualmente, abrir caminho para que os blindados pudessem atingir a estrada-tronco Gaza-Kantara e, então, investir contra El Arish.

A chave da defesa da base de Rafah era o entroncamento rodoviário, onde a estrada-tronco de Gaza para El Arish atravessava a estrada de Rafah para Nitzana. Na parte ocidental do entroncamento, na direção de El Arish, só existia uma estrada, mas, para o sul, para o norte e nordeste, existiam três. A estrada que ia para o sul era a que levava a Nitzana e a Ketziot; a do norte era uma estrada interna através do acampamento de Rafah; e a do nordeste era a que conduzia a Khan Yunis e a Gaza. Essas estradas representavam os objetivos de várias das nossas unidades. A força que atacaria pelo sul deveria abrir uma fenda, através da qual os blindados pudessem passar e, seguindo em frente, alcançar a estrada de Nitzana. A força, que viria pelo centro, deveria abrir uma passagem para a estrada que servia ao acampamento de Rafah. Embora fosse desejável naturalmente abrir todas as três estradas, admitimos a possibilidade de que, na primeira noite, apenas duas fossem abertas e, mesmo uma só. Mas, mesmo assim, os blindados explorariam imediatamente essa brecha, procurando alcançar a estrada Rafah-El Arish e, por ela avançando na direção oeste.

A área de defesa de Rafah era um verdadeiro labirinto de numerosas posições entrincheiradas, cavadas profundamente na areia e distribuídas entre pomares e cercas de pereiras espinhentas. Enquanto a ação se desenvolvia, nem uma só das nossas unidades falhou em identificar seus alvos ou em descobrir o caminho de atingi-los. Nem as rajadas orientadoras e nem o fogo dirigido da artilharia foram de muita ajuda. As posições egípcias estavam excessivamente próximas umas das outras. Balas e obuses, deles e nossos, brilhavam através do espaço em todas as direções, e era impossível identificá-los. Esta estrutura do sistema defensivo do inimigo determinou conseqüentemente o caráter da nossa operação. Nossa

força atacante, perfazendo quase três mil homens, fragmentou-se em numerosas pequenas unidades e subunidades e cada uma teria que limpar seu próprio caminho, através dos campos minados e das cercas de arame farpado. Romper sozinha na direção do alvo, lutando sua guerrinha particular!

A captura do eixo sul foi realizada em duas etapas. Na primeira, um batalhão teve que se apoderar dos três primeiros postos egípcios — o 6, o 2 e o 293 — e, então, na segunda etapa, o outro batalhão seguiu o rastro do primeiro e capturou os remanescentes postos do eixo.

O primeiro batalhão avançou com enorme dificuldade. O comandante da Companhia D, que deveria capturar o primeiro posto — que era o de número 6 — não pôde encontrá-lo. Tão logo os egípcios abriram fogo, a princípio com artilharia e, então, também com metralhadoras, o comandante pediu licença para fazer uma retirada, sugerindo que a tarefa fosse confiada a outra unidade. Finalmente, quando seu pedido lhe foi negado e o comandante de seu batalhão lhe deu uma ordem categórica para prosseguir em seu avanço, ele comunicou que havia completado a missão e que o “Posto 6” já estava em seu poder. Somente quando amanheceu, é que se descobriu que o “Posto 6” não havia sido atacado e nem fora capturado. Os egípcios simplesmente o abandonaram, em face do nosso ataque, logo no começo da noite.

A segunda posição, o “Posto 2”, igualmente fora abandonada, sem resistência, e a Companhia C apenas apoderou-se dele. O terceiro posto, o 293, foi capturado pela Companhia B. Esta unidade avançara em veículos de meia esteira e, quando estava próxima dos egípcios, seus integrantes se separaram em formação de combate e desfecharam um assalto frontal. Os egípcios responderam com cerrado tiroteio. Eles prosseguiram avançando, contudo, e, à medida que ganhavam terreno, o fogo foi diminuindo de intensidade e, por fim, os egípcios fugiram. O Posto fora tomado. Essas ações assinalaram o término da primeira etapa da operação neste eixo — a etapa-penetração. As baixas do batalhão foram reduzidas: dois mortos e oito feridos. Mesmo estas baixas foram causadas pela artilharia, quando a unidade se estava preparando para atravessar a linha de saída para a luta. Na captura dos postos, propriamente ditos, não se verificaram baixas. Mesmo

os veículos de meia esteira, que se haviam embarafustado através de duas fileiras de minas, alcançaram a saída, sem que se registrasse qualquer explosão.

Agora, iremos entrar na principal parte da ação naquela área. Trata-se da captura de postos vitais no eixo meridional. O batalhão, encarregado dessa missão, era uma unidade motorizada e seus homens se achavam no interior de caminhões 6/6 e de veículos de meia esteira. Em apoio dessa unidade, seguira um esquadrão de tanques médios (Super-Sherman), da 27.a Brigada.

Embora esse comboio motorizado seguisse as pegadas do primeiro batalhão, que se encontrava em veículos de meia esteira, logo que ele penetrou no campo minado, o tanque, que liderava o conjunto, foi atingido por uma mina. O comandante da unidade de veículos de meia esteira tentou contornar o campo pela direita. Desgraçadamente, sua viatura teve destino idêntico, incendiando-se. O fogo da artilharia egípcia, que vinha seguindo o comboio durante o tempo todo, tornou-se, então, mais intenso e mais certo. As chamas do veículo incendiado iluminavam os alvos para os artilheiros inimigos. Os sapadores israelenses arrastaram-se, então, por entre explosões de granadas e abriram um caminho através do campo minado, à esquerda das viaturas inutilizadas. O comandante do batalhão reuniu seus homens, que se haviam abrigado atrás de colinas de areia e da vegetação rasteira existente no local, e o comboio começou a avançar de novo. Diversos veículos de meia esteira e dois tanques atravessaram, com êxito, o recém-aberto caminho, mas o terceiro tanque foi também atingido por uma mina que, por alguma razão, não havia sido retirada. Outra vez, o avanço fora sustado. Novamente, surgiram os sapadores, que limparam o terreno, mas o primeiro tanque que tentou atravessá-lo, logo fez explodir outra mina, que lhe arrebentou a lagarta.

O batalhão ficou, então, imobilizado. Os dois tanques, os veículos de meia esteira e os caminhões 6/6, avariados por explosões, bloquearam a estreita passagem através do campo minado. Os egípcios, aproveitando a oportunidade, abriram fogo contra o batalhão encurralado. Lançaram mão de todas as armas de que dispunham — artilharia, morteiros e metralhadoras pesadas. Eram 4h30m da manhã. Dentro de meia hora, começaria a clarear e se o comboio permanecesse onde estava — e na

situação em que se encontrava — seria aniquilado pelo fogo dos postos circunvizinhos. Diante do impasse, o comandante do batalhão enviou uma mensagem ao comandante da brigada, sugerindo que lhe fosse dada autorização para retirar dali os veículos não danificados, enquanto havia tempo, e que a tropa se entrincheirasse em posições nas imediações. Avançar até o entrosamento rodoviário já não era possível!

O comandante da brigada não só rejeitou a sugestão, mas permaneceu irredutível em sua exigência de que o batalhão executasse sua tarefa. A ordem era avançar e capturar os postos que dominavam o entroncamento. Se os soldados não pudessem prosseguir em seus veículos, que os abandonassem, e seguissem, a pé. Mas que fizessem tudo imediatamente, sem a menor perda de tempo.

É possível que, em outras circunstâncias, a sugestão do comandante do batalhão houvesse sido aceita. Naquele momento, porém, não poderia ser aceita. Houvesse o que houvesse, a brigada teria que abrir, durante a madrugada, um caminho para que os blindados avançassem, a fim de que El Arish fosse capturada. Não existia outra unidade para assumir a tarefa de que o batalhão havia sido encarregado. A brigada não dispunha de mais reservas. Todas as suas forças tentavam atingir seus objetivos e, naquela hora, certamente encontravam-se no mais aceso da luta.

Não havia possibilidade, por outro lado, de que o batalhão encurralado chegasse ao seu objetivo a pé. Os soldados não estavam em condições de marchar sete milhas e meia e chegar, em tempo, ao entroncamento e, mesmo que o estivessem, suas perspectivas de capturar os poderosos postos egípcios, sem apoio de tanques, eram sombrias. Só havia uma coisa que fazer: limpar uma nova passagem através do campo minado.

Os últimos momentos de escuridão corriam velozes. Entretanto, há sempre uma recompensa para os que tentam com determinação. Às 5h15m, os sapadores do batalhão puseram no lugar suas costas até então curvadas. A passagem que, desta vez, haviam aberto, ao norte dos veículos danificados, resistiu ao teste. Todo o comboio, do primeiro ao último tanque, passou sem qualquer contratempo. O batalhão então avançou, guiado pelo grupo de reconhecimento, seguido pelo esquadrão de tanques, com a Companhia C em veículos de meia esteira guardando a retaguarda. Os soldados da

Companhia D, cujos veículos haviam sido postos fora de ação, aboletaram-se no casco dos tanques ou se penduraram nas crinas dos cavalos de guerra — os Super-Sherman. O moral era elevado — talvez mais entre os soldados do que entre os oficiais. O importante, para eles, é que já estavam fora daquele inferno de minas e de obuses, e seguiam, com suas armas e veículos, para a execução da missão, de que haviam sido encarregados.

O comboio avançou rapidamente. Por volta das 5h50m alcançou seu primeiro objetivo: o Posto 5. Já era dia claro. Os egípcios os receberam com intenso fogo. Os integrantes do grupo de reconhecimento retribuíram a saudação, disparando suas armas. Os tanques não aguardaram que lhes dessem ordem. Fizeram o que tinham de fazer — estenderam-se em linha, à direita, e dispararam seus canhões em pontaria direta. A companhia em veículos de meia esteira avançou em linha de formação, abrindo passagem através do perímetro fechado e assaltou o posto. Às 5h55m, cinco minutos após o início da luta, o comandante do batalhão enviara a mensagem: “O 5 é nosso.” Estava aberto o caminho para o entroncamento. No lado oposto da posição capturada, cintilava a superfície preta da estrada Rafah-Nitzana.

Às 6h30m, o comboio dirigiu-se para o entroncamento. Ao longo do centro da estrada, seguiam os tanques, levando os “cavalarianos” da Companhia D, seguidos de perto pelos veículos de meia esteira. Em ambos os flancos da coluna de tanques, e controlando o comboio, movimentavam-se os jipes.

O entroncamento era defendido por três postos — 08, 10 e o 12. Assim que o comboio se aproximou, a guarnição abriu fogo com metralhadoras pesadas e canhões antitanques. O cortejo militar parou. O comandante enviou uma mensagem, solicitando auxílio dos tanques. A troca de tiros prosseguiu, entretanto, por algum tempo e, então, os blindados iniciaram sua investida contra os postos. Quando desencadearam o assalto, os egípcios do primeiro posto puseram-se em fuga. Pernas e veículos eram vistos em grande movimentação, afastando-se no rumo ocidental, na direção de El Arish. Às 7h50m, a companhia C, em veículos de meia esteira, apoderou-se do Posto 8, e a companhia D, aboletada no casco dos tanques, tomou o Posto 10. O último a ser capturado foi o Posto 12, e o inteiro batalhão avançou contra ele, numa formação quase de cerimônia oficial. As companhias A e C avançaram paralelamente, flanqueadas por

tanques à esquerda e por jipes à direita. Às 9 horas, veio a mensagem: “O 12 está em nosso poder!” Pouco depois, chegava a segunda comunicação: “O entroncamento é nosso, repito, o entroncamento é nosso!”

O batalhão então se organizou, com o maior cuidado, para a defesa. O entroncamento fora capturado, mas em poder das nossas forças só se encontrava uma delgada faixa, de cerca de nove milhas de comprimento, ameaçada dos dois lados por posições egípcias. Enquanto a captura dos objetivos ao longo dos eixos central e norte não fosse levada a efeito, permanecia o perigo de que os egípcios pudessem anular nosso êxito no assalto ao entroncamento. Esse temor, entretanto, logo se revelou infundado. Não somente as unidades inimigas não tinham em mente qualquer contra-ataque, mas, por outro lado, nem ao menos haviam se preparado para defender as posições que ocupavam. Na maioria dos postos, lutaram apenas até o início do corpo-a-corpo, pois assim que nossos soldados se aproximavam e investiam contra eles, largavam suas armas e fugiam. Dos sete postos egípcios, situados ao longo do eixo meridional, três foram abandonados antes que nossas forças os alcançassem — o 2, o 6 e o 8. Somente nos Postos 10 e 12 verificou-se alguma resistência, mas apenas até o momento do início do assalto.

Consequentemente, as baixas, sofridas pelo nosso batalhão, não foram pesadas: dois mortos e vinte e dois feridos, na maioria vítimas de obuses de artilharia ou de minas. O mesmo aconteceu com os nossos veículos. Quatro tanques, dois veículos de meia esteira e um caminhão 6/6 foram danificados por explosões de minas, e só um tanque foi atingido — ferindo o comandante e o motorista — por uma granada antitanque.

Toda a ação ao longo do eixo central da área de defesa de Rafah foi confiada aos dois veteranos batalhões da 1.ª Brigada. A tarefa de um deles era capturar duas posições egípcias, que se encontravam muito próximas uma da outra: o Posto 25 e o 25A. O batalhão decidiu atacá-las simultaneamente. A companhia A tomaria o posto 25, e o 25A seria assaltado pela companhia Nahal. (Nahal, em hebraico, significa “Juventude Lutadora e Pioneira”. Trata-se de um corpo do Exército empenhado, quando fora da luta, em fundar e cultivar núcleos de colonização agrícola nas fronteiras.) As duas companhias avançaram a pé e teriam que vencer uma

longa distância. Mesmo assim, chegaram aos seus objetivos antes das 5 horas da manhã. A companhia A aproximou-se do posto 25 e preparou-se para o assalto. Os egípcios, quando a viram, abriram fogo e imediatamente foram secundados por seus colegas do posto vizinho. Nossos homens haviam planejado romper uma cerca de proteção com um torpedo, de fabricação caseira, mas o longo tubo, que fora colocado sobre os alicerces das estacas de sustentação, não explodiu. O comandante da companhia decidiu, então, não adiar o ataque e deu instruções ao seu destacamento de cobertura para despejar um fogo concentrado de metralhadoras nas posições egípcias, que controlavam a cerca. Enquanto essa ordem estava sendo dada, a companhia investiu contra a cerca, cortou o arame farpado, arrancou os esteios de ferro com as mãos nuas e saltou para o lado de dentro.

Uma surpresa, entretanto, ali os aguardava: um campo minado circundava o posto. Enquanto os soldados derrubavam a cerca, os egípcios marcaram a exata posição, onde eles iriam atravessar, e dirigiram para ali pesado e certeiro fogo. Uma retirada teria significado um aumento no número de baixas, e não solucionaria o problema. A companhia teria que atravessar o campo minado e fazer tudo rapidamente, antes que amanhecesse. Os sapadores se arrastaram, então, sobre o terreno e, com picaretas, começaram a remover as minas, abrindo uma passagem para as tropas. A companhia, em fila indiana, atravessou o campo e, no fim do percurso, atingiu a encosta do saliente. Escalou-o rapidamente e penetrou no interior das defesas egípcias, disparando suas metralhadoras e atirando granadas de mão. As seções logo se dispersaram, invadindo as trincheiras de comunicações e ocupando as posições encontradas sem defensores. Quando o comandante da guarnição compreendeu que os atacantes já se encontravam por toda parte, mandou sustar a resistência. Parecia que tudo corria bem. Entretanto, quando o primeiro dos nossos soldados atingiu o centro do saliente, com enorme surpresa verificou que a companhia Nahal, que deveria estar atacando o Posto 25A, caminhava ao encontro dêle. A Nahal havia se enganado e assaltara o posto 25 por outro lado, julgando que se tratava do 25A. Durante alguns minutos, os comandantes das duas companhias se entreolharam perplexos. Seus soldados estavam misturados e se haviam espalhado pelas posições avançadas do posto e pelas trincheiras que entrecruzavam aquela ampla base defensiva. Era evidente que o Posto 25A teria, agora, que ser assaltado e capturado, mas uma pergunta surgiu: como,

e por quem? Nesse meio tempo fora descoberta uma trincheira de comunicações, ligando os dois postos. Naturalmente, seria altamente perigoso usá-la. Se o inimigo estivesse esperando do outro lado, seria uma armadilha para a tropa de assalto. Após um rápida análise da situação, os dois comandantes decidiram que, apesar dos riscos, valia a pena uma tentativa e uma unidade mista, composta de elementos de ambas as companhias, seguiu pela trincheira na direção do 25A. Ninguém os esperava do outro lado e nenhuma armadilha fora preparada. Apenas, quando deixaram a trincheira e foram vistos, receberam um nutrido fogo dos egípcios. Os defensores eram integrantes de um destacamento de armas pesadas. Aquela resistência, porém, chegara tarde demais. É que, por volta das 5h30m, já dia claro, o Posto 25A fora capturado.

As baixas do batalhão, no assalto aos dois postos, foram seis mortos e vinte e oito feridos. Não foi apurado o número dos egípcios mortos. Por ordem do comandante do batalhão, não se fizeram prisioneiros: a qualquer soldado egípcio que desejasse fugir, era-lhe franqueada a vastidão das dunas.

As outras missões de que fora encarregado o batalhão eram a captura do Posto 29 e a do seu vizinho, o Posto 27. O 29 era considerado a mais central e mais vital base da área defensiva de Rafah, mas, como ficara apurado mais tarde, sua potencialidade bélica havia sido exagerada. O posto foi capturado com muito menor dificuldade do que se esperava.

O batalhão atravessou a linha de avanço às 3h30m e, progredindo rapidamente, depois de uma hora alcançou as proximidades do seu objetivo. As companhias separaram-se para o assalto, mas, para salvação deles, o comandante não pôde identificar, na escuridão, qual dos dois postos era o que, ali, se encontrava. Deu ordem à artilharia, portanto, para fazer um fogo de orientação contra o Posto 29, o que foi feito, mas pouco adiantou. É que os numerosos embasamentos egípcios atiraram, também, e de diferentes direções, o que tomou impossível identificar quais eram os nossos tiros de orientação. De súbito, a companhia A viu-se em frente a uma cerca. Rompeu-a e encontrou outra. Ao invés de gatinhar entre as duas cercas, já que então se encontrava a certa distância da fenda por onde passara, preferiu romper a segunda cerca e se encontrou num terreno aberto, através do qual prosseguiu, tentando encontrar seu objetivo. Enquanto nossos

soldados se ocupavam nessa busca, os egípcios intensificaram o fogo de um dos seus postos, o que serviu para que os assaltantes o identificassem: era o tão procurado Posto 29.

Eram, então, 5 horas da manhã. Os veículos de meia esteira se espalharam e dirigiram um intenso fogo de bazuca contra os embasamentos inimigos, os quais cobriam as imediações do posto com disparos de metralhadoras e de canhões antitanques. Não obstante, dois desses veículos conseguiram avançar e, com disparos quase à queima-roupa, destruíram dois canhões antitanques. A partir desse momento, começou a enfraquecer o fogo que vinha das posições inimigas e os veículos de meia esteira, com um pelotão da Companhia C, romperam através das cercas e assaltaram o posto. Quando amanheceu, a companhia A descobriu uma passagem tortuosa entre as duas cercas, com rastos frescos de pés humanos, o que dava a entender que era usada pelos próprios soldados egípcios e, portanto, não se tratava de terreno minado. Esta conclusão revelou-se verdadeira, pois a unidade se utilizou da passagem para penetrar nos embasamentos setentrionais do posto, sem que se verificasse qualquer baixa.

As 5h30m, fora completada a captura do Posto 29. O comandante do batalhão então organizou as companhias D e C, para um ataque imediato ao Posto 27, que se encontrava nas imediações. Ao mesmo tempo, um grupo do batalhão blindado, pertencente à 27.a Brigada, chegara ao local e concordara com a solicitação de seus companheiros de arma em lhes dar o apoio de seus tanques. Quando os egípcios viram os tanques, que se aproximavam, começaram a fugir, e as duas companhias, de infantaria, havendo rompido as linhas inimigas, quando, por fim, penetraram na base, encontraram-na vazia. Às 7h15m, fora transmitida a mensagem: “O 27 é nosso!” As baixas do batalhão, na captura dos dois postos, orçaram em três mortos e quarenta e oito feridos.

As mais pesadas baixas na captura da área de defesa de Rafah foram sofridas pelo batalhão de infantaria motorizada, da 27.a Brigada Blindada, que operou ao longo do terceiro eixo — o setentrional — e cuja missão fora a tomada dos Postos 34 e 36 — as posições-chave da região.

O batalhão era integrado por quatro companhias de fuzileiros e de um grupo de tanques leves AMX. Por alguma razão, ela recebeu, com atraso, a ordem

de entrar em ação. O comboio saiu às 3h45m e, quinze minutos depois, sofreu violento e certo fogo de artilharia. O comandante do batalhão foi obrigado a mandar que seus soldados deixassem as viaturas e se abrigassem. Durante esse bombardeio, as baixas se elevaram a onze mortos e a vinte e oito feridos e, entre eles, achavam-se o comandante da companhia A e três comandantes de pelotão.

Sob esse pesado tiroteio, os soldados tiveram que evacuar os feridos, retirar os veículos da área vulnerável e reorganizar as forças de assalto. O comandante da companhia D assumiu o comando da companhia A, reuniu cerca de dois pelotões e avançou para atacar o Posto 34. O comandante da companhia B reorganizou sua unidade e se dirigiu para o outro objetivo — o Posto 36. A companhia B foi a primeira a atingir seu alvo. Sob a cobertura das últimas trevas da noite, às 5h35m, um pelotão em veículos de meia esteira e o destacamento de tanques leves penetraram na posição egípcia. Seguindo os tanques e os veículos de meia esteira, avançaram os dois outros pelotões motorizados e, no período de um quarto de hora, o posto caiu. Esta ação custara à companhia E três feridos.

A companhia A aproximou-se do seu objetivo por volta das 5h45m. Protegidos por sebes, os soldados avançaram até 275 jardas do embasamento dos canhões antitanques, que protegiam o flanco sudoeste do Posto 34 e conseguiram silenciar as baterias inimigas, com disparos diretos de bazucas. A companhia recebeu, então, o reforço dos tanques leves, os quais apareceram após a queda do Posto 36. Estes lhe deram completa cobertura, disparando tiros diretos sobre as posições inimigas, o que permitiu aos soldados um avanço seguro e, por fim, o assalto à base. Entrementes, outros reforços chegaram, enviados pela companhia D, os quais vinham sendo poupados como reservas, para qualquer situação de emergência. E, assim, por volta das 6h30m, a captura do Posto foi completada. Resultaram da operação quatro feridos, entre os nossos soldados.

O batalhão da companhia A não fora o único a operar e a sofrer baixas no ataque pelo norte. Às 5 horas, um outro grupo do batalhão blindado da 27.ª Brigada aproximara-se, também, dos Postos 34 e 36. Esta foi a unidade que havia seguido na retaguarda do batalhão de infantaria, de forma a chegar à

estrada de Rafah, logo que a ruptura das linhas fosse efetuada. Recebera ordem do comandante da 27.a Brigada para dar apoio à infantaria na captura dos postos. O comandante da unidade decidiu atacar o Posto 34 com algumas das suas próprias forças e avançou, dirigindo, pessoalmente, o destacamento de tanques. Quando chegou a 450 jardas do alvo, e já era dia claro, seu veículo ficou inteiramente exposto ao fogo inimigo. (Devido a um defeito no equipamento de sistema de comunicações, ele havia deixado o tanque do comando e se transferido para um veículo de meia esteira, de onde podia enviar, por gestos, suas mensagens.) O inimigo desfechou um fogo concentrado e seus canhões antitanques atingiram, com três tiros, o veículo em que ele se encontrava. Ele, o comandante do batalhão blindado, fora morto no local, e o segundo em comando da brigada, que se encontrava também, na viatura, ficara ferido nos olhos.

Às 6h30m, todos os postos da frente central e setentrional da localidade guarnecida de Rafah estavam em nosso poder. Entretanto, dois dos três grupos do batalhão blindado, que haviam estado em ação durante a noite e sofreram baixas em homens e em viaturas, necessitavam de algumas horas para os indispensáveis reparos e o reabastecimento dos veículos, assim como para a reorganização de suas fileiras, para o prosseguimento da luta. O terceiro grupo do batalhão, que havia sido retido como reserva, conseqüentemente recebera instruções, às 6 horas, para avançar através da fenda setentrional (Postos 34 e 36), limpar a estrada Gaza-Rafah e unir-se às nossas forças no entroncamento rodoviário.

As 9 horas, os tanques que iam na vanguarda dessa força, aceleraram a marcha na direção do entroncamento. A princípio, os integrantes da nossa infantaria que ali se encontravam (da 1.a Brigada) tiveram dúvidas sobre a identidade da tropa que se aproximava, mas, após alguns minutos, quando a poeira se assentou, perceberam claramente no horizonte os cascos baixos dos nossos AMXs.

Embora tiros esparsos ainda fossem ouvidos por toda parte e, de tempos a tempos, cabeças de egípcios surgissem atrás das sebes de cactos, os oficiais e os soldados da 1.a Brigada em face da aproximação do terceiro grupo do batalhão, não conseguiram controlar a emoção de que se achavam possuídos. Deixaram suas posições e correram para saudar os tanques que

se aproximavam. Dentro de alguns minutos, o entroncamento estava repleto de tanques e de veículos de meia esteira e, igualmente, de alegres soldados, cujo riso franco iluminava seus rostos, amarelos de poeira. Mesmo os veteranos, já endurecidos pela guerra, não se contiveram e ergueram no ar, num abraço afetuoso e espontâneo, seus camaradas recém-chegados. Minha vítima particular — eu acompanhara a 27.a Brigada em toda a extensão dos seus ataques — foi o segundo em comando da 1.a Brigada. Caímos nos braços um do outro, como num clássico filme russo.

A segunda fase da operação iniciou-se às 10h30m, quando a 27.a Brigada começou seu avanço sobre El Arish. Na vanguarda da brigada, seguia um grupo do batalhão blindado, integrado por uma unidade de reconhecimento em sete jipes, uma seção de engenheiros, uma companhia de infantaria em veículos de meia esteira, dois grupos de tanques leves — seis cada um — e um destacamento de artilharia, com quatro canhões automáticos de 105mm. Essa unidade da vanguarda era seguida por dois outros grupos do batalhão blindado. O comando da brigada colocara-se logo depois da unidade da vanguarda e eu me coloquei entre os que se encontravam na unidade do Estado-Maior, num dos veículos do comando da brigada. Minha unidade compreendia dois caminhões 6/6, sendo que em um deles existia uma instalação de rádio. Através dela, mantinha-me em permanente contato com o posto de comando do GQG e com a Força Aérea, assim também, com as demais unidades em cuja companhia viajava. Comigo, encontravam-se o chefe do Estado-Maior do Comando do Sul, o diretor do meu gabinete e dois sinaleiros.

Logo que deixamos Rafah, o nervosismo e a excitação, de que estava possuído, dissiparam-se como por encanto, dando lugar àquela serenidade, que costumava experimentar após um salto em paraquedas, nos meus tempos de treinamento. Logo que me desprendia do avião, um silêncio enorme me envolvia. Já não ouvia o ruído ensurdecedor dos motores; já não sentia a pressão do ar; já havia esquecido o choque do salto e, durante alguns momentos, antes de tocar a terra, flutuava suavemente no espaço, a mente relaxada, em absoluta calma, livre de qualquer pressão sobre os nervos.

Seguimos na direção ocidental, no rumo de El Arish. Uma brisa mansa soprava, vinda do Mediterrâneo. Nos dois lados da estrada, estendia-se aquele mar de dunas e, de tempos a tempos, viam-se aglomerados de cabanas de barro, rebanhos de carneiros e mulheres de beduínos conduzindo jumentos, carregados de odres de água. Seria impossível imaginar-se cena mais bucólica na jornada de quem ia para uma batalha!

Nem, ao menos, perdemos o breakfast de balas a que estávamos habituados, pois antes de alcançarmos o entroncamento, um artilheiro de um canhão antitanques egípcio, que não havia fugido — sempre há uma exceção para confirmar a regra — abriu fogo contra nós e, conseqüentemente, tivemos que passar algum tempo num fosso, à beira da estrada.

O primeiro posto egípcio em que, segundo esperávamos, deveríamos encontrar resistência era o de Sheik Zuweid, situado seis milhas a oeste do entroncamento. O nome me era familiar, por causa do episódio dos “Espões do Nilo” — o grupo judaico, da Palestina, que executava missões para os aliados, durante a Primeira Guerra Mundial. Foi ali, de acordo com o relato de Lishinsky, que Avishalom Feinberg havia sido morto pelos beduínos.

Quando chegamos, a Sheik Zuweid, verificamos que estava deserto. A razão é que não éramos a primeira unidade de Israel a chegar à localidade. Nossa Força Aérea já sobrevoara a região e estavam patentes os sinais de sua visita: veículos em chamas e canhões antitanques e de campanha abandonados, cujas tripulações haviam fugido, apavoradas.

Só depois que já havíamos viajado cerca de doze milhas é que fomos submetidos, pela primeira vez, a cerrado fogo. Essa ocorrência se deu pouco depois do marco, que assinala a metade da distância entre Rafah e El Arish. O tiroteio viera de um posto de observação, em El Burj. Duas milhas mais adiante, fomos vítimas, outra vez, de um ataque, procedente de El Jiradi. Esta localidade era o bolsão que guardava as imediações de El Arish, e fora justamente escolhida para essa função, porque dominava completamente a rota-eixo. Naquele trecho da estrada, e estendendo-se até grande distância, existem, de ambos os lados, colinas de areia solta, que são extremamente difíceis de ser transpostas. Em face disso, não nos era possível contornar as defesas egípcias. O saliente era defendido por uma

companhia de infantaria, por um destacamento de três canhões antitanques Archers e por certo número de morteiros de 120mm.

Nosso ataque, com blindados, a esse reduto teve início às 14h30m e se prolongou por mais de uma hora, principalmente dada a dificuldade de movimentação através das dunas. (Estas eram as verdadeiras colinas de areia que tanto encantaram Lawrence, que as considerava como o único local realmente limpo, ainda existente no mundo). Aqui, igualmente, como acontecera em Rafah, quando nossos tanques começaram a se aproximar dos embasamentos, os egípcios abandonaram as armas e fugiram. Em suas fileiras, verificaram-se dez baixas.

Estávamos, então, somente a nove milhas de El Arish. Quando seguíamos na direção da cidade, encontrávamos, cada vez com maior evidência, sinais das unidades inimigas, que haviam fugido de Rafah, tomando o rumo oeste, e que haviam sido metralhadas pelos nossos aviões. Caixas de munição, canhões e viaturas de todos os tipos haviam sido abandonados à beira da estrada — e, mesmo, no centro.

Chegamos ao último posto egípcio, situado a quatro milhas de El Arish. Este, igualmente, como o de El Jeradi, estava sob o comando do 11.º Batalhão da Quarta Brigada de Infantaria egípcia. Era integrado por duas companhias de infantaria, por canhões antitanques colocados em ambos os lados da estrada-tronco e por um grupo de artilharia, equipado com oito peças de 25.

Já era tarde, e o nosso comboio estava espalhado em excesso para se poder organizar com rapidez, e tomar posição para um ataque, nos últimos momentos, antes do anoitecer. Igualmente, as energias estavam exauridas.

Não se poderia fazer outra coisa senão adiar o assalto a El Arish para a manhã seguinte. Durante a noite, as tripulações iriam reabastecer e revisar seus tanques e descansariam um pouco.

A noite estava fria e reconfortante, após o calor do dia e a poeira da viagem. Descobrimos uma dobra no terreno, onde algumas tamareiras haviam crescido, e nos preparamos para passar a noite ah. Fiz uma investigação geral e respondi às últimas mensagens, que haviam chegado. Reiterei

minhas ordens para o reinício, na madrugada seguinte — dia 2 de novembro — da marcha da Nona Brigada sobre Sharm e-Sheik, e do prosseguimento da operação da 11 .a Brigada, no sentido de assegurar o controle da faixa de Gaza. Íamos dar início à fase final da nossa Campanha.

A ceia constou do tradicional cardápio: rações de carne de gosto duvidoso e latas de suco de laranja, o que era mais uma mistura azeda do que propriamente suco da fruta. A situação, como sempre, foi salva pelo café — café quentinho e fresco, depois do qual a vida sempre parece bem mais agradável. Mal nos havíamos abrigado nas camas improvisadas e mergulhado numa modorra, quando os egípcios puseram de novo em atividade sua artilharia. O barulho não teria perturbado nosso repouso, mas a chuva de areia em nossos rostos, provocada pelas explosões dos obuses, fez com que tivéssemos que trocar de lugar, procurando a encosta contrária da colina.

No dia seguinte, às 6 horas, penetramos em El Arish, sem oposição. A cidade estava vazia de soldados. As últimas unidades egípcias se haviam retirado durante a noite. Lembrando que elas se tinham retirado da cidade apenas algumas horas antes da nossa chegada, ficamos naturalmente preocupados com a idéia de que, talvez, houvesse valido a pena termos feito um esforço especial e entrado na cidade durante a noite. Se assim tivéssemos agido, e em seguida avançado rapidamente para a saída ocidental de El Arish e bloqueado a estrada para Suez, possivelmente teríamos apreendido o grosso dos veículos e do armamento da Terceira Divisão e aprisionado as unidades egípcias que, nesse meio tempo, estariam em marcha para a Zona do Canal.

Nenhum de nós, entretanto, percebeu quando a retirada fora levada a efeito. Pelo que soubemos de prisioneiros egípcios, o Estado-Maior inimigo, por volta do meio-dia de 1 de novembro, dera ordem às suas forças no Sinai que se retirassem imediatamente para a margem ocidental do Canal de Suez. Há quase certeza de que as unidades egípcias não perderam um momento em executar a ordem — ou, antes, em utilizar a permissão, que haviam recebido, para uma retirada. Na realidade, tanto a Terceira Divisão, como o grupo da Primeira Brigada Blindada, em El Arish, empreenderam a retirada, antes que a ordem do Estado-Maior fosse, de fato, emitida. O Quartel

General Divisional em El Arish durante a noite de 31 de outubro para 1 de novembro, enviara uma ordem de retirada à sua Quinta Brigada, em Rafah, mas esta unidade não se achava em condições de levá-la a efeito, pois, naquela ocasião, estava no auge nosso ataque às defesas daquela base. Se as tropas egípcias abandonassem a luta, para deixar a cidade, certamente transformariam aquela operação tática numa verdadeira fuga.

A Primeira Brigada Blindada ainda fora mais longe. Na manhã do dia 31 de outubro, receberá ordem do GQG egípcio para avançar, com a maior rapidez possível, para o entroncamento rodoviário de Jebel Livni, entrar em luta com as unidades blindadas de Israel (Sétima Brigada) e, conseqüentemente, auxiliar na defesa de Um Katef. De acordo com informações dadas por um oficial de um tanque, que fora capturado, o comandante dos blindados egípcios solicitara cobertura aérea e, quando constara que ela não viria, não somente deixara de avançar, como lhe havia sido ordenado, mas instruíra sua unidade para que se reorganizasse, a fim de que pudesse deixar a localidade, abandonando o Sinai.

À luz de todos esses fatos é, portanto possível que, mesmo que houvéssemos capturado El Arish durante a noite, nossa entrada na cidade não teria precedido a partida da maioria das forças armadas inimigas.

A evacuação de El Arish fora realizada, parcialmente de forma organizada, mas, considerada em conjunto, representara uma fuga desordenada. Ao anoitecer, dois trens chegaram do Egito, mas estes só poderiam transportar uma parte insignificante da força. Além disso, a estreita estrada, de El Arish a Kantara, não poderia dar passagem a todos os veículos, pois logo ficaria atravancada. Conseqüentemente, a ferrovia e a estrada foram reservadas exclusivamente para os oficiais. Os soldados tiveram que ir a pé. Nas circunstâncias, os que seguiram a pé acabaram por desfrutar de melhor sorte. Os veículos, na estrada-tronco, receberam a atenção da nossa Força Aérea, já que nossos aviões não se preocupavam em atacar os soldados, que se movimentavam através das dunas.

Esses soldados, abandonados por seus oficiais, imediatamente desfizeram-se de tudo que usavam ou carregavam, a fim de que ficassem com os movimentos livres — armas, mochilas, uniforme e, mesmo, suas pesadas botas. Reuniram-se em grupos e seguiram caminho, lentamente, na direção

ocidental. Voltavam para o Egito. Água potável era recolhida dos poços que encontravam no trajeto e a fome era satisfeita com tâmaras. As tamareiras — cujas plantações se estendiam por milhas ao longo da costa — encontravam-se no auge da estação. Bastava que se atirasse uma pedra num cacho maduro, para que caíssem saborosas frutas. Vistos do ar, aqueles soldados davam a impressão de uma interminável procissão de peregrinos — suas roupas brancas, contrastando com o fundo amarelo da areia.

El Arish fora evacuada, sem haver sido destruída ou sabotada. Alguns poucos depósitos militares foram incendiados, mas estes representaram apenas uma insignificante parte da imensa quantidade de equipamento bélico que fora deixada. Era evidente que, quando a ordem de evacuação fora dada, cada um simplesmente deixara seu posto e corra para se juntar aos comboios que estavam deixando a cidade. O hospital oferecia um horrendo espetáculo. Na mesa de operações jazia o cadáver de um soldado egípcio, cujas pernas haviam sido amputadas. Fora abandonado no meio da operação, sem que o médico ou a enfermeira tivesse o cuidado de, antes, ligar-lhe os vasos. Morrerá, esvaindo-se em sangue. Os feridos, que se encontravam no estabelecimento — alguns nas enfermarias, mas a maior parte tentando esconder-se no pátio e no jardim — disseram-nos que, quando os médicos foram informados de que as ambulâncias os aguardavam, deixaram o que estavam fazendo, aboletaram-se no interior dos veículos e desapareceram. Nem ao menos um simples enfermeiro ficara para cuidar dos feridos, principalmente dos que necessitavam de atenção imediata — em número de dezoito — que morreram durante a noite. Fomos encontrá-los, estendidos no chão, no local em que haviam sido deixados, quando se iniciara a fuga.

A estrada, no trecho entre El Arish e Kantara, estava atulhada de veículos, alguns em situação de funcionamento, mas, na maioria, eram carros amassados ou capotados. Não se tratava de um intencional bloqueio rodoviário, mas apenas de uma situação de pânico, que se transformara num engarrafamento monstro de tráfego. Os transportes pesados — veículos de meia esteira, carretas Bren, caminhões de reboque e outros do mesmo tipo — haviam tentado abrir passagem na estrada, para eles próprios, através do expediente de empurrar, amassar e trombar, atirando para o lado, os veículos mais leves, que lhes barravam a marcha.

A estrada meridional, que levava ao aeroporto e a Abu Ageila, estava, igualmente, abarrotada de viaturas imobilizadas. Estas, porém, haviam sido danificadas pela nossa Força Aérea, que realizou repetidos mergulhos sobre o comboio, atacando-o com seus foguetes e canhões.

A 27.a Brigada Blindada não se demorou na cidade. Os grupos de combate logo saíram para ocupar o aeroporto e assegurar o controle da estrada para Abu Ageila. Outros grupos seguiram apressadamente na direção ocidental, tanto para perseguir o inimigo que fugia, como para chegar a Suez. O Comando do Sul incumbiu-se de cuidar dos civis. Irá nomear um governador militar e tomará todas as providências para o restabelecimento da normalidade nas atividades urbanas. Não acredito que, neste setor, teremos qualquer problema. Logo que penetramos na cidade, o que nos surpreendeu foi o número de bandeiras brancas, hasteadas no teto das casas e nos portões. Em frente à Prefeitura, aguardando nossas forças, via-se uma delegação das principais pessoas de El Arish, cujo líder, expressando o sentimento coletivo, manifestou sua lealdade ao nosso comando e sua disposição de cooperar, no que fosse necessário.

A praça principal da cidade estava deserta e silenciosa, quando chegamos, mas, pouco depois, já se revelava febricitante de vida. Os escalões da retaguarda e de apoio da 27.a Brigada surgiram, então, para dar início à reativação dos serviços da cidade, assumindo, simultaneamente, o controle de muitos de seus acampamentos militares. Alguns dos nossos soldados me reconheceram e solicitaram autógrafos. Apresentavam, para que neles assinasse, mapas militares, manuais de serviço, estojos de curativos de emergência e até maços de cigarros. Um sargento, inspetor de quartirão, com idéias de romancista, descobrira uma fotografia de Abdul Nasser, em brilhantes cores, pendurado na parede de uma barbearia. Arrancou-a e a trouxe a mim, para que ali pusesse meu autógrafo, explicando que não somente existiam duas cousas especiais naquele “documento” — a assinatura e o lugar — mas que a data, também, era muito especial — 2 de novembro — aniversário da Declaração de Balfour!

Logo se tornou evidente que nem todos os soldados egípcios haviam abandonado El Arish. Quando souberam que havíamos mandado construir uma prisão cercada, eles surgiram em grandes grupos, apresentando-se às

autoridades por iniciativa própria. Nem todos, porém, tiveram idêntica atitude. Alguns, portando armas, esconderam-se na cidade. Certa vez, enquanto estava de pé, diante de uma janela aberta, olhando o que se passava na rua, fui alvejado por um franco atirador, agachado atrás de uma cerca. Disparara uma rajada com sua metralhadora e atingira meu sinaleiro, que caiu morto ao meu lado.

Às 11 horas, tomei um teco-teco no aeroporto de El Arish, para regressar ao GQG. Pedi ao piloto que sobrevoasse a cidade, a baixa altitude, mas logo tivemos que ganhar altura, além do alcance dos rifles e das metralhadoras que eram disparadas contra nós. As dunas em torno de El Arish estavam cheias de soldados egípcios, isolados ou em grupos, escondidos entre os arbustos ou nas dobras do terreno. Mas, mesmo voando alto, pude localizar o que vinha procurando: a coluna blindada da 27.ª Brigada. Estava avançando na direção ocidental, sem qualquer contratempo. Agora, cinco horas após nossa entrada em El Arish, a brigada havia conseguido afastar os obstáculos e abrir uma passagem para os seus integrantes. Seus veículos da vanguarda estavam já a dez milhas a oeste da cidade, e o comboio parecia que desfilava ao longo de uma avenida de aço e de fumaça. A batalha pela conquista do eixo setentrional — Rafah—El Arish—Kantara — havia terminado.

Lembrei-me dos documentos egípcios, que um oficial da Inteligência me mostrara, durante a manhã. Um era intitulado “Diretrizes pelo Comandante da Terceira Divisão para suas forças no norte do Sinai”. Seu texto, na íntegra, é o seguinte:

DIRETRIZES PELO COMANDANTE, 3.º DIVISÃO DE INFANTARIA

Data: 15 de fevereiro de 1956

Para: Comandante, Distrito Egípcio na Palestina,

Comandante, 5.ª Brigada de Infantaria Reforçada.

Anexo resumo de diretrizes pela 3.º Divisão, transmitidas aos comandantes e oficiais, das datas abaixo discriminadas:

El Arish 1 de fevereiro, 1956 — Rafah. ... 3 de fevereiro, 1956. Khan
Junis 4 de fevereiro, 1956 — Gaza. .. 4 de fevereiro, 1956.

Favor assegurar execução destas diretrizes por todos oficiais e certificar-se de que estas diretrizes não são dadas a conhecer, por escrito, a graduações inferiores a comandante de batalhão, ou de igual patente em outras unidades.

1 — INTRODUÇÃO

Todos os comandantes devem preparar-se e seus comandos para a inevitável campanha contra Israel, com a intenção de realizar nosso elevado objetivo, isto é, a destruição e a aniquilação de Israel no menor espaço de tempo possível, e na mais brutal e cruel das batalhas.

2 — Fé

a) Fé é o elemento básico na realização do nosso objetivo. Sem fé, a vitória não poderá ser conseguida.

b) Nossa fé na luta deve, em todos os escalões, expressar-se em fé na agressividade e na rapidez.

c) A fé deve conter os seguintes elementos:

I) Perseverança e poderosa vontade de lutar da maneira mais brutal.

II) Autoconfiança na liderança, para assegurar a crença dos soldados em seus comandantes. Com o intuito de salvaguardar a disciplina, qualquer choque entre oficiais e soldados deve ser evitado.

III) Seriedade e realismo em todos os seus feitos. . .

O teco-teco virou-se para leste e voou, de regresso, a Israel. Lá embaixo, serpeava o leito seco do El Arish. Apenas aquela fita estendida era cercada por tabuleiros de campos cultivados, pois o resto da paisagem era o descampado nu. Perto da fronteira de Israel vimos um acampamento de beduínos. Quando o sobrevoamos, atravessamos uma leve nuvem de fumaça, que se elevava das suas trempes, de fogo aceso. O cheiro acre dos galhos de zimbros que queimavam chegava até a cabina do avião e, por um momento, senti-me enlevado, envolto por uma onda de recordações de outras fogueiras e de outras experiências, mas num inundo diferente.

* * *

Ontem e anteontem, simultaneamente com as ações da 27.ª Brigada Blindada, que asseguraram o controle do eixo setentrional, a 7.ª Brigada Blindada, por sua vez, completou sua captura do eixo central — Kusseima — Jebel Lívni — Ismaília. A conquista deste eixo central pôs fim, igualmente, às vãs tentativas do Estado-Maior egípcio de ativar suas principais forças operacionais — e grupo da Primeira Brigada Blindada — contra nosso exército.

Este grupo era a mais poderosa força móvel que os egípcios possuíam no Sinai. Fora organizado como uma formação independente. Dispunha de provisões, de equipamentos e de unidades de serviço suficientes para permitir-lhe operar, sem ter que recorrer às bases do interior do Egito, para seus suprimentos normais. Transportava combustível e munições para atender à sua primeira linha e sua base no Sinai, Bir Rud Selim, armazenava grandes estoques de combustível, de munições e de peças sobressalentes.

Um oficial de tanque, que capturamos, informou que, no dia 31 de outubro, o comandante da brigada recebera ordens do GQG egípcio, para que avançasse imediatamente para leste, a fim de dar apoio a Um Katef e, igualmente, que enviasse uma unidade blindada para atacar nossos paraquedistas em Mitla. De fato, algumas unidades dessa brigada iniciaram o avanço, de acordo com as ordens superiores, mas em face dos sucessivos

ataques pela nossa Força Aérea, tiveram dificuldade em atingir seus objetivos. O comandante solicitara, então, cobertura aérea, mas ao certificar-se de que seu pedido não seria atendido, resolvera retornar para o Egito, sem mesmo fazer uma tentativa de atacar uma só das nossas unidades.

O único contato entre nossas forças e esse grupo blindado egípcio ocorreu depois que ele começara sua retirada. Há dois dias — 1 de novembro — às 6 horas, quando um dos nossos destacamentos blindados chegou às imediações de Bir Rud Selim — vinte e cinco milhas a oeste de Jebel Lívni — foi recebido pelo fogo da unidade blindada, que defendia a retaguarda da brigada egípcia em retirada. Nossos tanques revidaram, destruindo três dos seus T-34, com impactos diretos.

A infantaria motorizada, que se encontrava com a unidade egípcia, deixou, então, seus veículos e se dispersou entre as dunas, enquanto o resto da força blindada fugiu no rumo ocidental, em grande velocidade. Meia hora mais tarde, isto é, às 6h30m, nossos soldados penetraram na base inimiga de tanques — Bir Rud Selim — e encontraram, em seu interior, diversos feridos e, igualmente, oficiais em perfeitas condições físicas, os quais, por motivos que desconhecemos, não haviam fugido com a unidade a que pertenciam.

O destacamento do nosso batalhão saiu em perseguição dos egípcios. Após uma jornada de algumas poucas milhas para o oeste, teve que enfrentar pesado fogo de artilharia e de tanques. A luta prolongou-se por cerca de uma hora. Nosso destacamento verificara, no fim desse período, que não poderia continuar perseguindo o inimigo. Seus blindados já estavam quase sem combustível e dois dos seus nove tanques haviam sido atingidos e ficaram imprestáveis. Não havia, pois, outra coisa a fazer, senão retornar para Bir Rud Selim, para cuidar dos seus feridos e reabastecer. (Nas câmaras de estocagem dessa base havíamos descoberto enorme quantidade de combustível para tanques.) Mas o dia chegara ao fim, e não era de boa tática perseguir os blindados egípcios nas horas de trevas.

A perseguição reiniciou-se, pois na madrugada seguinte — 2 de novembro. Com exceção de um tanque inimigo isolado, que fora visto manobrando perto da estrada e que se vira cercado e destruído, o destacamento não

descobriria durante todo o dia, qualquer sinal dos blindados egípcios. O acampamento de Bir Gafgafa estava vazio e o mesmo acontecia em relação à área que lhe ficava próxima, no lado ocidental. Espalhados ao longo da estrada, viam-se caminhões, canhões antitanques e equipamento pessoal abandonados. Nossa unidade passou, igualmente, por diversos grupos de soldados em fuga, mas em relação ao destacamento da Primeira Brigada Blindada inimiga nem notícia tivemos. Somente às 16 horas, quando nossos soldados chegaram a Katib el-Sabha — situada acerca de quarenta km a leste do Canal de Suez — é que entraram em contato com a cauda da coluna egípcia. Tratava-se de um destacamento de tanques T-34, que se achava entrincheirado ao lado da estrada, e em posição de poder deter nossas forças. Localizados como estavam, enterrados no chão, os tanques, entretanto, dispunham de um limitado campo de visão. Em face disso, nossos jipes de reconhecimento conseguiram chegar a 300 jardas deles, sem que fossem vistos. Um dos soldados, que se encontrava num jipe, apanhou sua bazuca e quando começava a fazer pontaria num tanque inimigo, que se achava mais próximo, fora visto pela tripulação de um outro tanque egípcio, que imediatamente virou sua torre em sua direção. Parecia que o nosso soldado não escaparia da morte iminente, mas, como por encanto, o auxílio surgira justamente no último momento. Um dos nossos Shermans, cuja tripulação percebera o que estava acontecendo, conseguira acertar, a tempo, uma granada no tanque egípcio. O soldado do jipe, que ainda, tinha a bazuca nas mãos, vendo-se livre do agressor mais próximo, obteve êxito em apontar e em acertar o primeiro tanque, entrincheirado à beira da estrada. Os sobreviventes dos dois blindados atingidos abriram a escotilha, saltaram dos veículos e fugiram. O mesmo aconteceu com a tripulação de um terceiro tanque, que não fora atacado, a qual também correria, abandonando a unidade blindada em nossas mãos.

Este foi, de fato, o nosso último embate com a formação blindada egípcia. Anoitecendo pouco depois, a perseguição afrouxara e, quando nossa unidade de reconhecimento chegara ao fim da sua jornada — dez milhas do Canal de Suez — o destacamento da Primeira Brigada Blindada inimiga já se encontrava do outro lado daquela via marítima. Nossas baixas se reduziram a um morto e a dez feridos e, igualmente, perdemos um tanque e um veículo de meia esteira. A maioria dessas perdas ocorrera entretanto, no ataque a Um Shiham e não na perseguição aos blindados egípcios. As

baixas da brigada inimiga elevaram-se a trinta tanques T-34 (oito destruídos pelo batalhão blindado e os restantes pela nossa Força Aérea), cinco canhões automáticos SU-100 e cerca de quarenta transportes de tropa, blindados, a maioria deles atingida por ataques aéreos.

Quando as cifras oficiais chegaram sobre as perdas inimigas, no que dizia respeito a blindados, percebi o desapontamento dos nossos soldados. Existe sempre uma grande diferença entre as informações de guerra, transmitidas com juvenil entusiasmo, e as reveladas através da linguagem seca dos fatos estatísticos. Um exemplo característico, a este respeito, pode ser constatado no relato de um ataque aéreo levado a efeito, no dia 31 de outubro, contra a Primeira Brigada egípcia, nas imediações de Bir Gafgafa. Depois da ação, o tenente Z. K. redigiu a seguinte informação:

Subitamente, vimos uma coluna blindada no eixo central. As cousas logo se tornaram excitantes. Caminhão após caminhão e tanque após tanque foram pelo ares em chamas. Pareceu, a princípio, um exercício de bombardeio dos tempos de paz. Depois que as granadas começaram a explodir em torno de nós, a cousa ficou mais séria. O capitão G e o tenente P, com seus para-brisas cobertos de óleo, mergulharam cegamente sobre o local, onde julgavam que o alvo estivesse, e nós outros tentamos preencher as lacunas. .

Eu e G. partimos para um ataque a uma concentração de tanques. De repente, ouvi estrondos de granadas de 40mm agitando o ar em torno do aparelho. Num segundo, localizei o canhão que atirava e mergulhei sobre ele. A tripulação do canhão tentou manter sua mira voltada contra mim, mas já era tarde demais. Saltaram e começaram a se arrastar pelo chão. Uma rápida rajada do Browning-0.5 deu cabo deles. Um incidente, quase nos levou a um desastre. Fiz fogo contra um caminhão de munições, e ele explodiu. O deslocamento de ar elevou-me até a linha de voo de um outro avião, e quase se verificou uma colisão. Todos, com exceção de um piloto, esgotaram suas munições, e o tenente S. deixou-se ficar atrás, a fim de terminar sua munição depois que nossos cinco aviões voltaram à base.

A esse relato estava anexo um prosaico post-scriptum, redigido pelo comandante do esquadrão: “Devo ressaltar que, apesar desta excitante descrição, as perdas inimigas, como foi registrado no parágrafo inicial, se cingiram a dois tanques e dois caminhões.”

* * *

Hoje pela manhã, completamos a captura da faixa de Gaza. As unidades egípcias não ofereceram séria resistência. O moral de suas tropas não era elevado, depois das derrotas de Rafah e El Arish. E nem eles estavam militarmente em condições de organizar uma defesa sólida e coordenada. A força egípcia, na faixa, fora dividida em pequenas unidades, dispersas em alguns postos avançados, e nenhum deles em situação de poder ir em auxílio dos outros. Por outro lado, nem um só desses postos seria capaz de, isoladamente, fazer frente a um ataque de tanques ou de veículos de meia esteira. Do ponto-de-vista global da campanha, esta captura não deve ser considerada uma batalha decisiva. A estreita fita costeira, com vinte e cinco milhas de comprimento e cerca de seis milhas de largura, não poderia aguentar-se sozinha, após a queda de Rafah e de El Arish. A Oitava Divisão da Palestina — que era a guarnição da faixa — não fora organizada como uma força operacional capaz de atuar além dos limites de sua jurisdição. Seu efetivo, na realidade era superior a 10 mil homens — incluindo a 87.ª Brigada da Palestina, sediada em Rafah. Entretanto, seus soldados só poderiam ser utilizados quando cada um se encontrasse no seu posto habitual, realizando as tarefas a que estava familiarizado. As “brigadas”, “batalhões” e “companhias” representavam apenas estruturas de organização e não formações operacionais. Dessa forma, não poderiam ser usadas como unidades militares.

O valor básico do nosso controle de Gaza é que ela saiu da área de jurisdição do Egito. No término da nossa guerra pela independência em 1948, a faixa de Gaza fora entregue ao governo do Cairo e este a considerou uma ponta-de-lança, plantada no outro lado do deserto do Sinai, para um ataque militar a Israel, e, em tempos de “paz”, como uma base para

operações de terrorismo e de sabotagem. Ao contrário do Governo da Jordânia que anexara ao seu território a margem ocidental do Rio Jordão e concedera aos habitantes palestinos a cidadania jordaniana, o do Egito teve o maior cuidado em considerar a faixa de Gaza como uma região separada do seu território. Sem qualquer dúvida, essa atitude fora imposta em parte pela própria orientação política do governo, que encarava a “Palestina conquistada” como uma entidade nacional, cuja independência deveria ser restaurada, e, também, mais particularmente, pela presença, na faixa, de perto de 200 mil refugiados árabes — população esta que o Egito não deseja e não pode absorver ou, mesmo, sustentar economicamente. (Ben Gurion, igualmente, julga que Israel não deve concordar — se, por acaso, o oferecimento lhe for feito — em anexar a faixa de Gaza ao seu território, por causa dos numerosos refugiados, que não poderá aceitar.) Ninguém pode prever, hoje, qual será o futuro da faixa de Gaza. Israel, porém, se esforça para evitar que ela continue a servir aos propósitos agressivos do Egito.

A defesa egípcia da faixa estava dividida em dois setores — o setentrional e o meridional. O setor setentrional incluía a Cidade de Gaza, cuja proteção estava confiada à Brigada da Guarda Nacional Egípcia. Esta organização, integrada por quatorze “batalhões”, possuía um efetivo de cerca de 3 mil e 500 soldados. Competia-lhe guarnecer numerosos postos de defesa, e cada um deles dispunha de uma companhia. Esses postos estavam localizados, mais ou menos desordenadamente, ao longo de toda a fronteira de Israel. Além desses “batalhões” de infantaria, a brigada dispunha de um destacamento de morteiros pesados — oito deles — de 120mm e de dois pelotões de unidades motorizadas de fronteira. O destacamento de morteiros fora fragmentado e suas armas distribuídas, aos pares, entre os postos avançados; e quanto aos pelotões motorizados de fronteira, se acabaram transformando numa reserva móvel.

A sede do setor meridional era a pequena cidade de Khan Yunis. A defesa dessa área fora confiada à 86.ª Brigada da Palestina, cujos oficiais de menor patente eram palestinos, mas só oficiais profissionais egípcios ocupavam os postos de comando. A defesa de Khan Yunis era baseada em três redutos, cujo efetivo era de uma companhia, mas dispoendo, ainda, de apoio de artilharia. Essas posições eram defendidas pelos Batalhões 11.º,

34.º e 44.º, e a unidade de artilharia, integrada por morteiros de 120mm, estava localizada num ponto central, para poder atender aos três redutos.

A captura de Gaza fora entregue à nossa 11.ª Brigada de Infantaria. Compreendia ela dois batalhões de infantaria e um destacamento blindado de combate da 37.ª Brigada Blindada, que só mudou de comando para a operação em Gaza. O destacamento dispunha de um esquadrão de tanques médios (Shermans) e de uma companhia de infantaria em veículos de meia esteira, mas dos seus treze tanques, somente seis eram utilizáveis.

O ataque fora desfechado às 6 horas da manhã do dia 2 de novembro. Ficara decidido romper-se a linha de defesa do inimigo, justamente onde se encontrava o aglomerado dos postos 122, 123 e 125, isto é, situado duas milhas ao sul de Tell Ali Muntar, o saliente que dominava as cercanias da cidade. Tratava-se da rota trilhada, através dos séculos, por todos os exércitos que procuraram capturar Gaza. Segundo a tradição, Tell Ali Muntar era a colina para a qual Sansão levava os "portões da muralha da cidade" de Gaza e foi na raiz dessa colina que o Exército Britânico, durante a Primeira Guerra Mundial, perdeu cerca de dez mil homens em dois desastrosos ataques contra as forças turcas. O comandante inglês fora Sir Archibald Murray, o qual, durante os assaltos conservara-se a uma distância de cerca de 100 km do front, confortavelmente instalado num vagão ferroviário, em El Arish.

O esquadrão de tanques e a companhia em veículos de meia esteira penetraram no Posto 122 e, embora houvessem sido obrigados a enfrentar pesado fogo dos postos vizinhos — particularmente, das posições situadas na vertente de Ali Muntar — prosseguiram na arrancada e alcançaram a praça principal de Gaza. Após uma rápida troca de tiros, o destacamento blindado avançara para o norte, capturara todas as posições inimigas ao longo da estrada-tronco e alcançara a aldeia de Bet Hanun, na fronteira setentrional de Gaza. Ao mesmo tempo, o batalhão de infantaria, que o seguira de perto até dentro de Gaza, passara a cuidar das posições inimigas que ainda ofereciam resistência em várias partes do perímetro urbano. Por volta do meio-dia, o fogo cessara e o controle da faixa passara para a responsabilidade do nosso governador militar e da força policial que assumira as tarefas, antes realizadas pelas unidades de combate.

Entretanto, o avanço do Destacamento Blindado para o sul, na direção do setor de Khan Yunis, tivera que ser sustado. É que os tanques requeriam revisão e os soldados precisavam recarregar suas cartucheiras, pois mais de 80 mil disparos haviam sido feitos durante a manhã. Uma operação de limpeza, levada a efeito nos postos egípcios, situados na parte meridional de Gaza não oferecera qualquer dificuldade. Um tenente-coronel egípcio, que viajara com o oficial de operações da nossa 11.a Brigada, num jipe da UNWRA — a UNWRA era uma agência das Nações Unidas que cuidava dos refugiados árabes — ordenara aos soldados, seus compatriotas, que se encontravam nos embasamentos e que esporadicamente faziam disparos, que depusessem as armas.

Entretanto, o setor meridional — defendido pela 86.a Brigada da Palestina — recusou-se a render-se. Quando o Destacamento Blindado chegara às cercanias de Khan Yunis, na madrugada do dia 3 de novembro, fora recebido com pesado fogo de metralhadoras e de canhões antitanques. Um veículo de meia esteira foi atingido por um obus antitanque e um dos nossos tanques chocou-se com uma mina. A mortífera troca de fogo prosseguira por algum tempo e, somente depois que nossos tanques haviam causado grandes danos às posições inimigas e que nossa infantaria desfechara, contra elas, um assalto é que uma brecha pudera ser aberta na defesa. O Destacamento Blindado continuara avançando e, no seu rastro, seguira o Segundo Batalhão de Infantaria e, ambos alcançaram o coração da posição inimiga. Depois disso, a resistência cessara.

A operação de limpeza nos postos, situados no resto da área do setor, e a intermitente troca de tiros entre egípcios e israelenses prolongaram-se por toda a manhã. Somente às 13h30m, os últimos focos de oposição, na faixa, puderam ser extintos. E o completo cessar-fogo coincidira com a realização do encontro, em Rafah, dos soldados da 11 .a Brigada com os das unidades de infantaria da Primeira Brigada.

As baixas sofridas pela 11 .a Brigada elevaram-se a doze mortos e sessenta e seis feridos. Dois dos seus tanques e um veículo de meia esteira foram atingidos, mas puderam ser reparados com rapidez e retornaram ao serviço.

Naquela ocasião tivemos a oportunidade de atender a dois pedidos de rendição, encaminhados tanto pelos chefes civis, quanto pelos militares da

faixa de Gaza. Eis os textos de ambas as solicitações:

SOLICITAÇÃO DE RENDIÇÃO PELO GOVERNADOR GERAL ADMINISTRATIVO DA FAIXA DE GAZA

1 — O abaixo-assinado, o General-Brigadeiro Mahmed Fuad e-Dagawi, Governador-Geral Administrativo da faixa de Gaza, em nome do ministro da Guerra, pelo presente solicita ao Comandante das Forças do Exército de Israel, Coronel Asaf Simhoni, que se digne aceitar minha incondicional rendição, juntamente com a da inteira Administração de Gaza em toda a extensão do território da faixa.

Está anexa uma cópia em hebraico.

12h20m de 2 de novembro de 1956 Assinado:

General-Brigadeiro Mahmed Fuad e-Dagawi Governador-Geral Administrativo da faixa de Gaza, em nome do ministro da Guerra do Egito.

Despacho: Aceito.

Assinado:

Coronel Asaf Simhoni pelo COG do Comando do Sid

* * *

SOLICITAÇÃO DE RENDIÇÃO PELO COMANDANTE DAS FÔRÇAS ARMADAS EGÍPCIAS NO SETOR DE GAZA

Eu, Gamai Adin Ali, 855, Coronel (Bigbashi), Comandante das forças armadas egípcias no setor da Cidade de Gaza, pelo presente solicito ao comandante superior das forças armadas de Israel, o Coronel Asaf Simhoni,

que se digne aceitar minha rendição incondicional e a de todas as forças sob meu comando no setor da Cidade de Gaza e seus arredores, compreendendo forças regulares, voluntárias e de emergência.

(Vinha a assinatura')

2 de novembro de 1956

Despacho:

Aceitamos a rendição em nome do COG do Comando do Sul.

a) Mishaël Shaham, Coronel.

Aharon Doron, Coronel.

Assim, havia sido completada a conquista da parte setentrional do Sinai. Nossas unidades haviam chegado a Suez: os paraquedistas pelo eixo meridional, através de Mitla; a Sétima Brigada Blindada pelo eixo central, através de Jebel Livni; e a 27.ª Brigada Blindada pelo eixo setentrional, através de El Arish. Tornara-se possível, então, ir-se de Telavive a Suez por três rotas: a estrada-tronco Gaza—Kantara; a estrada Beersheba—Ismaíia e o trilho, de péssimas condições de tráfego, de Kuntilla a Porto Tevvfik.

Os ingleses e os franceses transmitiram a Hammarskjold, hoje, suas respostas às exigências que lhes haviam sido formuladas, em consequência da resolução da Assembléia-Geral das Nações Unidas, de 1 de novembro, e referente a um cessar-fogo imediato. Como nós, eles, também, disseram: “sim, mas. . .”

1 — Israel e o Egito devem concordar com a entrada, na região do litígio, de uma Força de Emergência das Nações Unidas, a fim de preservar a paz.

2 — As Nações Unidas devem concordar que suas forças permanecerão na região em litígio até que seja concluído um acordo final de paz, entre

Israel e o Egito, e até que uma solução justa seja encontrada para o status do Canal de Suez.

3 — O Egito deve concordar com a entrada imediata de forças inglesas e francesas na Zona do Canal. Essas forças permanecerão na região até que a UNEF (Força de Emergência das Nações Unidas) seja organizada e esteja em condições de substituí-las.

A relevância da terceira cláusula era que a Grã-Bretanha e a França mantinham seu plano de desembarcar forças na Zona do Canal. A única fraqueza, que ela revelava, era que essas forças ainda se encontravam a bordo de navios em algum lugar, entre Malta e Chipre, e não poderiam ser desembarcadas antes do dia 6 nas costas do Egito. Até essa data, a Grã-Bretanha e a França teriam que resistir à pressão que, contra elas, seriam feitas, não em face de um “fato consumado”, mas de simples palavras ocas.

Ben Gurion duvida muito que a Grã-Bretanha e a França possam resistir à constrangedora influência dos Estados Unidos. O primeiro-ministro deseja veementemente que aquelas nações executem seus planos, e não gostaria que Israel ficasse sendo o único alvo das pressões políticas — particularmente dos Estados Unidos e da União Soviética — no sentido da retirada de suas tropas. Por outro lado, ele não concorda que Israel deva ser envolvido, de qualquer forma, no problema de Suez. “Já temos problemas em quantidade, sem Suez” — disse ele, e acrescentou: “Não vejo motivo para aderir a uma causa, que é combatida pelo mundo inteiro. Devemos preocupar-nos com o Sinai, e não interferir na questão do Suez, transformando-nos em passageiros daquele trem.”

Ontem à noite, às 21 horas, um representante do Adido Militar francês esteve em meu gabinete, desejando falar-me com urgência. Disse-me que o comando francês da operação sentia-se frustrado pela obstinação dos ingleses em recusar uma antecipação da data do desembarque na Zona do Canal. A data fixada fora o dia 6 de novembro, mas no dia anterior, dia 5, a Assembléia-Geral das Nações Unidas iria reunir-se de novo para considerar a questão de Suez. Os franceses desejavam que, por ocasião daquela reunião, eles já se encontrassem na Zona do Canal e, então, poderiam concordar com a decisão da Assembléia, que seria certamente uma repetição de sua exigência em favor de um imediato cessar-fogo. A França

desejava, pois, antecipar o desembarque em dois dias e, naquele momento, estudava a possibilidade de executar isoladamente aquela ação sem esperar pelos ingleses.

O plano francês, consubstanciado numa ação independente, previa um desembarque em Porto Said bem cedo, na manhã de 4 de novembro, e, em seguida, a captura do porto. Para realizá-lo, desejavam que nós ocupássemos por volta do meio-dia da mesma data o leste de Kantara, o qual fica na margem oriental do canal — a área designada para a descida dos seus paraquedistas. Nossa penetração em Kantara cobriria a descida dos paraquedistas, protegeria o flanco das tropas francesas e exerceria pressão sobre as forças do Egito, na região. O representante francês acrescentou saber que nossos comandantes preferiam operar durante a noite e, não havendo alternativa, a França lutaria sozinha durante as horas do dia, sabendo que, à noite, teria a cooperação de Israel.

Respondi que naturalmente teria que levar o assunto à consideração do ministro da Defesa, mas do ponto-de-vista militar poderia desde logo manifestar-lhe minha concordância. Estaríamos preparados para capturara o leste de Kantara ao meio-dia, à noite ou pela manhã, enfim, a qualquer hora que julgassem mais proveitosa. Além disso, poderia sugerir aos franceses — e, também, aos ingleses, se eles resolvessem aderir à ação — que se utilizassem da estrada-tronco El Arish—Kantara, que já se encontrava em nossas mãos, ou qualquer outro eixo de trânsito para o Sinai, a fim de levar suas forças até o canal.

Era evidente que tal possibilidade não lhe havia ocorrido e o representante francês, em face da proposta, não sabia se o que eu lhe oferecia era um absurdo ou um ovo de Colombo. Sob o aspecto militar, se os franceses desejassem usar as rotas que nós, então, controlávamos, poderiam apoderar-se das posições-chave da Zona do Canal, sem qualquer dificuldade. Atravessariam as regiões de Porto Said, de Kantara, de Ismaília e Suez, em seus veículos blindados, e assegurariam o domínio sobre toda ou sobre parte dessa área, antes que a Assembléia das Nações Unidas se reunisse.

Examinamos diversos itens relacionados com a minha sugestão e o representante francês apressou-se, então, em transmitir o que eu havia dito ao seu comando. Prometera-me dar uma resposta até a noite.

Fui ao gabinete de Ben Gurion, e o encontrei calmo e de bom humor. Embora por diversas vezes, durante nossa conversa, ressaltasse a necessidade de se apressar a captura de Sharm e-Sheik, não revelara qualquer sintoma de tensão. Em relação à solicitação francesa, manifestara sua imediata e calorosa concordância. A referência a Kantara tivera a virtude de fazê-lo evocar uma série de impressões colhidas durante a Primeira Guerra Mundial, quando ali estivera para participar de uma conferência de representantes dos batalhões, formados por judeus. Reproduzira exatamente o que cada um dos oradores do movimento Trabalhadores Jovens e do partido Trabalhadores de Sion, havia dito, justamente há quarenta anos!

Voltei para o GQG e notifiquei o adido francês que já podia confirmar minha anterior concordância com a sua proposta. Minha impressão pessoal, entretanto, era que o plano não seria levado a efeito. A situação apresenta-se excessivamente complexa. A Operação-Mosqueteiro, concebida pelos franceses e pelos britânicos, dependia mais de fatores políticos do que militares. Do ponto-de-vista militar, as forças combinadas não teriam dificuldade em subjugar o Exército Egípcio e em capturar a Zona do Canal, mas sob o aspecto político, teriam que enfrentar a oposição dos Estados Unidos e da União Soviética e, também — o que era ainda mais grave —, a hostilidade da opinião pública na própria Inglaterra. Não creio que os ingleses concordem em cooperar conosco, como foi sugerido pelo representante do Exército Francês. Afinal de contas, eles entraram nesta operação ostensivamente na base do ultimato que enviaram ao Egito e a nós e, aparentemente, para reestabelecer a ordem na Zona do Canal e evitar, ali, uma luta entre Israel e o Egito. Exigiram de Israel — e do Egito — que não nos aproximássemos mais do canal. Depois de tudo isso, como, agora, podem concordar subitamente que capturemos o leste de Kantara, que se encontra mesmo à margem de Suez? Como podem cooperar conosco numa operação militar, quando estão explicando ao mundo que sua própria ação armada é destinada a impedir nosso avanço para o Canal de Suez?

Não me surpreendi, portanto, quando, algumas horas mais tarde, recebi a resposta francesa, declarando que a solicitação, que nos havia sido feita, estava cancelada, já que, segundo parecia, a França não poderia agir sem a Grã-Bretanha, e a Grã-Bretanha não se mostrava disposta, sob qualquer circunstância, a abrir mão do seu “plano de centenas de navios” — expressão irônica utilizada pelo oficial francês para designar o esquema militar britânico, envolvendo o emprego de uma armada inteira e, certamente, a não manter contato ou cooperação de qualquer natureza com Israel. Israel, segundo a opinião do comandante britânico, é um Estado cujos soldados estão avançando ilegalmente no rumo de Suez e competirá às forças da Grã-Bretanha abrir fogo contra eles, caso ultrapassem o limite de dezesseis km do canal!

Incidentemente, isso não reflete apenas uma concepção política dos ingleses, mas, igualmente, seu comportamento na prática. Hoje, pela manhã, um avião britânico foi derrubado sobre Kantara e o piloto conseguiu saltar de paraquedas, aterrissando somente a poucas milhas de um destacamento das nossas unidades, que controlam aquele eixo. Os soldados, que viram o piloto durante sua descida, naturalmente correram para auxiliá-lo. Logo, porém, alguns caças britânicos mergulharam até baixa altura e varreram a estrada, à frente dos nossos veículos, com suas metralhadoras. A insinuação era clara. Nossos soldados, em face dessa atitude, voltaram suas viaturas e regressaram aos quartéis. Um pouco mais tarde, um helicóptero britânico desceu e levou o piloto derrubado.

Sinto muito que as forças anglo-francesas não antecipem a data de sua entrada na Zona do Canal. De acordo com telegramas, que estamos recebendo dos nossos delegados nas Nações Unidas, o clamor e a pressão contra o uso de força militar na crise de Suez não somente não estão regredindo, mas se vão tornando assustadoramente vigorosos. Espero apenas que, por volta do dia 6 de novembro, quando os anglo-franceses finalmente derem início ao seu desembarque, já tenhamos completado nossa campanha.

* * *

Logo que regressara de El Arish, tive uma entrevista com Ben Gurion e o encontrei plenamente recuperado de sua gripe, e revelando excelente bom humor. Interrogou-me sobre as batalhas de Rafah e de El Arish e, igualmente, sobre o que estava acontecendo nos demais fronts. Pediu para se avistar separadamente com os comandantes da Força Aérea, do Comando do Sul, da Formação Blindada e da Brigada de Paraquedistas, de forma que se pudesse informar, diretamente, sobre as batalhas em que cada uma de suas unidades havia tomado parte.

Pedi a Ben Gurion suas instruções sobre numerosos assuntos. O General Burns, chefe da Organização de Supervisão da Trégua das Nações Unidas, solicitara que os observadores da ONU tivessem permissão para retornar à faixa de Gaza. Ben Gurion deu-me instruções para não atender ao pedido. Deixaremos que o grupo das Nações Unidas, que cuida dos refugiados árabes, permaneça, mas não os observadores que supervisionam a trégua. “Entre Israel e o Egito não existe atualmente trégua” — declarou Ben Gurion — “e nós não reconhecemos as linhas do armistício. Nossas forças estão no Sinai e, nestas condições, o que esses observadores têm que supervisionar?” Perguntei-lhe se havia possibilidade de que nossas forças permanecessem no Sinai, e ele retrucou que esperava que sim, mas que não tinha certeza. “Nós não defenderemos este ponto com a mesma obstinação com a qual lutaremos por Jerusalém” — acrescentou. Sobre a sugestão — que não fora minha, pois a julgava inexecutável — de que evacuássemos os refugiados árabes de Gaza, transferindo-os para os Estados árabes vizinhos, Ben Gurion prontamente a rejeitou. É verdade que não há possibilidade, em Gaza, para a colonização dos refugiados e seria melhor tirá-los dali e instalá-los no Líbano, na Síria e na Jordânia, mas somente com a aprovação dos respectivos países.

Disse a Ben Gurion que os vasos de guerra britânicos estavam patrulhando as águas próximas a Sharm e-Sheik e perguntei-lhe se julgava que os ingleses poderiam fazer fogo contra nossas forças. “Sobre os ingleses — respondeu — nada posso dizer, mas em relação ao Foreign Office estou disposto a acreditar em qualquer coisa.”

Antes de deixar o gabinete, ouvi Ben Gurion repreender cordialmente algumas autoridades que haviam ido à sua presença com histórias à moda de sermão encomendado, sobre o que se estava passando nas Nações Unidas. “Por que estão preocupados?” — perguntou o primeiro-ministro. “Enquanto eles estiverem discutindo em Nova York e nós ocuparmos o Sinai, a situação não me parece má!”

* * *

A tarefa que falta ser executada é a captura de Sharm e-Sheik. A Nona Brigada, que foi encarregada dessa missão, partiu para Ras en-Nakeb às 5 horas da manhã de ontem, 2 de novembro, seguindo ao longo da costa do Golfo de Acaba. A distância entre essa área de concentração e Sharm e-Sheik é superior a 250 milhas (sessenta, só no território de Israel). No seu primeiro dia de viagem — ontem — a brigada cobriu noventa milhas. Não deixou de ser um grande esforço, pois o trecho percorrido é dos mais ásperos da estrada, com areia profunda em sua maior parte, sempre difícil de trafegar, e com subidas em toda sua extensão.

Além desses complexos problemas de movimentação e do ritmo vagaroso do avanço, estamos preocupados, igualmente, com a questão de saber que espécie de cobertura será proporcionada à brigada, quando ela entrar em ação. Até aqui, com todo o devido respeito à “rainha da guerra” — a infantaria — a maioria das nossas conquistas tem sido realizada pelas unidades blindadas e pela Força Aérea. Não obstante, a Nona Brigada não dispõe de só um destacamento blindado. Os tanques leves, que a Marinha lhe deveria trazer, ainda não chegaram. E a atividade da nossa Força Aérea nesta região é muito restrita — cinco até sete minutos — por causa da grande distância de suas bases.

Ignoramos, naturalmente, que tipo de resistência as forças inimigas, em Sharm e-Sheik, oferecerão ao nosso avanço. O fato, porém, de que sua rota de fuga ou de retirada esteja bloqueada contribuirá talvez, para obrigá-las a conduzir a luta de maneira dura e encarniçada. Lamento que nossa Força

Aérea tenha recebido a incumbência de afundar navios egípcios que possam ter vindo para evacuar suas tropas, levando-as para a Arábia Saudita. Que vantagem teremos em fazer outro milhar de prisioneiros egípcios? Preferiria muito mais que a Nona Brigada ao chegar a Sharm e-Sheik encontrasse a cidade vazia. Nosso objetivo é assegurar o controle do Estreito de Tirã, e não entrar numa competição com o Exército Egípcio.

Decidimos que seria melhor fortalecer as forças escaladas para tomar Sharm e-Sheik. Enquanto algumas unidades de paraquedistas atacassem a cidade pelo sul, a Nona Brigada irromperia pelo norte. Nestas condições foram expedidas ordens aos paraquedistas que transferissem a responsabilidade do controle do eixo Mitla—Nakhl para a Quarta Brigada de Infantaria, que estava em Kusseima, e dessem início à sua marcha para o sul. O plano é o seguinte: um batalhão de paraquedistas deveria deixar o Monumento Parker ontem, à noite — 2 de novembro — e se dirigir para o sul em veículos, ao longo da estrada Ras Sudar—Abu Zenima, que corre paralelamente às costas do Golfo de Suez. Ao mesmo tempo, um destacamento de um outro batalhão desceria em paraquedas no aeroporto de Tor e, com ele em seu poder, um batalhão de infantaria seria para ali enviado, por via aérea. Esperávamos que iríamos surpreender a unidade egípcia em Tor e capturar o local antes que sua guarnição pudesse receber reforços.

As trinta milhas do Monumento Parker a Ras Sudar são de terreno difícil. De Ras Sudar a Tor — cerca de 105 milhas — existia uma estrada de macadame. Não era, pois, improvável que a unidade de paraquedistas pudesse chegar a Sharm e-Sheik ao mesmo tempo em que o fizesse a Nona Brigada, ou mesmo antes. Resolvi, ontem, que, tão cedo quanto possível, voaria até o local onde se encontrasse a Nona Brigada, a fim de conversar diretamente com seu comandante. Então, se tudo sair de acordo com o planejado e Tor for capturado hoje à noite, voarei para me encontrar, ali, com os paraquedistas. A pressão, feita sobre nós, para cessar fogo, está-se tornando sempre mais forte e cada dia a mais de luta envolve-nos em complexas dificuldades políticas. Tudo deve ser feito, portanto, no sentido de que seja acelerada a conclusão da campanha. Igualmente, em adição às ordens enviadas ao comandante a este respeito, é imprescindível, também, que os procure pessoalmente e que lhes fale, com a maior franqueza.

* * *

À meia-noite, convoquei uma reunião do Estado-Maior. Muito embora menos de uma semana passou desde nossa última sessão — quando estávamos preocupados com o desencadeamento da campanha — já nos reuníamos outra vez, mas para cuidar das atividades relacionadas justamente com a sua conclusão.

Em dois ou três dias, começaremos a desengajar nossos reservistas. O controle do território conquistado no Sinai será mantido principalmente através de unidades blindadas, da Força Aérea e de destacamentos de patrulha em veículos leves.

Outro problema que requer ação rápida é o recolhimento do equipamento inimigo. As unidades egípcias em retirada abandonavam consideráveis quantidades de armas em seus postos de defesa, em seus acampamentos e ao longo das suas rotas de fuga. A Península do Sinai está cheia de beduínos e de soldados egípcios, que fogem. Nossos soldados, já em duas ocasiões, capturaram beduínos com caravanas de camelos superlotadas de armas e munições. Teremos que fazer um grande esforço para reunir esse material bélico e armazená-lo em depósitos seguros.

Nossas baixas, consideradas em conjunto, mal ultrapassam, até agora, o número de 100 mortos e cerca de 700 feridos — incluindo-se os doentes e os acidentados em desastres de tráfego. No que diz respeito às baixas egípcias, é-nos impossível fazer qualquer estimativa. Nossas unidades nunca contam os inimigos tombados e nem enviam informações sobre eles. Possuímos prisioneiros, apesar de todos os esforços feitos no sentido de não conservá-los. Segundo creio, eles se elevam a muitos milhares. Não sabemos, ainda como iremos aproveitá-los ou onde os instalaremos. Será a mesma coisa, nesta época do ano (tempo seco) se os conservarmos ao ar livre. O general-ajudante assegurou-me que o comportamento dos nossos soldados, em relação aos prisioneiros, é bom e que uma possível vingança

só assumirá uma forma — os prisioneiros estão comendo as rações do Exército de Israel.

* * *

Hoje pela manhã, levantei voo, em um Dakota, ao encontro da Nona Brigada e dos paraquedistas. Voamos baixo, tanto para evitar o “olho clínico” dos caças inimigos, mas, também, para ter uma visão, de perto, do terreno. Nas proximidades de Dahab, situada a noventa milhas ao sul de Eilat e cerca de quarenta e cinco de Sharm e-Sheik, avistei o comboio da Nona Brigada. Entrei em contato com o comandante, através do rádio. Dahab fora capturada de manhã pela companhia de reconhecimento da brigada, numa luta rápida contra uma unidade de beduínos do Batalhão Motorizado de Fronteira. Tivemos três mortos e três feridos. A coluna estava, então, aguardando combustível, que deveria chegar de Eilat, numa lancha de desembarque da Marinha. O destacamento da vanguarda havia, entretanto, prosseguido na direção do sul. Insisti, outra vez, com o comandante sobre a necessidade de que Sharm e-Sheik fosse capturada rapidamente. Tenho certeza de que ele fará o que for possível, muito embora minha visita e a conversa, que mantivemos, não houvesse tido força para aliviar a ansiedade, de que me sentia presa. A estrada se revelara muito pior do que se esperava, e ninguém poderia imaginar os contratemplos que, ainda, poderiam surgir, para retardar o avanço. Além disso, agora que a brigada já tivera um encontro com as forças egípcias, o comandante de Sharm e-Sheik deverá estar ciente da nossa aproximação e, talvez, tente bloquear o caminho. Tanto quanto pude observar olhando do interior do avião, nada me pareceu mais fácil do que esse bloqueio. Não existe possibilidade de o comboio atravessar a estreita passagem através do leito seco do rio ou, um pouco mais ao sul, entre as montanhas e o mar. As forças egípcias dispõem de suficientes e apropriadas armas para ações de obstrução dessa natureza — minas, artilharia, canhões antitanques e carretas Bren, que podem trafegar na areia.

Não podemos alterar a situação da Nona Brigada. Temos de dar-lhe, portanto, tanta cobertura aérea quanto for possível e, igualmente, garantir-lhe um simultâneo ataque contra Sharm e-Sheik, pelo sul, levado a efeito pelos paraquedistas.

De Dahab voamos na direção ocidental, passando por cima das altas montanhas do Sinai Central e aterrissamos em Tor, no Golfo de Suez. O sul do Sinai é inteiramente diferente da sua parte setentrional. As montanhas se elevam ali a mais de 6 500 pés e, do ar, parecem formar um poderoso complexo de rochas piramidais, encostadas umas nas outras. Somente ao longo da costa do mar, que emoldura o rugoso triângulo meridional da península, é que essa aspereza é quebrada por faixas de areia e por estreitas fitas de terreno plano.

Tor fora tomada durante a noite por duas companhias de paraquedistas. Foram lançados, quando já estava escuro, em meio a um forte vento, e, ao chegar à terra, muitos se feriram e, entre eles, o comandante do batalhão. Este sofrera grave fratura do tornozelo, e tivera que ser internado, para tratamento. Os paraquedistas logo assumiram o controle do aeroporto. Repararam-no, tornando-o utilizável, por soldados da Força Aérea — que se haviam lançado juntamente com a unidade. Assim, a “estrada de ferro do ar”, de aviões israelenses de transporte, logo entrou em operação. Durante a noite, nossos Dakotas e Nords realizaram vinte e três voos, e, mesmo, um Constellation da empresa aérea El Al, fora posto em ação e fizera dois voos. Esses aviões transportaram um batalhão de infantaria completo e, igualmente, entregaram as armas e as munições, que faltavam, aos paraquedistas.

Fiz um esboço da situação para o comandante da companhia de paraquedistas e dei-lhe ordem para que reiniciasse a marcha antes do anoitecer, avançando na direção dos postos avançados de Sharm e-Sheik. Na realidade, essa companhia não poderia realizar, sozinha, a captura daquelas posições, mas sua aproximação seria vantajosa para o Batalhão de Paraquedistas, que deveria chegar de Mitla. Além disso, seria conveniente que a guarnição egípcia de Sharm e-Sheik soubesse que duas colunas — uma do norte e outra do sul — marchavam contra a cidade, o que iria facilitar a luta para a Nona Brigada.

Devido ao vento muito forte, os jipes, que haviam sido lançados de paraquedas, ficaram danificados. Os paraquedistas, porém, conseguiram repará-los. A companhia, além desses jipes, poderá conseguir alguns outros veículos do comandante do batalhão de infantaria. Ele fora nomeado “governador” de Tor e, numa expedição de busca através da pequena cidade e em seus arredores, descobrira alguns tanques leves e jipes civis.

Não tive a impressão de que os oficiais paraquedistas estivessem “abocanhando seu naco” e se mostrassem ansiosos por entrar em fogo. Em outras ocasiões, sempre eram eles que me atropelavam, pedindo que os deixasse avançar e atacar. Agora, porém, mesmo depois das minhas ordens, não demonstravam qualquer entusiasmo. Talvez o fato seja devido à ausência do comandante do batalhão ou porque não se sentiam autoconfiantes, como habitualmente eram, em face da escassez de veículos apropriados e do precipitado planejamento de sua ação, em Tor. Devo confessar que, desta vez, de fato, ultrapassamos a nós próprios. Não somente a ordem para capturar Tor fora dada no mesmo dia da ação, de forma que os paraquedistas entraram em ação sem qualquer preparação e sem conhecimento do terreno. Além disso, de acordo com a primeira ordem, somente uma companhia fora designada para ser lançada em Tor, já que a segunda o seria nas proximidades de Sharm e-Sheik. As informações recebidas sobre a situação em Sharm e-Sheik são contraditórias e, com frequência, se alteram. Disseram, a princípio, que o local havia sido evacuado e que seus postos de defesa estavam vazios. Pouco depois, nossos pilotos, que retornaram de um voo de reconhecimento, informaram que haviam sido recebidos, ali, com intenso fogo antiaéreo e que tinham observado a presença de grandes contingentes egípcios. Tomando por base esta última informação, alteramos o plano que fora elaborado para a ação dos paraquedistas. Na realidade, a Segunda Companhia de Paraquedistas já se encontrava em viagem, para ser lançada sobre Sharm e-Sheik, e, quase ao chegar ao seu destino, os aviões foram ultrapassados por um jato Meteor, o qual fora enviado especialmente para alcançá-los e que conseguira, no último momento, transmitir-lhes uma mensagem, ordenando-lhes que, ao contrário de Sharm e-Sheik, descessem em Tor.

Na eventualidade, é melhor que as duas companhias estejam concentradas no mesmo local e, juntamente com o Batalhão de Paraquedistas que chegara

à cidade quase ao anoitecer — depois que eu já havia partido —, as três formações passaram a constituir uma formidável força, em condições de ser imediatamente posta em ação.

Depois de minha entrevista com os paraquedistas, discuti com o comandante do batalhão de infantaria uma série de problemas civis, que haviam surgido. Tor é um ponto de reunião dos peregrinos que vão a Meca. Possui um porto com um pequeno cais, estabelecimento para recolhimento dos que estão de quarentena, um hospital para leprosos e um hotel em ruínas. Os habitantes vivem da pesca ou cuidam das plantações de tamareiras, existentes na região. Habitualmente, há um pequeno destacamento militar ali estacionado, mas aparentemente os soldados fugiram quando perceberam a aproximação dos nossos aviões. Ordenei ao comandante do batalhão que cancelasse a ordem de recolher, que fora imposta, ontem à noite, pelos paraquedistas, e que auxiliasse a população local a retomar, tanto quanto possível, suas atividades normais — permitindo aos habitantes que cuidassem de suas tamareiras ou que pescassem nas proximidades da costa. Fui procurado, então, por uma delegação de monges gregos ortodoxos. Esses religiosos possuem uma comunidade de setenta famílias cristãs em Tor e, igualmente, cuidam da distribuição de gêneros alimentícios, vindos do Egito, no Mosteiro de Santa Catarina. No momento, não necessitam de qualquer coisa, mas, quando a oportunidade chegar, teremos que providenciar para que obtenham seus suprimentos habituais.

Desejava muito sair um pouco, a fim de inspecionar os campos cultivados na raiz das montanhas, mas não dispunha de tempo. Tentarei fazê-lo na minha próxima visita.

Ao meio-dia, levantamos voo, em nossa viagem de regresso, fazendo diversas escalas no percurso. Aterrissamos, primeiro, em Mitla, onde me avistei com o comandante da Brigada de Paraquedistas. Expliquei-lhe a situação em Sharm e-Sheik e contei-lhe sobre o que observara em relação ao estado de espírito dos comandantes de suas companhias, em Tor. Prometeu resolver o assunto e manifestou sua confiança de que, quando seu batalhão — que deixou, ontem à noite, Mitla — chegasse a Tor, as forças paraquedistas seriam consolidadas e repreparadas para desencadear o

ataque. Pedi-lhe que tomasse providências no sentido de que seus soldados não interferissem com as propriedades das empresas estrangeiras — italianas, inglesas e outras — que possuíam instalações petrolíferas na região de Ras Sudar. Já temos problemas em quantidade, e não há necessidade de aumentá-los com complicações sobre assuntos de menor importância.

Deixando Mitla, voamos para o leste. Aqui, nesta parte central da Península do Sinai, entramos em contato, outra vez, com a paisagem que nos era familiar — extensas superfícies de dunas e faixas de loess cercadas de montanhas calcárias. Na pista de voo de Bir Hama estive com o comandante da Sétima Brigada Blindada. Esta brigada lutou mais e capturou maior número de posições inimigas nesta campanha do que qualquer outra unidade. Agora, está guarnecendo o eixo central, enquanto aguarda a chegada dos batalhões de infantaria, que a substituirão. Seus tanques e os veículos de meia esteira estão necessitados de manutenção e seus próprios soldados precisam, mais do que quaisquer outros, de um bom descanso.

A próxima e a última escala foi El Arish. Tive uma entrevista rápida com o comandante da formação, que me informou sobre a posição e o estado das unidades, as providências que tem tomado para restabelecer as atividades civis na cidade, a organização de acampamentos para prisioneiros de guerra e, acima de tudo, sobre o recolhimento do equipamento militar, abandonado ali, em Abu Ageila e em Rafah, pelos egípcios. É excelente que este setor, com seus complicados problemas, fosse entregue a tão competentes mãos. Nossa capacidade de enfrentar os problemas dos refugiados na faixa de Gaza, de prevenir a pilhagem e as arruaças e de salvaguardar o valioso equipamento egípcio, representam um desafio tão sério como a prova de se enfrentar uma batalha.

Embora já fosse tarde, decidi inspecionar as plantações de tamareiras. As tamareiras de El Arish são verdadeiras florestas que se estendem por muitas milhas na direção oeste, cobrindo estreitas faixas ao longo da costa marítima. Os camponeses árabes cavam profundos fossos — de dez a quinze pés — para plantar as mudas, a fim de permitir que suas raízes cheguem à água subterrânea. Durante os anos em que a palmeira se

desenvolve, os fossos vão sendo entupidos pela areia, mas as raízes continuam lá embaixo, a absorver água, em abundância, e, com ela, abastecem as árvores, cujos troncos são irrigados. Em nenhum lugar, nem na planície árabe, perto do Mar Morto, nem no Vale Beth She'an e nem, mesmo, às margens do Mar da Galileia, já vi plantações de tamareiras de tanta frescura e vitalidade.

Às 19 horas da mesma noite, cheguei, de volta, ao posto de comando do GQG. Sobre o principal assunto — a captura de Sharm e-Sheik — minha inspeção não tivera, contudo, a virtude de dissipar minha crescente ansiedade.

4 de novembro de 1956

Houve uma reunião do Estado-Maior às 8 horas. Depois do discurso de Anthony Eden, ontem, à noite, poderemos esperar que afinal as forças anglo-francesas realizarão, depois de amanhã, seu desembarque em Porto Said. Nossos soldados deverão capturar, hoje ou, no máximo, amanhã, Sharm e-Sheik, e isso representará o fim da parte de luta da Campanha do Sinai. Nos vizinhos Estados árabes — com exceção do Egito — não se verifica qualquer sintoma de iminente atividade militar. Na Jordânia, cresce a tensão interna e o rei demitiu o chefe do seu Estado-Maior, Ali Abu Nawar, nomeando Al Hiari, para substituí-lo.

Em face da situação, não há motivo para não apressar o desengajamento dos nossos reservistas. A economia do país tem necessidade deles. Decidimos, pois, dispersar, até o fim da semana, três brigadas de infantaria — uma de cada Comando (do Norte, Central e do Sul), assim como outras tantas unidades de apoio (artilharia e engenharia) e grupos de serviço. O Estado de Israel sempre terá necessidade de mobilizar seus reservistas, de quando em quando, e é justo que a Nação possa confiar que essa convocação será feita somente em caso de emergência e apenas pelo período que se fizer necessário. Passadas as circunstâncias que impuseram a convocação, todos serão desengajados e retornarão aos seus lares e às suas ocupações.

À tarde, fui de automóvel à faixa de Gaza. Na fronteira entre Israel e a faixa, uma ponte Bailey foi construída sobre o leito seco do Rio Hasi. Após atravessá-la, encontramos na velha estrada-tronco Gaza—Telavive. Trabalhadores estavam em atividade, asphaltando o leito — o qual, pelo período de oito anos, não teve qualquer conservação — e, também, colocando dormitórios na estrada de ferro, que corre paralela à rodovia. As autoridades egípcias — ou os camponeses locais — arrancaram os trilhos da ferrovia numa extensão de quatro milhas e meia, mas os reparos não levarão muito tempo. Dentro de uma semana, será possível viajar-se de trem de El Arish, através de Rafah e de Gaza, até Telavive, Jerusalém e Haifa. Trata-se de um fato de grande importância, em face da aproximação da colheita de frutas cítricas. Existem numerosas plantações de laranjas na faixa, e cerca de 300 mil caixas dessas frutas de Gaza deverão ser embarcadas para a Europa, através do Porto de Haifa.

As terras, em ambos os lados da estrada, são cuidadosa e intensivamente cultivadas. São divididas em pequenos lotes, plantados com vegetais e fruteiras, principalmente laranjeiras. Nem uma só polegada de terreno é deixada sem plantio. Não é de se admirar que isso aconteça. Duvido que haja outro pedaço de terra no mundo, onde seja tão elevada a densidade populacional. Numa área de 300 mil dunams — quatro dunams equivalem a um acre — da qual mais da metade é de areia, vivem mais de 100 mil colonos permanentes e 180 mil refugiados, o que representa cerca de duas pessoas por dunam agrícola.

Na Cidade de Gaza, o toque de recolher para os civis, imposto dois dias após sua captura, ainda está em vigor. O tanque, que foi atingido por uma bazuca durante o assalto, permanece na praça principal, como um monumento. Filas intermináveis de soldados se acotovela através das ruas malcheirosas — já que há uma semana que o lixo não é recolhido — proporcionando, ao visitante, um espetáculo desolador. Desolador e desnecessário. A luta já terminou e aos moradores de Gaza deveria ser permitido voltar ao trabalho e à sua vida habitual. Não existe o mais remoto perigo de que se possam revoltar. Se o seu Exército não desejou lutar, certamente não serão os civis que o farão.

Passei uma hora vagabundeando pelas ruas da cidade. Com exceção de um pequeno número de belíssimas residências, com jardins em seus terrenos abertos, a maioria das casas está dilapidada. À beira-mar, viam-se diversos barcos de pesca e, também, um grupo de canhões que os egípcios haviam tentado encravar, antes que se houvessem retirado. As ruas oferecem uma escandalosa evidência da prolongada — oito anos — ausência de uma administração interessada no desenvolvimento municipal. A Gaza de hoje já não é aquela que fez Sansão deixar as montanhas de Jerusalém sob a promessa de uma agradável vilegiatura.

O quartel-general do governador militar fora instalado no edifício da polícia. Mesmo este prédio ainda não havia sido limpo e colocado em ordem. As salas são um amontoado de armários tombados, de gavetas abertas e fora dos lugares e de pacotes de papéis. Ignoro se isto é o resultado da fuga dos egípcios ou da atividade dos soldados conquistadores.

Arrastamos algumas velhas cadeiras de braço árabes, estofadas em veludo tradicional, mas então completamente desmaiado, para uma das salas e, ali, sentamos, para examinar os problemas, que requeriam atenção. O mais urgente e importante deles é o relacionado com os 180 mil refugiados árabes. A metade deles — cerca de 95 mil — está recolhida em oito acampamentos, espalhados ao longo do comprimento da faixa. Os restantes vivem entre a população local. Até o momento, não tem cabido ao Egito, mas à Agência de Trabalho e Auxílio das Nações Unidas (UNRWA) a responsabilidade pela assistência a esses refugiados — proporcionar-lhes alimentação, socorros médicos e educação. Devemos tentar obter que a UNRWA continue a cuidar e a ser responsável por esses infelizes. Ela possui a indispensável equipe — cerca de 3 mil funcionários, estrangeiros e contratados locais — e largos depósitos com suprimentos que durarão até a chegada do próximo carregamento. O funcionamento dessa agência gera, naturalmente, muitos problemas: o status do seu funcionalismo (que inclui árabes locais, libaneses e outras nacionalidades); a rota pela qual passarão seus futuros carregamentos (até agora, eles têm vindo através do Egito); que espécie de moeda será utilizada; e uma série enorme de outras questões, para as quais deveremos encontrar soluções. Entretanto, neste momento, o importante é que essa assistência diária aos refugiados prossiga, como vinha sendo feita. Trata-se de um problema humano — 180 mil pessoas sendo

socorridas. É, também, um problema econômico — Israel não pode assumir o encargo de sustentá-los. E, por fim, representa um problema político, da maior relevância. Até agora, a UNRWA não nos comunicou que pretenda suspender seu trabalho, e suas atividades prosseguem no ritmo habitual. Somente no primeiro dia da captura da cidade, verificaram-se distúrbios, quando os refugiados tentaram arrombar e pilhar seus depósitos de gêneros alimentícios e de roupas. Entretanto, os danos causados não foram de grande monta.

A população da faixa é principalmente urbana e seu centro, a Cidade de Gaza, tem cerca de 60 mil habitantes permanentes, dispondo, ainda, de dois acampamentos de refugiados, que abrigam 50 mil pessoas.

O Egito considera a faixa de Gaza uma colônia sua. De acordo com a legislação egípcia, ela está sob a jurisdição dos seus ministros da Guerra e da Marinha, e os poderes de que desfrutam são similares aos do ministro para as Colônias, do Governo britânico, sobre os territórios ultramarinos. Na prática, igualmente, os egípcios se comportam como os ingleses. Na administração, as autoridades superiores são todas egípcias, e os que cumprem suas ordens são palestinos locais. (O Egito dispunha de um funcionalismo de 3 mil pessoas, em comparação com apenas mil ingleses, durante a vigência do Mandato Britânico.) Em sua política em relação à população local, os egípcios seguem, igualmente, o modelo britânico. Entregam o controle econômico — não sem benefícios para eles próprios — a um pequeno grupo das principais pessoas da cidade e estes se enriquecem, principalmente em consequência dos estarecedores baixos salários — sete a dez piastras egípcias por dia — que pagam aos seus trabalhadores. Esta exploração intensifica e agrava os desníveis sociais. O que se verificava, ali, eram duas classes diametralmente opostas: a dos refugiados, miseráveis e calcados sob os pés, e a dos opulentos proprietários de terras, comerciantes e autoridades governamentais (os quais faziam frequentes viagens ao Egito, para renovar, através de noitadas de prazer, seus necessários contatos). O centro dos que eram ligados às autoridades governamentais era o bairro das maravilhosas “vilas”, construídas entre dunas, e separado das outras zonas da cidade. A mais espetacular dessas “vilas” era, naturalmente, a residência do governador egípcio. Quando a visitei, porém, não se encontrava em condições nada elogiáveis. Os

refugiados tinham aproveitado a oportunidade da luta para arrombá-la. Roubaram o que ali havia para ser roubado, depredando portas e janelas.

O prefeito, nomeado pelos egípcios, era também, e naturalmente, pessoa da confiança do clã, que dominava a faixa. Seu nome: Munir el-Ra'is, antigo alto funcionário da municipalidade. Nosso governador militar, agora, deseja substituí-lo por uma outra “pessoa importante” de Gaza. Trata-se de Rushdi el-Shawa, considerado um homem correto e cuja investidura deverá ser bem aceita pelo povo. Em geral, esses “notáveis” locais não demonstram qualquer reserva em colaborar conosco. Pelo contrário, logo depois da captura da cidade, muitos deles procuraram nossos representantes, implorando que lhes fosse dado algum trabalho público ou que pudessem ser admitidos como funcionários do quadro de auxiliares do novo governador. Alguns, mais sagazes, foram mais longe. Insinuaram e, mesmo, sugeriram, a conveniência de que fossem presos por curto período de tempo, para que pudessem beneficiar-se com uma falsa auréola nacionalista. Exigiam, contudo, que não fôssemos muito rigorosos: quatro ou cinco dias de prisão seriam suficientes!

Essa disposição dos habitantes em cooperar conosco, de fato, facilita grandemente nossa tarefa. Até agora, só se verificou um caso em que nossos soldados foram alvejados do interior de uma casa árabe. Este, entretanto, foi um atentado, levado a efeito por fedayun, o que não deixava de ser esperado. A municipalidade, logo após a captura da cidade, recebera ordens para não interromper suas atividades e estas, segundo suponho, relacionam-se com o abastecimento de água e o fornecimento de eletricidade às residências e, também, com providências destinadas a assegurar o funcionamento dos serviços de saúde pública. Deram-lhe, por outro lado, a incumbência de promover o sepultamento dos soldados egípcios e palestinos, mortos em combate, quer na cidade, quer nos postos da fronteira.

O problema mais complexo que, no momento, temos que enfrentar é o de arrebanhar os egípcios que se acham escondidos na cidade, e estão recolhendo as armas inimigas. Não há dificuldades no que diz respeito às armas pesadas, deixadas pelos soldados nos postos de defesa. Entretanto, a maioria das armas portáteis desapareceu. Além disso, dias antes da batalha,

as autoridades egípcias distribuíram grande quantidade de rifles e de submetalhadoras entre os habitantes locais, na esperança de que aderissem à luta contra nossas forças. Após a captura de Gaza, nosso governador ordenou que todos os civis entregassem suas armas, e até agora já recolhemos cerca de um milheiro de peças, isto é, metralhadoras, rifles e revólveres. Não há dúvida, porém, de que um grande número de armas ainda está retido. Disseram-nos que, na Jordânia, os rifles e munições obtinham elevados preços e, em face disso, tanto beduínos como ordinários contrabandistas estão remetendo armamento egípcio, na calada da noite, para o Monte Hebron. A distância entre a faixa de Gaza e a fronteira da Jordânia é apenas de trinta e dois e cinquenta km.

O que é curiosa em todo esse affair é que os nossos soldados, que adquiriram tanta experiência em muitos anos de infrutíferas buscas, realizadas contra eles, durante o Mandato Britânico, agora se acham repetindo os mesmos métodos em Gaza — e, naturalmente, obtendo os mesmos resultados!

Quanto aos soldados egípcios, alguns deles, principalmente os oficiais, fogem, ao longo da costa marítima, para o Egito, mas os restantes se misturam com a população de Gaza, de Khan Yunis, de Rafah e das aldeias do interior. Os que não conseguiram adquirir indumentária civil jogaram fora seus uniformes. São encontrados em trajes sumários — às vezes, usando apenas cuecas — vagando pelas estradas. Além dos soldados, teremos que cuidar de duas outras categorias de elementos perigosos: os fedayun disfarçados — que estavam adidos ao pessoal do Serviço de Inteligência do Exército Egípcio — e os criminosos comuns — centenas deles — que foram postos em liberdade pelas autoridades locais, em homenagem a nossa chegada à cidade.

O último problema, que tivemos que solucionar, foi o das pilhagens, levadas a efeito pelos nossos próprios soldados, tanto uniformizados como em trajes civis. No princípio, arrombavam as lojas para verificar se, ali, existia algum soldado inimigo escondido. Mais tarde, porém, formavam-se verdadeiros grupos, tanto de soldados, como de civis, procedentes dos acampamentos da região, os quais se apoderavam de tudo quanto, em face do toque de recolher, era deixado sem vigia. Nossa polícia militar,

finalmente, interveio no caso e fez cessar esses assaltos. Sua intervenção, entretanto, havendo sido retardada, não impedira que enormes danos houvessem sido causados aos pertences árabes, em detrimento do bom nome das nossas tropas de ocupação.

Já quase à tardinha, quando me preparava para regressar ao GQG, o toque de recolher fora suspenso e o povo saiu para as ruas, em grande alvoroço, a fim de visitar seus parentes, fazer compras e, principalmente, só para estar fora de casa e andar, sem destino, pela cidade. A princípio os transeuntes se portavam como ladrões, durante a noite — olhos furtivos, a cabeça inclinada e falando baixo. Mais tarde, porém, o murmúrio abafado explodiu em ruído tumultuoso, com gritos, risadas, multidões barulhentas. A cidade, até então morta, subitamente retornara à vida. A única coisa que ainda faltava eram os montões das saborosas melancias, que constituíam uma característica da cidade. Independentemente do consumo local, a faixa de Gaza exporta, anualmente, cerca de 5 mil toneladas dessas frutas para os Estados árabes!

Deixando a cidade, subi o Tell Ali Muntar. Com toda razão, esta comprida vertente tem sido considerada, em todas as guerras nesta região, a chave para a captura de Gaza. Do seu cume, pode-se ver como ela domina a inteira planície, que se estende para leste. Gaza é protegida, no oeste, pelo mar; mas, ao norte e ao sul, só existem dunas, que se sucedem até onde a vista alcança. Os egípcios fortificaram a vertente e estabeleceram postos de artilharia e ninhos de metralhadoras, ligados por trincheiras subterrâneas. Tomei cuidado em não me aproximar muito do muro, temeroso de que o terreno pudesse estar minado, mas examinei a terra no fundo das trincheiras, e não fiquei decepcionado. Em uma delas, na parte setentrional de Ali Muntar, achei o que parecia serem ossos humanos. Cavando um pouco no local, descobri um túmulo cananeu de cerca de 1 300 anos antes de Cristo. Encontrei em seu interior um vaso e um prato, no qual haviam sido deixados alimentos, em oferta ao morto. Os objetos eram característicos do período. As bordas do prato eram viradas para dentro; e o vaso era de formato cônico, com uma base redonda, possuindo alças para ser levado no ombro. Não consegui, ainda, limpar bem esses achados, o que deve ser feito com o maior cuidado. Com frequência, encontra-se no fundo

de vasos deste gênero um pequeno frasco, com o qual se tirava azeite ou vinho do recipiente maior.

* * *

Durante os seis dias de luta, avistei-me e conversei com todos os comandantes de brigadas, com exceção do da Primeira Brigada. E era justamente a ele que gostaria de dizer algo de agradável. Certamente que ele o merece, após a batalha de Rafah, que representou a ação-chave da luta pela conquista do eixo setentrional. Nessa operação, sua brigada desempenhou um papel da maior importância. Preferiria felicitá-lo pessoalmente, e o farei, mas, enquanto não surge a oportunidade, enviei-lhe o seguinte bilhete:

Prezado B,

No desdobramento das contingências de “fogo e ação”, não tive o prazer de vê-lo durante os últimos quatro dias de luta, o que lamento. Mesmo em El Arish, onde acabava de estar, não o encontrei. Creio que estava com H.B.L. Desejava apenas duas coisas: a) vê-lo e saber como está passando “nestes dias” e, b) apertar-lhe a mão, como um camarada que observa, com o maior entusiasmo, as ações de sua brigada.

Quando vier a Telavive, rogo procurar-me. Se isso não for possível, tentarei vê-lo em El Arish.

Enquanto isso, Shalom.

* * *

Chegam-nos informações de várias fontes — inglesas, egípcias, e relatórios, elaborados pelos nossos pilotos — sobre batalhas e incidentes, ocorridos nos últimos dias, envolvendo belonaves britânicas, nossos próprios aviões de caça e navios de guerra egípcios.

O problema teve início com a fragata egípcia Domiat, que deveria ter transportado uma unidade militar do Egito, de Suez para Sharm e-Sheik, para reforçar, ali, sua guarnição. Nossa Força Aérea preparou-se para entrar em ação, mas um esquadrão naval britânico, que patrulhava a área meridional do Golfo de Suez, adiantara-se aos nossos aviões e, durante a noite de 1 de novembro, pusera a pique a Domiat.

O esquadrão britânico recolhera os sobreviventes e prosseguira patrulhando a região. À tarde do dia 3 de novembro, seus navios estavam no Estreito de Tirã, perto de Sharm e-Sheik. Justamente nessa hora, dois grupos de quatro Mystères, da nossa Força Aérea, levantaram voo para atacar um navio egípcio que fora avistado nas proximidades de Ras Natsrani, nove milhas ao norte de Sharm e-Sheik. O primeiro dos nossos Mystères atacou seu alvo e o navio, que deveria ser construído de madeira de má qualidade, partiu-se ao meio e afundou. Quando nossos aviões faziam uma volta, para retornar à base, os pilotos viram um grande vaso de guerra nas proximidades da costa. Impossibilitados de chegar mais perto, já que estavam com o combustível quase esgotado, eles transmitiram a informação ao segundo grupo de aviões, que os havia seguido. Quando esses quatro aviões chegaram ao local, viram uma esteira de espuma branca na superfície marinha, indicando que a belonave havia mudado o curso, e então se afastava, em velocidade, de Sharm e-Sheik. O comandante da esquadrilha não tinha dúvida sobre o que deveria fazer e qual era o seu dever naquele momento, e, apesar do intenso fogo dirigido contra seus aviões pela belonave, mergulhou e, com simples pressão de um botão, despejou todos os seus trinta e oito foguetes. Os outros três Mystères fizeram o mesmo. O vaso de guerra, sob ataque, era, entretanto, a fragata britânica Crane. Fora atingida, mas não gravemente, pois os foguetes não eram de penetração blindada. Os aviões atacantes, igualmente, nada sofreram, apesar do pesado fogo dos canhões da Crane.

A informação de um outro contratempo, ocorrido na mesma área, mas no dia anterior, quando um dos nossos Mystères fora derrubado, aparentemente se infiltrara na do incidente com a Crane. Em alguma seção do Serviço de Inteligência, os dois incidentes, então, se fundiram, tornando-se um só, e a derrubada do Mystère passara a ser atribuída à fragata Crane. A verdade é que não havia qualquer conexão entre os dois incidentes. A derrubada do Mystère é um caso isolado. Anteontem, 2 de novembro, ao meio-dia, um grupo de quatro Mystères levantara voo, para atacar alvos terrestres em Ras Natsrani em Sharm e-Sheik. Os aviões voavam a baixa altitude, e dois deles foram atingidos pelo fogo das baterias antiaéreas egípcias. Um dos aviões avariados conseguiu retornar à base, mas o segundo incendiou no ar e o piloto, o Major Benny Peled, saltou de paraquedas. O avião continuara voando ainda por alguns segundos e, em seguida, caíra e explodira. Benny fora atirado, pelo deslocamento de ar, na direção do campo egípcio e aterrissara cerca de uma milha e meia dos seus postos de defesa. Chocara-se violentamente contra o chão e ferira-se no joelho. Embora sofresse terríveis dores, refletira sobre o que o esperava se fosse capturado pelo inimigo, e, assim, arrastara-se por duas milhas e meia através da cadeia de montanhas, que se erguia a oeste da região. A unidade egípcia, que saíra a sua procura, limitara-se a dar uma busca rigorosa nas imediações do paraquedas abandonado, o qual, entretanto, não se encontrava onde Benny havia descido, pois um forte vento o levava para a direção oposta. Benny conseguira chegar a uma pequena colina, que ficava na raiz das montanhas. Quando chegara ao alto da colina, viu, com espanto, uma guarita militar a somente 200 jardas do local em que se encontrava. Sentados, ao lado dela, estavam dois soldados egípcios. Naquele momento, sentia-se extremamente exausto e decidira não fugir mais. Depois de algum tempo, um teco-teco se aproximara e fizera círculos sobre o Mystère incendiado. Benny fizera sinais com a cúpula do paraquedas, que levava consigo, mas o piloto não o vira e voara, perdendo-se na distância. Duas horas mais tarde, porém, o mesmo teco-teco voltara e, desta vez, fizera um largo círculo, aproximando-se das montanhas. A manobra permitira-lhe avistar Benny, que acenava, pedindo socorro. Apenas para se certificar, o piloto parara os motores, voara bem baixo e gritara: “Seu nome é Benny?” Ao perceber que, por sinais, ele confirmara sua identidade, o piloto dirigira o avião para a beira-mar, em busca de um local para pousar. Fê-lo a menos de 500 jardas do acampamento egípcio e, em seguida, acionando as hélices, levava o

aparelho na direção de Benny, enquanto este se arrastava ao seu encontro. O piloto e seu ajudante colocaram Benny no interior da cabina e alçaram voo rapidamente, retornando à base.

Vale uma menção especial a atitude dos dois soldados egípcios, que estavam sentados junto a guarita na colina. Durante a complicada operação de salvamento — sinais, acenos, gritos, aterrissagem, taxiamento do aparelho, arrastamento do piloto ferido, salvamento e levantamento de voo — os dois permaneceram sentados, encostados em seus rifles, em patético silêncio, observando com o maior interesse e não menor passividade tudo o que estava acontecendo.

O *Mystère* do Major Benny Peled foi o único dos nossos aviões a jato até agora derrubado. Perdemos outros nove aparelhos, todos, porém, de motor a pistão: sete Mustangs e dois Harvards. É interessante ressaltar que todos os nossos aviões derrubados o foram por ação de baterias antiaéreas de unidades terrestres, e nunca em qualquer combate aéreo; e que, a maioria deles — sete, em dez — se perdeu entre 30 e 31 de outubro, a saber, antes de as forças anglo-francesas entrarem em ação. O comandante das forças terrestres egípcias tem todo o direito de se queixar de que a aviação do seu país não se preocupa em proteger suas unidades de infantaria, obrigando-as a ter que enfrentar, sozinhas, os aviões de Israel.

Nossos aparelhos, de motor a pistão, foram atingidos porque fizeram numerosas incursões contra alvos terrestres inimigos a baixa altitude. Há a considerar, também, que eles eram pilotados geralmente por verdadeiros amadores, que não dispunham de qualquer experiência de combate, e que começavam a voar baixo mesmo antes de atingir o alvo, o que tornava mais fácil, para as baterias antiaéreas, enquadrá-los, com segurança, em suas miras.

Entre nossos pilotos — com exceção dos que integram o esquadrão de Pipers — seis saíram feridos e dois foram mortos. Um dos feridos caiu prisioneiro dos egípcios, mas os outros cinco retornaram à base: três por esforço próprio, e dois porque foram retirados do território inimigo por aviões de socorro.

O recorde de “longa distância” em fuga do território inimigo foi batido pelo Capitão Paz. Andou, e sua marcha prolongou-se por quase trinta horas até chegar às nossas linhas. Seu avião fora atingido pelo fogo de baterias antiaéreas no dia 31 de outubro, quando êle e dois outros pilotos de Mustangs atacavam uma coluna blindada na área de Bir Gafgafa. Ao perceber que sua pressão de óleo se aproximava do zero e uma fumaça preta começara a sair dos motores, subira até 1 300 pés, escolhera um pedaço de terreno mais ou menos plano, parara os motores e fizera uma aterrissagem de barriga. Em outras circunstâncias, talvez houvesse preferido saltar de paraquedas. Naquela hora, porém, julgara que o paraquedas atrairia a atenção dos soldados egípcios, que se encontravam nas imediações, e seria provavelmente morto, antes de chegar à terra.

Logo que seu avião parou, Paz o abandonara e se escondera entre a vegetação existente às margens de um rio seco. Ao perceber que não estava sendo perseguido, decidira começar a caminhar na direção de Bir Hassna, na esperança de encontrar ali alguma unidade israelense. Andou durante a noite inteira, chegando perto de Bir Hassna, um pouco antes da madrugada. A fim de evitar que se encaminhasse para o local errado, escondera-se atrás de uma colina, e aguardara que amanhecesse. Não se arrependera do que havia feito. Quando o dia surgiu, avançou na direção do acampamento, e logo verificou que estava repleto de soldados inimigos. Em face da situação, o que lhe restava fazer era prosseguir em sua marcha. Na segunda noite, mudara a direção. Ao invés de seguir no rumo meridional, tomara a direção nordeste, numa tentativa para chegar a Jebel Livni. E, de fato, após mais uma noite de exaustiva caminhada, atingira seu objetivo, recebendo as boas-vindas de soldados israelenses.

O principal problema, para quem viaja pelo deserto, é, na realidade, o da água. Como fazem todos os pilotos, Paz trazia consigo duzentos gramas de água — cerca de duas xícaras cheias — e um pacote de caramelos. Consumira a água nas duas horas seguintes ao desastre, pois no início de sua marcha tivera que subir uma íngreme colina, a fim de evitar Jebel Yalek, e quando chegara ao cume estava tão sedento que julgara melhor tomar uma boa golada de água, que lhe iria dar prazer, do que poupar o conteúdo do seu cantil, bebendo golinhos, de vez em quando, o que não lhe mataria a sede.

Para evitar tanto o calor como o perigo de encontrar soldados beduínos ou egípcios, Paz resolvera não caminhar durante o dia. Escondera-se, pois, entre os rochedos. Fizera um buraco na areia e, metendo-se nele, ali permanecera até a noite.

Vencera a sede, chupando os caramelos. Na realidade, quando regressara à base ele não cessava de elogiar as qualidades daqueles rebuçados, muito embora não tivessem que ser — dissera — necessariamente da qualidade mais ordinária, que fica agarrado no papel. Dividira as balas em duas rações e as reforçara com pequenas folhas de uma planta fresca do deserto, que germina no leito seco dos rios. As folhas eram amargas como fel, mas possuíam sumo, e a mistura de ambas era de sabor razoavelmente tolerável.

Paz percebera, igualmente, que, sobre a vegetação, coberta de poeira, formava-se, durante a noite, um orvalho especialmente espesso. Aparentemente, o orvalho se impregnava de partículas da poeira do deserto e, embora não se pudesse bebê-la ou sugá-la, aquela úmida solução barrenta poderia ser untada nas partes expostas do corpo — mãos, pescoço, testa — e servia como proteção. Quando o Capitão Paz chegara ao fim de sua jornada, ainda tinha quatro bombons guardados. Havia planejado, se não encontrasse soldados israelenses em Jebel Lívni, seguir até Kusseima. Com aqueles restantes quatro bombons, divididos em rações ainda menores, mais o suco amargo das folhas e a “loção” de orvalho empoeirado, poderia — segundo acreditava — caminhar outra noite inteira e, talvez, até mesmo duas, sem grandes dificuldades.

6 de novembro de 1956

Nas últimas quarenta e oito horas, as três campanhas chegaram ao seu clímax: a Operação-Kadesh, a internacional e a anglo-francesa.

No dia 3 de novembro, a Assembléia-Geral das Nações Unidas se reuniu, de novo, e o Secretário-Geral Dag Hammarskjöld abriu a sessão, anunciando que a Grã-Bretanha, a França e Israel haviam respondido negativamente à exigência daquele órgão, no sentido de um imediato cessar-fogo e da

retirada de suas forças. Por outro lado, ele informava, que o Governo do Egito havia comunicado sua aceitação às exigências e que estava pronto para ordenar ao seu Exército que cessasse suas ações militares.

A União Soviética, seus satélites e o bloco afro-asiático exigiram integral cumprimento da resolução da Assembléia por parte dos três agressores — Grã-Bretanha, França e Israel. O representante dos Estados Unidos, Henry Cabot Lodge, sugeriu a instituição de dois comitês internacionais. Um deles, para encontrar uma solução para o conflito Israel-Estados árabes e o outro, para resolver o problema de Suez. A sugestão, que mereceu a aprovação da Assembléia, foi a apresentada pelo ministro do Exterior do Canadá, Lester Pearson, que teve o apoio de Hammarskjöld. De acordo com esta proposta, uma força militar internacional seria instituída para assegurar o cumprimento das determinações contidas na resolução da Assembléia-Geral. O texto da proposta de Lester Pearson é o seguinte:

Levando-se em consideração a urgente necessidade de se facilitar a execução da resolução, aprovada pela Assembléia-Geral no dia 2 de novembro de 1956 (A/3256), a Assembléia solicita, como assunto de prioridade, ao secretário-geral que submeta à sua consideração, no prazo de quarenta e oito horas, um plano para a instituição, com a concordância das nações interessadas, de uma força internacional, de emergência, das Nações Unidas para assegurar e supervisionar a cessação das hostilidades, em obediência aos termos da acima citada resolução.

A Grã-Bretanha e a França, que haviam exigido uma supervisão internacional de Suez, não se poderiam opor à sugestão canadense e, assim, estas duas nações, juntamente com Israel, abstiveram-se de votar. Mesmo para o Egito, ela representava, nas atuais circunstâncias, o menor de dois males, e o seu representante, igualmente, se absteve. O bloco soviético, a Nova Zelândia e a África do Sul também se abstiveram e, em face disso, a resolução foi aprovada, sem oposição de votos, mas com dezesseis abstenções. A aprovação dessa resolução não impediu, naturalmente, que a Índia propusesse, e a Assembléia aprovasse outra resolução, reiterando o

apelo feito a todas as partes empenhadas na luta, no sentido de que cumprissem imediatamente a resolução das Nações Unidas, de 2 de novembro, sobre um cessar-fogo e sobre a retirada militar.

Quase no encerramento da sessão da Assembléia, que foi adiada para as primeiras horas do dia 4 de novembro, verificou-se uma renovação de pressão sobre a Grã-Bretanha, a França e Israel, para que declarassem sua aceitação das resoluções das Nações Unidas. O representante de Israel solicitou a palavra e anunciou que seu governo “concordava com um cessar-fogo imediato, desde que uma atitude semelhante fosse tomada pelo Egito”. Acredito que o nosso representante presumia que, até que a resposta do Egito chegasse, nós já teríamos conseguido capturar Sharm e-Sheik. E, mesmo que o cessar-fogo entrasse em vigor, com um atraso de algumas horas, isso não seria tão mau. A questão importante era que, em princípio, havíamos anunciado nossa disposição de cumprir as resoluções da ONU.

Os Governos da Grã-Bretanha e da França, entretanto, quase perderam a serenidade, quando tomaram conhecimento da declaração do delegado de Israel. Afinal de contas, haviam repetidamente anunciado que o único propósito da penetração de suas forças na Zona do Canal era separar os exércitos beligerantes de Israel e do Egito e, agora, se os dois combatentes sustam a luta, que justificativa existe para a intervenção anglo-francesa? Nestas circunstâncias, a situação do primeiro-ministro britânico torna-se particularmente difícil. A opinião pública inglesa é contra a guerra no Egito e essa oposição se está avolumando diariamente, explodindo em demonstrações de rua, com gritos de que “Eden se deve demitir!” A Grã-Bretanha pediu à França, então, para fazer valer todo o peso de sua influência para nos persuadir a retirar nossa declaração, concordando com o cessar-fogo. A França agiu nesse sentido. Pediu-nos que não fizéssemos nada que pudesse comprometer as vacilantes bases em que se apoiava a posição de Eden, em relação a Suez. Como nossos amigos, os franceses explicaram, se nós não atendêssemos à solicitação da Grã-Bretanha, Eden seria obrigado a abandonar completamente seu plano militar sobre Suez.

Após reexaminar e pesar todos os fatores, Ben Gurion decidiu responder à solicitação francesa e, ao meio-dia de 4 de novembro, nosso representante na ONU fez uma notificação a Hammarskjold de que sua declaração,

perante a Assembléia, não havia sido apropriadamente compreendida. O que quisera dizer era que, no momento, existia um cessar-fogo de fato, nas linhas de luta. No que dizia respeito ao cumprimento, por parte de Israel, da resolução da Assembléia, o assunto estava condicionado ao recebimento de respostas satisfatoriamente positivas às seguintes cinco perguntas:

1 — Existe um acordo, claro e inequívoco, de parte do Governo do Egito sobre um cessar-fogo?

2 — O Egito ainda se encontra na posição, declarada e sustentada por suas autoridades, pelo período de anos, de que está em estado de guerra com Israel?

3 — O Egito acha-se disposto a entabular negociações imediatas com Israel, tendo em vista o estabelecimento da paz entre os dois países, como sugerido no memorandum do Governo de Israel, de 4 de novembro, ao secretário-geral das Nações Unidas?

4 — Concorde o Egito com a cessação do boicote econômico contra Israel e com a suspensão do bloqueio da navegação israelense através do Canal de Suez?

5 — Compromete-se o Egito a retirar as hordas de fedayun, sob seu controle, dos outros Estados árabes?

Embora Ben Gurion houvesse atendido à solicitação do Governo francês, mesmo assim ficara muito irritado. Se a Grã-Bretanha e a França tivessem desejado explorar o fato de que as hostilidades haviam irrompido entre Israel e o Egito, eles tinham tido seis dias para fazê-lo — de 29 de outubro a 4 de novembro — durante os quais verificaram-se choques entre as forças israelenses e egípcias nas proximidades da margem oriental do Canal de Suez. Entretanto, durante todo esse período o Exército Britânico se ocupara com seus meticulosos preparativos para a Operação-Mosqueteiro, como se a questão tempo não o preocupasse. Agora, quando a Assembléia das Nações Unidas fazia um apelo em favor do cessar-fogo, é que a Grã-Bretanha vinha solicitar a Israel que rejeitasse o apelo em favor de sua (da Grã-Bretanha) conveniência política. Israel havia feito todo o possível, realizara um supremo esforço, para concluir a campanha antes que pudesse

entrar em grave conflito com as resoluções da ONU — e havia, de fato, conseguido esse objetivo. Naturalmente, Israel não dispunha de outra alternativa, senão recusar a exigência para que fizesse recuar suas forças para as linhas do armistício, mas podia, pelo menos, ter concordado com a segunda exigência da resolução — o cessar-fogo. No fim, ainda teria que agravar seus problemas, rejeitando até a segunda exigência, o que, por si mesmo, não havia necessidade de fazê-lo.

O que predispuera Ben Gurion a concordar fora, sem dúvida, não somente o desejo de atender à solicitação da França — que, nos últimos anos, tem demonstrado tão sincera amizade a Israel — mas também o fato de que ele fora influenciado pelo frio raciocínio de que seria melhor, para o seu governo, não aparecer sozinho, no cenário internacional, como um agressor, que perturba a paz e ignora as decisões das Nações Unidas. Seria melhor que a Grã-Bretanha e a França estivessem ao seu lado, em relação ao problema.

O assunto, entretanto, não terminou aí. Os franceses perceberam que a oportunidade política, que se lhes oferecera, estava próxima do fim e que, se desejassem desembarcar suas forças em território egípcio, teriam que fazê-lo imediatamente. O ministro da Defesa da França, Bourges-Maunoury, e o ministro do Exterior, Christian Pineau, voaram, então, para Londres. Iriam tentar, pela última vez, convencer o Governo britânico a antecipar a data do desembarque. Desta vez, os ingleses, pelo menos aparentemente, deram a impressão de que tinham compreendido que a décima segunda hora havia, de fato, chegado, mas passaram a procurar uma fórmula que pudesse justificar a ação, que iam empreender, aos olhos do mundo. A fórmula, sobre a qual os ingleses e os franceses concordaram, era inevitavelmente, em detrimento dos interesses de Israel. A resposta, entregue pela Grã-Bretanha e pela França ao secretário-geral das Nações Unidas, em consequência da resolução de 4 de novembro da Assembléia-Geral, incluía a seguinte sentença: “Os dois Governos continuam a acreditar que se faz necessária a interposição de uma força internacional, para evitar o prosseguimento das hostilidades entre o Egito e Israel, para assegurar a rápida retirada das forças de Israel, e para tomar as indispensáveis providências, no sentido de remover os obstáculos opostos ao tráfego

através do Canal de Suez, assim como para promover uma solução dos problemas daquela area.

A frase sobre a retirada das forças de Israel fora incluída por insistente exigência dos ingleses e os franceses aquiesceram, porque estavam dispostos a endossar qualquer gênero de fórmula, desde que pudessem fazer com que os ingleses se mexessem e decidissem levar a efeito o desembarque no Egito.

Ben Gurion, que nunca se surpreende em face de qualquer nova manifestação da hipocrisia britânica, lamentou, profundamente, que os franceses houvessem concordado com aquele texto que apresenta Israel, em face do mundo, como um agressor, contra quem, eles, os franceses e os ingleses, devem agir militarmente, a fim de assegurar sua retirada para dentro de suas próprias fronteiras. E isso fora feito quando Israel, poucas horas antes, havia concordado, em face de uma urgente súplica da Grã-Bretanha, tendo por objetivo aliviar-lhe os problemas, em retirar sua declaração de aceitação do cessar-fogo. Não sem amargura, Ben Gurion enviou ao nosso representante em Paris, para ser levado à consideração do Governo francês, o seguinte telegrama:

Li, com espanto, seu telegrama sobre texto resposta anglo-francesa a Hammarskjöld. Eles não têm autoridade fazer tal declaração e estou surpreendido nossos amigos França sejam parte naquela proposta. Será ato inamistoso em relação a nós, se justificam seu desembarque Suez como proteção contra Israel e nenhuma declaração parte deles tem vinculação conosco. Insistimos com toda amizade que não tomem tal atitude.

A única saída que o primeiro-ministro da França julgou possível, em face das circunstâncias, foi instruir seu representante nas Nações Unidas que a interpretação oficial da declaração anglo-francesa, sobre a retirada das forças de Israel, era que se tratava da retirada da Zona do Canal de Suez. Essa interpretação não satisfez Israel e nem dissipou o ambiente de ressentimento. No que diz respeito à Grã-Bretanha e à França julgamos

duvidoso que esse ato desesperado, agarrando-se a uma ninharia, irá ajudá-los a sair do pântano.

De qualquer modo, ontem, 5 de novembro, pela madrugada, surgiram os sintomas e após tão demorada incubação, dois pintos finalmente arrebutaram o ovo. Um batalhão de paraquedistas franceses aterrissou e capturou as pontes que ligam Porto Said ao continente, e um outro britânico, também de paraquedistas, apoderou-se do aeroporto de Gamil, em Porto Said.

Entretanto, nesse meio tempo, alguma coisa diferente acontecera. A União Soviética, que a princípio agira com certa reserva — talvez em face do levante húngaro, que ocorrera na mesma ocasião —, decidiu que chegara o momento de agir com violência e seu presidente, o Marechal Bulgania, enviou desabridas e ameaçadoras notas à Grã-Bretanha, à França e a Israel. As notas foram entregues ontem, à noite, 5 de novembro, e a dirigida a Israel estava concebida nos seguintes termos:

Senhor primeiro-ministro,

O Governo soviético já manifestou sua irrestrita condenação à agressão de Israel, assim como da Grã-Bretanha e da França, ao Egito, o que constitui uma direta e flagrante violação da Carta e dos princípios das Nações Unidas. Por ocasião da reunião de emergência da Assembléia-Geral, a grande maioria dos países do mundo condenara, igualmente, esse ato de agressão levado a efeito contra a República do Egito e dirigiu um apelo aos Governos da Grã-Bretanha, da França e de Israel, no sentido de que fizessem cessar, sem demora, as operações militares, e que retirassem os exércitos invasores do território egípcio. Todos os povos, amantes da paz, condenam indignadamente os atos criminosos dos agressores, os quais violaram a integridade territorial, a soberania e a independência da República egípcia.

Sem tomar conhecimento dessa reação, o Governo de Israel, agindo como instrumento de forças imperialistas externas, persevera na insensata aventura, e, nestas condições, lança um desafio a todos os povos orientais

que vêm lutando contra o colonialismo e a favor da liberdade e da independência das nações do mundo, amantes da paz.

Os atos praticados pelo Governo de Israel demonstram claramente o valor que se deve atribuir a todas as suas falsas declarações a respeito do espírito pacifista de Israel e suas aspirações de coexistência pacífica com os Estados árabes, seus vizinhos. Nessas declarações, o Governo de Israel tem por objetivo, tão-somente, distrair a vigilância dos outros povos, enquanto prepara um traiçoeiro ataque aos seus vizinhos, em obediência a uma imposição estrangeira e agindo de acordo com ordens vindas de fora.

O Governo de Israel está brincando, criminosa e irresponsavelmente com o destino da paz e com o futuro do seu próprio povo. Está semeando ódio ao Estado de Israel entre os povos orientais, o qual não pode senão deixar sua marca sobre o futuro do país, e que colocando um ponto de interrogação em relação a sua própria existência, como Estado. Vitalmente interessado na preservação da paz e na manutenção da tranquilidade no Oriente Médio, o Governo soviético está tomando providências, neste momento, para pôr um termo à guerra e para reprimir os agressores.

Sugerimos que o Governo de Israel considere, antes que seja tarde, a necessidade de sustar suas ações militares contra o Egito. Fazemos um apelo a Vossa Excelência, ao Parlamento, aos operários do Estado de Israel — enfim a todo o povo israelense — que façam cessar a agressão, que impeçam o derramamento de sangue e que retirem seus exércitos do território egípcio.

Em face da situação que foi criada, o Governo soviético decidiu ordenar ao seu embaixador em Telavive que deixe Israel e regresse imediatamente a Moscou. Esperamos que o Governo de Israel compreenderá e considerará, em sua justa significação, esta nossa notificação.

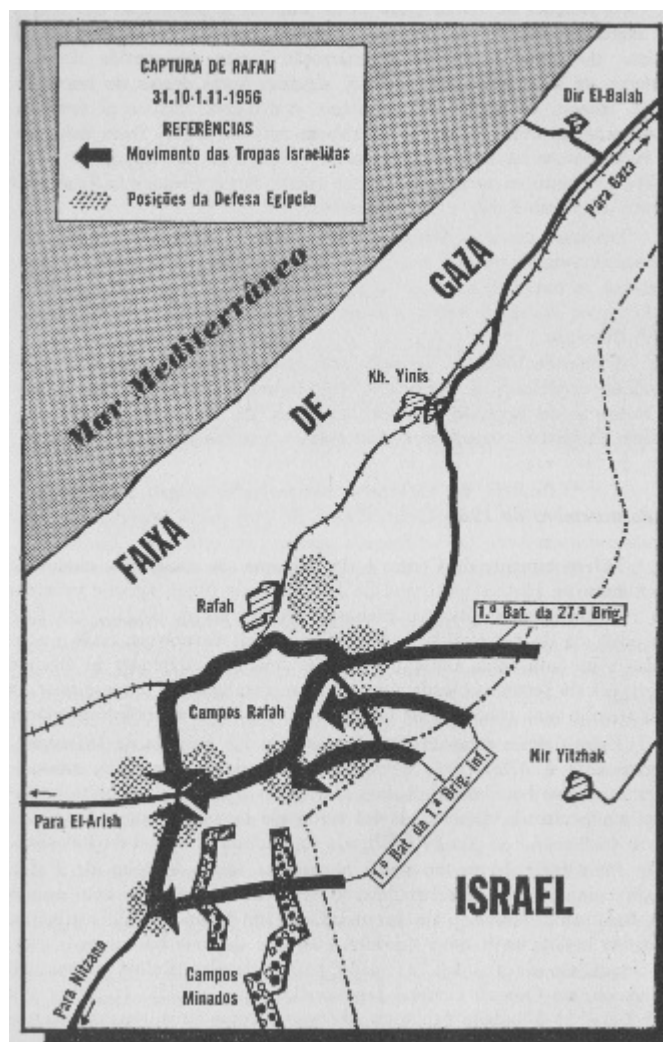
N. Bulganin

Ben Gurion não ocultou sua profunda preocupação, em relação à atitude soviética e nem procurou disfarçar a plena gravidade de sua significação.

Entretanto, sua reação não foi a de quem se sentisse atemorizado. Não entrara em pânico. O efeito emocional do ultimato soviético provocara justamente um efeito contrário — estimulou-o para a luta. O que especialmente o irritara, porém, era a diferença entre as cartas enviadas à Grã-Bretanha e à França e a que fora endereçada a Israel. A que viera a nossas mãos estava concebida em termos de desprezo e de escárnio, e ameaçava a própria existência de Israel. Já as mensagens dirigidas à França e à Grã-Bretanha, conquanto contivesse, igualmente, a ameaça, clara e explícita, de utilização de força militar e de bombardeio com mísseis balísticos, o que era uma bazófia, não revelava qualquer pretensão de interferir nos assuntos relacionados com a independência política daquelas nações e nada existia da grosseira zombaria que caracterizava o texto do ultimato a Israel.

Senti-me muito satisfeito com a fria compostura com a qual Ben Gurion interpretou esta nova fase do problema. Conheço muitas pessoas que poderiam desempenhar as funções de primeiro-ministro, se Ben Gurion não estivesse no cargo, mas cujas reações, em face de uma tal situação, revelariam mais do que uma ligeira demonstração de pânico.

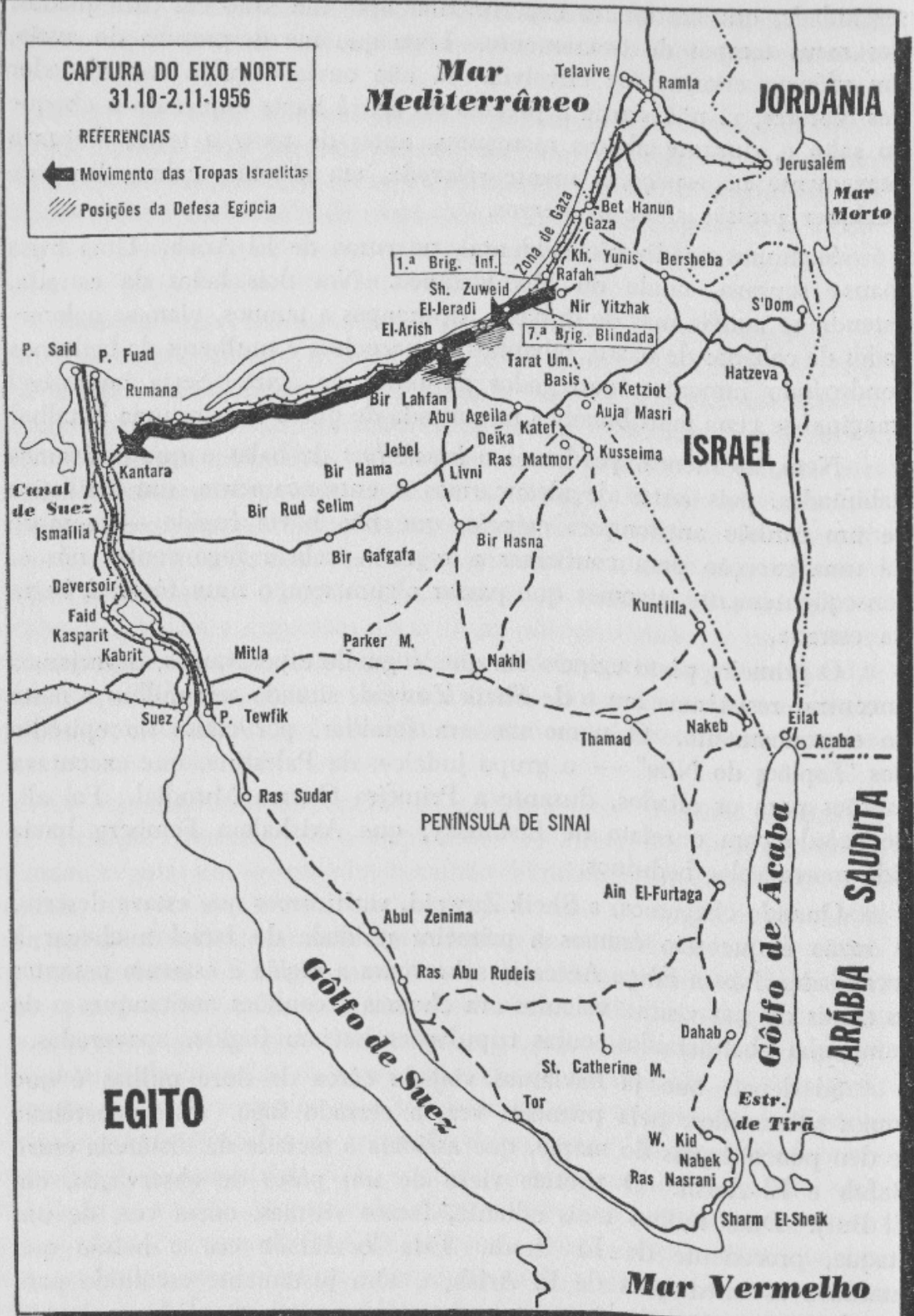
A verdade, porém, é que não teve a menor importância que as mensagens ameaçadoras da Rússia, em face da situação na Hungria, houvessem sido retardadas até hoje, 5 de novembro — doze horas depois que o último tiro fora disparado na Operação-Kadesh. Entretanto, quem poderá dizer se esta Campanha do Sinai teria sido desencadeada se aquelas mensagens, ao invés de chegarem agora, tivessem sido enviadas à Grã-Bretanha, à França e a Israel, antes de 29 de outubro?

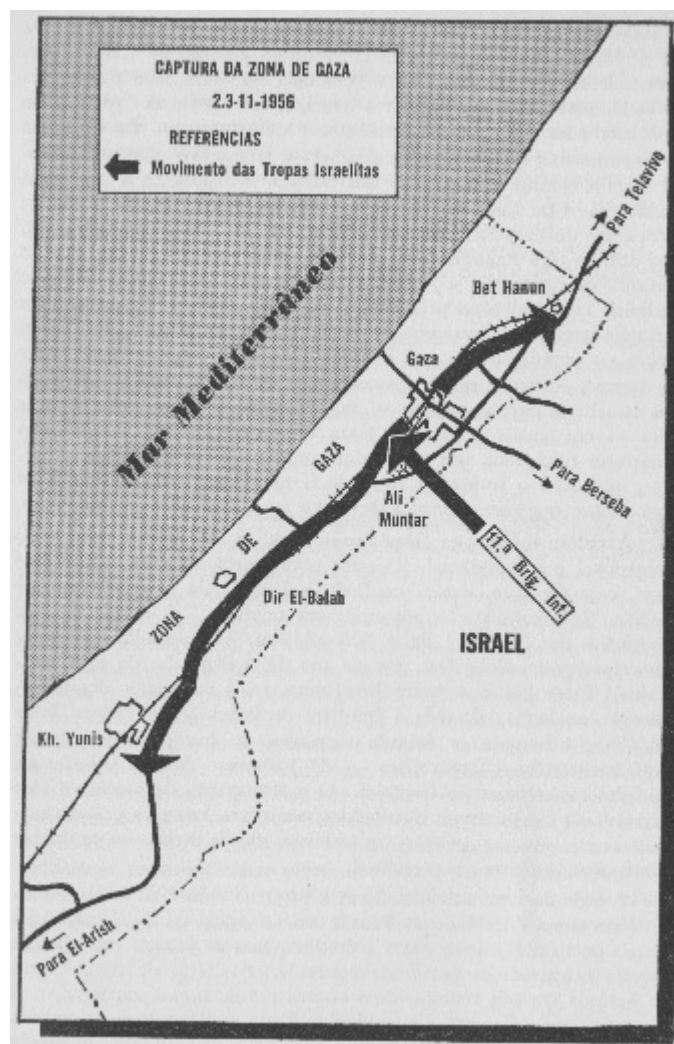


CAPTURE DO EIXO NORTE
31.10-2.11-1956

REFERENCIAS

- ← Movimento das Tropas Israelitas
 // Posições da Defesa Egípcia





8. Sharm e-Sheik

6 de novembro de 1956

Durante o dia 4 de novembro e na noite que se seguiu, recebemos informações contraditórias sobre o progresso na Nona Brigada, em sua tarefa de capturar Sharm e-Sheik. Por duas vezes, fomos cientificados de que a cidade fora tomada e encontrada vazia e, mais tarde, circulara a notícia de que apenas Ras Natsrani havia sido evacuada e que toda a força egípcia estava concentrada em Sharm e-Sheik. Mesmo um comandante de exército, mais experimentado do que eu, teria perdido a paciência. Resolvi levantar voo no dia seguinte — ontem — num Dakota, para Tor e, dali, tomar um Piper e ir ao local, onde se encontrava a Nona Brigada. Desejava assegurar que o ataque a Sharm e-Sheik seria preparado no mesmo dia. Estava absolutamente certo de que isso seria feito mesmo sem minha presença, mas não desejava ter qualquer dúvida a esse respeito. Agora que o batalhão de paraquedistas está em Tor, menos de sessenta e cinco milhas a oeste de Sharm e-Sheik, e que a Nona Brigada, com todas as suas unidades, ultrapassou Ras Natsrani e já teve suas primeiras escaramuças com os postos avançados, situados ao norte de Sharm e-Sheik, nós devemos atacar e capturar imediatamente esta posição, que é a mais meridional do sistema defensivo egípcio.

Parti, bem cedo, pela manhã, e, após duas horas de voo, cheguei a Tor. De acordo com o que fora combinado, um Piper deveria aguardar-me ali, a fim de me levar até a Nona Brigada. Infelizmente, o aviãozinho ainda não havia chegado. Em outras circunstâncias, teria ficado encantado se pudesse ter uma hora livre e escapar, por um breve espaço de tempo, à rotina militar. Naquela hora, porém, estava preocupado apenas com uma idéia — a captura de Sharm e-Sheik.

O Batalhão de Paraquedistas já não se achava ali. Deixara Tor antes do amanhecer, às 3h30m — com o objetivo de se apoderar da entrada meridional de Sharm e-Sheik, que é fechada pelo sul e pelo oeste por montanhas.

Depois de uma hora de vã expectativa, decidi não esperar mais pelo Piper. Abandonei meu plano de chegar até a Nona Brigada e, ao invés de voar, seguiria de automóvel, numa tentativa de alcançar os paraquedistas. Este batalhão era poderoso, compreendendo quatro companhias — uma, em veículos de meia esteira e três, em caminhões. Esta unidade era considerada a nossa força mais eficiente, e ela se esforçava por manter esse renome. Resolvi, então, que, se Sharm e-Sheik ainda não houvesse sido tomada pela Nona Brigada, daria ordem aos paraquedistas para que a atacassem e tentassem capturá-la sozinhos.

O ajudante-de-ordens do meu chefe de operações, que estava em minha companhia, saiu para providenciar transporte e uma escolta, enquanto eu aguardava no aeroporto. Depois de uma hora, ele retornou, com três veículos e diversos soldados do batalhão de reservistas, que guarnecia Tor. Tomamos as viaturas — só havia um carro de comando e duas camionetas civis — e partimos.

A estrada era boa, mas os carros eram horríveis, e tínhamos receio de sobrecarregá-los com uma marcha veloz, já que, na certa, não resistiriam. No início da viagem, não encontramos viva alma no trajeto. A faixa preta da estrada, estendia-se, reta, a nossa frente, tendo à direita as águas do Golfo de Suez e à esquerda, além da areia, uma cadeia de montanhas. Depois de havermos percorrido cerca de 48 km — mais ou menos a metade do percurso — começamos a encontrar soldados egípcios, isoladamente ou em pequenos grupos, vindos da direção de Sharm e-Sheik. Esses soldados, que eram do batalhão da Guarda Nacional, haviam começado a fugir da cidade, na noite anterior. De vez em quando, encontrávamos, também, mortos e feridos, largados à beira da estrada — naturalmente baixas infligidas pelos nossos paraquedistas, em encontros casuais, pois que haviam passado por ali poucas horas antes. Quanto mais perto chegávamos de Sharm e-Sheik, maior número de soldados encontrávamos. Ordenei à escolta que, se fôssemos alvejados por tiros isolados, não procurasse revidar. A última

coisa que desejava, naquela hora, era ficar retido entre Tor e Sharm e-Sheik e envolver-me em escaramuças com soldados egípcios em fuga.

Deixei o assento ao lado do motorista — já que dali não podia ver o que se passava em ambos os lados da estrada — e subi na traseira aberta do veículo, onde, ficando de pé, dispunha de uma visão de conjunto do que nos cercava. Naturalmente dispúnhamos de qualquer meio para evitar que egípcios, escondidos entre a vegetação ou numa dobra de terreno, despejassem rajadas de metralhadora contra nós. Felizmente, isto não aconteceu.

O inteiro cenário — embora estivéssemos, ainda, no meio do dia — apresentava um caráter de pesadelo. O escaldante sol do deserto ardia, com inclemência. Podia-se observar, olhando-se para a frente, a ofuscação do calor elevando-se do asfalto derretido da estrada. Os soldados egípcios, em uniformes cáqui, fundiam-se com o cenário arenoso e somente, quando muito próximos, é que poderiam ser vistos, perdidos entre as dunas. Não havia dúvida de que sabiam que éramos israelenses, mas nem atiravam contra nós e nem procuravam se esconder. Simplesmente, deixavam que passássemos — seus rostos refletindo debilidade e exaustão. Os feridos se arrastavam com dificuldade, parando a cada instante, e os que se encontravam na estrada nem se preocupavam em sair para um lado, para que os veículos passassem. Os motoristas é que tinham de manobrar, para evitar um atropelamento.

Apesar de tudo, eu não deixava de pensar que, se alguma coisa acontecesse e me obrigasse a ficar na estrada, seria o fim. Éramos apenas uns poucos. Estávamos expostos e vulneráveis. Mesmo se os egípcios apenas usassem suas mãos nuas, seríamos feitos em pedaços. Sabia que nossa possibilidade de chegar a Sharm e-Sheik dependia, tanto de não sermos alvejados no caminho, quanto de não pararmos, um momento que fosse, entre a horda de fugitivos. Assim, cada vez que passávamos por um grupo de egípcios, acelerávamos a marcha dos veículos, de forma que, se compreendessem o que haviam visto, não teriam tempo de apontar as armas e atirar.

Finalmente, a estrada fez uma curva e se inclinou na direção das montanhas. Pude, então, respirar outra vez. Não longe, divisei os caminhões e os veículos de meia esteira do batalhão de paraquedistas. O comandante

da companhia encarregado de proteger a estrada recém-capturada, disse-me que o batalhão se havia apoderado, às 5 horas, do desfiladeiro meridional, que levava a Sharm e-Sheik. Às 6h30m, um Piper, vindo do local onde se encontrava a Nona Brigada, sobrevoara o batalhão e pediu que a unidade avançasse até um ponto acerca de 2 mil jardas de Sharm e-Sheik. O comandante, entretanto, decidira penetrar na localidade. O batalhão então avançara, com os veículos de meia esteira à frente, logo seguidos pela companhia motorizada. A resistência não fora grande, pois a Força Aérea dera poderoso e efetivo apoio. E, por volta das 9h30m, o comandante do batalhão, com os primeiros veículos de meia esteira, atingira a entrada da cidade. Enquanto isto, as posições de defesa que dominavam a área caíam em poder da Nona Brigada.

Após ouvir essa informação de beira de estrada, avancei para a base egípcia. A visão que se me apresentou aos olhos era um misto de campo de batalha e de cenário deslumbrante. O Porto de Sharm e-Sheik, na ponta meridional da Península do Sinai — onde o Golfo de Suez e o Golfo de Acaba se encontram e se juntam com o Mar Vermelho — oferecia uma das mais espetaculares vistas que já me foi dado contemplar. As águas eram de um azul profundo (prisioneiros egípcios advertiram-me de que seria perigoso nadar ali por causa dos tubarões) e estavam emolduradas por colinas de rochas carmezim. Mesmo os edifícios na costa, com a mesquita branca e o seu enorme minarete, davam a impressão de um pedaço do país das maravilhas escondido entre soberbas montanhas.

No terreno, entretanto, ainda existiam sinais frescos de batalha. Dos postos de defesa e dos depósitos, que haviam sido bombardeados pela Força Aérea, elevavam-se grossos rolos de fumaça. Numerosas carretas Bren, algumas avariadas e outras ainda utilizáveis, jaziam espalhadas, em confusão, na zona portuária. E soldados da Nona Brigada eram vistos, escalando as vertentes circunvizinhas, com as armas embaladas, reunindo prisioneiros e fazendo a limpeza da área.

* * *

A missão mais ambiciosa da Operação-Kadesh foi, indubitavelmente, a confiada à Nona Brigada. Essa missão dividia-se em duas fases. Em primeiro lugar, a Brigada teria que empreender uma marcha de 185 milhas, através do território inimigo, por uma região sem qualquer estrada. E, em segundo lugar, assaltar uma posição, fortemente guarnecida com dois batalhões, fortificada e organizada para resistir a um longo sítio. Em face de tantos desafios, a unidade poderia sofrer graves revezes, e até mesmo fracassar.

Seus comboios eram integrados por 200 veículos e quase 1 800 homens, compreendendo dois batalhões de infantaria, uma bateria de artilharia, um batalhão de morteiros pesados, uma unidade de reconhecimento, um grupo de defesa antiaérea e destacamentos de engenharia, de mecânicos e de serviços. Era uma força autossuficiente: transportava seus próprios suprimentos. Dispunha de gêneros alimentícios para cinco dias, combustível para 375 milhas e suficiente quantidade de água — guardada em dezoito veículos-tanques — em condições de proporcionar cinco litros diários a cada soldado e quatro a cada veículo, pelo período de cinco dias. No curso de sua marcha ou durante a batalha ser-lhe-ia impossível receber reforços. A Nona Brigada era, pois, uma força expedicionária, que teria que confiar apenas em si mesma e que, portanto, necessitava de obter êxito em sua missão. Se capturasse seu objetivo — Sharn e-Sheik — teria à sua disposição um porto, um aeródromo e uma estrada aberta para Israel. Se fosse bloqueada em sua marcha, ou derrotada em combate, estaria isolada. Não lhe seria possível retornar para Israel, pelo mesmo caminho. Teria que enfrentar dificuldades insuperáveis. Não somente não disporia da água necessária do combustível indispensável e nem de peças sobressalentes, mas, ainda, existiam enormes trechos, ao longo da rota, que só ofereciam tráfego do norte para o sul, mas não em sentido contrário. Eram as rampas de areia, que apenas eram vencidas de cima para baixo.

Do ponto-de-vista político, o controle do Estreito de Tirã era de suprema importância para nós. Este era, na realidade, o principal objetivo da campanha. Se a luta houvesse terminado quando tivéssemos em nosso poder toda a Península do Sinai, mas não Sharn e-Sheik, o bloqueio egípcio da navegação de Israel, através do Golfo de Acaba, persistiria; e isto teria significado que havíamos perdido a campanha.

O elemento tempo, também, era crucial. Será justo interrogar se Israel teria continuado a luta, em violação das resoluções das Nações Unidas, quando mesmo potências, como a Grã-Bretanha e a França, viram-se eventualmente compelidas a aceitar a decisão da ONU e a sustar suas operações militares? É concebível, portanto, que, se os egípcios houvessem detido a Nona Brigada durante sua marcha ou se tivessem resistido, por alguns dias, a seus ataques contra suas posições no sul, uma situação política ter-se-ia criado no cenário internacional, em consequência da qual Israel teria sido forçado a suspender a luta, antes mesmo de tomar posse de Sharrn e-Sheik. A importância especial do Estreito de Tirã, as dificuldades militares que sua captura envolvia e as prováveis complicações políticas daí decorrentes nunca estiveram ausentes das preocupações do Estado-Maior. Levando-se em conta todos esses problemas, foi que planejamos o avanço dos paraquedistas de Mitla para Sharrn e-Sheik, através de Tor. Se a colocação de uma formação adicional em ação, para realizar aquela tarefa — mas agindo independentemente da Nona Brigada — foi uma medida certa do ponto-de-vista do GQG, ela, entretanto, não solucionou os problemas da Brigada, já que, na oportunidade, esta somente foi ajudada pelos paraquedistas no último dia, quando a batalha pela conquista de Sharrn e-Sheik encontrava-se no auge.

A Brigada atacou aquele posto guarnecido, no dia 5 de novembro, em vez de 3 do mesmo mês, como fora estabelecido no plano. A razão para esse atraso é de duas naturezas. Em primeiro lugar, é que, como resultado do adiamento do bombardeio dos aeroportos egípcios, pela força anglo-francesa, o início da marcha da Nona Brigada, também, começara um dia mais tarde. Em segundo lugar, foi porque grande parte da rota que a Brigada teve que seguir era muito pior do que havíamos pensado e a média de deslocamento da coluna foi inferior ao que fora calculado.

A marcha processou-se com a maior facilidade ao longo da primeira seção, isto é, de Ras en-Nakeb ao Oásis de Ain Furtaga. Nesse trecho, o comboio avançou numa velocidade média de treze km por hora e no dia 2 de novembro, cobriu o percurso de quase cem km em 13 horas. Durante essa parte da jornada, igualmente, nada de adverso aconteceu e, com exceção de um veículo que uma patrulha egípcia abandonara, no dia anterior, quando

encontrara nossa unidade de reconhecimento, não se constatou qualquer sinal do Exército Egípcio.

Entretanto, logo depois de Ain Furtaga começara a parte mais dura do percurso. Os quinze km seguintes eram de morro — uma das poucas seções montanhosas na direção norte-sul — e a estrada atravessava areias profundas, as quais, com exceção dos veículos de meia esteira, nenhuma viatura poderia atravessar, sem ser rebocada. As peças mais difíceis de ser levadas eram os canhões de campanha, que afundavam na areia até o eixo. Mas mesmo em relação aos outros veículos, os pneus tinham que ser esvaziados, de forma que as rodas agarrassem melhor. A velocidade média do comboio, ao longo desse trecho, de Ain Furtaga até a próxima parada — a vertente — foi de quatro km por hora, e mesmo esse recorde só foi conseguido por extremos esforços de se empurrar e se rebocar, tanto a mão, como com a ajuda de um veículo de meia esteira, as unidades que não conseguiam vencer o chão movediço. A Brigada atingiu a vertente — o pico de subida, depois do qual era só quase descida — duas horas após a meia-noite. Oito veículos, que haviam ficado presos na areia e não poderiam ser removidos rapidamente, foram abandonados, depois que era tirado deles o que pudesse ser removido. Os soldados estavam extremamente cansados.

Mesmo o próximo trecho tinha uma extensão de cinco milhas, puramente de areia, mas, então, com a vertente já deixada atrás, o comboio deslizou numa descida suave e seus veículos se movimentavam com relativa facilidade. O comboio cobriu os quarenta km seguintes em cinco horas e, um pouco antes do meio-dia — 3 de novembro — alcançara Dahab, o maior oásis do Golfo de Acaba.

A unidade da guarnição egípcia de Dahab foi o primeiro destacamento inimigo encontrado pela Brigada. Era integrado por dez soldados-cameleiros, e possuía um rádio transmissor. Ocupava um acampamento de tendas à beira-mar e tinha por missão patrulhar a área e comunicar o que julgasse anormal ao quartel-general, em Sharm e-Sheik. Unidades similares estavam estacionadas nas ilhas de Tirã e de Sanapir — doze soldados, cada uma — e em Teba e Boasit, no golfo, entre Eilat e Dahab. Quando a unidade de reconhecimento da Brigada chegou, o destacamento egípcio se separou. Um grupo de três soldados ocultou-se entre a vegetação próxima

da estrada e, quando os escoteiros de reconhecimento começaram a vasculhar a área, um deles — um sudanês — disparou sua arma, matando um e ferindo outro dos nossos soldados. Não conseguiu disparar o terceiro tiro. Um outro escoteiro, tendo visto o cano de um rifle emergindo da vegetação, descarregou sua submetralhadora Uzi contra o local, silenciando, para sempre, o sudanês.

Os restantes sete soldados inimigos esconderam-se numa tenda. Outra vez, nossos homens cometeram o mesmo erro, penetrando nas tendas, para revistá-las, sem antes disparar suas armas. Quando entraram na que se encontravam os camaleiros, um deles os recebeu, atirando-lhe uma granada de mão. Dois israelenses foram mortos e um ficou ferido. Os egípcios fugiram, mas logo foram alcançados por rajadas de metralhadoras.

Em Dahab, a Brigada teve a oportunidade de gozar seu primeiro descanso. Os soldados podiam tomar banho nas águas da abundante fonte e tirar uma soneca à sombra das tamareiras e das tamargas. Os veículos, igualmente, requeriam manutenção e reabastecimento. Durante a noite, duas lanchas de desembarque da Marinha chegaram ao local, de acordo com os planos, e levando enorme suprimento de combustível. Sua chegada fora muito oportuna, pois, em face das inesperadas dificuldades encontradas no caminho, uma quantidade muito maior de combustível fora consumida, o que já começara a inquietar os responsáveis pelo comboio.

A Brigada iniciou a terceira etapa do seu percurso às 18 horas do dia 3 de novembro, chegando à sua próxima parada, o Rio Kid, seco, às 2 da manhã. O mais sério problema surgido ali, era o de atravessar o trecho rochoso, que se iniciava logo adiante. A estrada não passava de um “trilho de cabrito”, que torcicolava através da encosta da montanha, de largura inferior a duas jardas e, em alguns lugares, ainda mais estreita. Além disso, apresentava-se toda salpicada de blocos de pedra. A única providência a tomar, seria alargar a passagem e fazer explodir os blocos que obstruíam o caminho. Os engenheiros da Brigada se encarregaram de fazer funcionar as bananas de dinamite, e o resto dos soldados foi mobilizado para as ações correlatas: empurrar e arrastar os veículos imobilizados na areia, remover os estilhaços das rochas dinamitadas e aplinar o leito da estrada.

Aparentemente os egípcios sabiam que aquele estreito desfiladeiro no Rio Kid era o trecho mais difícil de ser vencido. Quando a unidade de reconhecimento — que sempre seguia à grande distância à frente do comboio — chegara acerca de pouco mais de uma milha da saída daquela garganta, fora surpreendida por uma emboscada. O primeiro jipe voara pelos ares, em consequência da explosão de uma mina. Em seguida, surgiram as rajadas de metralhadoras e os tiros de bazucas, acompanhados de uma verdadeira chuva de granadas de mão. Nossa unidade respondeu ao fogo, abandonando o jipe danificado e se retirando. A emboscada fora feita mais ou menos às 20 horas e, na densa escuridão do leito seco do rio, nossos soldados nada conseguiam ver. Não podiam localizar as minas e nem descobrir onde se achava a posição inimiga.

Quando amanheceu — dia 4 de novembro — os escoteiros de reconhecimento retornaram ao local da emboscada, enquanto um Piper sobrevoava a área, vasculhando o terreno. O piloto informou que não conseguia ver qualquer pessoa e que, naturalmente, os egípcios haviam fugido durante a noite. O piloto tinha razão. Com exceção de uma grande mancha de sangue — sem dúvida um deles havia sido ferido durante o tiroteio da noite — não se via qualquer sinal de presença do inimigo. O jipe abandonado jazia onde havia sido atingido e no lado oposto, na encosta da montanha, podia-se ver a posição vazia da unidade egípcia — um pelotão. Ao longo do leito seco do rio foram encontradas numerosas minas, escondidas sob a terra, e, também, um monte de outras que, aparentemente, os egípcios não haviam tido tempo de enterrar. Todas as minas foram localizadas, e os sapadores assinalaram uma passagem entre elas. Assim, às 9 horas do dia 4 de novembro, a Brigada prosseguiu em sua marcha, realizando então a última etapa do percurso, com apenas trinta e cinco km a vencer. Às 11h45m ela chegara ao fim de sua jornada, podendo ver, não longe, as posições inimigas de Ras Natsrani e de Sharm e-Sheik. Os soldados tinham estado caminhando, na direção de seu objetivo, pelo período de três dias e duas noites. Iriam enfrentar, então, a fase decisiva da expedição: a batalha pela conquista de Sharm e-Sheik.

A chegada da Brigada, pelo caminho de Eilat, constituíra uma desconcertante surpresa para o comando egípcio. Ao planejar a defesa do estreito, o Estado-Maior inimigo agira na presunção de que nenhuma força,

de certa importância, poderia chegar à cidade, por aquela rota. Quando a unidade da guarnição de Boasit, situada a quarenta milhas de Eilat, comunicara para Sharm e-Sheik que uma brigada israelense estava avançando na direção sul, ao longo das margens do Golfo, o comandante julgara a informação exagerada, já que estava convencido de que apenas uma força pequena seria capaz de atravessar aquele trilho. Mais tarde, quando recebera uma informação idêntica da guarnição de Dahab, passara a suspeitar de que se tratava, evidentemente, de um engano. A integral expressão da manifestação daquele engano, entretanto, só se tornara evidente ao meio-dia do dia 4 de novembro, quando seus olhos puderam contemplar cerca de 200 veículos, que se aproximavam de Ras Natsrani.

Apesar de tudo, essa surpresa não proporcionara quase nenhuma vantagem tática à Nona Brigada. Já que o comando egípcio não esperava um ataque daquela importância, por uma força terrestre, tivera em mente, por outro lado, a possibilidade de que Israel pretendesse conquistar o Estreito de Tirã, através de uma ação combinada de forças aéreas e marítimas. As posições de Sharm e-Sheik e de Ras Natsrani foram preparadas, consequentemente, para uma defesa total. Podiam fazer frente a ataques de todas as direções e, particularmente do norte, onde existia uma grande planície, própria para a aterrissagem de paraquedistas.

A Nona Brigada não encontrou, portanto, o flanco setentrional de Sharm e-Sheik exposto e sem defesa. Fora organizado para resistir. Nestas condições, não fazia qualquer diferença se o ataque fosse de paraquedistas, lançados do céu — como o comandante esperava — ou de uma brigada de infantaria, que houvesse feito uma marcha de 290 km através do que eles — os egípcios — consideravam uma rota impossível de ser vencida.

A única vantagem de que dispunha a Nona Brigada blindada sobre uma força de paraquedistas era que possuía veículos blindados. Uma tropa de paraquedistas, dados os recursos aeronáuticos com que Israel contava, não poderia incluir blindados, embora uma força terrestre o pudesse. Além disso, os veículos leves e blindados, de meia esteira, da Brigada, desempenharam um papel decisivo no assalto às defesas inimigas. Os quatro tanques que uma unidade da Marinha deveria levar para a Nona Brigada só desembarcaram, realmente, após a queda de Sharm e-Sheik.

A rota seguida pela Nona Brigada, em termos de características topográficas e de extensão do percurso, constituía um alvo ideal para qualquer bloqueio, emboscada ou ações hostis por parte do inimigo. Estou certo de que, se a Brigada houvesse sido vítima dessas atividades hostis, teria podido vencê-las, mas, também, acredito que, levando-se em conta a extensão da rota e seus numerosos pontos vulneráveis, teria sido fácil, para os egípcios, sabotar, enfraquecer e, mesmo, retardar a marcha da Brigada e, nestas condições, adiar seu ataque a Sharm e-Sheik.

A arma mais apropriada para se perturbar um longo e complexo comboio, como o era a Nona Brigada, é, naturalmente, a aviação. Esta, porém, após o início da ofensiva anglo-francesa, já não estava mais à disposição do Egito. Existiam, entretanto, outros meios para deter com facilidade aquela marcha. Não seria necessário lançar mão dos métodos de Lawrence, em relação à estrada de ferro de Hejaz. Entretanto, podia-se adotar o mesmo princípio: ferir, e fugir. Ao inimigo abria-se um vasto campo de medidas obstrutivas: emboscadas ao longo da rota e ataque aos veículos de velocidade reduzida; intensiva colocação de minas nos trechos arenosos; e bloqueio dos estreitos desfiladeiros, fazendo explodir as rampas laterais de rocha. Enfim, existem mil e um processos para se interromper definitivamente o tráfego em qualquer rota.

Entretanto a capacidade para a execução de atos dessa natureza dependia da obtenção de informações prévias de que Brigada iria utilizar-se daquela rota e da disponibilidade de uma força, treinada em táticas de guerrilha. O comandante egípcio em Sharm e-Sheik não possuía nem informações prévias e nem as unidades apropriadas, de forma que, mesmo quando enviou um pelotão para bloquear o leito seco do Kid, sua ação resultara perfeitamente inócua.

A decisão do comandante egípcio de evacuar Ras Natsrani e de concentrar suas forças dentro de Sharm e-Sheik ainda poderá ser justificada. Com as unidades de que dispunha, não lhe seria possível defender duas cidades ao mesmo tempo. Teria que optar, abrindo mão da outra. As vantagens oferecidas por Ras Natsrani repousavam em suas fortificações e em seu sistema de defesa antiaérea, que eram mais poderosos que os de Sharm e-Sheik. Entretanto, Sharm e-Sheik tinha o porto e o aeródromo, o que era de

importância, não apenas por seu valor militar. Certamente o comandante da praça compreendera que nós os usaríamos, se eles estivessem em nossas mãos, mas, também, levava em conta — e talvez tenha sido esta a razão determinante — a possibilidade de que, ele próprio, os utilizasse para evacuar suas forças, do Egito para a Arábia Saudita.

A ordem de retirada chegara a Sharm e-Sheik no dia 1 de novembro, quando o Estado-Maior decidira que todas suas forças, no Sinai, voltassem para o Egito. Entretanto, naquela oportunidade o comandante local não dispunha de meios para transportar os soldados. O GQG, no Cairo, aprovara, então, um plano, por ele próprio elaborado, no sentido de que permanecesse no Sinai e se defendesse como pudesse, até que as unidades de transporte chegassem, para providenciar a evacuação. Nada, porém, pôde ser feito nesse sentido, em face da velocidade do avanço das nossas tropas. Tor fora tomada no dia 2 de novembro e, portanto, ficaria interrompida a estrada do Estreito de Tirã para o Egito. Em relação à via marítima, também, a situação não deixava de ser precária. Só dois pequenos barcos a vela haviam conseguido chegar a Sharm e-Sheik e logo retornaram para o Egito, levando alguns civis e os feridos. Entre os que foram levados, encontrava-se o piloto israelense, Capitão Atkes, que tivera seu avião derrubado e fora capturado, no dia 2 de novembro, em Ras Natsrani.

No que diz respeito ao plano de defesa de Sharm e-Sheik, toda ênfase fora dada à preparação da cidade para um sítio prolongado e não à sua organização para a luta, de forma a poder repelir qualquer assalto. Depósitos de gêneros alimentícios subterrâneos foram construídos. Cavaram-se câmaras — para água, combustível e munições — capazes de preservar esses elementos indispensáveis por vários meses. Um cais profundo foi aberto e uma pista para aviões recebera nova capa de cimento. Montou-se uma central elétrica e providenciaram-se todas as instalações e requisitos de conforto, que uma fortaleza sitiada sempre exige. Entretanto, só ligeira consideração fora dada às providências relacionadas com a defesa da cidade. Trincheiras, campos minados, cercas de arame farpado e postos avançados, dominando as cercanias da fortaleza, não eram suficientemente poderosos para resistir a um bem organizado ataque. Nem o setor meridional, que teria de fazer frente ao assalto que viesse da direção de Tor, e nem o setor setentrional, ao qual caberia resistir a uma ofensiva vinda de

Eilat, estavam fortificados e defendidos como seria de se esperar. Tornava-se evidente que os responsáveis pela defesa de Sharm e-Sheik estavam mais preocupados com as solicitações da vida diária do que com as exigências de sacrifícios, impostos por uma batalha iminente. Pensavam em termos de rações de carne e de quotas de farinhas, e não em quantidades de minas e em tonelagem de arame farpado.

A Nona Brigada atravessou Ras Natsrani, que se encontrava vazia, e prosseguiu sua marcha, sem qualquer oposição, no rumo da cadeia de montanhas, Tzafrat el-At, situada a três milhas ao norte de Sharm e-Sheik. Os egípcios haviam evacuado Ras Natsrani, na noite anterior, quando souberam que, além da brigada que havia passado por Dahab e que se aproximava pelo norte, poderiam, também, esperar um ataque pelo sul, levado a efeito pela unidade de paraquedistas, que fora lançada em Tor. Em face dessas informações, o comandante egípcio decidira concentrar todas as suas forças em Sharm e-Sheik. Julgava que não poderia defender esta última cidade tão bem como o faria em relação a Natsrani, contra duas ofensivas vindas do norte e do sul simultaneamente.

Antes de deixar Ras Natsrani, os egípcios encravaram os canhões de costa — duas peças de 6 polegadas e quatro de 3 — que controlavam o estreito entre a costa e a Ilha de Tirã, e que haviam bloqueado a navegação israelense para Eilat.

O primeiro embasamento egípcio, em Tzafrat el-At, foi capturado sem dificuldade. Os Mustangs, dirigidos de terra, atacaram a posição com seus foguetes e metralhadoras e, quando o destacamento avançado de reconhecimento desencadeou o assalto, não encontrou qualquer egípcio. Os defensores haviam abandonado suas armas no interior da posição, e estas representavam um apreciável acervo: diversas metralhadoras médias e vários canhões antitanques.

Entretanto, a tentativa, feita pela unidade, no sentido de avançar mais e penetrar na “cidade”, falhou. (Os soldados da Brigada referem-se a Sharm e-Sheik como a “cidade”, e muitos deles realmente pensavam que, além dos penhascos nus, existia alguma coisa para se ver, a não ser arame farpado e ninhos de metralhadoras.) O fogo dirigido contra os integrantes da unidade, dos postos situados nos penhascos vizinhos, era intenso e certo e, sem

apoio aéreo — já que, em face da proximidade da noite, os aviões haviam retomado à base — aquela investida seria muito penosa. A unidade decidiu, então, suspender a ação, retirando-se por um momento. Quando recuavam, os soldados foram arrebanhando e prendendo os soldados que haviam fugido do embasamento. Foram eles os primeiros prisioneiros feitos na localidade, e o oficial de inteligência da Brigada logo os recebera de braços abertos. . .

O comando da Brigada teria, então, de escolher entre duas decisões: desencadear o ataque contra a própria Sharm e-Sheik naquela mesma noite, ou fazê-lo na madrugada seguinte. O argumento em favor do ataque noturno era o de se evitar retardamento. Os que apoiavam a idéia, ressaltavam que cada hora que passava era explorada pelos egípcios para melhorar a organização da defesa da localidade. A unidade, evacuada de Ras Natsrani, somente na noite anterior havia chegado a Sharm e-Sheik e, provavelmente, ainda não estava adequadamente aquartelada. Devia-se esperar, por outro lado, que a chegada da Brigada, a captura do posto de Tzafrat el-At e os ataques aéreos haviam abalado o moral das tropas egípcias e este fato deveria ser explorado, antes elas que se recuperassem.

O principal argumento contra essa sugestão era a falta de cobertura aérea. A operação noturna teria que se processar sem a cooperação da Força Aérea, enquanto uma ofensiva pela madrugada contaria com esse apoio. Depois de longa discussão, ficara resolvido, finalmente, não retardar o ataque. Este seria desfechado imediatamente, e em plena escuridão da noite. O que facilitara a aprovação do plano fora a circunstância de que muitos oficiais superiores da Brigada eram reservistas que haviam adquirido sua experiência de combate, durante a guerra de 1948, quando o Exército operava sem cobertura aérea e geralmente atacava durante a noite.

O assalto foi preparado logo depois da meia-noite, e a força usada seria um batalhão. O objetivo era uma posição defensiva, guarnecida por duas companhias, no flanco ocidental de Sharm e-Sheik. Nossa Companhia D lançou duas cargas, atingindo a cerca em torno dos embasamentos egípcios, mas não conseguiu abrir uma passagem através do campo minado. O terreno não era favorável e os soldados logo ficaram expostos a pesado fogo de metralhadoras, tanto do posto sob ataque, como das posições vizinhas.

Em pouco tempo, a Companhia teve quatorze baixas, inclusive seis comandantes de seções. A Companhia A, que avançara paralelamente à Companhia D, sofrera, igualmente, baixas — um morto e cinco feridos e, entre eles, o comandante do batalhão.

Às 4h20m, ordens foram dadas, para que todos se retirassem. Era impossível cavar trincheiras, por causa do terreno rochoso, e os soldados aproveitaram as restantes horas de escuridão para escapar ao alcance das armas inimigas. Os veículos de meia esteira recolheram os mortos e feridos e o batalhão retornou à sua base, situada a quatro km de Sharm e-Sheik.

Às 5h30m, à primeira claridade do dia, o ataque foi renovado. Desta vez com excelente apoio de morteiros pesados — de 120mm — e com a participação da Força Aérea. Encabeçando o assalto, estavam a Companhia em veículos de meia esteira e a unidade de reconhecimento, ambas logo seguidas pelas unidades de infantaria. A luta foi dura e se prolongou por cerca de cinquenta minutos. Após este período de tempo, o destacamento de jipe da unidade de reconhecimento, com a cobertura de fogo dos veículos de meia esteira, assaltou e penetrou no interior das posições egípcias. As tropas inimigas, vendo-se cara a cara com os israelenses, começaram a fugir. De modo geral, o assalto matutino colhe os frutos da ação anterior. O colapso das defesas inimigas tivera início durante a noite. Os soldados egípcios somente quando viram o batalhão se retirando é que se recuperaram e permaneceram em suas posições, as quais já tinham em mente abandonar. Em face da renovação do ataque, e desta vez com maior potência de fogo, logo perceberam que não estavam em condições de resistir.

Essa operação “rolo-compressor” — aviões de mergulho atacando, seguidos de veículos de meia esteira assaltando e jipes avançando ao longo da estrada que atravessava Sharm e-Sheik — fez com que os postos de defesa, situados no flanco ocidental, que domina a inteira localidade, um após outro, fossem capturados. Ao mesmo tempo, um segundo batalhão, seguido paralelamente pelas unidades de jipes e pela de veículos de meia esteira, avançou ao longo do flanco oriental e destruiu todas as posições inimigas, ali existentes. Um embasamento, nas proximidades do porto, é que ofereceu uma oposição particularmente séria. Fazia recuar quem dele se

aproximasse, despejando cerrado fogo de bazucas e de metralhadoras. Essa posição, entretanto, fora igualmente silenciada. Um tiro direito de uma bazuca atravessara uma de suas ameias e explodira no interior. Assim, por volta das 9h30m, rendera-se o último posto egípcio no Sinai — Sahrm e-Sheik.

As baixas sofridas pela Brigada foram as seguintes: dez mortos, inclusive os três que perderam a vida em Dahab, e trinta e dois feridos, sendo que cinco, também, em Dahab. Os egípcios sofreram cerca de uma centena de mortos e trinta e um feridos. Oitocentos e sessenta e quatro soldados foram feitos prisioneiros, entre os quais quarenta e dois oficiais de várias graduações e, inclusive, o comandante da força egípcia e o seu segundo em comando, ambos tenentes-coronéis.

Embora os principais assaltos e os rompimentos de linha, realizados durante a noite, tenham sido levados a efeito pela unidade de reconhecimento e pela Companhia em veículos de meia esteira, o elemento decisivo que provocou o rápido colapso da resistência inimiga foi, incontestavelmente, a Força Aérea. Os egípcios não possuíam nem armas efetivas e nem disposição de espírito para suportar os bombardeios, levados a efeito pelos aviões.

Ignoro como os oficiais egípcios se portam — se combatem ou não, lado a lado, com seus soldados, e, se procuram, com seu comportamento, servir de exemplo para a tropa. No que diz respeito ao comandante da praça, entretanto, o que posso dizer é que, assim que terminou a batalha, ele se apresentou admiravelmente preparado para ser feito prisioneiro, munido de uma meia dúzia de malas, e todas muito bem arrumadas. . .

* * *

Ontem, 5 de novembro, após uma reunião com os soldados da Nona Brigada e de ter ouvido, contadas por ele, as peripécias da sua rude marcha e da batalha final, voltei apressadamente para Telavive.

Este novo “império” nosso — Gaza, El Arish, os acampamentos de prisioneiros de guerra (temos cerca de 4 mil egípcios, contra apenas pouco mais de duas dezenas de israelenses em mãos deles) — gera problemas, que exigem solução. A campanha política, também, está se tornando mais grave do que nunca. Os ingleses e os franceses prometeram ao Secretário-Geral da ONU que estavam de acordo com a ordem de cessar fogo, a partir da meia-noite de hoje, sem qualquer aparente probabilidade de que ponham os pés na própria Zona do Canal, isto é, na parte continental. Participo do desapontamento deles. Entretanto, sinto-me satisfeito, porque, embora tenhamos cessado a luta ontem, só o fizemos após ter realizado integralmente nossos objetivos.

Hoje, pela manhã, retornei a Sharm e-Sheik. Às 13 horas, houve um desfile da Nona Brigada, para comemorar o término da operação, que assinalou, igualmente, o fim da Campanha do Sinai. Ben Gurion não pôde comparecer, mas escreveu uma tocante carta de congratulações, endereçada aos soldados e aos oficiais da Brigada. Presentes à parada, estavam todos os comandantes superiores das Forças de Defesa de Israel. O local apresentava-se igualmente repleto de fotógrafos e de correspondentes de jornais. A cerimônia foi breve e informal. Dois carros de comando, estacionados lado a lado, serviram de estrado para as autoridades. Em frente, ficaram os soldados, dispostos de forma a representar os três lados de um quadrado — ainda de barba por fazer e usando seus uniformes de campanha. O comandante da unidade fez um rápido discurso e eu li, em voz alta, a mensagem de Ben Gurion e, igualmente, a Ordem do Dia, sobre a conquista do Sinai.

Seguiu-se, então, a revista das tropas, o hasteamento da bandeira e ... a Campanha do Sinai chegara ao fim.

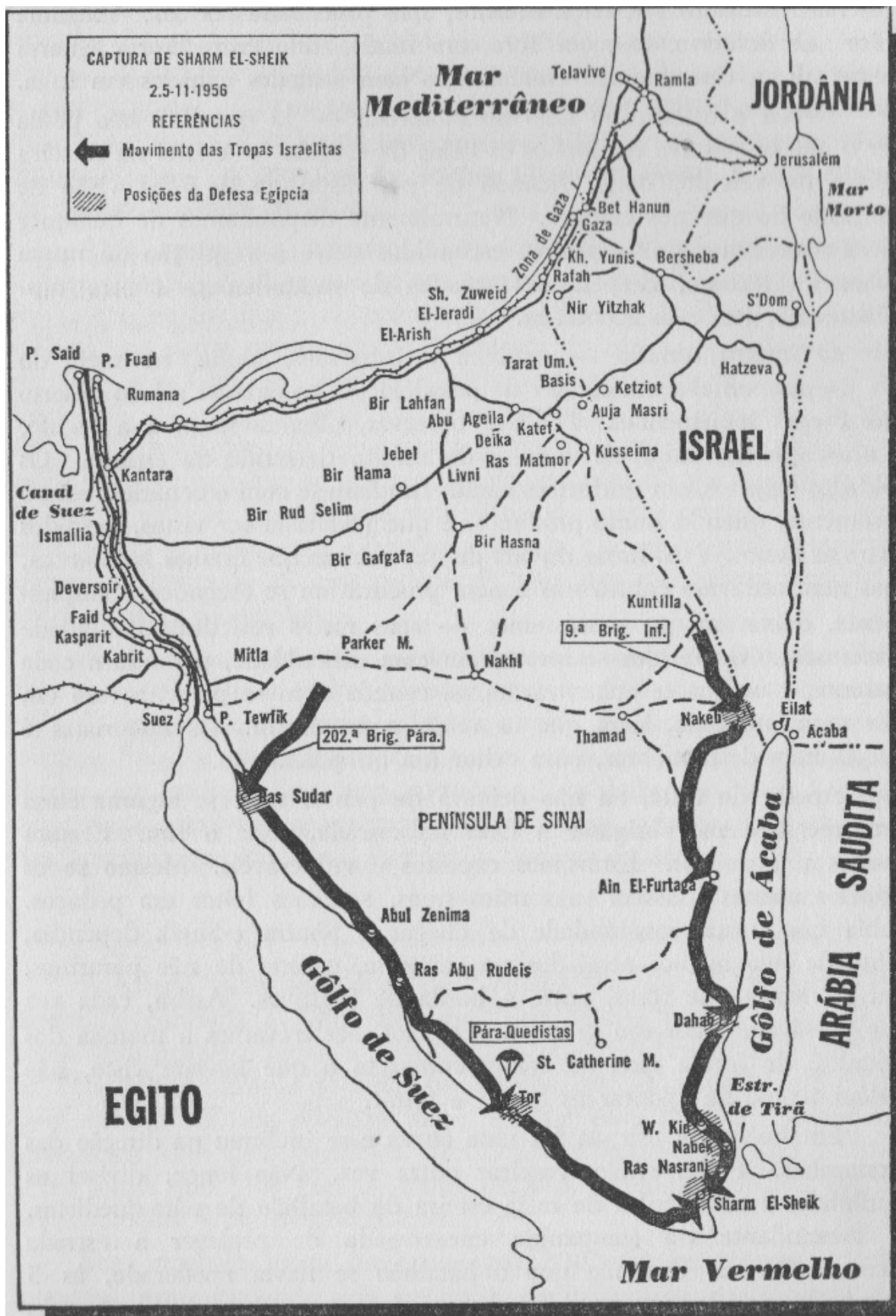
Às 16 horas, o Dakota, em que iria viajar, levantou voo para Telavive. Durante todo o percurso, do golfo até Eilat, não me pude afastar da janela de bordo. Voávamos baixo, e podia ver, com nitidez, os recifes de coral, sob a superfície da água límpida e de pouca profundidade. Perto de Dahab, consegui, inclusive, observar os destroços de um barco pesqueiro alojado entre as formações de coral.

Começava a escurecer, quando chegamos a Eilat. Transferi-me para a cabina do piloto e, à luz de uma lâmpada, na mesa do radioperador, tomei conhecimento dos últimos telegramas, a fim de me preparar para a reunião, desta noite, com Ben Gurion.

Em Nova York, nas Nações Unidas, grande pressão estava sendo exercida contra nós. Exigiam nossa retirada, sem oferecer, em troca, garantias de liberdade de navegação para os nossos navios no Mar Vermelho e sem estabelecer qualquer medida, assegurando que o Sinai não se transformaria, outra vez, numa base de agressão, por parte dos egípcios.

Lembrei-me de que, ontem, à noite, quando dera a Ben Gurion a informação de que Sharm e-Sheik havia sido capturada e que, por isso, a campanha estava terminada, ele respondera, entre sério e zombeteiro: “Creio que o senhor pode suportar isto, não pode?”

Conservei-me silencioso. Ben Gurion sabe perfeitamente que minha inquietação não tem por base o fim da luta. Sinto-me, de fato, apreensivo, mas em relação à nossa capacidade para fazer frente à campanha política que ora se inicia.



9. Epílogo

Este Diário é publicado nove anos e seis meses após a campanha; portanto, já é possível se fazer uma análise de seus resultados, de sua significação e de sua influência.

Creio que, de início, posso dizer que seus três principais objetivos foram alcançados: liberdade de navegação para Israel no Golfo de Acaba, cessação do terrorismo dos fedayun e neutralização da ameaça de ataque a Israel, por parte do Comando Unificado Egito—Síria—Jordânia.

Entretanto, Israel não realizou esses “objetivos militares”, através de negociação direta com o Egito. A Campanha do Sinai não se encerrou, com vencedores e vencidos, sentados em torno de uma mesa de conferência, assinando um acordo recíproco. As negociações tiveram uma feição tripartida, com o secretário-geral das Nações Unidas servindo como intermediário, entre as duas partes.

Sua missão de ligação — ou de isolamento? — não era a de mediador neutro. Em face da autoridade, que lhe fora delegada pelas Nações Unidas, e da força das potências que o apoiavam — os Estados Unidos e a União Soviética — o secretário-geral tornara-se, de fato, uma terceira parte nas negociações — e, no que dizia respeito a Israel, a única outra parte — para o acerto e estabelecimento das condições para a cessação da guerra.

Além disso, a intensa atividade desenvolvida pela ONU em relação à disputa Israel-Egito e sua intervenção na operação anglo-francesa na Zona do Canal de Suez acabaram por transformá-la, de um órgão que simplesmente fazia apelo às partes, numa instituição que, de certa forma, assumia uma direta responsabilidade por uma solução do conflito. Deve ser recordado que a Assembléia-Geral das Nações Unidas resolvera, no dia 4 de

novembro de 1956, solicitar ao secretário-geral que apresentasse um plano, para a instituição de uma força internacional, de emergência, que garantisse e supervisionasse a cessação das hostilidades. Essa força, de fato, fora criada, havendo sido nomeado seu comandante o General L. M. Burns, e, em princípios de 1957, sete unidades de infantaria foram colocadas à sua disposição. Cada batalhão dessa unidade foi fornecido por um destes países-membros: Índia, Suécia, Dinamarca-Noruega, Colômbia, Finlândia, Indonésia e Brasil.

Através dessa força internacional — Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF) — as divergências eram oficialmente resolvidas entre o Secretário-Geral da ONU e o Governo de Israel. O secretário-geral havia exigido a retirada incondicional do Exército de Israel do Sinai e o Governo de Israel insistira, como condição para a evacuação, que lhe fosse assegurado livre trânsito para seus navios através do Golfo de Suez e a cessação dos atos de hostilidade por parte do Egito.

Nestas condições, no dia 16 de março de 1957 — quatro meses e meio após seu início — o conflito sobre o Sinai terminara. As unidades de Israel retornaram para dentro de suas fronteiras, as posições na área de Sharm e-Sheik e na faixa de Gaza não foram reocupadas pelo Exército Egípcio e a UNEF assumira o controle dos setores evacuados. Não se sabe se o Egito considera a transferência dessas regiões para o controle da UNEF como uma abdicação de sua soberania — até hoje, mais de nove anos depois, unidades da UNEF ainda ali estão estacionadas — mas a aceitação, pelo Egito, do convênio significou, para todos os efeitos, sua concordância com a decisão, tomada pela ONU, sobre a liberdade de navegação e sobre a cessação do terrorismo contra Israel.

2

A decisão de ordenar ao Exército de Israel que entrasse em ação, sem uma adequada preparação — preliminarmente, tendo em vista explorar o elemento surpresa — e a concomitante necessidade de conduzir a campanha num ritmo veloz, tiveram influência no curso da guerra. “Preparação

adequada” não é, apenas, uma frase. A falta dessa preparação teve efeitos positivos: alguns reservistas deixaram de se apresentar, porque o processo de mobilização requeria maior espaço de tempo; os veículos não se revelaram em perfeitas condições de utilização; certos equipamentos extraviaram-se entre os depósitos e as unidades a que se destinavam; houve ausência de reconhecimento aéreo e de patrulhamento terrestre; e, por fim, a precipitação na designação dos comandantes de unidades impedira que estes dispusessem de tempo para estudar suas tarefas. Fazer a guerra, sem uma adequada preparação, custou-nos um preço elevado. Entretanto, essa decisão tornara possível a vitória.

Durante toda a campanha, sempre existiu suspense, sobre as operações militares, uma espada de Dâmocles política. Qualquer revelação antecipada do plano de Israel ou, mesmo, o prolongamento da campanha por mais uns dias, poderia desencadear pressões dos Estados Unidos e da União Soviética, e colocar Israel numa situação de ter que violar uma resolução da Assembléia das Nações Unidas. Por outro lado, se Israel aguardasse até que todos os preparativos estivessem feitos ou se conduzisse a campanha sob uma orientação mais ortodoxa, suas forças teriam sido colocadas na mesma situação em que, mais tarde, se viram os contingentes anglo-franceses. Quando mal haviam concluído a fase inicial de sua campanha, já se tinha esgotado o tempo político e, assim, antes que aqueles contingentes começassem, de fato, a conquista de Suez, já os governos de seus países viam-se obrigados a sustar as operações militares.

É possível que ainda existam potências que possam desenvolver atividades militares, na presunção de que poderão prosseguir na luta até que obtenham a vitória e, também, que só elas decidam sobre a oportunidade de sustá-las, já que nenhuma outra nação terá força para obrigá-las a tomar, contra sua vontade, uma decisão dessa natureza. Em 1956, o Estado de Israel encontrava-se, na realidade, muito longe de tal situação. O verdadeiro problema militar que seu Exército enfrentava no Sinai não era o de subjugar as forças egípcias, mas o de poder fazê-lo, dentro da restritiva estrutura política, na qual estava confinado.

Num sentido amplo, poder-se-á dizer, portanto, que o Exército de Israel realizou seus objetivos no Sinai, não a despeito das restrições a que estava

sujeito, mas, justamente, por causa delas. Essas restrições e obstáculos tornaram-se inevitáveis desde que toda sua estratégia fora baseada no elemento surpresa. E a rapidez era vital para a solução que Israel adotara para fazer frente aos seus problemas militares e políticos. Não há dúvida de que existia grande risco nesta conduta, mas, dadas as circunstâncias em que o país se encontrava, naquela época, fugir daquele risco seria ainda muito mais perigoso.

O fato de seu Exército haver iniciado a campanha com o lançamento de um Batalhão de Paraquedistas nas proximidade de Mitla, sem haver simultaneamente bombardeado os aeroportos egípcios, poderia ter significado que seus paraquedistas ficassem isolados e que ele teria perdido a única oportunidade de destruir os aviões inimigos, ainda pousados. Entretanto, evitar esse risco e adotar o “clássico” início de um ataque às Forças Aéreas Egípcias, seria fazer com que o fracasso da campanha se tornasse quase certo. O Egito teria apelado, na mesma noite, para as organizações internacionais e Israel, declarado agressor, seria obrigado a evacuar seu Exército.

A Ordem de Batalha, elaborada para a Campanha do Sinai, instituía para cada força seu próprio eixo de ação, de forma que o avanço de uma unidade não dependesse da progressão realizada por outra. A finalidade desse plano era assegurar a maior velocidade possível a cada contingente, mesmo que, ao avançar velozmente deixasse seus flancos expostos, e ele próprio ficasse isolado.

O plano, entretanto, nunca poderia ter sido executado, se não fossem a bravura e o espírito de luta das unidades. Tanto soldados, como generais, estavam imbuídos desse espírito — espírito que fazia com que feridos fugissem dos hospitais, para se reunir aos seus camaradas e que levava os comandantes dos batalhões blindados a assaltar posições inimigas, pesadamente fortificadas, à frente dos seus comandados.

Foram esses soldados e oficiais que moldaram o caráter do Exército de Israel na Campanha do Sinai e julgo que seria injusto separar, da perspectiva global da campanha, incidentes expressivos como estes: um general desfechar um ataque antes da hora prevista ou a recusa de um comandante de brigada em retardar um assalto — no qual ele próprio

perdeu a vida — até que chegassem reforços. A espinha dorsal do poderio do nosso Exército era constituída pela consciência da necessidade e pela permanente disposição, por parte de todos os seus integrantes, de que seria avançando sempre, apesar de todos os obstáculos, que atenderiam às exigências do comando. Todos estavam certos de que repousava, nessa tática, o próprio destino da campanha.

Se as fileiras do Exército de Israel não estivessem impregnadas desse espírito, provavelmente menores erros haveriam sido cometidos, mas o Sinai não teria sido conquistado.

3

A vitória militar no Sinai nos proporcionou, não somente vantagens diretas — liberdade de navegação e cessação do terrorismo — mas, o que é bem mais importante: a elevação do nosso prestígio, tanto entre os amigos, como entre os inimigos. Israel surgiu como um Estado que será saudado como um amigo e aliado valioso e seu Exército passou a ser considerado o mais poderoso do Oriente Médio. As nações amigas já não nos julgam uma nação criança, incapaz de assumir as responsabilidades por seu próprio destino. E a venda de armas para as nossas forças deixou de ser condicionada à concordância prévia das Grandes Potências — os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a França.

Entretanto, a grande mudança, operada na situação do Estado de Israel, teve origem entre as próprias nações árabes, suas vizinhas. Sua disposição de empunhar a espada para garantir seus direitos, no mar, e sua segurança, em terra, e sua capacidade de derrotar as forças egípcias, fizeram com que os governantes árabes desistissem — pelo menos, durante os próximos anos — de renovar suas ações de hostilidade. A Campanha do Sinai não foi levada a efeito sob o caráter de uma guerra preventiva. Não teve por objetivo prevenir, mas debelar uma situação já declaradamente mórbida — romper um bloqueio já em vigor nas águas ao sul e fazer cessar uma desenfreada sucessão de atos de terrorismo e de sabotagem. E, sobretudo, a Campanha do Sinai conseguiu, de fato, sustar a ambição árabe de aniquilar Israel. Não

foi por acaso que o presidente do Egito, Gamai Abdul Nasser, solicitou ao Estados árabes que se abstivessem de atacar Israel, enquanto suas forças não houvessem sido reorganizadas e fortalecidas. Dirigiu este apelo, não porque tenha cessado de procurar a destruição de Israel, mas pela simples razão de ter aprendido a respeitar o poderio do Exército israelense.

APÊNDICE 1

SECRETÍSSIMO

Setor de Operações/GQG

5 de outubro de 1956

KADESH

ORDEM DO PLANO N.º 1

INFORMAÇÃO:

- 1 — Ver resumo da Inteligência.

FINALIDADE

- 2 — Forças do FDI (Forças de Defesa de Israel) capturarão o norte do Sinai, estabelecerão uma linha de defesa na margem oriental do Canal de Suez e darão proteção ao Estado em outros setores.

MÉTODO

- 3 — Geral:

a) A conquista do norte do Sinai será levada a efeito pelo Comando do Sul, com uma força de 6 brigadas de infantaria e 3 brigadas blindadas.

b) Os Comandos do Norte e do Centro defenderão suas regiões, com as seguintes forças:

I) Comando do Norte: 2 brigadas de infantaria, mais um batalhão.

2 batalhões adicionais (reservistas mais antigos) .

1 batalhão de Guardas da Fronteira. Batalhão blindado de comando.

II) Comando Central: 2 brigadas de infantaria, mais 1 batalhão.

4 batalhões adicionais (reservistas mais antigos).

2 batalhões de Guardas da Fronteira. Batalhão blindado de comando.

c) A 202.a Brigada de Infantaria de Pára-Quedistas capturará El Arish, por meio de lançamento de pára-quedistas.

d) Duas brigadas de infantaria servirão como reservas do GQG.

e) Fases:

I — Captura do norte do Sinai até a linha El Arish—Jebel Livni—Bir Hassna—Nakhl, e prosseguimento do avanço (Dia-D até o Dia-A-1)

II — Avanço na direção do Canal de Suez e conclusão da limpeza da faixa de Gaza. (Dia-D-1 até o Dia-D-2)

III — Captura do Estreito de Tirã.

APÊNDICE 1

SECRETÍSSIMO

Chefe do Setor de Operações

25 de outubro de 1956

Assunto: Diretrizes Para a Ordem de Operações FINALIDADE

- 1 — Criar uma ameaça militar para o Canal de Suez, através da captura de objetivos em suas imediações.
- 2 — Capturar o Estreito de Tirã.
- 3 — Desorganizar as forças egípcias no Sinai e provocar-lhes o colapso.

MÉTODO

Geral: Dia-D segunda-feira, 29/10/1956

Hora H: 17 horas.

FASES

Fase 1. Noite do Dia-D (29/30 de 10):

- a) Captura, por forças de pára-quedistas, do entroncamento rodoviário de Suder el-Heitan (Mitla), no eixo Nakhl—Suez.

- b) Captura de Nakhl.
- c) Captura de Kuntilla e Ras en-Nakeb.
- d) Abertura do eixo Kusseima—Nakhl.
- e) Abertura do eixo Kuntilla—Nakhl.
- f) Abertura do eixo Ras en-Nakeb—Nakhl.
- g) Prontidão para defesa nos outros Comandos Regionais, a partir do dia 30 de outubro.
- h) Prontidão da Fôrça Aérea e da Marinha para plena ação, a partir da Hora H, para realizar as seguintes tarefas: defender os céus de Israel, apoiar as forças terrestres e atacar os aeroportos egípcios.

Fase 2. Noite do Dia-D-1 (30/31 de 10).

- a) Avançar ao longo do eixo Ras en-Nakeb—Sharm e-Sheik, com o objetivo de capturar Sharm e-Sheik.
- b) Prontidão para contra-atacar no setor jordaniano.
- c) Capturar Kusseima.
- d) Prontidão para defesa nas fronteiras com a Síria e com o Líbano. Fase 3. Noite do Dia-D-2 (31/10 a 1/11) e seguintes:

- a) Capturar o Estreito de Tirã.
- b) Capturar Rafah, Abu Ageila e El Arish.
- c) Estabelecer uma linha paralela ao Canal de Suez, e a uma distância nunca inferior a 15 quilômetros daquela via marítima.

d) Abertura do eixo de Suder el-Heitan, através de Bir Mor e Tor, até Sharm e-Sheik, e do eixo de Abu Zenima para Dahab.

a) Major-General Moshe Dayan

Chefe do Estado-Maior

APÊNDICE 3

Ordem de batalha dos egípcios, para o Sinai (Nas vésperas da Campanha do Sinai)

GERAL:

a) Comandante: General Ali Ali Amer

b) Funções:

1 — Defesa do Sinai e da faixa de Gaza contra um possível ataque de Israel;

2 — Defesa da Zona do Canal contra qualquer ação agressiva da Grã-Bretanha e da França.

c) Forças e tarefas:

1 — 2.a Divisão de Infantaria — defesa da Zona do Canal;

2 — 3.a Divisão de Infantaria — defesa das partes norte e central do Sinai;

3 — 8.a Divisão Palestina — defesa da faixa de Gaza;

4 — 2.º Batalhão Motorizado de Fronteira — defesa do setor setentrional do Sinai;

5 — Destacamento da 1.a Brigada Blindada — reserva do Comando.

3a DIVISÃO DE INFANTARIA

Geral:

- a) — Comandante: General-Brigadeiro Abd el Wahab Alkadi.
- b) Funções: Defesa dos setores norte e central do Sinai.
- c) Setores de responsabilidade: toda a extensão da fronteira internacional a partir de — e inclusive — Rafah até — e inclusive — Kusseima e a localidade guarnecida de Um Katef—Abu Ageila.
- d) Método: Defesa encarniçada, baseada em posições com o potencial bélico de um batalhão nos setores de Rafah—El Arish e de Um Katef—Abu Ageila, com reservas divisionais e planos para contra-ataques, na eventualidade de qualquer ataque.

FÔRÇAS E TAREFAS

A — Geral:

- 1 5.a Brigada (reforçada) e mais um esquadrão de tanques (Shermans) para a defesa da região de Rafah.
- 2 6.a Brigada (reforçada) para a defesa da localidade guarnecida de Um Katef—Abu Ageila.
- 3 Batalhão de Infantaria reforçado — defesa de El Arish.
- 4 Brigada de Reservistas — deveres gerais de defesa em Abu Ageila e El Arish.
- 5 Reservas divisionais — 2 esquadrões de tanques (Shermans), mais um batalhão de infantaria.

B — Setor de Rafah

- 1 — Comandante: Coronel Jafr el Majid, comandante de 5.a Brigada de Infantaria:

2 — Forças: 5.a Brigada de Infantaria e mais unidades anexas.

3 — Tarefas: a) supervisionar os postos de defesa de Rafah e defesa do acampamento de Rafah;

b) ação contra forças inimigas lançadas de pára-quedas ou desembarcadas do mar no setor da brigada.

4 — Limites:

Leste: Do ponto, onde a estrada de Danegor corta a linha do Armistício (2356/2396) até o ponto na costa do Mediterrâneo (2278/2492) inclusive.

Oeste: Coordenada 216.

Norte: Costa do Mediterrâneo.

Sul: O leito sêco do El Haridin.

C — Setor Abu Ageila—Kusseima

1 — Comandante: General-Brigadeiro Sami Yam Boletz, comandante da 6a Brigada de Infantaria.

2 — Forças: 6.a Brigada de Infantaria, mais unidades anexas.

3 — Tarefas:

a) Manter vigilância sôbre o Exército de Israel, na direção de Kusseima, e deter avanço:

a — I) estacionando unidades da Guarda Nacional em Kusseima e nos seus arredores;

a — II) enviando elementos da companhia de reconhecimento para apoiar a Guarda Nacional em Kusseima, realizando ações de retardamento em Ras Matmor e em Deika e levando a efeito atividades de demolição.

b) Supervisionando a posição defensiva de Um Katef.

c) Destruição da força inimiga que possa avançar pelo leito seco do Jemal.

d) Destruição da força inimiga que possa ser lançada, em pára-quedas, no setor da brigada.

4 — Limites:

Norte: O leito seco do El Haridin e em toda a extensão desse leito até o oeste.

Sul: Jebel Haruf (25741550) — Jebel al-Marafek (243153) — Jebel al-Sharif (219146) — Jebel Katima (173146) — Ponto 916 (162146) — Ponto 409(135146) — Ponto 430(803856) até à coordenada 770.

Leste: Fronteira política.

Oeste: Coordenada 770.

D — Setor El Arish

1 — Comandante: Tenente-Coronel Selim Makor Bashchara, comandante do 11.º Batalhão de Infantaria.

2 — Forças: 11.º Batalhão de Infantaria e mais unidades anexas.

3 — Tarefas:

a) Defesa de El Arish;

b) Proteção de Sheikh Zuweid por uma companhia de infantaria reforçada.

c) Destruição das forças terrestres do inimigo e das forças lançadas em pára-quedas ou desembarcadas do mar.

4 — Limites:

Norte: Costa do Mediterrâneo.

Sul: O leito sêco do El Haridin.

Leste: Coordenada 216.

Oeste: Coordenada 178.

E — Reservas Divisionais

1 — Comandante: Coronel Saad el Din Metuli, comandante da 4.a Brigada de Infantaria.

2 — Forças: 12.º Batalhão da 4.a Brigada e mais unidades anexas.

3 — Localização: Pôsto de defesa de El Arish ou outro qualquer local, de acordo com o desenvolvimento da luta.

4 — Tarefas:

a) Recuperação de Rafah ou de qualquer outro pôsto de defesa, que possa ser capturado neste setor.

b) Enfrentar o inimigo que possa atacar Rafah, com a intenção de aliviar a pressão sôbre esta localidade.

c) Evitar que o inimigo avance na direção ocidental, no rumo de El Arish.

d) Defender El Arish, na eventualidade de um ataque (para ajudar a guarnição que se encontra em seu interior).

e) Recuperação do pôsto de defesa de Um Katef.

f) Evitar que o inimigo avance para o norte, na direção de El Arish.

g) Ação de isolar qualquer fôrça que possa avançar para o oeste, na direção de Ismaília.

F — Forças sob Comando Divisional

1 1.º Batalhão Motorizado de Fronteira (menos uma companhia).

- 2 Companhia de Jipes.
- 3 43.º Batalhão da 86.a Brigada Palestina.
- 4 247.º Batalhão de Guarda.
- 5 289.º Batalhão de Infantaria (Reservistas).
- 6 Brigada de Guarda Nacionais, mais um batalhão.
- 7 295.º e 297.º Batalhões (Reservistas) da 9.a Brigada.

8.a DIVISÃO PALESTINA

Geral:

- a) Comandante: Major-General Yussef Abdullah Agrudi.
- b) Funções: Defesa da faixa de Gaza contra um ataque de Israel.
- c) Método:
 - c — I) Linha de postos de defesa ao longo de toda a fronteira entre Israel e a faixa;
 - c — II) Destacar força de reserva da estrutura das brigadas, para pequenos contra-ataques.
- d) Forças e Tarefas:

A 26.a Brigada de Guardas Nacionais: defesa do setor norte da faixa (inclusive a cidade de Gaza).

A 86.a Brigada Palestina: defesa da região de Khan Yunis e arredores.

A 87.a Brigada Palestina: organização e treinamento no acampamento de Rafah. Em caso de guerra, ficar sob o comando da 5.a Brigada de

Infantaria.

DISPOSIÇÃO DAS FÔRÇAS

- a) QG da 8.a Divisão Palestina: Khan Yunis.
- b) 86.a Brigada Palestina: região de Khan Yunis, compreendendo o 11.º Batalhão, o 32.º Batalhão, o 44.º Batalhão (da 87.a Brigada).
- c) 26.a Brigada da Guarda Nacional Egípcia: setor norte da faixa, compreendendo um destacamento de batalhão no setor norte e uma formação idêntica no setor sul, com uma unidade de reserva, estacionada perto da costa. (Não há um local específico para a localização da Brigada da Guarda Nacional. Ele será determinado de acordo com as necessidades.) A 20.a Bateria de Morteiros (120mm) espalhada no setor norte. Dois pelotões de Guardas de Fronteira, espalhados no setor norte.
- d) A 87.a Brigada Palestina — organização e treinamento no acampamento de Rafah.

FÔRÇAS E TAREFAS

a) A 86.a Brigada Palestina:

- 1) Comandante de Setor: Tenente-Coronel Lutfi el-Burini.
- 2) Tarefa — Defesa da região de Khan Yunis até o fim.
- 3) Limites:

Sul: proximidades da fronteira oriental da 3.a Divisão do Setor de Rafah (23562396 até 22782492).

Oeste: Costa

Leste: Linha do Armistício.

Norte: Norte de Khan Yunis até a passagem de nível da estrada-tronco (de 090868 até 050912).

4) Disposição:

I — QG da 86.a Brigada Palestina — Khan Yunis.

II — o 32.º Batalhão ficará estacionado em postos de defesa ao norte e a noroeste de Khan Yunis. Três companhias guarnecendo postos de defesa: uma, 3 postos no norte na passagem de nível da estrada-tronco; a segunda, três postos no noroeste (na área de colinas); e a terceira, para defender três postos no leste. Uma quarta companhia será conservada de reserva, sob o comando do batalhão, pronta para entrar em ação na segunda linha de defesa dos postos.

III — o 11.º Batalhão ficará estacionado ao sul e ao sudoeste de Khan Yunis e, igualmente, guarnecendo postos, cuja guarnição é um pelotão. Uma companhia para cobrir os postos de defesa na estrada-tronco para Rafah.

IV — 44.º Batalhão — 3 companhias deverão ser conservadas de reserva e a quarta para cobrir os postos sobre a costa do mar, em 08100855.

V — Bateria de morteiros pesados em 08600840.

26.a Brigada de Guardas Nacionais — setor norte da faixa.

1 — Comandante de Setor: Tenente-Coronel Gamai e-Din Ali.

2 — Tarefa — Defesa da faixa contra reides e incursões de Israel.

3 — Limites:

Sul: Proximidades da fronteira norte da 86.a Brigada Palestina, de 090868 até 050912.

Leste: Linha do Armistício.

Norte: Limites da faixa de Gaza.

Oeste: Costa.

4 — Disposição:

(A área entre Dir el Balah e Bet Hanun é dividida, pelo leito sêco do Rio Gaza, nas seções norte e sul. O documento egípcio determina que dois batalhões cubram a seção norte, mas são pequenas unidades; um “batalhão” estava estacionado na seção sul como unidade de reserva e 250 soldados num acampamento à beira-mar seriam conservados como reservas da brigada. Um outro grupo de “batalhões” guarnecería o setor sul de Dir el Balah. Um “batalhão” era responsável pela defesa da costa.) A 20.a Bateria de Morteiros Pesados seria distribuída entre os postos de defesa: 1.º Destacamento — ao norte de Gaza; o 2.º — ao sul de Gaza; e o 3.º — ao norte de Khan Yunis. (Cada destacamento estava estacionado num diferente pôsto de defesa, ao longo da fronteira da faixa, atuando como apoio de artilharia para as forças da Guarda Nacional, que controlavam os postos da fronteira.) Um destacamento de artilharia de costa do 4.º Batalhão. (2 canhões de 3 polegadas, 2 refletores, instalada à beira-mar), 4 peças de seis e canhões antitanques. Um destacamento da Guarda Nacional para patrulhar as dunas na parte setentrional da faixa.

2.o BATALHÃO MOTORIZADO DE FRONTEIRA — (Setor sul do Sinai).

a) Forças: Diretamente subordinadas ao Comando Oriental.

3 companhias motorizadas.

1 batalhão (cerca de 250 homens) da Guarda Nacional Egípcia.

b) Setor de responsabilidade: o eixo Kuntilla—Nakhl—MitLa, o eixo Ras en-Nakeb—Thamad—Nakhl e a área para o norte, até Bir Hassna. Igualmente responsável pela proteção das instalações no eixo Jebel Livni—Bir Gafgafa.

c) Tarefas:

I — Proteção da área contra incursões por forças israelenses e defesa do flanco meridional do Egito (supondo-se que a intenção operacional do Exército de Israel seja a de flanquear a 3.a Divisão pelo sul).

II — Dar aviso às forças no norte do Sinai, na eventualidade de uma invasão de Israel (de forma que possam enfrentar o inimigo em tempo).

III — Ações de retardamento no eixo meridional, em caso de emergência, para permitir a organização de uma defesa em profundidade.

IV — Proteção de instalações nas proximidades de Bir Gafgafa; e patrulhamento.

d) Disposição:

I — QG do Batalhão em Nakhl (Nakhl é um entroncamento de diversas estradas no setor sul do Sinai), mais uma companhia motorizada e duas companhias do batalhão da Guarda Nacional. Nakhl é, igualmente, a base de suprimento para o batalhão.

II — A posição de defesa de Thamad, guarnecida por duas companhias: uma, motorizada e uma, da Guarda Nacional. A companhia motorizada guarnecerá Thamad—Ras, no setor en-Nakeb—Kuntilla, enviando pequenos destacamentos pelas redondezas, a fim de prevenir qualquer ataque de surpresa do inimigo. Uma terceira companhia deverá patrulhar o eixo Nakhl—Bir Hassna—Bir Gafgafa.

e) Forças vizinhas:

I — Setor Shlufa—Suez (Zona do Canal): 2.a Brigada de Infantaria: 5 batalhões, 2 baterias de morteiros pesados, unidades da Guarda da Fronteira e a Guarda Nacional Egípcia, um regimento de defesa antiaérea (54 peças), 1 bateria pesada antiaérea, dois grupos de canhões de costa.

II — 3.a Divisão no norte do Sinai.

f) Tarefas do subsetor de Nakhl (comandante: Tenente-Coronel Fuad Nakla Jerajes): defesa regional, com especial referência da pista de aterrissagem de Nakhl, contra ações de pára-quedistas inimigos.

g) Tarefas do subsetor de Thamad (comandante: Major Mahmad Abd el-Mejid Mari):

I — Destacamento para supervisionar, em consequência de “advertência prévia”, as posições: Um Makrut, Jebel Um Haluf, entrada do leito sêco do Jerafi, Kuntilla, Jebel el Risha, Ras en-Nakeb.

II — Dar aviso prévio sôbre qualquer ataque inimigo de maior importância.

III — Retardar o avanço inimigo dentro do setor.

IV — Defender as proximidades de Thamad e proteger a vila do mesmo nome.

V — Patrulhamento diário de Thamad, para manter contato com as posições avançadas de “advertência prévia”. Unidade em Um Makrut para realizar patrulhamento diário, ao longo do leito sêco de el-Bida até Bir Ma’ain ou ao longo do leito sêco do Lusan até a fronteira internacional.

GÔLFO DE ÁCABA

a) Forças (região de Sharm e-Sheik—Ras Natsrani)

21.º Batalhão de Infantaria

Batalhão da Guarda Nacional

Dois canhões de costa, de 6 polegadas

Quatro canhões H.A.A., de 3 polegadas

Seis canhões L.A.A., de 30mm

Um grupo de canhões antitanques, de 57mm

Postos de observação ao longo da costa ocidental do gôlfo

2 pelotões de guardas de fronteira

A fragata Rashid.

b) Comandante: Coronel Raif Mahfouz Zaki. Diretamente subordinado ao GQG. Quartel-General: Sharm e-Sheik.

c) Área de responsabilidade: de Sharm e-Sheik no sul até a seção setentrional do gôlfo.

d) Disposição. Ras Natsrani: (Ras Natsrani é o local-chave para o bloqueio do Estreito de Tirã, com seus canhões dominando completamente a entrada do Gôlfo de Acaba.)

Quartel-General do 21.º Batalhão de Infantaria, mais 2 companhias; 2 seções de morteiros de 81mm; um pelotão de metralhadoras médias; canhões de 6 polegadas e de 3 polegadas e 3 canhões de 30mm; e 2 holofotes.

Uma companhia responsável pela defesa da estrada para Sharm e-Sheik e proteção de canhões antiaéreos e de costa.

Uma segunda companhia responsável pelo setor, com especial referência á impedir desembarque na costa, vindo do mar.

SHARM E-SHEIK:

Comando da área, mais 1 companhia do 21.º Batalhão; 1 pelotão de metralhadoras médias; 3 canhões de 30mm e 2 de 57mm; 10 carrêtas Bren.

Responsável pela defesa do aeroporto (com especial referência à prevenção de captura através de fôrças pára-quedistas); proteção da estrada para Ras Natsrani e manter vigilância em relação a qualquer lançamento de pára-quedistas imediatamente ao norte.

(Uma quarta companhia de carretas Bren, mais destacamentos de morteiros leves e pesados estavam baseados em Kaida e uma emissora de rádio, dotada de postos avançados especiais, localizados em locais ao norte de Sharm e-Sheik, que poderiam servir como possíveis pontos de aterrissagem de tropas inimigas.) As costas (Defesa das costas da Península do Sinai) estavam entregues aos guardas de fronteira egípcios, compreendendo tropas de camelheiros (Jana) e infantaria motorizada. (Um pelotão de camelheiros é

integrado por 30 soldados e 45 camelos.) Os guardas de fronteiras mantinham postos de observação ao longo da costa oriental do Golfo de Suez e da costa ocidental do Golfo de Ácaba. Estavam subordinados ao Comando Regional de Suez.

Golfo de Suez: posições de guardas de fronteira em El Shatt, Abu Zenima, Tor, Sharm e-Sheik.

Golfo de Ácaba: Postos em Teba, Boasit, Dahab e nas ilhas de Tirã e Sinapir (tôdas em contato pelo rádio com Sharm e-Sheik).

DESTACAMENTO DA 1.a BRIGADA BLINDADA

Forças: 4.º Batalhão Blindado (tanques T-34, de fabricação soviética)

6.º Batalhão Blindado (infantaria motorizada em porta-tanques blindados soviéticos)

53.a Bateria de Artilharia (canhões automáticos SU-100, de fabricação soviética)

1 bateria de canhões leves antitanques.

Tarefa: Reserva do Comando: Verificar o avanço dos blindados israelenses, enfrentar o inimigo, estabilizar a linha na primeira fase e, então, desencadear o contra-ataque.

A FÔRÇA AÉREA (Disposição desta fôrça às vésperas da campanha)

Base aérea de Abu Suweir: 30.º Esquadrão de Mig-15 —15 aviões

” de Fayid: 40.º ” ” Vampire —10 ”

” ” ” ” : ” ” ” Meteor —20 ”

” ” ” ” : 5.0 ” ” Meteor —12 ”

” ” ” ” : 2.0 ” ” Vampire —15 ”

” de Kasparit:	31.º ” ” Vampire — 15 ”
” ” de Kabrit:	20.» ” ” Mig-15 —15 ”
” ” ” ” :	1.o ” ” Mig-15 —15 ”
” do Oeste do Cairo: de organização)	8.º ” ” Ilyushin-28 —12 (em fase
” : reserva)	9.º ” ” Ilyushin-28 —12 (mais 5 em
” de Almaza:	3.º ” ” Ilyushin-14 — 20 aviões
” ” ” ” :	7.o ” ” Comandos —20 ”
” ” ” ” :	11.o » ” Dakotas —20 ”

(Almaza possuía, igualmente, 6 Meteor NP-13 caças noturnos e 8 Furies)

Base aérea de Luxor: Ilyushin-28 —20 aviões

(Nem todos êsses esquadrões eram operacionais. A força operacional era integrada por 2 esquadrões de Mig (30 aviões): 1 de Vampire (15 aviões); 1 de Meteor (12 aviões); 1 de Ilyushin-28 (12 aviões) e 3 de transporte (cêrca de 60 aviões)

As bases de Almaza, do Cairo Ocidental e Luxor eram utilizadas por bombardeiros a jato e aviões-tanques. Almaza e Cairo Ocidental serviam, juntamente com Inchas, como bases para caças, para a defesa aérea do Cairo e das regiões circunvizinhas. Êsses aeroportos foram melhorados e tomados em condições de serem utilizados por aviões soviéticos.

As bases aéreas da zona do canal eram Kabrit, Abu Suweir e Fayid. A maioria dos aviões de caça levantava vôo dali e tinha a incumbência de controlar a Zona do Canal e dar apoio e cobertura às forças terrestres ali estacionadas.

Os aeroportos de emergência no Sinai encontravam-se em El Arish, em Bir Hama e em Bir Gafgafa. Estavam preparados para caças, de forma a permitir apoio e defesa aérea na região do Sinai. No aeroporto de Bir Hama, providências estavam sendo tomadas no sentido de tomá-lo utilizável por Migs. Existiam ainda campos de aterrissagem adicionais para os casos em que se tornasse necessário dispersar os aviões.

APÊNDICE 4

FORMAÇÕES DO EXÉRCITO DE ISRAEL QUE TOMARAM PARTE NA OPERAÇÃO-KADESH

202.a Brigada de Pára-Quedistas (3 batalhões 2 companhias “Nahal” 1 esquadrão de tanques AMX 1 bateria de artilharia de campo 1 bateria de morteiros pesados)

Captura de Kuntilla, de Thamad, de Nakhl, de Mitla, de Ras Sudar, de Tor e participou da captura de Sharm e-Sheik

4.a Brigada de Infantaria (reforçada) (3 batalhões 1 bateria de artilharia de campo 1 bateria de artilharia média 1 bateria de morteiros pesados)

Captura dos postos de defesa de Kusseima e defendeu Jebel Livni, Nakhl e Mitla.

10.a Brigada de Infantaria(reforçada) (3 batalhões 1 bateria de artilharia de campo 1 bateria de morteiros pesados) (As baterias de artilharia que serviam com a 4.a Brigada serviam também com a 10.a Brigada)

Captura das bases de Auja Masri e Tarat Um e tentou capturar Um Katef.

1.a Brigada de Infantaria (reforçada) (4 batalhões 1 bateria de artilharia de campo 1 bateria de morteiros pesados 1 bateria de engenharia)

Captura de algumas posições em Rafah, defesa de El Arish.

11.a Brigada de Infantaria(reforçada) (2 batalhões de infantaria 1 batalhão blindado de combate 1 bateria de morteiros pesados 1 bateria anti tanques)

Captura da faixa de Gaza.

9.a Brigada de Infantaria (reforçada) (3 batalhões 1 bateria de artilharia de campo 1 batalhão de engenharia)

Captura de Ras en-Nakeb, Ras Natsrani e Sharm e-Sheik.

12.a Brigada de Infantaria (1 batalhão)

Desembarcou em Tor, depois da captura da localidade pelos pára-quedistas; operações de limpeza na faixa de Gaza.

7.a Brigada Blindada (1 batalhão blindado (Shermans) 1 batalhão blindado (AMX) 1 batalhão em veículos de meia esteira 1 batalhão de infantaria motorizada 1 bateria de artilharia de campo)

Captura de postos de defesa no entroncamento de Abu Ageila e na represa de Ruafa; batalhas com blindados inimigos nas áreas de Bir Rud Selim, Gafgafa e Jebel Livni.

27.a Brigada Blindada (1 grupo de combate de batalhão blindado 1 esquadrão de tanques leves 1 companhia em veículos de meia esteira 1 unidade de canhões automáticos de 105 mm 1 unidade de reconhecimento 1 seção de engenharia 1 grupo de combate de batalhão blindado 1 esquadrão de tanques pesados 1 companhia em veículos de meia esteira 1 unidade de canhões automáticos de 105 mm 1 unidade de reconhecimento 1 destacamento de recuperação de tanques 1 seção de engenharia 1 batalhão de infantaria motorizado)

Captura de algumas posições em Rafah; captura de El Jeradi e El Arish; avanço até Suez.

37.a Brigada Blindada (1 batalhão blindado (Shermans e Super-Shermans) 1 esquadrão de tanques leves (AMX) 1 batalhão de veículos de meia esteira 1 batalhão de infantaria motorizada 1 companhia de engenharia.)

Batalha pela defesa dos postos de Um Katef; participação na captura da faixa de Gaza, sob o comando da 11.a Brigada.

FÔRÇA AÉREA DE ISRAEL	Aviões operacionais no DIA-D
Mystères	16
Ouragcms	22
Meteors	15
Mustangs	29
Harvards	17
Mosquitos	16

Dakotas	16
Nords	3
B-17s	2
TOTAL	136

APÊNDICE 4

PRINCIPAIS AÇÕES DAS FÔRÇAS TERRESTRES DE ISRAEL

202“ BRIGADA DE PÁRA-QUEDISTAS — Noite de segunda-feira, 29 de outubro de 1956: a) captura de Kuntilla: b) lançamento de pára-quedistas em Mitla.

Têrça-feira, 30 de outubro de 1956: antes da madrugada: captura de Thamad. À tarde, captura de Nakhl. Às 18 horas: contacto com as unidades aerotransportadas.

Quarta-feira, 31 de outubro: investida através do Passo de Mitla sob ataque aéreo. Emboscada e batalha no passo.

Quinta-feira, 1 de novembro: batalha do Passo de Mitla.

Sexta-feira, 2 de novembro: a) reconhecimento para descobrir a estrada para Ras Sudar: b) pára-quedistas lançados em Tor seguidos do desembarque de um batalhão de infantaria aerotransportada.

Sábado, 3 de novembro: a) captura dos campos petrolíferos n.o ocidente do Sinai: b) reconhecimento, partindo de Tor na direção de Sharm e-Sheik.

Domingo, 4 de novembro: avanço na direção de Sharm e-Sheik partindo de Ras Sudar após captura de Tor.

Segunda-feira, 5 de novembro: rompimento das linhas de Sharm e-Sheik.

Total de baixas: 42 mortos e 120 feridos.

9.a BRIGADA DE INFANTARIA — Noite de segunda-feira, 29 de outubro: captura de Ras en-Nakeb por duas companhias.

Quinta-feira, 1 de novembro: avanço na região de Ras en-Nakeb e reconhecimento na direção sul a uma distância de 40 km.

Sexta-feira, 2 de novembro: avanço de 30 km ao norte de Dahab; captura de Teba, por unidade procedente de Eilat.

Sábado, 3 de novembro: captura de Dahab e avanço na direção sul. Unidades de reconhecimento chegam a ponto situado 20 km ao norte de Ras Natsrani.

Domingo, 4 de novembro: captura de Ras Natsrani. Avanço contra Sharm e-Sheik.

Segunda-feira, 5 de novembro: captura de Sharm e-Sheik, pela manhã. Total de baixas: 10 mortos e 32 feridos.

4.“ BRIGADA DE INFANTARIA — Têrça-feira, 30 de outubro de 1956: ao alvorecer, captura de Sabha: captura de Kusseima. Unidades de reconhecimento se dirigem para Nakhl.

Quinta-feira, 1 de novembro: transferência de um batalhão para a defesa de Nakhl, em substituição a tropas de pára-quedistas.

Baixas: 3 mortos e 23 feridos.

74“ BRIGADA BLINDADA — Têrça-feira 30 de outubro: avanço através de Kusseima na direção de Abu Ageila, ao longo de dois eixos — para Um Shihan e através do desfiladeiro de Deika.

Quarta-feira, 31 de outubro: captura do entroncamento de Abu Ageila; captura da represa de Ruafa; captura de Jebel Livni; captura de Bir-Hassna; reconhecimento na direção de Mitla.

Quinta-feira, 1 de novembro: pela madrugada, combate com destacamento de uma brigada blindada inimiga em Bir Rud Selim. Sexta-feira, 2 de novembro: batalha de tanques a oeste de Gafgafa. Avanço para o Canal de Suez pelo eixo central.

Baixas: 15 mortos e 88 feridos.

10.^a BRIGADA DE INFANTARIA — Terça-feira, 30 de outubro: à tarde, captura de Auja Masri e Tarat Um Basis.

Quarta-feira, 31 de outubro: tentativa de captura de Um Katef. Sexta-feira, 2 de novembro: captura de Um Shihan.

Baixas: 4 mortos, 47 feridos e um desaparecido.

37.^a BRIGADA BLINDADA — (sem os efetivos de um batalhão blindado) Quinta-feira, 1 de novembro: tentativa de captura de Um Katef. Sexta-feira, 2 de novembro e sábado, 3 de novembro: captura da faixa de Gaza sob o comando da 10.^a Brigada de Infantaria.

Baixas: 28 mortos e 94 feridos.

1.^a BRIGADA DE INFANTARIA — Quinta-feira, 1 de novembro ao alvorecer, captura de alguns postos de defesa de Rafah.

Baixas: 15 mortos e 79 feridos.

27.“ BRIGADA BLINDADA — Quinta-feira, 1 de novembro: do amanhecer ao anoitecer, batalhas para o rompimento das posições defensivas de Rafah; batalha de El Jeradi; avanço até as imediações de El Arish.

Sexta-feira, 2 de novembro: pela manhã, captura de El Arish e avanço até 15 km do Canal de Suez.

Baixas: 16 mortos e 82 feridos.

12." BRIGADA DE INFANTARIA — (apoiada por um batalhão blindado da 37“ Brigada)

Sexta-feira, 2 de novembro: captura de Gaza e da parte norte da faixa e avanço na direção de Khan Yunis.

Sábado, 3 de novembro: captura de Khan Yunis.

Baixas: 10 mortos e 63 feridos.

12.“ BRIGADA DE INFANTARIA — Sexta-feira, 2 de novembro: descida de um batalhão aerotransportado em Tor, precedendo duas companhias de pára-quedistas da 202.a Brigada.

Sábado, 3 de novembro: operações de limpeza na faixa de Gaza. Baixas: 7 mortos e 22 feridos.

Observação: as cifras constantes da relação de baixas não estão completas. O total de baixas sofridas pelas forças israelenses, incluindo a Fôrça Aérea, foi de 127 mortos, 817 feridos, 3 desaparecidos e 1 prisioneiro.

APÊNDICE 6

ARMAS E EQUIPAMENTO EGÍPCIOS CAPTURADOS NA CAMPANHA DO SINAI

Navios de guerra 1 destróier (Ibrahim el-Awal)

Radar 1 estação móvel

Armas leves revólveres 300

submetralhadoras 1170

rifles 4 300

metralhadoras leves 550

metralhadoras médias 290

morteiros (de 2 pol. a 81 mm) 220

bazucas 260

rifles antitanques 320

canhões sem retrocesso (tchecos 82 mm) 200

Artilharia	peças de vinte e cinco (inglesas)	55
	canhões de costa	6
	canhões antitanques	110
	canhões antiaéreos	100
	morteiros (120 mm)	18
Blindados	tanques T-34	26
	SU-100 automáticos	6
	tanques Sherman	40
	Sherman, com uma torre especial	12
	tanques Valentine, sem canhão	15
	canhões antitanques Archers	40
	transportes de tropa blindados	60
	carretas Bren	260
	tanque de comando T-34....	1
	tanque de recuperação de tanque (Sherman)	3
	simulacro de Sherman	16
	simulacro de canhões	16
Veículos	motocicletas	155

veículos de passageiros	50
jipes (Willys)	470
jipes de outras marcas	34
caminhões leves	700
caminhões pesados	820
caminhões com tanques	60
veículos de vários tipos	200
porta-tanques	3
vagões	480
tank-trailers	12

Munições	granada de mão	25 000
	de 9 mm	8 000 000
	de 303 mm	5 000 000
	de 7.62 mm	6 000 000
	de 7.92 mm	21000 000
	de 20 mm	20 000
	de 30 mm	70 000
	de 40 mm	22 000
	de 37 mm (soviéticas)	13 500

de 23 mm	14 000	
de seis peças	22 000	
de 57 mm (soviéticas)	13 500	
de 75 mm	15 000	
de 85 mm (soviéticas)	30 000	
de 100 mm	6 500	
de 102 (de costa)	390	
de 100 (navais)	940	
de peças de 25 (inglesas)		75 000
de peças de 17	35 000	
de 122 mm (soviéticas)	3 000	
de peças de 20	15 000	
de 3 polegadas (antiaéreas)	3 000	
de 3.7 polegadas	400	
de 12.7 mm	15 000	
bazuca de 85 mm	8 000	
granadas-rifles e morteiros	.	100 000
morteiros de 120 mm	15 000	
foguetes antiaéreos de 80 mm		850
obuses de 82 mm	1700	

cargas de profundidade 20

Equipamento de engenharia minas de plástico antiveículos 35 000

outras minas 20 000

explosivos 25 000

Material de sinalização aparelhos de rádio 300

Outros equipamentos binóculos 100

telescópios e bússolas 200

holofotes 2

Os egípcios perderam, também, os seguintes aviões:

Mig-15 4

Vampires 3

Meteor 1

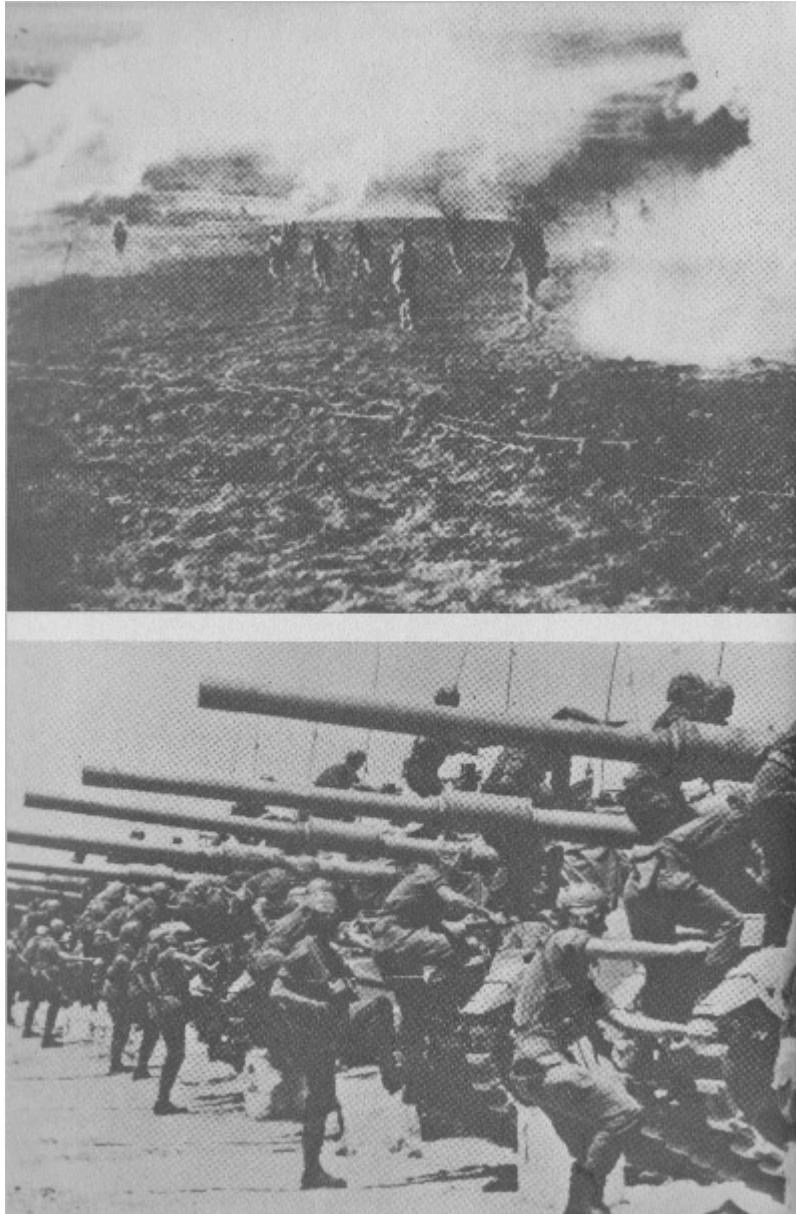
1956 - "Nós queremos a guerra" - gritavam os exaltados líderes dos Comandos da Morte, pelas ruas do Cairo. Eles tiveram a sua guerra, mas perderam.





1967 - "Apagaremos a legenda da nossa derrota de 1956 no Sinai" - disse Nasser. Os que o seguiram, mais uma vez provaram o gosto da terrível desilusão.

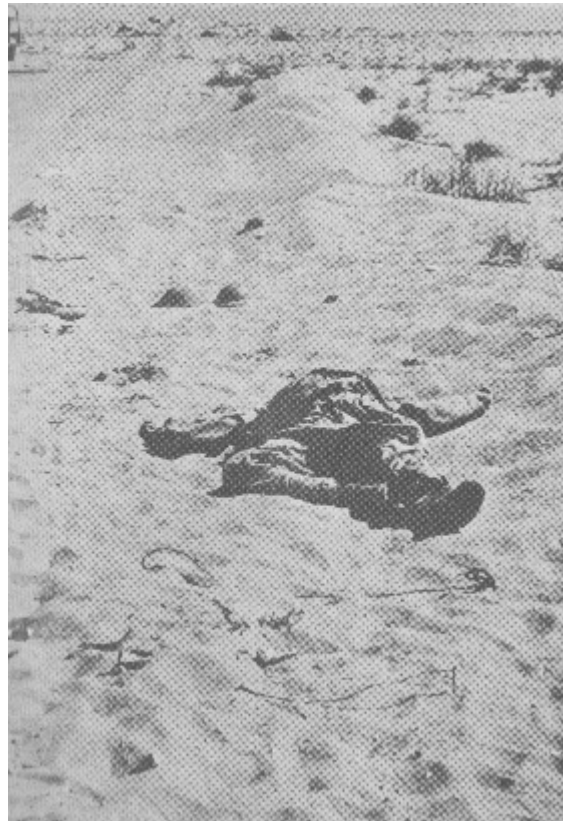
1956 - Decisiva vitória israelense no Passo de Mitla, no coração do Sinai,
contra as forças arabes.





1967 - "A guerra no deserto sera essencialmente movel e nela os blindados decidirão a vitória." Mais de vinte anos depois, os israelenses provaram a atualidade das táticas de Rommel.

1956 - A custa de muitas vidas, o dispositivo logístico montado por Nasser no Sinai foi desmontado em apenas 24 horas.

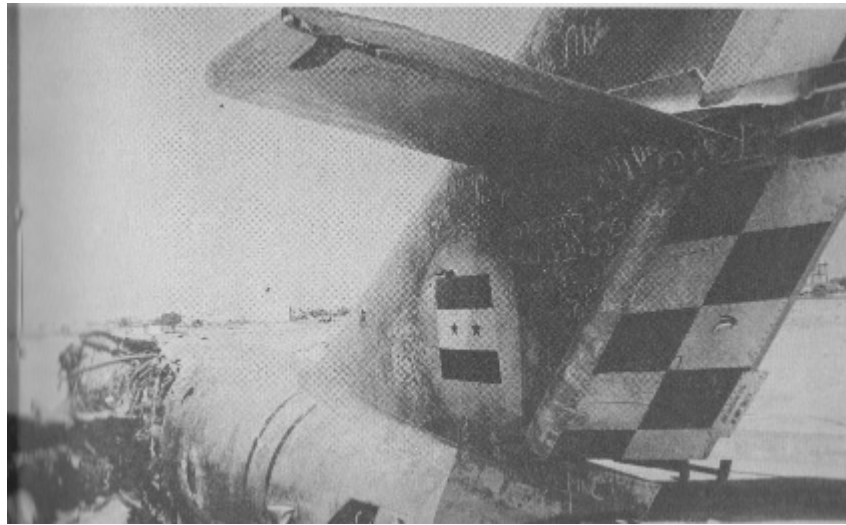




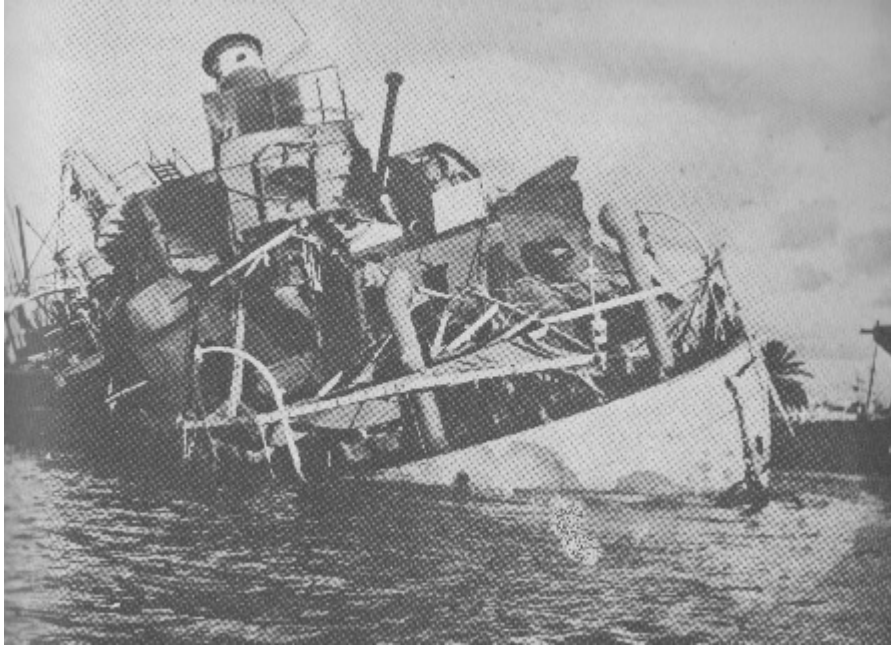
1967 - Nos mesmos lugares, a repetição do feito de 1956: um avanço de duzentos quilômetros das tropas israelenses em direção ao Suez.

1967 - Nos fronts de Suez, Jerusalém (abaixo) e Sharm e-Sheik (direita), a estratégia israelense baseou-se no conceito de que deveria travar uma guerra breve. A aviação egípcia foi posta fora de combate nas primeiras horas e os tanques não estavam preparados para a guerra móvel no deserto.





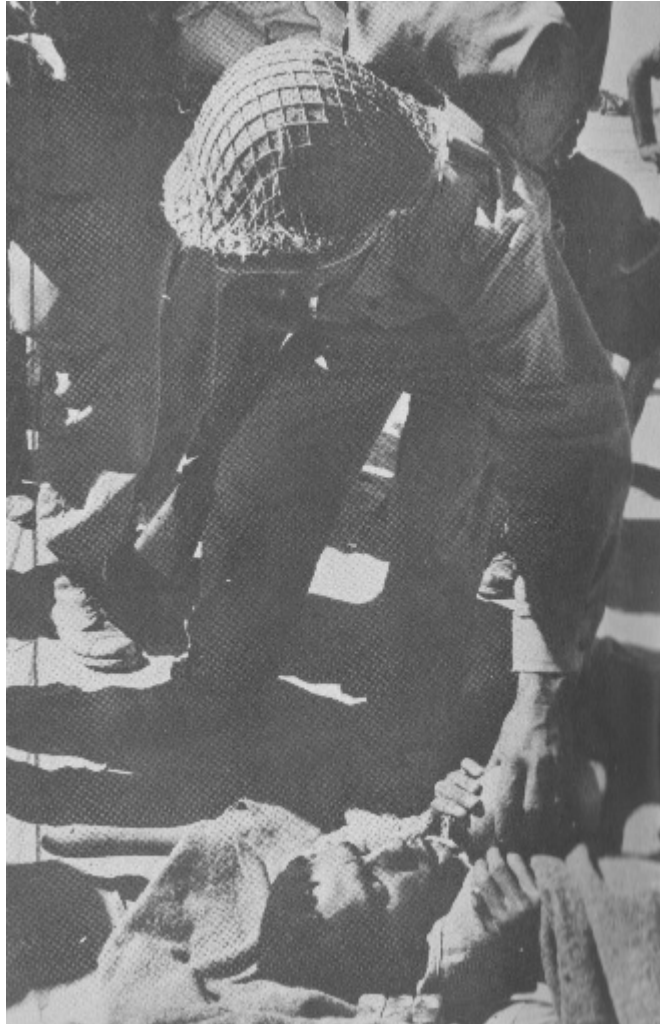
1956 - Uma velha tática usada pelos egípcios: em Porto Said, para bloquear a entrada do Canal de Suez, o afundamento do navio Pollux.

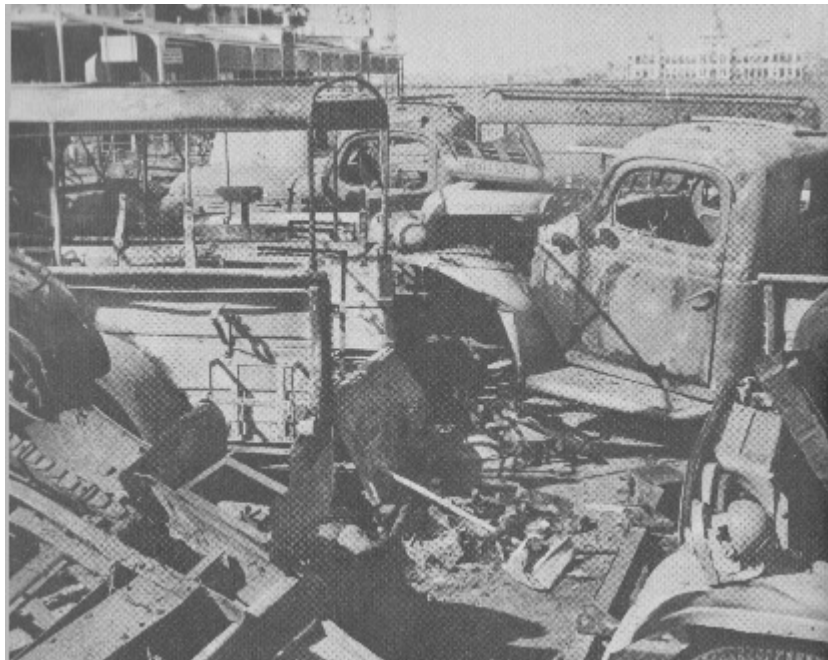


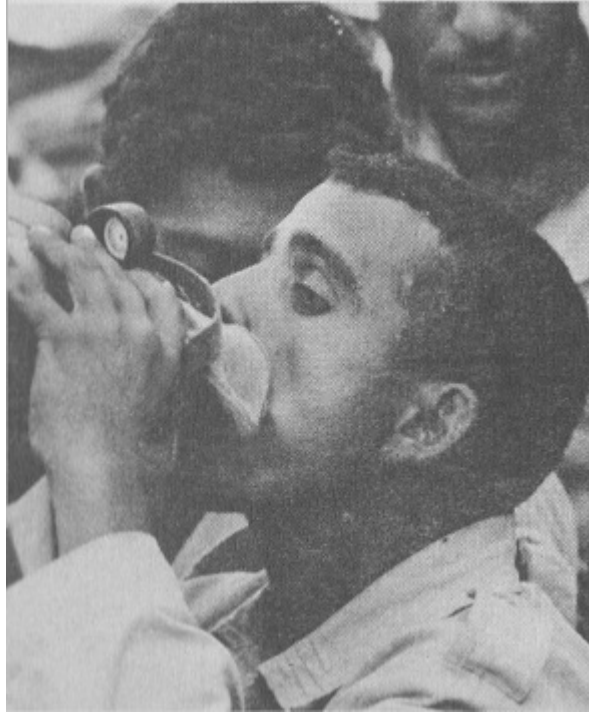


1967 - Aniquiladas as colunas egípcias no deserto pela aviação, os soldados israelenses avançaram até as margens do Canal de Suez.

1956 - Um drama que se repetiu onze anos depois: os egípcios derrotados só puderam satisfazer a sede quando caíram prisioneiros.



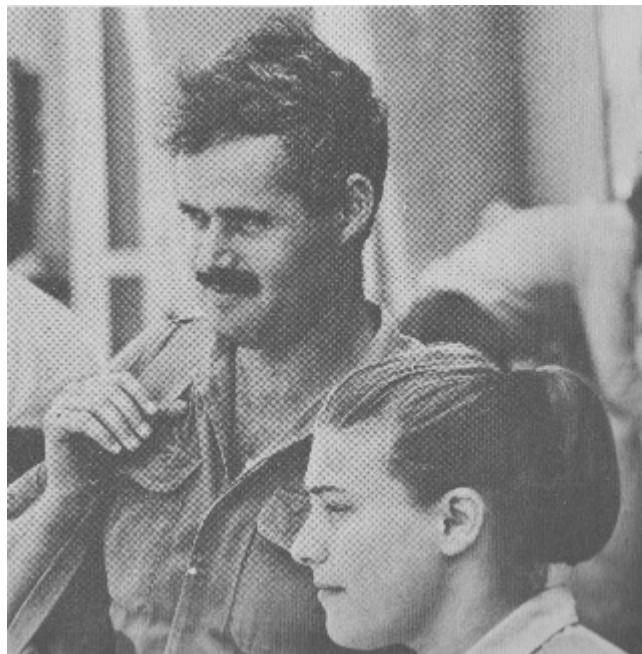




1967 - Depois da derrota, num cenário de destruição, os soldados egípcios percorreram muitos quilômetros no deserto em busca de um único objetivo: um pouco de água.

1956 - Elas pegaram em armas e enfrentaram os desconfortos nos fronts. As mulheres de Israel não podiam ficar de lado, pois se tratava de uma batalha de vida ou morte pela sobrevivência do país.





1967 - “Hoje, nós sabemos que é o nosso destino que está em jogo” —
dizem as jovens sabras (nascidas em Israel), vinte anos após a
Independência.

1956 - As tropas da ONU chegaram à faixa de Gaza para garantir a paz. Mas o Presidente Nasser obrigou-as a sair quando ordenou o bloqueio do Golfo de Ácaba.



1967 - Mais uma vez, iludidos pelas promessas de vitória fácil, os soldados egípcios levantam a bandeira branca. Eles pagam o preço imposto por seus líderes.



Your gateway to knowledge and culture. Accessible for everyone.



z-library.sk

z-lib.gs

z-lib.fm

go-to-library.sk



[Official Telegram channel](#)



[Z-Access](#)



<https://wikipedia.org/wiki/Z-Library>